

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

JULIANO MARCELINO DEITOS

**A HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE
DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO**

**PONTA GROSSA
2019**

JULIANO MARCELINO DEITOS

**A HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE
DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Masson

**PONTA GROSSA
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

D325 Deitos, Juliano Marcelino
A Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira: uma análise do Movimento Todos Pela Educação / Juliano Marcelino Deitos. Ponta Grossa, 2019. 219 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Masson.

1. Política Educacional. 2. Hegemonia Empresarial. 3. Movimento Todos Pela Educação. 4. Estado. I. Masson, Gisele. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

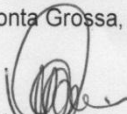
CDD: 379

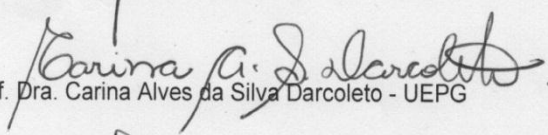
TERMO DE APROVAÇÃO

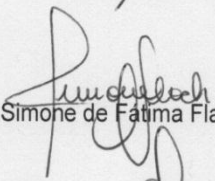
JULIANO MARCELINO DEITOS

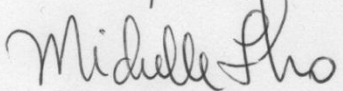
**A HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE
DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO**

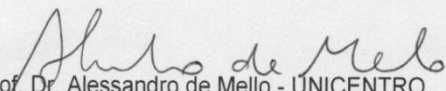
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientador (a) Prof. Dra. Gisela Masson - UEPG


Prof. Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG


Prof. Dra. Simone de Fatima Flach - UEPG


Prof. Dra. Michelle Fernandes Lima - UNICENTRO


Prof. Dr. Alessandro de Mello - UNICENTRO

Ponta Grossa, 05 de dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que fizeram parte da trajetória que percorri até o presente momento. Embora não possa mencionar todos aqui, quero realizar meus agradecimentos em especial para,

À minha orientadora, Dra. Gisele Masson, pela dedicação e companheirismo.

À minha mãe Nena e à minha mãezinha Maria dos Santos Deitos (em memória), pelo amor incondicional.

Às professoras, Dra. Carina Darcoletto, Dra. Simone Flach, Dra. Michelle Fernandes Lima e ao professor Dr. Alessandro de Melo, pelas contribuições teóricas.

Aos meus,

Em especial agradeço,

À Camila, pela sabedoria, lealdade, companheirismo e amor.

Ao Luiz, pela inteligência, apoio e humor.

Ao Marcelo, pelas voltas ao mundo da filosofia.

Ao Paulo, pelo malabarismo na vida.

Ao Elison, pela irmandade.

Ao Carlos, pelos anos compartilhados de moradia, futebol refinado e luta.

Ao Paulo Faccioni, pelo apoio nas correções de tese.

E ao Maurício, pela amizade e os livros emprestados.

Também agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado e Educação: Políticas Educacionais e Formação de Professores (GPCATE), em especial à Marta, pelas conversas e palavras trocadas ao longo do curso de Doutorado.

Agradeço aos funcionários e as funcionárias do PPGE e da UEPG.

E à CAPES pelo pela concessão de bolsa para a realização desta pesquisa.

Tudo que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 2008, p. 14).

RESUMO

DEITOS, Juliano Marcelino. **A Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira: uma análise do Movimento Todos Pela Educação**. 2019. 219f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2019.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o Movimento Todos Pela Educação (TPE), na perspectiva de compreendê-lo como uma expressão da hegemonia empresarial na educação. A partir desse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) identificar as contribuições da produção acadêmica sobre os elementos que configuram historicamente a ação empresarial na educação brasileira; ii) discutir o papel do Estado e suas ações para o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil e; iii) analisar o TPE como um aparelho da hegemonia empresarial na educação brasileira. A pesquisa foi qualitativa, se caracterizou como documental, bibliográfica, e teve como fundamentação teórica o materialismo histórico-dialético, especialmente as contribuições de Antonio Gramsci. A partir das análises realizadas, identificamos que a formação da hegemonia empresarial aconteceu com o próprio desenvolvimento do Estado Burguês no Brasil. Entre as décadas de 1930 e 1950, a sociedade civil organizada promoveu, na articulação com a sociedade política, o desenvolvimento do capitalismo, o fortalecimento do mercado interno brasileiro para a concentração e a centralização de seu capital. No campo da educação e no cenário o Estado, a consolidação da hegemonia empresarial, ganha expressividade nas décadas de 1990 e 2000. Com a criação do Movimento Todos Pela Educação, em 2006, essa organização faz com que os interesses particulares de frações da classe dominante ultrapassem o campo econômico de atuação, dirigindo e dominando as políticas educacionais. Ao realizar essa universalização da particularidade de seus interesses, o TPE, na educação, faz com que as necessidades de reprodução do Capital pareçam universais, tais como a ideia de “qualidade da educação”, da necessidade de índices educacionais, da escolarização em idade adequada para a formação de força de trabalho, do investimento na teoria do capital humano e na preparação para o mercado de trabalho capitalista. A construção do consenso necessário para essa adesão coletiva aos interesses particulares dessas frações de classe acontece por meio da atuação dos intelectuais, das organizações e pela via da opinião pública presentes no TPE. Nesse sentido, argumentamos que o TPE é uma expressão da hegemonia empresarial na educação, pois representa uma unidade na diversidade de frações da classe dominante que o constituem e monopolizam a educação no Brasil. Essas frações da classe dominante, as quais estão presentes no interior do Estado, como parte da sociedade civil organizada, articulada à sociedade política, têm dominado e dirigido as políticas educacionais no país, de modo a desenvolver um projeto de educação necessário ao Capital na sua fase contemporânea.

Palavras-chave: Política Educacional. Hegemonia Empresarial. Movimento Todos Pela Educação. Estado.

ABSTRACT

DEITOS, Juliano Marcelino. **Business Hegemony in Brazilian Education: an analysis of the *Movimento Todos Pela Educação***. 2019. 219f. Thesis (PhD in Education) – State University of Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2019.

The goal of the present research was to analyze the *Movimento Todos Pela Educação* –TPE (‘Everybody for the Education’ Movement) in order to understand it as an expression of business hegemony in education. From this general objective, the following specific objectives were defined: i) identify the contributions of academic production on the elements that historically configure business action in Brazilian education; ii) discuss the role of the State and its actions for the development of business hegemony in Brazil and; iii) analyze the TPE as a device of business hegemony in Brazilian education. The research was qualitative, characterized as documental, bibliographic, and had historical-dialectical materialism as its theoretical foundation, especially the contributions of Antonio Gramsci. From the analysis performed, we identified that the formation of business hegemony happened with the very development of the Bourgeois State in Brazil. Between the 1930’s and 1950’s, organized civil society promoted, in articulation with political society, the development of capitalism, the strengthening of the Brazilian internal market for the concentration and centralization of its capital. In the field of education and within the structure of the State, the consolidation of business hegemony gained expressiveness in the 1990s and 2000s. With the creation of the ‘Everybody for the Education’ Movement in 2006, this organization made the private interests of fractions of the ruling class go beyond the economic field of action, directing and dominating educational policies. In carrying out this universalization of the particularity of its interests in education, TPE makes the capital reproduction needs to seem universal, such as the idea of “quality of education”, the need for educational indexes, schooling at an appropriate age for training labor force, investing in the theory of human capital and preparing for the capitalist labor market. The construction of the necessary consensus for this collective adhesion to the particular interests of these class fractions happens through the work of intellectuals, organizations and through public opinion present in the TPE. In this sense, we argue that TPE is an expression of corporate hegemony in education, as it represents a unity in the diversity of fractions of the ruling class that constitute and monopolize education in Brazil. These fractions of the ruling class, which are present within the state, as part of organized civil society, articulated with political society, have dominated and directed educational policies in the country in order to develop an education project necessary to Capital in its contemporary phase.

Keywords: Educational Policy. Business Hegemony. *Movimento Todos Pela Educação*. State.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Artigos em periódicos sobre a ação empresarial na educação (2003-2018): periódico e número de publicações.....	36
Gráfico 2 -	Dissertações sobre a ação empresarial na educação (2003-2018): instituição de publicação e número de publicações.....	42
Gráfico 3 -	Teses sobre a ação empresarial na educação (1997-2018): instituição de publicação e número de publicações.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Artigos em periódicos sobre a ação empresarial (2003-2018): descriptor, autor, ano, periódico e título.....	31
Quadro 2 -	Dissertações sobre a ação empresarial na educação(2003- 2018): descriptor, autor, ano, IES e título.....	39
Quadro 3 -	Teses sobre a ação empresarial na educação (1997-2018): descriptor, autor, ano, IES e título.....	44
Quadro 4 -	Membros da Equipe de Governança do Movimento Todos Pela Educação (2019).....	119
Quadro 5 -	Membros da Equipe executiva do Movimento Todos Pela Educação (2019).....	119
Quadro 6 -	Membros Sócio Fundadores do TPE.....	120
Quadro 7 -	Principais mantenedores e apoiadores do Movimento Todos Pela Educação (2019).....	127
Quadro 8 -	Mantenedores do TPE (2019): as fundações, os institutos e as empresas por ano de fundação no Brasil e atuação na economia.....	136
Quadro 9 -	Apoiadores do TPE (2019): as fundações, os institutos e as empresas por ano de fundação no Brasil e atuação na economia.....	137

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 -	Ações empresariais na educação - Artigos em Periódicos (2003-2018) por temática e autor.....	38
Organograma 2 -	Ações empresariais na educação - Dissertações em Educação (2003-2018) por temática e autor.....	43
Organograma 3 -	Ações empresariais na educação - Teses em Educação (1997-2018) por temática e autor.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População Brasileira 1800-1960.....	75
Tabela 2 -	Produção de mercadorias no Brasil 1930-1940.....	78

LISTA DE SIGLAS

ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ADE	Arranjo de Desenvolvimento da Educação
AL	Aliança Liberal
AL	Unidade Federativa do Alagoas
BA	Unidade Federativa da Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Unidade Federativa do Ceará
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CF	Constituição Federal
CIDADANIA	Partido Cidadania
CMB	Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COC	Sistema COC de Educação e Comunicação
CONED	Congresso Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPs	Conselhos Populares
DEM	Partido Democratas
DF	Unidade Federativa do Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ES	Unidade Federativa do Espírito Santo
ESTÁCIO	Universidade Estácio de Sá
ETHOS	Instituto Ethos - Empresas e Responsabilidade Social
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FECOMERCIO-SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor

GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GO	Unidade Federativa de Goiás
GT	Grupo de Trabalho
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IE	Instituto Ethos – Empresas e Responsabilidade Social
IES	Instituição de Ensino Superior
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MG	Unidade Federativa de Minas Gerais
MT	Unidade Federativa do Mato Grosso
NOVO	Partido Novo
OM	Organizações Multilaterais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Unidade Federativa do Pernambuco
PEARSON	Pearson PLC
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PMCTPE	Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PR	Partido da República/Partido Liberal
PR	Unidade Federativa do Paraná
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPALA	Banco de Dados Online
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PV	Partido Verde
RBPAE	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
REDUCA	Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação
RJ	Unidade Federativa do Rio de Janeiro
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SANTILLANA	Grupo Santillana
SC	Unidade Federativa de Santa Catarina
SCIELO	Scientific Electronic Library
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINPRO-RIO	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro
SP	Unidade Federativa de São Paulo
SUS	Serviço de Assistência ao Menor
TCH	Teoria do Capital Humano
TO	Unidade Federativa do Tocantins
TON	Toneladas
TPE	Movimento Todos Pela Educação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VALE	Vale S.A.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
O CAMINHO: <i>DE ONDE PARTIMOS</i>	22
O CAMINHO: <i>POR ONDE VAMOS</i>	26
CAPÍTULO 1 - A AÇÃO EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA (1997-2018).....	30
1.1 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS.....	31
1.1.1 Artigos em periódicos (2003-2018): empresários, empresariado, grupos empresariais, grupos educacionais e todos pela educação.....	31
1.1.2 Dissertações em Educação (2003-2018): empresários, empresariado, grupos empresariais e grupos educacionais e todos pela educação....	39
1.1.3 Teses em Educação (1997-2018): empresários, empresariado, grupos empresariais e grupos educacionais e todos pela educação.....	44
1.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE DE CONJUNTURA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE.....	49
1.2.1 Análise da produção acadêmica pelas categorias de análise de conjuntura.....	50
CAPÍTULO 2 – AS AÇÕES DO ESTADO PARA A HEGEMONIA EMPRESARIAL NO BRASIL.....	64
2.1 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA UNIVERSALIDADE DO ESTADO.....	65
2.2 A CONCEPÇÃO DE ESTADO EM GRAMSCI PARA A ANÁLISE DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	66
2.3 A PARTICULARIDADE DO ESTADO BURGUEÊS E AS SUAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL NO BRASIL.....	74
2.4 A REVOLUÇÃO PASSIVA E O ESTADO: A FORMAÇÃO DO CONSENSO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL.....	86
2.5 O PARTIDO DOS TRABALHADORES: FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO, METAMORFOSES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO.....	93

CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO E A HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	107
3.1 O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E NORMATIZAÇÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO.....	109
3.2 OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS: SÓCIO FUNDADORES, GOVERNANÇA, EQUIPE EXECUTIVA DO TPE (2019).....	117
3.3 HEGEMONIA EMPRESARIAL: MANTENEDORES E APOIADORES DO TPE (2019).....	127
3.4 A OPINIÃO PÚBLICA E O TPE: MANTENEDORES E APOIADORES (2019).....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DA REVISÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	162
APÊNDICE B – SÓCIO FUNDADORES DO TPE: FORMAÇÃO E LIGAÇÃO COM EMPRESAS.....	170
APÊNDICE C – FORMAÇÃO ACADÊMICA E LIGAÇÕES COM EMPRESAS: GOVERNANÇA E EQUIPE EXECUTIVA DO TPE (2019).....	185
APÊNDICE D – ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS ONDE OS SÓCIO FUNDADORES DO TPE OCUPARAM CARGOS.....	190
APÊNDICE E – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS APOIADORES DO TPE (2019).....	198
APÊNDICE F – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS MANTENEDORES DO TPE (2019).....	207

INTRODUÇÃO

Na presente tese, procuramos analisar o Movimento Todos Pela Educação (TPE) como expressão da hegemonia empresarial que se desenvolve na educação escolar nos últimos anos no Brasil.

Essa organização, fundada em 2006, é composta por instituições e representantes de diferentes setores da sociedade civil e tem como função produzir conhecimento técnico e articular, com a sociedade política, imprensa e instituições sociais, o monitoramento da Educação Básica.

O TPE, como uma expressão do desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação, é uma organização que representa o processo de reconfiguração do espaço público-educacional, onde empresas, com o objetivo de tornar a economia nacional mais competitiva, se utilizam de suas experiências no mercado para direcionar e executar as políticas educacionais, no Brasil.

Para análise deste objeto, utilizamos dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci, principalmente, a partir do conceito de Hegemonia. É importante destacar que, tanto a utilização deste conceito, bem como a apropriação desta obra e autor, aconteceu pela aproximação teórica realizada nos últimos anos do curso de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o que, por ocasião, delimitou o aprofundamento do estudo do conjunto desta obra.

O surgimento do conceito de hegemonia, na reflexão da tradição marxista, é utilizado para a análise das diversas configurações sociais que se apresentam em diferentes pontos no tempo e no espaço. Sendo assim, a Hegemonia aparece em Gramsci como um conceito que pode ser entendido em vários contextos (economia, literatura, religião, antropologia, psicologia, linguística etc.) e, no desenvolvimento de sua obra *Cadernos do Cárcere*, vai sendo construído por meio de distinções metódicas. (CAMPIONE, 2003; COSPITO, 2017). Sobre essa questão, Schlesener (2013) comenta que, é nos *Cadernos do Cárcere* que o conceito é ampliado e passa a compreender também a novas formas de controle e dominação.

De acordo com Alves (2010), mesmo tendo surgido na social democracia russa e em Lênin, é Gramsci que vai apresentar um conceito de hegemonia mais elaborado, no qual a sua aplicação auxilia na análise das relações sociais

encontradas na sociedade pela perspectiva e tradição marxista. A partir disso, é necessário evidenciar que:

A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas. (ALVES, 2010, p. 71).

Nesse sentido, a autora afirma que a origem do conceito de hegemonia exerceu grande influência no pensamento e ação política de Gramsci. Nesse contexto, enquanto Lênin relaciona a hegemonia à ditadura do proletariado russo, enfatizando seu caráter de coerção, Gramsci aponta para a importância de formar uma classe dirigente. Sendo assim, a hegemonia se mantém pela formação do consenso e não somente pelo uso da força. Essa questão pode ser evidenciada em Gramsci, quando afirma que:

Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional — isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico —, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. (GRAMSCI, 1999, p. 97).

Dessa forma, entendemos que um determinado grupo social, que está subordinado a outro, adota a concepção de mundo e os valores desse mesmo grupo, além disso, determina sua atividade prática e conseqüentemente modo de vida. Segundo Alves (2010, p. 74), “[...] esta concepção de mundo, imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional”.

Isso ocorre porque a concepção particular de mundo de determinado grupo social hegemônico se transforma em movimento cultural e econômico, produzindo a atividade prática e a conservação da ordem do bloco histórico. Sobre este conceito, é interessante destacar que, a sua compreensão é extraída, por Gramsci, de Georges Sorel e “[...] torna-se fundamental no ‘pensamento em processo’ dos Cadernos do Cárcere” (VOZA, 2017, p. 118). Para este autor, o conceito aparece

para indicar uma unidade entre a economia e a política (estrutura e superestrutura), as relações entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, a saber:

[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Sendo assim, entendemos que o bloco histórico é um bloco social, político e econômico, dinâmico e complexo, no qual a classe hegemônica exerce a sua dominação e direção. Dessa maneira, o bloco histórico e também a ideologia, em Gramsci, podem ser identificados como momentos fundamentais na construção da hegemonia enquanto luta de classes. Segundo Schlesener (2016, p. 74), “as classes dominantes criam os mecanismos ideológicos para a conformação das massas a seu projeto social e político”.

Essa autora alerta sobre o conceito de ideologia, em Gramsci, para o fato de que, um erro no qual incorrem algumas leituras do conceito é dar “o nome de ideologia seja à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, seja às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”. É possível analisar essa questão quando Gramsci afirma que:

O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, ou seja, insuficiente para mudar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil, estúpida, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 237).

A distinção entre conteúdo e forma, em Gramsci, é puramente didática, porque há uma articulação dialética entre as forças materiais e a ideologia, pois não são historicamente concebíveis uma sem a outra. A ideologia e as forças materiais assumem a função de garantir a conquista do poder e da necessidade objetiva de manutenção da hegemonia. Sendo assim, em Gramsci, a ideologia é a própria representação de um grupo social, na qual, para o indivíduo ela se apresenta como visão de mundo, que na realidade é a expressão da visão de mundo do grupo do qual ele faz parte. Desse modo:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Para Schlesener (2016, p. 76), a ideologia forma o nosso modo de pensar pelo qual nos conformamos a um determinado grupo social e, portanto, a formação da consciência não é uma coisa meramente individual, mas uma formação social. Além disso, o pensamento, a própria consciência não é neutra, e expressa o vínculo de um indivíduo a um grupo social, por isso, é importante saber a qual grupo pertencemos (ou de que lado da luta de classes nos encontramos).

Nesse sentido, entendemos que a possibilidade de análise do Movimento Todos Pela Educação pelo conceito de hegemonia se constitui como um elemento para a compreensão das formas ideológicas de dominação e de direção que se realizam na educação escolar, e um caminho para o conhecimento das relações sociais que formam o bloco histórico em torno do desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil e sua realização na educação escolar.

Sabendo dessas várias dimensões de análise, tanto pelo conceito de hegemonia, como os demais que serão apresentados e desenvolvidos durante a exposição do texto, buscamos realizar a análise no contexto da educação. Ao fazermos isso, não devemos desconsiderar os outros extratos de aplicação e suas possíveis relações. Isso porque a hegemonia empresarial, que se realiza na educação, não está restrita apenas ao contexto escolar.

Gramsci (1999) nos ajuda a entender essa questão quando destaca que a realização da hegemonia na educação pode e deve ser aproximada das relações pedagógicas, da relação entre professor e aluno. Essa é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, “[...] todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor”. (GRAMSCI, 1999, p. 399). Além disso, também nos alerta que essa relação não pode ser limitada às relações especificamente escolares, das quais, ao entrarem em contato, as novas gerações absorvem de maneira passiva as experiências e os valores das gerações antigas. Essa relação de hegemonia não está presente apenas na escola, diz Gramsci (1999, p. 399),

[...] existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais,

entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército.

A possibilidade de análise crítica desse processo na educação, especificamente no Movimento Todos Pela Educação, é importante para o conhecimento da realidade educacional e formação humana da classe trabalhadora no Brasil. Por isso, também buscamos apreender, num contexto mais amplo, que elementos configuram historicamente o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil, que ações o Estado Burguês realizou e realiza para o desenvolvimento desse processo e como o Movimento Todos Pela Educação pode ser expresso como hegemonia empresarial na educação.

Nesse sentido, na presente tese, por meio do materialismo histórico-dialético, realizamos uma análise de políticas educacionais, e especificamente do TPE. Essa análise procura contribuir na superação da educação burguesa, da propriedade privada dos meios de produção, do Estado Burguês e das coisificadas relações sociais de produção capitalistas, que são transformações a serem conquistadas coletivamente. Por esse motivo, esta pesquisa procura contribuir no debate sobre a construção de uma educação e uma sociedade para além do Capital.

Assim, os versos, as frases e as palavras que aqui seguem, buscam, em forma de síntese, contribuir para que o verdadeiro conhecimento possa chegar às mãos e aos ouvidos daqueles para os quais foram feitos,

Aos que lutam nas trincheiras das lutas de classes.
 Àqueles que buscam diferentes maneiras de dizer basta à ordem capitalista.
 São feitos para os que ardem... não gostam dos "bons modos"... dos que ousam para além das contenções múltiplas da vida burguesa...
 Poemas para serem lidos individualmente apenas como preparo da leitura para os outros.
 Devem ser lidos como quem conspira... respiração firme e segura dos que sabem, ou estão dispostos a apreender, que aqueles que não ultrapassam aquilo contra o que lutam, ou acabam por reforçar ou se acomodar... aquilo que queriam transformar.
 Aos que sabem que é preciso ir muito além. Assaltantes dos céus.
 Ocupar... distribuir, produzir vida, socializá-la.
 Para serem lidos entre os que compartilhem o pão-companheiros. Entre trabalhadores... entre oprimidos, preparando as rebeliões. São para serem usados sem moderação.
 São para serem lidos, como meninos palestinos atirando pedras... e que pedras.
 Como aquelas imprescindíveis mulheres, destruindo desertos verdes...
 São para serem lidos aos que gostam do que fazem, aqueles que recriam mesmo sem conhecer o poema que diz... o futuro só se torna respirável, quando subvertemos alguma ordem... crescemos somente na ousadia!
 Como molotovs...

Aqueles que entendem e praticam Maiakovski quando diz... Eu para mim, é pouco!!!
 Posse comum, valores de uso sem troca mercantil, como beijos, amor gostoso, prazer de ver expressas coisas tão particulares, tão singulares e ao mesmo tempo tão comuns e universais. (SCAPI, apud IASI, 2011, p. 13-14)¹.

Por esse motivo mais geral construímos nossa análise. Como afirma Edmundo Dias (2006), existe na sociedade, em especial na academia, o — mito da obra-prima, como se cada construção da *intelligentsia* fosse obra decisiva e única para a humanidade, tanto para renome, quanto para prestígio.

Entendemos que essa atitude procura ocultar o fato de que o elaborador e o sistematizador de uma pesquisa são igualmente necessários tanto quanto àqueles que estão limpando o chão do qual pisam, tanto quanto àqueles que produzem as mercadorias das quais irão saciar sua fome e a sua sede.

Por isso, devemos nos lembrar todos os dias que é necessário para se fazer uma nova cultura, como riqueza da classe trabalhadora, que as pesquisas acadêmicas não permaneçam patrimônio de pequenos grupos intelectuais. Como tarefa pedagógica, esse estudo se coloca no sentido de acesso ao conhecimento pela classe trabalhadora que busca a superação do Capital. E, pela perspectiva marxista, procura evidenciar as figuras de carne e osso responsáveis pela reprodução da forma de sociabilidade capitalista no Brasil.

Para tanto, é importante considerar que os dados obtidos por meio da pesquisa têm como fundamento teórico-epistemológico o materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, consideramos a construção e exposição da pesquisa sob dois elementos: a) o método de investigação e; b) o método de exposição.

Sobre o aspecto do método de investigação, utilizamos as contribuições de Marx, no Posfácio à 2ª. Edição (1873) de *O Capital*, onde apresenta que o método de pesquisa do materialismo histórico-dialético, elaborado por ele e Friedrich Engels, contém três elementos fundamentais: I) a investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes; II) analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e; III) rastrear seu nexos interno. (MARX, 2015, p. 128-129).

a) Sobre o aspecto do método de exposição, da apresentação da pesquisa, este se desenvolve de acordo com o resultado da investigação. Sobre isso, Kosik (2011, p. 37-38) aponta que:

¹ Palavras da antiapresentação do livro *Meta amor fases: coletânea de poemas*, de Mauro Luis Iasi, de 2011.

Aquilo de onde a ciência inicia a própria exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria. O início da exposição já é um início mediato, que contém em embrião a estrutura de toda a obra. Todavia, aquilo que pode, ou melhor, deve constituir o início da exposição, isto é, do desenvolvimento científico (exegese) da problemática, ainda não é conhecido no início da investigação. O início da exposição e da investigação são coisas diferentes. O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário.

Entendemos que essa composição, do método de exposição e do método de investigação, constitui-se pelo desenvolvimento de ambos, que se complementam e indicam um caminho caracterizado pela “representação do todo” e pela “totalidade da multiplicidade das determinações e relações”. (KOSIK, 2011, p. 26). Para isso, apresentaremos, a seguir, o caminho e as categorias do referencial teórico, que possibilitam expressar como ponto(s) de partida a relação entre o método de exposição e o método de investigação presentes ao longo do texto.

O CAMINHO DE ONDE PARTIMOS...

O caminho da investigação e da exposição da tese foi construído tendo como pressupostos os fundamentos analíticos do materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, concordamos com Marx & Engels (2012, p. 44) de que é fundamental considerar as bases reais, os indivíduos reais, suas ações, suas condições materiais de vida verificáveis empiricamente, “tanto aquelas que eles já encontraram elaboradas, quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação”.

Essa empiria são as nossas ações, na reprodução de nossa existência, isto é, num primeiro momento, os atos de comer, de beber, de vestir e morar, que precisam ser analisados como produtos históricos, derivados diretamente do trabalho. Sobre essa questão, é possível verificar em Lessa (2012), que o desenvolvimento das sociedades primitivas se deu, sobretudo, pelo desenvolvimento de atividades de produção e trocas coletivas. Sobre isso, o autor destaca que:

Os nossos antepassados biológicos sobreviveram à seleção natural graças ao desenvolvimento do *gregarismo*. **Viver em bandos potencializa a força individual e aumenta a capacidade de adaptação às novas situações.** [...] Foi no interior desta vida gregária que surgiu um novo modo de tirar da natureza o necessário à vida: o trabalho. (LESSA, 2012, p. 15, grifo nosso).

Entendemos que o trabalho é uma atividade na qual o ser social “[...] com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” (MARX, 2003a, p. 211). Nessa ação consciente, o ser social “põe em movimento as forças naturais de seu corpo [...]” (MARX, 2003a, p. 211), e realiza mudanças na realidade, ou seja, ele trabalha para satisfazer necessidades básicas: que vão do estômago à fantasia (MARX, 2003a).

O trabalho é uma relação determinante no desenvolvimento de toda a sociedade humana, sobre essa questão, Lukács (2010, p. 43) comenta que a essência dessa ação consciente na natureza, “[...] consiste no fato de que em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade”.

Por isso, entendemos que, além de pressuposto da existência, o trabalho é também o principal determinante dos modelos do que Lukács (2013) chama de *pores da causalidade de tipo superior*. Estes se diferenciam do trabalho, pois têm como finalidade a reprodução da interação entre seres humanos e não uma ação direta na causalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 161). Por esse motivo, é importante destacar que:

Os pores teológicos que surgem com o trabalho e dele brotam são, por isso mesmo, componentes fundamentais do ser humano, mas este como um todo é tão multifacetado e está tão inseparavelmente ligado com sua existência física e sua reprodução que uma bipartição absoluta deve parecer impossível. (LUKÁCS, 2013, p. 384).

Dessa maneira, no sentido exposto por Lukács, consideramos que a educação escolar, em particular, é um *por da causalidade de tipo superior*. A educação é uma mediação derivada do trabalho e uma característica fundante do ser social. Segundo Darcoletto (2009, p. 102), ela é uma *necessidade que* “surge no e para o processo de trabalho, sendo uma característica ineliminável do ser do homem”. Nesse sentido, apesar de não ser responsável diretamente para a satisfação das necessidades elementares de sobrevivência do ser social, a educação é, segundo a autora, “uma mediação pela qual os indivíduos transmitem e se apropriam das objetivações humanas” em um período do desenvolvimento histórico.

Assim sendo, de acordo com o desenvolvimento histórico, a educação reflete as necessidades colocadas no período e contexto em que se desenvolve. No entanto, é importante destacar que,

A reprodução física do homem enquanto ser vivo biológico é e permanece o fundamento ontológico de todo e qualquer ser social. Todavia, trata-se de um fundamento cujo modo de existência é sua transformação ininterrupta no social cada vez mais puro, ou seja, é, por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação, visando realizar essas mudanças e ancorá-las na realidade funcionando dinamicamente, e, por outro, retroação desse meio ambiente autocriado – criado pelo gênero humano – sobre o seu próprio criador, dessa vez, contudo – de modo diretamente ontológico –, como retroação que pode ser aplicada a cada homem singular que, a partir de sua própria atividade, é modificado pelos seus objetos, socializado em seu ser biológico. (LUKÁCS, 2013, p. 254).

Nesse sentido, entendemos que a educação escolar e a política educacional devem ser analisadas: a) pela sua dinâmica, pois se desenvolvem, em última instância, como um complexo social que tem sua gênese no *trabalho* e, portanto, estão determinadas pelas relações sociais de produção predominantes em determinada sociedade; e também b) pela sua complexidade, pois são responsáveis pela mediação entre seres humanos ao longo da vida e, portanto, da construção histórica e social.

Sobre essa questão, Marx (2015), no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, destaca que estabelecemos relações sociais a fim de produzir a nossa existência e que independem da nossa vontade. O conjunto dessas relações sociais forma a estrutura econômica de uma sociedade, enquanto que as relações jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas e educacionais, formam a superestrutura social. Nesse sentido, ele comenta sobre o fio condutor dos seus estudos:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (MARX, 2015, p.5).

Por esse caminho, a nossa análise leva em consideração, além das determinações da base material da sociedade, as formas ideológica pelas quais tomamos consciência do mundo e do conjunto da sociedade. Pois,

[...] segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e reprodução da vida real [...] A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levante sobre ela [...] também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. (ENGELS, s.d., p. 284-286).

Diante disso, de maneira geral, na presente tese, interessa-nos tratar do complexo social da educação escolar na sua relação com a base material e as formas ideológicas correspondentes ao modo de produção capitalista no Brasil. Para isso, procuramos localizar nossa pesquisa no contexto mais amplo das determinações correspondentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista e do desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação.

Como recorte específico, procuramos analisar, por meio do Movimento Todos Pela Educação (2006), em que medida a hegemonia empresarial está presente na educação escolar brasileira e favorece ao desenvolvimento do Capital.

A partir disso, o problema central da presente tese se define da seguinte maneira: *Como a hegemonia empresarial, por meio do Movimento Todos Pela Educação, está expressa na educação escolar brasileira?*

Para atender ao problema central da tese, definimos como objetivo geral: Analisar o Movimento Todos Pela Educação (TPE) como expressão da hegemonia empresarial na educação.

A partir desse objetivo geral, destacamos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as contribuições da produção acadêmica sobre os elementos que configuram historicamente a ação empresarial na educação brasileira; b) discutir o papel do Estado e suas ações para o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil; c) analisar o TPE como um aparelho da hegemonia empresarial na educação brasileira.

Para tanto, a seguir, apresentamos o caminho pelo qual buscamos realizar a presente análise.

O CAMINHO: *POR ONDE VAMOS...*

É importante destacar que o método de análise da totalidade concreta² não se constitui como um processo que pretende investigar *todos* os aspectos da realidade. A totalidade concreta compreende um todo articulado de máximas relações possíveis. Para isso, percorremos um caminho que leva em consideração a análise do Movimento Todos Pela Educação pelas determinações da sociedade do Capital e o desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação escolar e as formas de ideológicas correspondentes.

A análise dessa dinâmica requer um caminho para a realização da apreensão da sua totalidade. Por isso, na análise materialista histórico-dialética, necessariamente essa apreensão é espacial e temporal. (IASI, 2017, p. 17). Para realizar esse processo, é importante destacar que a mediação da teoria, da abstração, possibilita-nos captar o movimento do objeto. Para tanto, são necessários certos processos, “de abstrações cada vez mais simples”, que procuram “pela reconstrução do todo”, a apreensão e apresentação de “uma rica totalidade de relações e determinações complexas”. (MARX, 2003b, p. 256). Diante disso, é importante destacar que o processo de apreensão da realidade, da totalidade concreta, é diferente das interpretações que a entendem como *todos os aspectos da realidade*. Vale destacar que:

Um operário pode passar sua vida toda sendo explorado sem que veja o mais-valor ou se perceba como capital variável. Você pode viver a injustiça de uma opressão, pode se revoltar contra ela, pode até lutar para alterar as manifestações machistas, racistas, homofóbicas, xenófobas presentes em nossa sociedade. No entanto, você estará sempre agindo de maneira particular contra a expressão particular de algo que encontra suas determinações muito além do horizonte visível da cotidianidade, seja pela dimensão histórica dos fenômenos, seja pela complexa rede de relações e determinações complexas que constituem os fenômenos que vivenciamos. (IASI, 2017, p. 17).

Diante disso, procuramos captar elementos do exercício da hegemonia empresarial que podem ser expressos no Movimento Todos Pela Educação. Para tanto, sobretudo, com auxílio do aporte teórico gramsciano, utilizamos dos conceitos

² Segundo Kosik (2011, p. 42-43), na filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é sobre e em primeiro lugar a resposta à pergunta: *que é a realidade?* Dessa maneira, é necessário apontar que, para o autor, e no sentido empregado na presente tese, a categoria da totalidade concreta significa a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual pode vir a ser racionalmente compreendido.

de: Estado, Revolução Passiva, Partido, Aparelho de Hegemonia, Intelectuais Orgânicos e Opinião Pública, os quais serão explicitados ao longo do texto.

Para tanto, organizamos o primeiro capítulo da seguinte maneira: num primeiro momento, realizamos um levantamento da produção acadêmica a respeito da relação de grupos empresariais na educação escolar brasileira; posteriormente, realizamos um levantamento mais específico, da produção acadêmica sobre o Movimento Todos Pela Educação. Na sequência do capítulo, a partir das categorias de análise de conjuntura (SOUZA, 1984), realizamos a análise das produções.

Destacamos, ainda, que a composição do processo de pesquisa e de exposição da tese, para o primeiro capítulo, envolveram os seguintes procedimentos que podem ser resumidos em:

- a) Busca de material: artigos, dissertações e teses por meio da busca na *Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ³, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e no Scientific Electronic Library Online - SciELO. A partir da busca pelos descritores: movimento todos pela educação, empresário, empresariado, grupos educacionais e grupos empresariais.
- b) Seleção das produções: com base na análise dos resumos e considerações finais das produções acadêmicas: foram selecionadas a respeito da ação empresarial foram selecionadas, 55 produções, dentre elas: 28 artigos em periódicos, 16 dissertações e 11 teses. A respeito do Movimento Todos Pela Educação, 22 produções, dentre elas: 8 artigos em periódicos, 7 dissertações e 7 teses.
- c) Mapeamento das produções: apresentação dos dados gerais de publicação de cada produção, tais como: autor, ano, instituição de ensino, periódico, e temática.

³ A busca de material foi realizada na Plataforma Lattes do CNPQ pela possibilidade que a plataforma oferece para mapearmos os trabalhos já produzidos, bem como os trabalhos em andamento no currículo de cada autor.

- d) Análise das produções: utilização das categorias de análise de conjuntura e dos pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético na análise dos textos.

No segundo capítulo, procuramos aprofundar e resgatar, pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, a análise do Estado, sobretudo, no que diz respeito às ações econômicas e políticas no desenvolvimento da hegemonia empresarial no contexto educacional brasileiro. A discussão desse capítulo foi organizada a partir dos seguintes objetivos:

a) Identificar e apreender, à luz da teoria marxista, que elementos compreendem a universalidade do Estado e quais as contribuições de Gramsci, para a análise da sociedade capitalista. Utilizamos como fundamentação teórica as contribuições de Engels (2010); Marx & Engels (2008) e Gramsci (1999; 2001; 2002b; 2005; 2007).

b) Evidenciar e caracterizar, por meio da análise da particularidade do Estado no Brasil, que ações foram realizadas no desenvolvimento da hegemonia empresarial no contexto nacional. Nesse item, utilizamos das contribuições de intelectuais brasileiros como: Ianni (1989; 1991); Prado Jr. (1985); Sodré (1980; 1983) e Saes (1985).

c) Discutir, a partir do conceito de Revolução Passiva, o desenvolvimento da Revolução Burguesa e da formação do consenso no Brasil. Para tanto, utilizamos das contribuições de Gramsci (2002); Coutinho (2001); Fernandes (2005) e Velho (2016).

d) Analisar o Partido dos Trabalhadores para identificar, em seus fundamentos de formação, metamorfoses e possibilidades no desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação. Para esse aspecto, utilizamos, entre outras, das contribuições de Iasi (2006; 2011; 2017); Iasi, Figueiredo & Neves (2019); Ribeiro (2010); Silva (2019); Abramo (1989); Souza (2002); Lopes (2013); Seki (2014); Gramsci (2004; 2007); Souza (2014); Cossetin (2017) e Pinheiro (2018).

No terceiro capítulo, analisamos o nosso objeto de tese, o Movimento Todos Pela Educação como expressão da hegemonia empresarial na educação escolar.

Especificamente, a partir da análise gramsciana, analisamos o TPE como um aparelho da hegemonia empresarial na educação, para tanto organizamos este capítulo pelos seguintes objetivos:

- a) Evidenciar, no contexto da hegemonia empresarial na educação, aspectos históricos e normativos importantes no desenvolvimento do TPE;
- b) Analisar os sócio fundadores, a governança e a equipe executiva para identificar nos intelectuais orgânicos do TPE que elementos configuram o desenvolvimento da hegemonia empresarial;
- c) Mapear os apoiadores e os mantenedores para identificar que elementos dessas organizações estão relacionados a formação da hegemonia empresarial no contexto nacional, e que podem ser expressos no TPE.
- d) Mapear os apoiadores e os mantenedores para identificar quais as organizações do TPE realizam o exercício da hegemonia empresarial, por meio da opinião pública.

Nas considerações finais da tese, buscamos apresentar a síntese da análise realizada sobre o Movimento Todos Pela Educação e também a necessidade de organização coletiva dos que atuam na educação escolar brasileira.

Nesse momento, procuramos afirmar a tese de que o TPE é uma expressão da hegemonia empresarial na educação, pois representa uma unidade na diversidade de frações da classe dominante que o constituem e monopolizam a educação no Brasil. Essas frações da classe dominante, as quais estão presentes no interior do Estado, como parte da sociedade civil organizada, articulada à sociedade política, tem dominado e dirigido as políticas educacionais no país, de modo a desenvolver um projeto de educação necessário ao Capital na sua fase contemporânea.

CAPÍTULO 1

A AÇÃO EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA (1997-2018)

O presente capítulo tem como objetivo identificar, na produção acadêmica, quais são os principais elementos que configuram a ação empresarial na educação brasileira. Para desenvolver essa análise, realizamos duas revisões de literatura, uma, coletada a partir dos descritores: empresários, empresariado, grupos empresariais e grupos educacionais, e outra, coletada a partir do descritor: todos pela educação⁴.

Os dados foram coletados por meio da busca: na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e no Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Como resultado da revisão da produção acadêmica, destacamos os seguintes aspectos:

a) A pesquisa com os descritores empresários, empresariado, grupos empresariais e grupos educacionais totalizou 55 textos, sendo que 28 são artigos publicados em periódicos, 16 dissertações e 11 teses⁵.

b) A pesquisa com o descritor todos pela educação totalizou 22 textos, sendo que são 8 artigos publicados em periódicos, 7 dissertações e 7 teses.

Desse modo, na sequência do texto, apresentamos as informações das duas revisões da produção acadêmica, organizadas por artigo em periódico, dissertação e tese.

⁴ Optamos por utilizar esses descritores de busca por entendermos que eles nos oferecem um caminho de análise mais amplo sobre a influência empresarial na educação escolar brasileira e, com isso, uma aproximação com o objeto de estudo.

⁵ Foram aplicados filtros para a busca dos textos que foram produzidos por estudiosos das Ciências Humanas, especificamente da área da Educação. Selecionamos essas produções com base na leitura do resumo, introdução e considerações finais de cada texto.

1.1 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

1.1.1 Artigos em periódicos (2003-2018): empresários, empresariado, grupos empresariais, grupos educacionais e todos pela educação

No levantamento de dados a partir de artigos publicados em periódicos, encontramos um total de 36 artigos, organizados nos descritores de busca: 15 empresários; 10 empresariado; 2 grupos empresariais; 1 grupos educacionais e 8 todos pela educação.

O quadro 1, a seguir, apresenta a relação completa dos artigos em periódicos encontrados nas plataformas de busca, por: descritor, autor, ano, periódico e título.

Quadro 1: Artigos em periódicos sobre a ação empresarial (2003-2018): descritor, autor, ano, periódico e título

(continua)

EMPRESÁRIOS		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
NEVES, L. M. W.; OLIVEIRA, M. M. (2004)	Universidade e Sociedade	O que querem os empresários educacionais do Governo Lula.
SANTOS, J. R. (2007)	Revista HISTEDBR On-line	“Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação”: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas.
MELO, A. (2009)	Educação & Sociedade	Educação Básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros.
SILVA, N. C. D.; GIULIANI, A. C. (2009)	Revista de Administração da UFSM	Um estudo sobre o desenvolvimento no Brasil da cooperação universidade-empresa – interação entre a instituição de educação superior de tecnologia e a micro e pequena empresa.
LUZ, L. X. (2009a)	Educação	Ação Empresarial e Educação Pública no Brasil.
LUZ, L. X. (2011)	Educação & Sociedade	Empresas Privadas e Educação Pública no Brasil e na Argentina.
DORNELAS, L. G.; MARTINS, A. S. (2013)	Eccos	A parceria como ferramenta de ação empresarial na definição da política de formação continuada de professores.

Quadro 1: Artigos em periódicos sobre a ação empresarial (2003-2018): descritor, autor, ano, periódico e título

(continuação)

EMPRESÁRIOS		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
KRAWCZYK, N. (2014)	Educação & Sociedade	Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública.
MARTINS, A. S.; et al. (2014)	Revista HISTEDBR On-line	Intelectuais, educação escolar e hegemonia: análise das formulações empresariais sobre trabalho docente.
MELO, A; WOLF, L. (2014)	Revista HISTEDBR On-line	A pedagogia vai ao porão: notas críticas sobre as assim chamadas “pedagogia empresarial” e “pedagogia empreendedora”.
ADRIÃO, T. M F.; GARCIA, T. O. G. (2015)	Educação	Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na Educação Básica brasileira?
MARTINS, A. S. (2015)	Revista Contemporânea de Educação	Formulações da classe empresarial para a formação humana: da educação política à educação escolar.
MARTINS, A. S.; PINA, L. D. (2015)	Germinal	Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica.
SHIROMA, E. O. (2015)	Trabalho Necessário	O estado como cliente: interesses empresariais na coprodução da inspeção escolar.
GIROTTI, E. D. (2018)	Educar em Revista	Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacional o Brasil.
EMPRESARIADO		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
OLIVEIRA, R. (2003)	Revista Brasileira de Educação	O empresariado industrial e a educação brasileira.
CRUZ, D. (2010)	Educação em Revista	Educação Corporativa: a proposta empresarial no discurso e na prática.

Quadro 1: Artigos em periódicos sobre a ação empresarial (2003-2018): descritor, autor, ano, periódico e título

(continuação)

EMPRESARIADO		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
ARAÚJO, G. C. (2012)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de cooperação.
MARTINS, A. S.; et al. (2013)	Educação em foco	Empresários e educação: reflexões sobre o projeto educacional da Federação das Indústrias de Minas Gerais.
ARAÚJO, G. C. (2013)	Educação & Sociedade	Federalismo e políticas educacionais no Brasil: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração.
D'AGOSTINI, A.; VENDRAMINI, C. R. (2014)	Reflexão e Ação	Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do Estado e dos movimentos sociais organizados.
MELO, A.; et al. (2014)	Cadernos CEDES	Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de Educação Básica da Confederação Nacional da Indústria.
SOUZA, M. L. (2014)	Trabalho Necessário	A educação e o embate aos problemas sociais na visão do empresariado.
SOUZA, J. P.; DALAROSA, A. A. (2015)	Imagens da Educação	Políticas de educação profissional – a Lei de aprendizagem nº 10.097/2000: contradições de uma realidade Brasileira.
SOUZA, C. A. (2015)	Marx e o Marxismo	Projeto educativo do empresariado: educação e luta de classes no século XXI.

Quadro 1: Artigos em periódicos sobre a ação empresarial (2003-2018): descritor, autor, ano, periódico e título

(continuação)

GRUPOS EMPRESARIAIS		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
GALZERANO, L. S.; et al. (2011)	Educação	Breve retrato da atuação dos Grupos Empresariais Objetivo, COC e Positivo nos municípios do estado de São Paulo.
ADRIÃO, T. M. F.; et al. (2016)	Educação & sociedade	Grupos empresariais na Educação Básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação.
GRUPOS EDUCACIONAIS		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
TIRADENTES, A. (2011)	Revista Sinpro-Rio	Universidade Corporativa: A Parceria possível entre Empresa e Universidade Tradicional.
TODOS PELA EDUCAÇÃO		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
MARTINS, A. S. (2009)	Práxis Educativa	A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos Pela Educação”.
OLIVEIRA, A. J.; ARAÚJO, D. F. (2009)	Revista Eletrônica de Ciências Sociais	Iniciativas em torno do Compromisso Todos Pela Educação: como elaborar o plano de desenvolvimento da escola com índices insuficientes de qualidade de ensino?.
CAMINI, L. (2010)	RBPAE	A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.
EVANGELISTA, O.; LEHER, R. (2012)	Trabalho Necessário	Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a Pedagogia do Capital em ação na política educacional brasileira.

Quadro 1: Artigos em periódicos sobre a ação empresarial (2003-2018): descritor, autor, ano, periódico e título

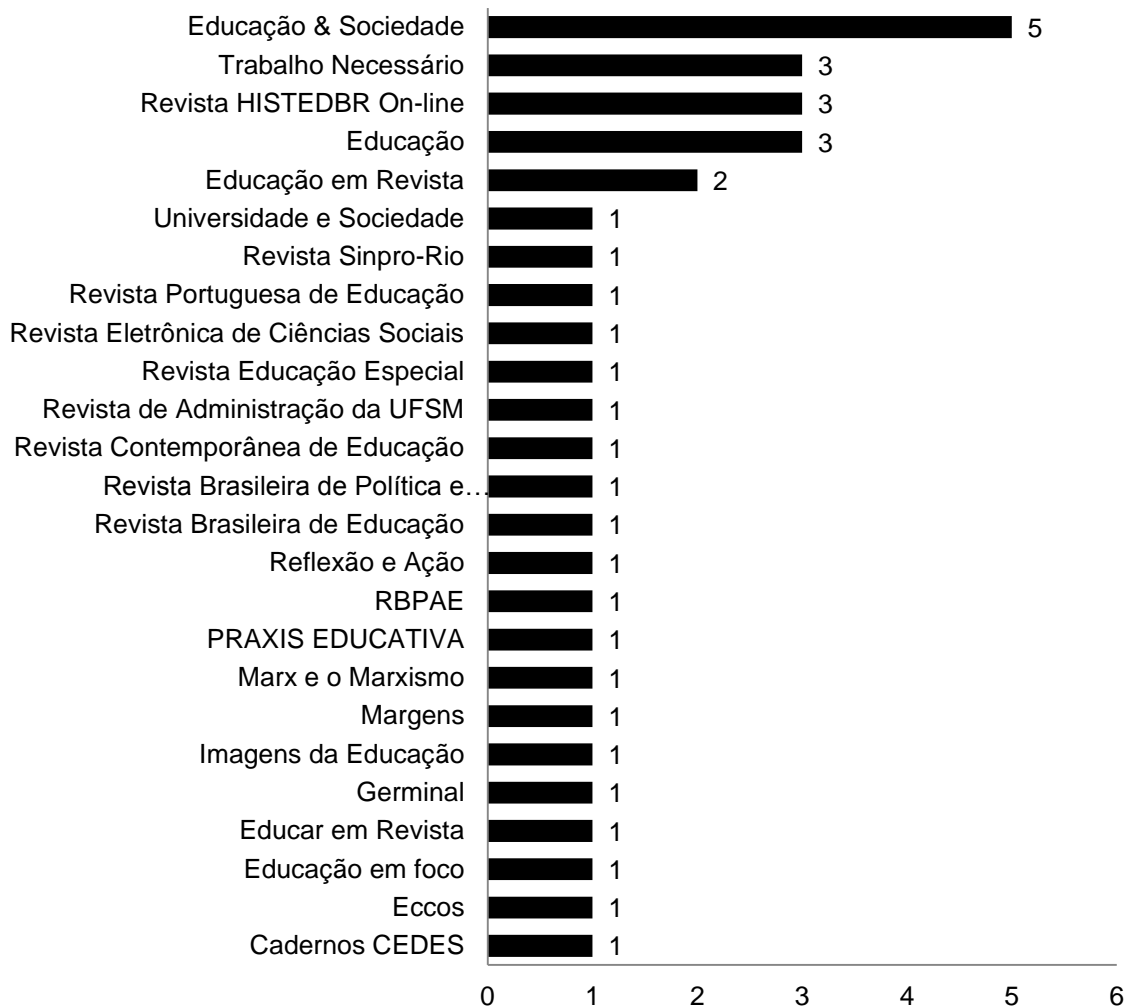
(conclusão)

TODOS PELA EDUCAÇÃO		
AUTOR(a) (ANO)	PERIÓDICO	TÍTULO
HATTGE, M. D.; CORCINI LOPES, M. (2015)	Revista Educação Especial	A inclusão escolar e o movimento Todos Pela Educação.
MARTINS, A. P. (2017)	Margens	A relação público-privada na educação: limites e possibilidades do plano de desenvolvimento da educação no contexto do Compromisso Todos Pela Educação.
MAGALHÃES, A. C.; CRUZ, J. A. (2018)	Educação em Revista	O “pacto pela educação” e o mistério do “todos”: estado social e contrarreforma burguesa no Brasil.
MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. (2018)	Revista Portuguesa de Educação	Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento ‘Todos Pela Educação’.

Fonte: O autor.

Na relação apresentada, é possível identificar 25 periódicos em que foram publicados os artigos. Sobre essa questão, e para a visualização completa desse quadro, o gráfico 1, a seguir, apresenta o número de publicações e os periódicos em questão.

Gráfico 1: Artigos em periódicos sobre a ação empresarial na educação (2003-2018): periódico e número de publicações



Fonte: O autor.

Considerando o gráfico anterior, destacamos os periódicos que apresentam o maior número de publicações sobre o tema, quais sejam: Educação & Sociedade com 5 publicações; Trabalho Necessário com 3 publicações; Revista HISTEDBR On-line com 3 publicações; e Educação com 3 publicações.

Ainda, sobre essa questão, consideramos importante destacar que dois dossiês: “Interfaces entre o público e o privado para a oferta educacional: desafios contemporâneos”, de 2009; e “Privatização e militarização: ameaças renovadas à gestão democrática da escola pública”, de 2016, foram organizados pelo periódico *Educação & Sociedade* e tiveram publicações relacionadas ao tema da pesquisa.

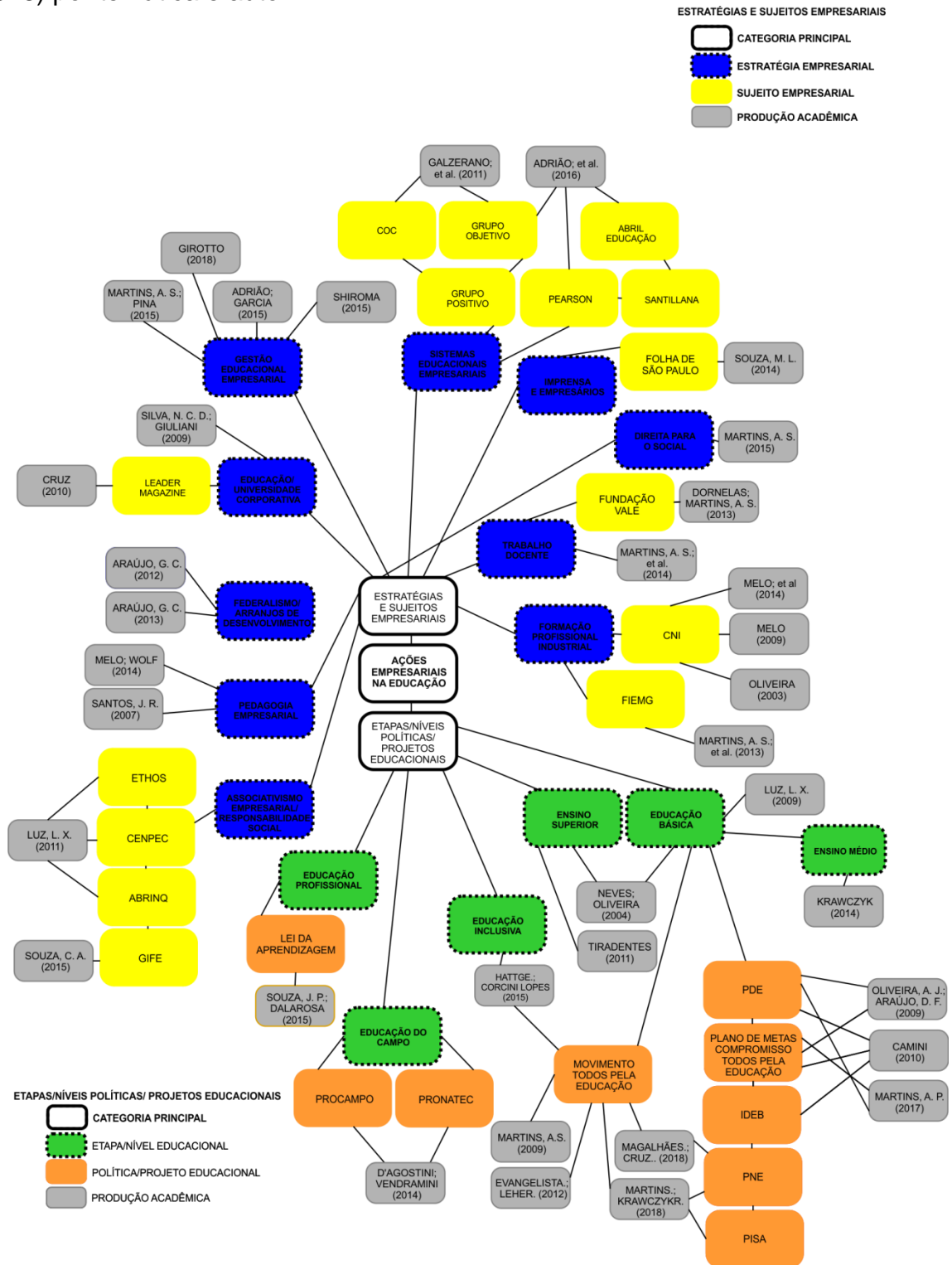
O primeiro dossiê, “Interfaces entre o público e o privado para a oferta educacional: desafios contemporâneos” apresenta artigos de pesquisadores e centros de pesquisa do Brasil, Chile, Espanha e Inglaterra. O conjunto de artigos

trata da relação entre a esfera pública e a privada e quais as implicações para a política educacional, sobretudo, pela questão da desigualdade educacional em diferentes países, especialmente no Brasil.

O segundo, “Privatização e militarização: ameaças renovadas à gestão democrática da escola pública” apresenta artigos de pesquisadores e centros de pesquisa nacionais e internacionais. O conjunto de artigos trata a respeito do papel do Estado como principal sujeito na elaboração de políticas sociais. O fortalecimento da lógica do Capital e a privatização da educação em países da América do Sul, como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Também é possível destacar o processo de militarização da educação pelas transformações de escolas públicas em colégios militares.

Além do panorama de periódicos, em que é possível identificar artigos que tratam a respeito da ação empresarial na educação, também organizamos os artigos por temáticas. O organograma 1, a seguir, apresenta a relação dos autores e as temáticas de estudo.

Organograma 1: Ações empresariais na educação - Artigos em Periódicos (2003-2018) por temática e autor



Fonte: O autor.

É possível visualizar, no organograma anterior, que a partir categoria “Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira”, foco de nosso estudo, organizamos os artigos em periódicos em dois agrupamentos, a saber:

- a) Etapas/Níveis, Políticas/Projetos Educacionais: onde procuramos agrupar as produções que abordam políticas e projetos educacionais que se referem a diferentes níveis e etapas da educação escolar brasileira sob a influência empresarial.
- b) Estratégias e Sujeitos Empresariais: esse agrupamento engloba as produções que abordam estratégias e sujeitos do campo empresarial que interferem na educação.

A seguir, apresentamos os dados referentes às dissertações com temáticas relacionadas ao presente estudo.

1.1.2 Dissertações em Educação (2003-2018): empresários, empresariado, grupos empresariais e todos pela educação

No levantamento de dados sobre as dissertações em Educação, encontramos um total de 23 produções, organizadas nos descritores de busca já destacados, os quais representam: 4 empresários; 10 empresariado; 1 grupos empresariais; 1 grupos educacionais, e 7 todos pela educação

O quadro 2, a seguir, apresenta a relação completa das dissertações encontradas nas plataformas de busca por: descritor, autor, ano, Instituição de Ensino Superior (IES) e título.

Quadro 2: Dissertações sobre a ação empresarial na educação(2003-2018): descritor, autor, ano, IES e título

(continua)

EMPRESÁRIOS		
AUTOR	IES	TÍTULO
FERNANDES, A. P. (2003)	UFF	Os empresários como atores educativos - uma aproximação crítica à redefinição da relação trabalho e educação no contexto das políticas neoliberais.
ARAÚJO, M. R. (2007)	UFF	A (con) formação dos trabalhadores no Governo Lula sob o signo do mercado.
SEKI, A. K. (2014)	UFSC	O Capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?
WOLF, L. (2014)	UNICENTRO	A pedagogia vai ao porão: a pedagogia empresarial e Empreendedora e o processo de naturalização do social

Quadro 2: Dissertações sobre a ação empresarial na educação(2003-2018):
 descritor, autor, ano, IES e título

(continuação)

EMPRESARIADO		
AUTOR	IES	TÍTULO
LUZ, D. C. S. F (2007)	ESTÁCIO	Educação Corporativa: a proposta empresarial no discurso e na prática.
MEZNEK, I. (2012)	UNIOESTE	A universidade brasileira no período de 1960 a 2000: a influência empresarial em questão.
LOPES, V. P. M. (2013)	UEFS	A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das diretrizes e ações no município de Feira de Santana-BA (2001-2010).
SOUZA, J. P. (2014)	UNICENTRO	As organizações multilaterais, estado e empresariado na lei de aprendizagem nº 10.097/2000: ações e contradições.
SILVA, J. A. (2015)	UFRJ	Os Arranjos de Desenvolvimento de Educação (ADE): Regime de colaboração de novo tipo e mecanismo de reformulação do Sistema Nacional de Educação sob a direção do empresariado brasileiro.
ARAÚJO, S. B. (2016)	UECE	Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital: a Fundação Bradesco no centro do debate.
PAIXÃO, T. S. (2016)	UFJF	Classe social, hegemonia e educação: análise do projeto de educação integral do CENPEC para a re(organização) da escola pública.
ALMEIDA, C. L. O. (2018)	UFF	Contrarreforma do Ensino Médio: ações do empresariado brasileiro para uma educação da classe trabalhadora.
D'AVILA, J. B. (2018)	UNICENTRO	As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular.
KATREIN, C. (2018)	UFSC	Os Programas de Aprendizagem Profissional e o projeto do capital para a juventude trabalhadora.
GRUPOS EMPRESARIAIS		
AUTOR	IES	TÍTULO
GALZERANO, L. S. (2016)	UNICAMP	Grupos empresariais e Educação Básica: estudo sobre a Somos Educação.

Quadro 2: Dissertações sobre a ação empresarial na educação(2003-2018):
 descritor, autor, ano, IES e título

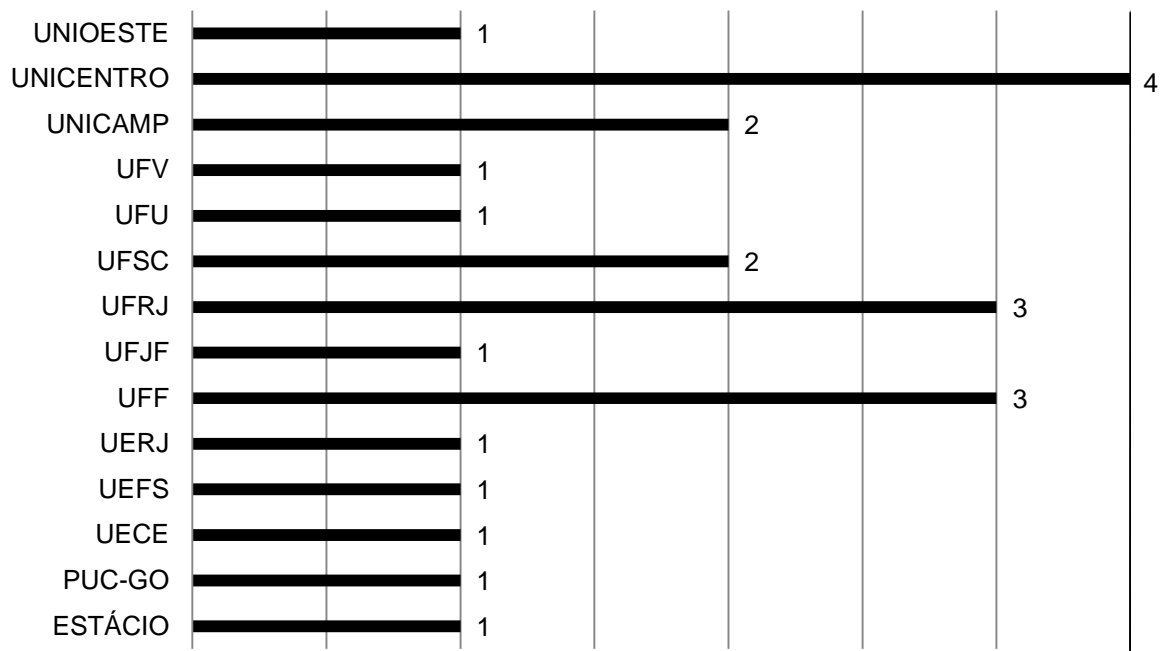
(conclusão)

GRUPOS EDUCACIONAIS		
AUTOR	IES	TÍTULO
SAKATA, K. L. S. (2018)	UNICENTRO	Programa gestão para aprendizagem: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação.
TODOS PELA EDUCAÇÃO		
AUTOR	IES	TÍTULO
MARTINS, E. M. (2013)	UNICAMP	Movimento "Todos pela Educação": um projeto de nação para a educação brasileira.
FREITAS, C. C. R. (2014)	UFRJ	Trabalho docente e a expropriação do conhecimento do professor: Movimento Todos Pela Educação e legislação educacional 2007-2014.
MACHADO, G. B. (2015)	UFU	Comitê local do Compromisso Todos Pela Educação: mobilização e participação do município de Uberlândia.
PIRES, E. C. (2015)	PUC-GO	O desvelamento do movimento todos pela educação e seus desdobramentos na política educacional do estado de Goiás.
GERALDO, D. S. S. (2016)	UFRJ	Formação continuada dos professores: análise da agenda do "Todos Pela Educação" e de sua atuação como forma de partido.
SOLANO ESPINOSA, B. R. (2017)	UERJ	Redes empresariais na política educacional: os casos do Brasil e da Colômbia.
SÉGALA, K. F. (2018)	UFV	A atuação do movimento "Todos Pela Educação" na Educação Básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico.

Fonte: O autor.

Na relação apresentada, é possível identificar 14 universidades, públicas e privadas, em que foram publicadas as dissertações. Para a visualização completa desse quadro, o gráfico 2, a seguir, apresenta o número de publicações e Instituições de Ensino Superior em questão.

Gráfico 2 – Dissertações sobre a ação empresarial na educação (2003-2018): instituição de publicação e número de publicações

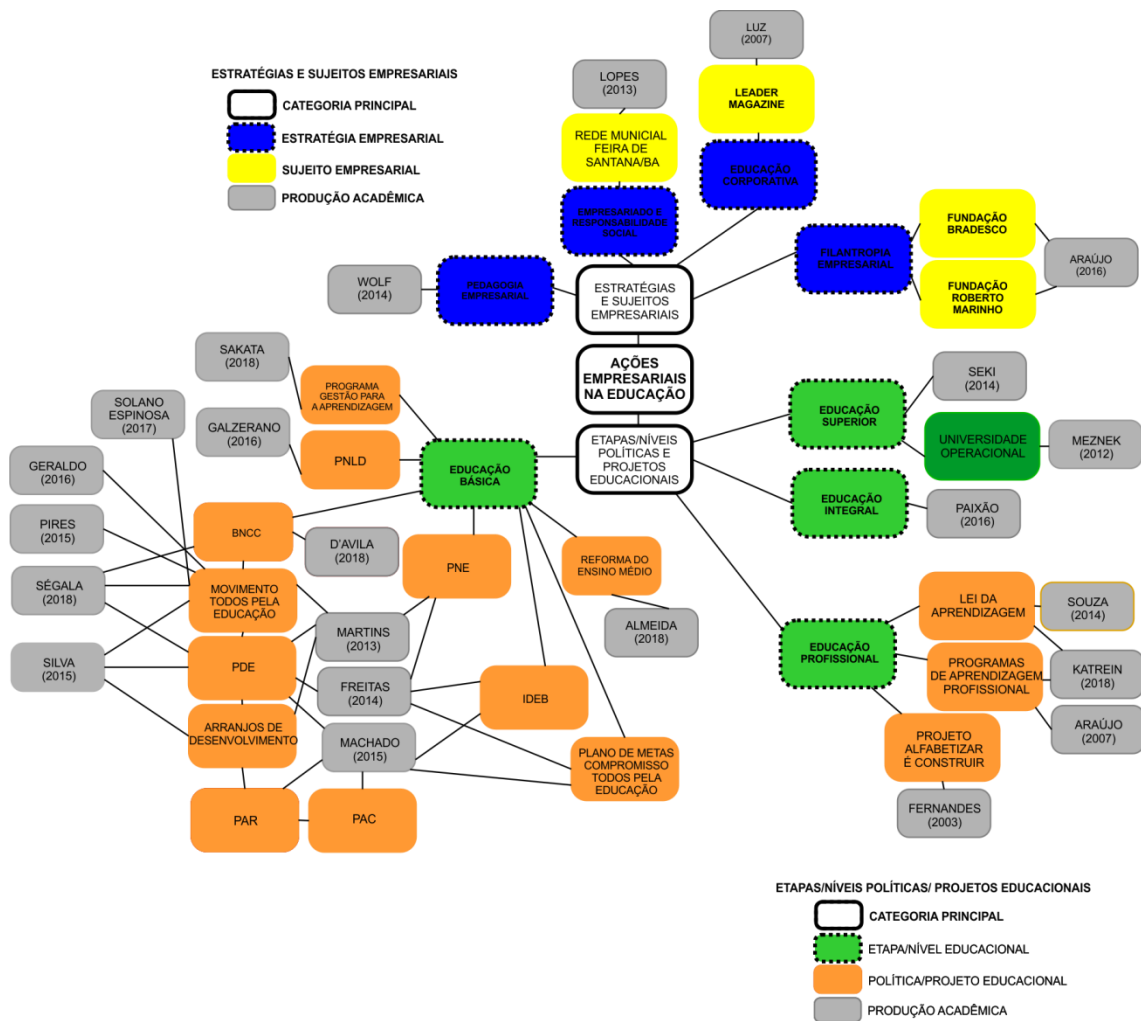


Fonte: O autor.

É possível observar, no gráfico anterior, que o número de produções está concentrado na Universidade Estadual do Centro-Oeste-PR com 4 textos, seguida da Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ com 3 textos e da Universidade Federal Fluminense-RJ com 3 textos.

Além dessa organização, as dissertações encontradas nessa revisão de literatura revelaram temáticas específicas e que se relacionam à nossa pesquisa. O organograma 2, a seguir, apresenta a relação dos autores e as temáticas de estudo.

Organograma 2: Ações empresariais na educação - Dissertações em Educação (2003-2018) por temática e autor



Fonte: O autor.

Também organizamos o organograma anterior, a partir da categoria “Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira”, as dissertações em educação foram organizadas em dois agrupamentos, a saber:

- Etapas/Níveis, Políticas/Projetos Educacionais: onde estão as produções que abordam políticas e projetos educacionais que se referem a diferentes níveis e etapas da educação escolar brasileira, sob influência empresarial, destacamos nessa organização a Educação Básica e as políticas educacionais que a ela correspondem como a subcategoria que mais teve trabalhos publicados.
- Estratégias e Sujeitos Empresariais: também diz respeito às produções que englobam as estratégias e sujeitos do campo empresarial que interferem na

educação, destacamos a pedagogia empresarial, a responsabilidade social, a educação corporativa e a filantropia empresarial.

A seguir apresentamos os dados referentes às teses em Educação com temáticas relacionadas ao presente estudo.

1.1.3 Teses em Educação (1997-2018): empresários, empresariado, grupos empresariais e grupos educacionais e todos pela educação

No levantamento de dados, a partir das teses em Educação, encontramos um total de 18 produções, organizadas nos descritores de busca, a saber: 2 empresários; 5 empresariado; 2 grupos empresariais; 2 grupos educacionais e 7 todos pela educação.

O quadro 3, a seguir, apresenta a relação completa das teses encontradas nas plataformas de busca, por: descritor, autor, ano, Instituição de Ensino Superior (IES) e título.

Quadro 3: Teses sobre a ação empresarial na educação (1997-2018): descritor, autor, ano, IES e título

(continua)

EMPRESÁRIOS		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
RODRIGUES, J. S. (1997)	UNICAMP	O Moderno Príncipe Industrial: O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.
PINA, L. D. (2016)	UFJF	“Responsabilidade social” e educação escolar: O projeto de Educação Básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo.
EMPRESARIADO		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
LUZ, L. X. (2009b)	UNICAMP	Participação do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina.
MELO, A. (2010)	UFPR	O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a Educação Básica nos anos 2000.

Quadro 3: Teses sobre a ação empresarial na educação (1997-2018): descritor, autor, ano, IES e título

(continuação)

EMPRESARIADO		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
SOUZA, M. L. (2010)	UFF	As letras e o consenso: burguesia, educação, imprensa e hegemonia.
SOUZA, L. M. (2012)	UFU	Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores.
MIRANDA, F. S. M. P. (2018)	UNISO	Empresariado industrial: reflexos do lobby na educação profissional no Brasil.
GRUPOS EMPRESARIAIS		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
MEZAROBBA, G. (2017)	UTP	Imperialismo e educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990-2014).
SANTOS, A. V. (2018)	UCB	A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
GRUPOS EDUCACIONAIS		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
SANTOS FILHO, J. R (2016)	UFPA	Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.
SANDRI, S. (2016)	UFPR	A relação público-privado no contexto do Ensino Médio brasileiro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública.
TODOS PELA EDUCAÇÃO		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
CAMINI, L. (2009)	UFRGS	A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação.

Quadro 3: Teses sobre a ação empresarial na educação (1997-2018): descritor, autor, ano, IES e título

(conclusão)

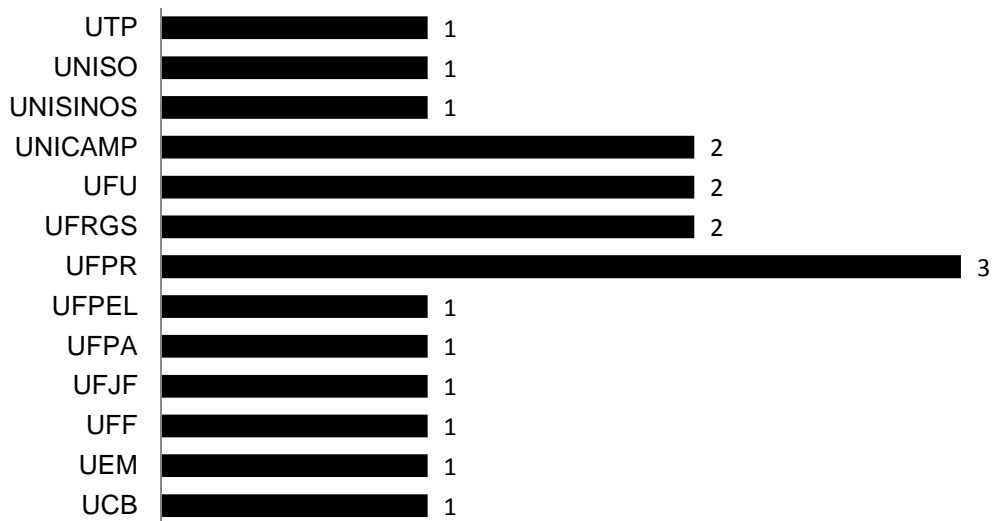
TODOS PELA EDUCAÇÃO		
AUTOR	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
VOSS, D. M. S. (2012)	UFPEL	Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na gestão do Plano de Ações Articuladas (PAR) e seus efeitos: Um estudo de caso no município de Pinheiro Machado (RS).
HATTGE, M. D. (2014)	UNISINOS	Performatividade e inclusão no Movimento Todos Pela Educação.
SCHUCH, C. C. T. (2014)	UFRGS	A implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação em um município do Rio Grande do Sul: um olhar sobre a efetividade institucional da secretaria municipal de educação.
SOUZA, V. A. (2014)	UFU	O Plano de Metas “Compromisso Todos Pela Educação”: desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente.
COSSETIN, M. (2017)	UEM	As políticas educacionais no Brasil e o Movimento Todos pela Educação: parcerias público-privadas e as intencionalidades para a educação infantil.
PINHEIRO, D. O. (2018)	UFPR	O Movimento “Todos Pela Educação”: O público, o privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil.

Fonte: O autor.

É importante destacar que a análise das teses apresentou o trabalho de Rodrigues (1997) como a única publicação encontrada sobre o tema na década de 1990. Além desse aspecto, na relação apresentada, é possível identificar 13 universidades, públicas e privadas, em que foram publicadas as teses.

Para a visualização completa desse quadro, o gráfico 3, a seguir, apresenta o número de publicações e Instituições de Ensino Superior em questão.

Gráfico 3: Teses sobre a ação empresarial na educação (1997-2018): instituição de publicação e número de publicações

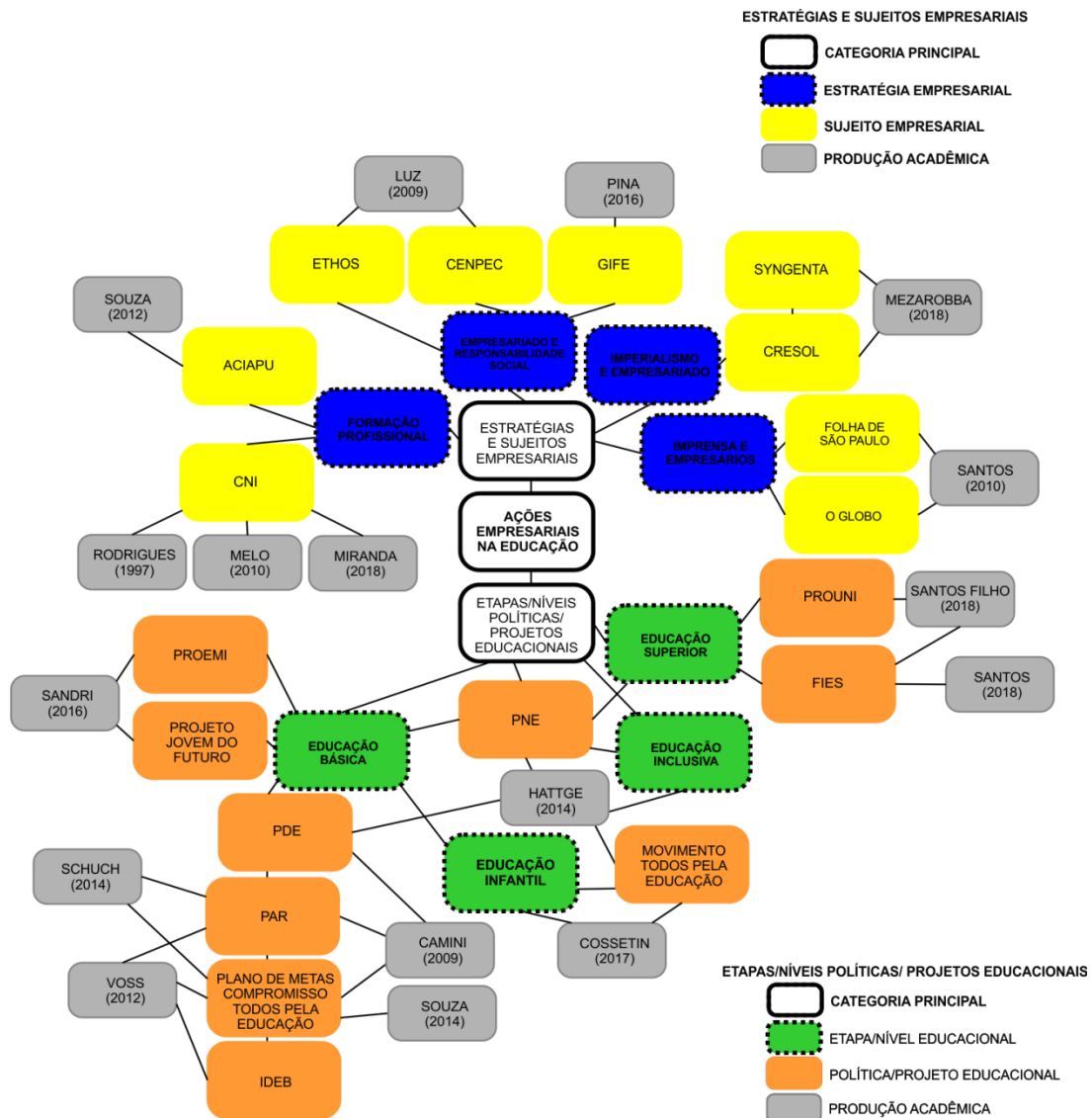


Fonte: O autor.

É possível observar, no gráfico anterior, que as instituições em que mais identificamos trabalhos publicados foram: a Universidade Estadual de Campinas-SP, com 2 teses e a Universidade Federal do Paraná-PR, também com 2 teses.

As teses encontradas nessa revisão de literatura também foram organizadas em temáticas específicas que se relacionam à temática investigada. O organograma 3, a seguir, apresenta a relação dos autores e as temáticas de estudo.

Organograma 3: Ações empresariais na educação - Teses em Educação (1997-2018) por temática e autor



Fonte: O autor.

É possível visualizar, no organograma anterior, que, sobre a categoria “Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira”, as teses em educação podem ser organizadas em dois agrupamentos, a saber:

a) Etapas/Níveis, Políticas/Projetos Educacionais: procuramos nesse agrupamento relacionar as produções que abordam políticas e projetos educacionais que se referem a diferentes níveis e etapas da educação escolar brasileira, sob influência empresarial, nesse sentido, percebemos que Educação Básica foi a subcategoria em que mais teve trabalhos publicados.

b) Estratégias e Sujeitos Empresariais: esse agrupamento engloba os trabalhos que abordam estratégias e sujeitos do campo empresarial que interferem na educação, destacamos as estratégias de formação profissional industrial, responsabilidade social, imperialismo e imprensa.

Para além das possibilidades que o mapeamento das produções por autor, ano, instituição de publicação e temáticas de pesquisa, procuramos também nos aproximar desse conjunto pela análise de seu conteúdo. Para tanto, a seguir, apresentamos as categorias de análise de conjuntura utilizadas para identificar, na produção acadêmica, quais os elementos mais discutidos a respeito da ação empresarial na educação brasileira.

1.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE DE CONJUNTURA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Consideramos que as categorias de análise de conjuntura são um importante instrumento para a análise das produções acadêmicas. Desse modo, utilizamos das *categorias de análise de conjuntura*, elaboradas por Souza (1984): *acontecimentos, cenários, sujeitos e relação de forças*.

Como um recurso metodológico, essas categorias representam uma leitura da realidade. Em seu conjunto, elas nos auxiliam na identificação dos elementos mais discutidos pela produção acadêmica a respeito da ação empresarial na educação. A seguir, apresentamos cada uma delas, de acordo com Souza (1984).

O(s) acontecimento(s) são alterações que afetam um grande número de pessoas numa sociedade. Um acontecimento pode ser uma mudança econômica, política, social e revela um grande impacto na causalidade, por exemplo: greves, eleições, golpes políticos, crises econômicas, políticas de governo etc.

O(s) cenário(s) são os espaços em que se desenvolvem os acontecimentos. Os cenários, por exemplo, numa ditadura militar serão necessariamente diferentes dos cenários de uma sociedade democrática. “Numa, talvez o quartel, noutra, o parlamento, as ruas e as praças”. (SOUZA, 1984, p. 11-12),

Os sujeitos são as pessoas, as empresas, os partidos políticos, os quais, individualmente ou coletivamente representam interesses na realidade e, por isso, também são identificados de acordo com a classe social, a categoria profissional, o partido político ou empresa em que estão vinculados.

As relações de forças são uma aproximação com o movimento da realidade, elas se desenvolvem e podem se realizar de diferentes formas, de confronto, de coexistência, de cooperação, de domínio, de alianças etc. Por meio dessa categoria, é possível identificar os movimentos, as contradições, os limites e as possibilidades do objeto investigado.

Além disso, são analisadas também as relações entre o desenvolvimento das forças produtivas⁶ e as relações sociais de produção⁷, presentes na realidade, buscando uma *articulação* entre estrutura e superestrutura.

Com base nas categorias de análise de conjuntura destacadas, selecionamos, no conjunto da revisão apresentada, os autores que contribuem mais diretamente para a análise do nosso objeto de pesquisa, a saber: Rodrigues (1997); Neves e Oliveira (2004); Santos (2004); Luz (2009); Cruz (2010); Melo (2010); Souza (2010); Voss (2012); Lopes (2013); Martins et al. (2013); Martins et al. (2014); Krawczyk (2014); Seki (2014); Souza (2014); Martins (2015); Souza (2015); Araújo (2016); Paixão (2016); Pina (2016); Cossetin (2017); D'ávila (2018) e Mezarobba (2018).

Nas produções acadêmicas desses autores sobre a ação empresarial na educação brasileira, daremos destaque para as suas contribuições acerca das categorias de análise de conjuntura, a serem apresentadas a seguir.

1.2.1 Análise da produção acadêmica pelas categorias de análise de conjuntura

Apresentamos nesta seção, a partir da leitura da produção acadêmica, pelas categorias de análise de conjuntura, quais os principais elementos discutidos sobre a ação empresarial na educação brasileira.

Com base nas leituras realizadas, destacamos que a reorganização do modo de produção capitalista, no contexto de crise da segunda metade do século XX, foi o principal acontecimento destacado nas análises para o desenvolvimento da ação empresarial na educação brasileira.

⁶ As forças produtivas se constituem pela soma dos meios de subsistência com os meios de produção. (MARX, 2003a).

⁷ As relações sociais de produção são constituídas pela soma da força-de-trabalho com os meios de produção e subsistência. No capitalismo, as relações sociais de produção estão fundamentalmente organizadas pela divisão entre a propriedade das forças produtivas e a venda da força de trabalho. (MARX, 2003a).

Esse acontecimento, que reestabeleceu uma nova dinâmica na acumulação capitalista mundial, possibilitou que a ação empresarial na educação brasileira se organizasse e estruturasse. Para a realização desse processo, identificamos que as reestruturações dos sistemas de produção taylorista e fordista influenciaram, além da reorganização dos processos produtivos, também na formação da força de trabalho.

A acumulação flexível, decorrente desse processo, determinou o aumento dos níveis de produtividade das empresas, e impôs ao trabalhador adaptação às novas formas de extração de mais-valia. O aumento da produtividade, a inserção de novas tecnologias nos processos produtivos, além da formação de um trabalhador multifuncional, foram algumas das mudanças que acarretaram nesse processo. Conjuntamente a essa reorganização da produção por bases flexíveis, o Capital também necessitou de uma reorganização das suas organizações de poder.

Como resposta, o neoliberalismo se apresenta como um acontecimento necessário ao desenvolvimento do Capital. Essa prática político-econômica, que visa o desenvolvimento de atividades empreendedoras, individuais, no âmbito de um Estado, é caracterizada pela defesa da propriedade privada e do acesso ao livre mercado. Para o neoliberalismo, o Estado tem a função de criar e preservar as estruturas de organização da sociedade e utilizá-las para garantir, caso necessário, também pelo uso da força, o funcionamento do sistema. Segundo a pesquisa de Voss (2012), o neoliberalismo se realiza como uma racionalidade política que, por meio das ações governamentais, difunde a lógica da concorrência, tendo como princípio norteador o mercado.

Nesse cenário, o neoliberalismo multiplica a ação empresarial nas áreas de intervenção do Estado, fazendo com que toda a sociedade se organize por essa mesma lógica. Por meio das políticas educacionais, a educação escolar passa a servir aos interesses empresariais, visando a competitividade, a produtividade e o controle de resultados. Sobre essa questão, Souza (2015) destaca que, por estar numa relação de dependência no capitalismo mundial, o Brasil se reafirma, sobretudo, enquanto um lugar de cópia e consumo de ciência e tecnologia na educação.

As políticas educacionais são direcionadas, portanto, pelos países de capitalismo central, que controlam a formação dos trabalhadores nos países dependentes. Mezarobba (2018) comenta que é pelo desenvolvimento do

imperialismo que a prática político-econômica neoliberal se difunde. Por meio de políticas neoliberais imperialistas, países imperialistas utilizam de formas de controle para organizar, ampliar, e influenciar, econômica, política e ideologicamente a formação educacional em países dependentes do capitalismo mundial, como o Brasil.

Para realizar esse processo, a Terceira Via aparece nas análises como uma atualização das políticas neoliberais no contexto mundial. Essa prática política, que visa diminuir a intervenção do Estado, representa uma complexidade de relações, de sujeitos sociais e políticos na configuração do espaço público e privado. No campo educacional, essa prática política representa uma alternativa de difusão do processo de ação empresarial, que busca, sobretudo, as parcerias entre a sociedade civil e o Estado. Para Cossetin (2017), a Terceira Via está articulada à ideia de impossibilidade de outra forma de organização social que não seja a capitalista. Nesse sentido, Souza (2014) também aponta que, a Terceira Via é uma perspectiva de humanização do capitalismo, que defende a possibilidade desse sistema ser governado e regulado também pela sociedade civil.

No desenvolvimento da Terceira Via é difundida a concepção de Terceiro Setor, que se constitui como um conjunto de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Segundo Luz (2009), essas organizações agem na produção e distribuição de bens e serviços públicos, como a educação. Nesse cenário, identificamos o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), como um dos principais sujeitos analisados. Essa organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, foi fundada no ano de 1987, e tem como principais parceiros, o Ministério da Educação (MEC), a Fundação Itaú Social, a Fundação Roberto Marinho e Instituto Votorantim. O CENPEC é uma organização que tem como objetivo o desenvolvimento de projetos, pesquisas e metodologias voltadas à educação pública. Paixão (2016) caracteriza o CENPEC como uma organização de função política, que serve de instrumento de formulação e difusão de referências empresariais e de organização da educação pública.

No contexto nacional, na medida em que agregam novos interesses, as ações das organizações do Terceiro Setor, na educação, vão articulando-se em torno de novas alianças. Por meio de parcerias com o Estado, essas organizações da sociedade civil realizam, cada vez mais, a direção e o domínio da educação escolar brasileira. Para Martins (2015), com essas parcerias, a classe empresarial coloca, à

serviço da sociedade, sua experiência na condução dos negócios e seus preceitos de eficiência e produtividade, de modo a estabelecer formas de tratamento das questões educacionais adequadas aos padrões de acumulação capitalista.

Também é importante destacarmos que a participação de sujeitos empresariais na educação não é recente, e que a questão da filantropia, que se inicia no Brasil, desde a colonização, é identificada como uma das primeiras estratégias de ação empresarial na educação. Historicamente, a filantropia se apresenta como uma estratégia flexível da ação empresarial na educação, a qual, inicialmente, desenvolve-se na área da saúde, com a instalação das chamadas *Santas Casas*⁸. Segundo Araújo (2016), a filantropia convida todos os tipos de organizações para estabelecer parcerias, sejam elas de atividade financeira ou de pesquisa e apresenta, no contexto nacional, momentos históricos distintos:

- a) A Filantropia caritativa, que se desenvolve a partir da colonização, até meados de 1889. Esse período é caracterizado pelo financiamento das ações por meio de *obras pias*, regulamentada por testamentos, subscrições e auxílios provinciais, realizados pela junta da Fazenda Nacional e pela Câmara Municipal do Império. Os principais sujeitos atendidos eram pessoas marginalizadas pela sociedade como: órfãos, mendigos, deficientes físicos, enfermos, doentes mentais, que recebiam tratamento numa mesma instituição, sem uma atenção especializada.
- b) A Filantropia higiênica, de característica médico-religiosa, desenvolve-se entre 1889 e década de 1920. Nessa etapa, as ações também eram financiadas pela junta da Fazenda Nacional e pela Câmara Municipal do Império e com respaldo jurídico do 1º. Juizado de Menores do Rio de Janeiro do Código de Menores (Mello Matos), de 1927. A filantropia higiênica, diferente da fase anterior, subdividia seus atendimentos por especialidades: orfanatos, asilos e hospícios.
- c) A Filantropia disciplinadora, que se desenvolveu entre 1930 e 1945, ganhou destaque no período dos governos de Getúlio Vargas. Nesse momento histórico, a filantropia realizava suas ações de acordo com normas técnicas e disciplinamento dos sujeitos atendidos. O Departamento de Assistência Social de São Paulo, de

⁸ Uma das organizações que se destaca na área Filantrópica da saúde é a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos - CMB. Esta é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, fundada no dia 10 de novembro de 1963. Com sede em Brasília, a entidade é um órgão de união, integração e de representação das Federações de Misericórdias constituídas nos respectivos Estados, bem como das Santas Casas, Entidades e Hospitais Beneficentes. Atualmente, a CMB é composta por 16 Federações Estaduais, e representa 2.172 hospitais sem fins lucrativos em todo o país, dos quais 1.704 atendem o Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<http://www.cmb.org.br/cmb/index.php/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 14 de ago. 19.

1935, o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, de 1941 e o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, de 1938, são exemplos da criação de organizações do próprio Estado para tal atividade. Os atendimentos eram realizados nas áreas materno-infantil, proteção à infância, educação e na proteção de jovens.

d) A Filantropia partilhada profissionalizante se desenvolveu entre 1946 e 1964. Nesse período da filantropia, por meio de parcerias com o Estado, o empresariado atuou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), os quais desenvolveram ações que visavam a formação de trabalhadores. Essas parcerias eram firmadas pelo Registro Geral de Instituições, de 1951, pela Cota Patronal Previdenciária, de 1959, e pela emissão dos certificados de filantropia para Empresas “Cidadãs”, de 1959.

d) A Filantropia de clientela, entre 1964 e 1985, era caracterizada por ações voltadas ao assistencialismo de caráter repressor. Sob influência da ditadura brasileira, destacam-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM, fundadas em 1964.

e) Filantropia empresarial caritativa, que se desenvolve após 1970, caracterizada por ser financiada pelo terceiro setor, essa fase reforça a ideia de desresponsabilização do Estado.

f) A Filantropia vigiada, desenvolveu-se entre 1985 e 1988, assumindo um caráter flexibilizado, realizando ações com a participação de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

g) Filantropia democratizada, inicia-se a partir de 1988 até o período atual, fundamentando-se na extensão de conselhos setoriais, organizações não governamentais, organizações civis e fundações empresariais. Firmada e regulamentada pelo Estado, com a Constituição Federal – CF, de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993, com a Lei do Voluntariado, de 1998, com a Lei da Filantropia, de 1998, e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termo da Parceria, de 1999.

A partir dos períodos acima mencionados, é possível perceber que a filantropia está presente no contexto brasileiro há mais de quatro séculos e ampliou seu campo de ação para diferentes setores da sociedade brasileira. Sobre essa questão, Araújo (2016) analisa as ações dos sujeitos Fundação Bradesco e

Fundação Roberto Marinho que desenvolvem ações correspondentes à filantropia empresarial. Para a autora, as ações filantrópicas dessas organizações, das áreas financeira e de opinião pública, mascaram uma importante estratégia de *marketing* social, praticada em nome de um assistencialismo utilitário, atrelado aos interesses da melhoria dos negócios das empresas, no desejo de reproduzir, a partir do velho, o novo. Assim, o Capital reformula a nomenclatura e apresenta parte de sua face de apaziguamento dos problemas sociais.

Nesse sentido, também identificamos que é a partir do período da filantropia partilhada profissionalizante, que as ações empresariais começam a ganhar espaço na educação, e que é na segunda metade da década de 1990, em que as ações empresariais começam a ser organizadas como um projeto para a educação. Sobre isso, Pina (2016) ressalta que, anterior a esse período, as ações empresariais eram fragmentadas e descontínuas.

Para resolver essa situação, identificamos como uma das principais organizações coletivas da ação empresarial na educação, o sujeito composto pelo Grupo de Instituições Fundações e Empresas (GIFE). Para essa organização de representação empresarial, a filantropia foi utilizada no cenário nacional como sinônimo de investimento social privado. De acordo com o GIFE, essa denominação foi adotada na fundação do grupo, em 1995, e serve para distinguir as atividades de seus membros, associando-os às chamadas questões *sociais*⁹ e ao *grantmaking*¹⁰.

Atualmente, a organização do GIFE é composta por um total de 157 membros, dentre eles: fundações e institutos corporativos e familiares, fundos independentes, fundações comunitárias e empresas de diferentes áreas da economia. Alguns desses membros são reconhecidos pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE, como Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). De acordo com D'ávila (2018), as FASFIL representam, no Brasil, o número de 290,7 mil estabelecimentos, destes, 17.664 mil realizam atividades no âmbito da educação, da pesquisa e da formação do trabalhador.

⁹ As questões sociais, das quais as empresas se referem, é uma concepção que envolve um quadro de temáticas relacionadas à desigualdade, entre elas, educação, saúde, moradia, transporte e etc. Para Iamamoto (2001), esse quadro expressa as desigualdades geradas pela relação capital-trabalho no contexto do capitalismo atual.

¹⁰ A Rede temática de Grantmaking, lançada em 2018, no 10º Congresso GIFE, foi criada para ser um espaço de aprendizado e troca de experiências com o intuito de fomentar, qualificar e ampliar a prática do financiamento de projetos sociais já existentes no Brasil. A Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto C&A, são as organizações que coordenam a rede. Disponível em: <<https://gife.org.br/atuacao-em-rede/grantmaking/>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

Além do GIFE, destacamos também a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), como outro sujeito coletivo que representa a organização empresarial como um projeto na educação. Rodrigues (1997) comenta que a CNI tem se mostrado um dos mais importantes aparelhos de hegemonia da burguesia brasileira. De acordo com o autor, mesmo sendo fundada em 1938, é no período da década de 1990 que a CNI amplia suas ações para a educação.

Por meio das análises desse sujeito, identificamos que a Teoria do Capital Humano (TCH)¹¹ se destaca como uma estratégia empresarial na formação educacional. Por meio da TCH, a formação do trabalhador é considerada um investimento para o próprio indivíduo, e seu retorno atua como fonte de futuras satisfações e rendimentos.

Por essa estratégia empresarial, o trabalhador passa a ser considerado Capital e a sua educação como um investimento necessário para o acúmulo de Capital Humano. Para Melo (2010), a TCH é fundamental para a inovação nas empresas, não somente para que os trabalhadores possam se adequar às tecnologias, mas também para que possam criar formas mais eficientes de produzir. Além disso, essa estratégia de formação, para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, se dá numa perspectiva que procura o desenvolvimento de novas habilidades, mais flexíveis às atitudes, valores, objetivos, missões e culturas das empresas. Sobre essa questão, Cruz (2010) e Santos (2004) identificam que a TCH é um sistema de desenvolvimento de trabalhadores para o aumento da produtividade, de acordo com o *ethos* das empresas.

Também identificamos, na análise das produções acadêmicas, que a responsabilidade social é uma das principais estratégias do desenvolvimento da ação empresarial na educação. Para Krawczyk (2014), a responsabilidade social é utilizada para nomear o processo de descentralização de responsabilidades e atribuições do Estado para o mercado.

¹¹ A origem desta teoria está relacionada ao surgimento da disciplina de Economia da Educação, na década de 1950, nos Estados Unidos. O principal formulador desta disciplina é Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago na época. Para a Teoria do Capital humano o trabalho, quando qualificado por meio da educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Verbete elaborado por Lalo Watanabe Minto, Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_do_capital_humano.htm>.

Por meio dessa estratégia, as ações empresariais, na educação, procuram construir uma nova consciência política coletiva, que se expressa na noção de consciência empresarial cidadã e de cidadania. De acordo com Martins (2015), alargada para o conjunto da sociedade, a responsabilidade social significaria o empenho de todos na construção da coesão cívica e produção do bem-comum. Para analisar essa estratégia, o autor elabora o conceito de “direita para o social”¹², que se refere às ações empresariais na educação que propõem noções de cidadania, de participação, de democracia e de solidariedade. Para o autor, esse processo remete às mudanças culturais das últimas décadas, que correspondem à reorganização da classe empresarial na afirmação da hegemonia, assegurando o processo de dominação política, moral, intelectual e de exploração econômica.

Como um dos principais sujeitos identificados na revisão de literatura, o Instituto Ethos – Empresas e Responsabilidade Social (IE), fundado em 1998, é uma das organizações da sociedade civil com destaque no desenvolvimento das ações empresariais ligadas à responsabilidade social. De acordo com Pina (2016), essa organização destina as suas ações para fortalecer a articulação empresarial na educação e para realizar a implementação de políticas de coesão social e, assim, estabelecer novas formas de parcerias com o Estado.

As análises indicam que a década de 1990 foi o período em que aconteceu a efetiva participação das organizações da sociedade civil no Estado. Nesse cenário, foram desenvolvidas as principais ações que regulamentaram a participação das organizações da sociedade civil na educação. Para tanto, a chamada Reforma do Aparelho do Estado, do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é indicada nas análises como o acontecimento, no contexto nacional, que possibilitou a participação efetiva das organizações empresariais na educação escolar. De acordo com Martins et al. (2014), o protagonismo empresarial se consolida como marca nesse período.

A Reforma do Estado, iniciada na década de 1980, envolveu um conjunto de reformas institucionais, com o intuito de ajustar o Estado brasileiro às determinações do padrão da acumulação capitalista, decorrente da reestruturação produtiva. Um

¹² A gênese da “direita para o social”, no Brasil, encontra-se ligada à história do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Esse organismo, criado em São Paulo, em 1987, protagonizou, no campo empresarial, embates na disputa pela direção política, intelectual e moral da sociedade como um todo, demonstrando conhecer que o exercício da dominação de classe, nas sociedades contemporâneas, só se realiza com estratégias de obtenção do consenso. (MARTINS, 2015).

exemplo desse processo é o chamado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, desenvolvido por meio do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Bresser Pereira.

O Plano Diretor ofereceu as condições necessárias para a participação empresarial na educação escolar, com ênfase nas áreas sociais, como a educação, a saúde, a previdência social e a legislação trabalhista. Nesse sentido, a Reforma do Aparelho do Estado propôs a redução das intervenções do Estado, tido como ineficiente.

O Consenso de Washington, de 1989, que se refere ao processo mundialização do Capital, fase em que as relações capitalistas necessitam de estruturas de poder que facilitem a privatização, a desregulamentação do trabalho, bem como a transnacionalização das grandes corporações, exerceu forte influência na Reforma do Estado no Brasil. Sujeitos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) determinaram, por meio de políticas neoliberais, diretrizes econômicas de desenvolvimento para apoiar o desenvolvimento econômico. Para Melo (2010), o Brasil ficou à mercê desse processo, deixando de produzir uma estratégia própria de desenvolvimento.

Na educação, a Reforma do Estado promoveu a adaptação dos sistemas de ensino ao modelo gerencial, em consonância com os marcos regulatórios dessas agências de financiamento internacionais. Nesse contexto, identificamos que a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien-Tailândia, na década de 1990, foi um acontecimento que direcionou a formação educacional adaptada aos ditames do Capital.

A Conferência de Jomtien marca o desenvolvimento de uma concepção de educação globalizada, que é fortalecida pelas alianças entre os governos com os setores não governamentais. Para Paixão (2016), as diretrizes firmadas em Jomtien foram repactuadas no Fórum Mundial de Educação, ocorrido em Dakar, em 2000 e, recentemente, no Fórum Mundial de Educação, realizado em Incheon, Coreia do Sul, em 2015. Para a autora, essas diretrizes revelam uma visão ufanista da educação, em que a coloca como um processo capaz de transformar o mundo e as pessoas, sem ser preciso alterar os elementos objetivos e subjetivos das relações capitalistas de produção da existência humana.

Ainda, é possível visualizar, nesse cenário de encaminhamentos de políticas neoliberais para a educação, em países de capitalismo dependente, que a difusão da ideia de uma educação capaz de transformar o mundo está também presente no Relatório Jacques Delors – Educação Um tesouro a Descobrir, lançado em 2006. O Relatório Delors funcionou como um guia educacional global para a criação de políticas educacionais, e foi elaborado para difundir formulações empresariais que vinculam a formação humana à TCH.

Paixão (2016) destaca que as principais estratégias e orientações desse Relatório são a definição de educação ao longo da vida, baseada nos pilares, aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a aprender. Além disso, inseridas no contexto mundial do capitalismo, esses encaminhamentos procuram realizar uma forma de mobilização internacional, que visa o desenvolvimento da chamada aldeia educacional global ou sociedade educativa do Capital.

No contexto da década de 2000, as ações empresariais na educação são ampliadas. Sobre isso, Neves e Oliveira (2004) comentam que os sujeitos que assumem o Estado brasileiro, nesse período, realizam o mesmo estreitamento de laços do empresariado com o Estado, para a realização de ações na educação.

Pelos impactos causados pela reconfiguração e dinâmica do Estado, as análises indicaram novas alianças entre a sociedade política e a sociedade civil. Para Martins et al. (2014), o modelo neoliberal de Estado não foi revisto, mas aperfeiçoado com verniz social. Na educação escolar, os empresários assumiram cada vez mais o domínio e a direção, o que significou, de acordo com Martins et al. (2013), que as políticas de governo, da década de 2000, foram fortemente marcadas pela perspectiva empresarial no projeto de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Apesar dessa constatação, identificamos análises diferentes, nos autores que se debruçam sobre essa questão. Lopes (2013) e Seki (2014) destacam dois grandes grupos de autores, com visões distintas: a) aqueles que sustentam a tese de ruptura nas políticas educacionais entre os governos do Partido dos Trabalhadores e PSDB e; b) aqueles autores que sustentam a tese de continuidade no modelo de políticas educacionais.

Para o primeiro grupo, há dois traços característicos. O primeiro traço destaca uma ruptura nas políticas educacionais entre as décadas de 1990 e 2000. Para esse

conjunto de autores, a possibilidade de entrada da classe trabalhadora num sistema elitizado de Educação Superior, realizou-se por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2005. Isso representou um importante passo na democratização da sociedade brasileira. O segundo traço, diz respeito aos autores que ressaltam positivamente as parcerias entre a sociedade civil e o Estado. Para esse conjunto de autores, a ideia de crise do modelo de gerenciamento do Estado coloca a necessidade das parcerias.

Para o segundo grupo de autores, que sustentam a tese de continuidade no modelo de políticas educacionais, aparecem três principais traços característicos. O primeiro deles diz respeito ao apagamento das fronteiras entre o público e o privado, destacando-se, nas análises, a Lei nº 11.079, de 2004, que regulamentou as parcerias público-privadas. O segundo traço, diz respeito à presença de Organizações Multilaterais (OM) na construção de políticas educacionais, onde aparecem sujeitos como: Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O terceiro traço versa sobre os interesses capitalistas nas políticas educacionais, sobretudo, na oferta de material didático, na assessoria privada e na subvenção pública para a oferta de vagas em instituições privadas.

Nesse processo, percebemos que o empresariado atuante passou a intervir diretamente na formulação das políticas educacionais desenvolvidas no interior do Estado. Nesse sentido, identificamos semelhanças entre as formulações empresariais que serviram de base para a definição de políticas educacionais, tanto nos governos de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 1995 e 2002, como nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2002 e 2010.

Além desses elementos, também identificamos o Plano de Ações Articuladas (PAR), de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, de 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, e a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, como algumas das principais medidas que expressam o favorecimento da participação empresarial na educação, no período posterior à década de 2000.

A partir desses elementos de análise, podemos afirmar que as políticas educacionais desenvolvidas nos períodos destacados vão ao encontro dos interesses empresariais, na área educacional, em relação às novas formas de acumulação do Capital. De acordo com Neves e Oliveira (2004), diferentemente do que se poderia esperar de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que historicamente fez a defesa intransigente da escola pública e gratuita, o governo, nesse período, abraçou e aprofundou a política privatista de educação, adotada pelos seus antecessores.

Também identificamos, em Souza (2010), uma análise da opinião pública, sobre alguns dos principais sujeitos individuais empresariais na definição de políticas educacionais no Brasil. Ao realizar a análise de notícias e entrevistas de sujeitos empresariais, presentes nos jornais A Folha de São Paulo e O Globo, o autor destaca que as publicações de alguns empresários do setor empresarial aumentaram nos governos Lula, com 459 artigos, em relação aos governos de FHC, com 374 artigos.

Para a análise dos empresários, o autor os organizou em três setores, financeiro, de serviços e industrial. Sobre o setor financeiro, o autor comenta que esses sujeitos defendem a educação como a solução para os problemas sociais, como importante instrumento para que eles sejam superados. Ao analisar os encaminhamentos dessa fração empresarial, o autor destaca as figuras de três representantes, Roberto Luis Troster, da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), Antonio Jacinto Matias, do Banco Itaú e da Fundação Itaú Social, e Pedro Moreira Salles, do Unibanco e do Programa Comunidade Solidária.

As questões, apontadas pelos referidos representantes do setor financeiro, perpassam a defesa da educação brasileira com o envolvimento de toda a sociedade: Estado, escolas, educadores, ONGs, família e iniciativa privada. Por esse caminho, fica evidente a defesa da ação efetiva do empresariado pela forma da responsabilidade social, apresentada como uma solução decisiva aos problemas educacionais brasileiros.

Sobre os representantes empresariais do setor comercial e de serviços, é destacado o sujeito Abram Szajman, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e do SESC/SENAC-SP. Esse sujeito relata a insuficiente presença do Estado na oferta de uma educação pública de qualidade e aponta o

SESC, o SENAC, o SESI e o SENAI como importantes sujeitos coletivos, atuantes no cenário da educação brasileira.

Assim, é possível identificar que a educação ocupa um lugar de destaque nos posicionamentos dos empresários, no entanto, a defesa é realizada com base no fundamento de uma educação voltada para o trabalho, uma forma de continuidade àqueles pressupostos empregados no processo da reestruturação produtiva do início da década de 1990.

Sobre o setor industrial aparecem sujeitos como Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau Johannpeter, Benjamim Steinbruch, Emílio Odebrecht e Viviane Senna. Esse conjunto de empresários elegeu como principais aspectos, relacionados à questão educacional, o crescimento econômico, os problemas sociais e o emprego. Nas entrevistas destacadas por Souza (2010), a questão da inovação tecnológica aparece como principal requisito para o crescimento econômico e a competitividade. Nesse contexto, a educação é colocada como um caminho, na visão dos empresários, para a preparação de pessoal qualificado, capaz de encontrar solução e ideias para melhorar a produção. Além disso, a educação, ofertada pelo terceiro setor, é encarada como um fator de garantia de emprego e enfrentamento de problemas sociais.

Diante do exposto, identificamos, de maneira geral, por meio das categorias de análise de conjuntura, que as principais características acerca da ação empresarial na educação foram desenvolvidas, sobretudo, pelos acontecimentos da reestruturação produtiva e da Reforma do Estado.

As políticas neoliberais, da década de 1990, reorganizaram, no cenário do Estado, a participação da sociedade civil que, por meio do chamado terceiro setor, passou a direcionar a organização e o desenvolvimento da educação escolar. Nessa direção, as estratégias empresariais do Terceiro Setor, como a Filantropia e a Responsabilidade Social, procuraram criar um consenso e organizar um projeto de nação, em que o empresariado passa a direcionar a formação educacional no Brasil.

Além de sujeitos individuais como Roberto Luis Troster, Antonio Jacinto Matias, Pedro Moreira Salles, Abram Szajman, Emílio Odebrecht, Jorge Gerdau Johannpeter, Viviane Senna e outros, identificamos também a CNI, o GIFE, o IE e o CENPEC como os principais sujeitos coletivos, e que passam a ser centrais nas estratégias de formação e de definição de políticas educacionais no Brasil.

De modo geral, esses elementos indicam que, na década de 1990, a participação empresarial influenciou mais diretamente a definição das políticas educacionais. De forma centralizada, pela sociedade civil organizada, as regulamentações nas políticas educacionais, que se iniciam nessa época, ocorrem sob a lógica da acumulação capitalista, seguindo a tendência de adaptação da educação às mudanças e exigências de organismos internacionais como: o Banco Mundial, a UNESCO, o BID e outros.

Observamos, também, na década de 2000, uma apropriação pelos representantes do capital dos espaços de discussão e de definição das políticas educacionais para a classe trabalhadora. No cenário do Estado, os interesses do mercado aparecem como centrais na formulação e implementação de políticas educacionais que se desenvolveram no período. Nesse sentido, foram desenvolvidas políticas educacionais que favoreceram alianças do governo com os interesses empresariais.

Sendo assim, no próximo capítulo, considerando os dados aqui coletados e apresentados, procuramos analisar o Estado, a luz do materialismo histórico e dialético, com o intuito de investigar a sua formação e relação histórica com o empresariado no Brasil.

CAPÍTULO 2

AS AÇÕES DO ESTADO PARA A HEGEMONIA EMPRESARIAL NO BRASIL

A partir das análises apresentadas no primeiro capítulo, identificamos, nas produções acadêmicas, que há uma variedade de expressões utilizadas sobre o Estado, as quais estão relacionadas às distintas perspectivas teóricas dos autores.

Por esse motivo, a definição explícita do conceito de Estado é fundamental para apresentar os encaminhamentos de nossa pesquisa, uma vez que, pelo conceito de Estado, temos uma possibilidade de aprofundamento do conjunto de análises no campo das políticas educacionais, que não estão imunes às contradições da realidade.

No presente capítulo, discutimos a função do Estado Burguês no desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil. Para isso, a nossa discussão foi organizada em alguns aspectos centrais:

a) Identificar e apreender, à luz da teoria marxista, que elementos compreendem a universalidade do Estado e quais as contribuições de Gramsci, para a análise da sociedade capitalista. Utilizamos como fundamentação teórica as contribuições de Engels (2010); Marx & Engels (2008) e Gramsci (1999; 2001; 2002b; 2005; 2007).

b) Evidenciar e caracterizar, por meio da análise da particularidade do Estado no Brasil, que ações foram realizadas no desenvolvimento da hegemonia empresarial no contexto nacional. Nesse item, utilizamos das contribuições de intelectuais brasileiros como: Ianni (1989; 1991); Prado Jr. (1985); Sodré (1980; 1983) e Saes (1985).

c) Discutir, a partir do conceito de Revolução Passiva, o desenvolvimento da Revolução Burguesa e da formação do consenso no Brasil. Para tanto, utilizamos das contribuições de Gramsci (2002); Coutinho (2001); Fernandes (2005) e Velho (2016).

d) Analisar o Partido dos Trabalhadores para identificar, em seus fundamentos de formação, metamorfoses e possibilidades no desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação. Para esse aspecto, utilizamos, entre outras, das contribuições de Iasi (2006; 2011; 2017); Iasi, Figueiredo & Neves (2019); Ribeiro (2010); Silva (2019); Abramo (1989); Souza (2002); Lopes (2013); Seki (2014); Gramsci (2004; 2007); Souza (2014); Cossetin (2017) e Pinheiro (2018).

Para o desenvolvimento deste capítulo, destacamos que, embora importante, não pretendemos realizar uma discussão sobre os aspectos que diferenciam a posição dos autores em suas análises. Nesse conjunto de autores, procuramos aproveitar as contribuições enquanto coletividade, sobretudo, para apresentar, nessa discussão, que elementos julgamos necessários ao estudo da hegemonia empresarial na educação brasileira.

Diante disso, na próxima seção, apresentamos, à luz da teoria marxista, os aspectos mais gerais do Estado, para que possamos identificar a sua universalidade para, posteriormente, aprofundarmos a análise sobre a sua particularidade histórica brasileira.

2.1 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA UNIVERSALIDADE DO ESTADO

Os elementos da universalidade do Estado que procuramos identificar, na teoria marxista, constituem-se na apreensão da dialética da história, pela necessidade de transformação da sociedade do Capital. Nessa perspectiva de análise, o Estado é considerado como um produto humano. Para Engels (2010), o Estado é um produto histórico que a sociedade, em certa fase de seu desenvolvimento construiu, mas que ainda não conseguiu se desvencilhar.

Assim, a análise da sociedade do Capital, pela teoria marxista, representa uma possibilidade de conhecimento do desenvolvimento histórico da complexidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Estado é tido como uma construção social, que se constituiu a partir das contradições emergentes do movimento da história da humanidade.

Para discutir a sua universalidade, devemos levar em consideração que, mesmo que o Estado tenha se desenvolvido, de modo particular nos diferentes modos de produção, residem nele algumas características comuns, que permanecem ao longo da história. Por isso, mesmo que o Estado tenha se consolidado com características específicas nos diferentes países, o Estado, em sua universalidade, apresenta elementos comuns que servem para caracterizá-lo desde a sua origem. Para Engels (2010), esse poder, nascido da sociedade e colocado acima dela, pode ser caracterizado, desde o seu desenvolvimento, por:

a) Um agrupamento da população realizado de acordo com a apropriação violenta e uma divisão territorial imposta. Essa apropriação violenta é o que

chamamos de propriedade privada, em que se impõe uma divisão, não mais pelo povo, mas por territórios, e cidadãos.

b) A instituição de uma força pública, onde os exércitos são utilizados como uma forma de proteção da propriedade privada. Sobre essa característica, a instituição de um corpo de guardas é criada para a manutenção da “ordem social”. Engels (2010) também aponta os acessórios materiais dessas forças do Estado, neles estão os cárceres e as instituições coercitivas, como as cadeias e prisões.

c) A aplicação de impostos e leis, a qual diz respeito às “contribuições” impostas aos cidadãos. Por meio do convencimento da imposição da ordem realizada pela força, houve o recolhimento de tributos e a possibilidade da manutenção do Estado pela criação de normas e regras.

Esse conjunto de elementos é utilizado para organizar as relações sociais num determinado contexto, e está presente nos diferentes modos de produção, ao longo da história. Assim, o Estado é utilizado historicamente pelas classes e grupos que possuem o domínio econômico, sendo posto a serviço dos seus interesses. Nesse sentido, o conjunto de recursos materiais e humanos do Estado serve aos interesses da classe dominante, ou conforme a afirmação de Marx & Engels (2008), sobre a análise da particularidade da sociedade capitalista, o Estado é um comitê executivo da burguesia para administrar seus negócios.

Diante disso, mesmo que se constitua hegemonicamente como um comitê executivo da classe dominante, historicamente o Estado também é identificado como um espaço de luta, da correlação de forças de diferentes grupos e classes sociais. Historicamente, pelas transformações ocorridas nos diferentes modos de produção, as funções do Estado também se complexificam para servir aos interesses de classes.

Nesse sentido, para apresentar esse desenvolvimento, no item a seguir, apreendemos o conceito de Estado, em Gramsci, para fundamentar a análise da hegemonia empresarial na particularidade da sociedade capitalista no Brasil.

2.2 A CONCEPÇÃO DE ESTADO EM GRAMSCI PARA A ANÁLISE DA SOCIEDADE CAPITALISTA

O desenvolvimento do conceito de Estado, em Gramsci (2007), está relacionado às transformações do capitalismo mundial, na virada dos séculos XIX e

XX, e das possibilidades da construção de um processo revolucionário. Nesse sentido, a guerra de movimento, conceito utilizado para se referir à luta armada e revolucionária, para Gramsci (2007), não se adapta às sociedades do Ocidente, pois a possibilidade de uma revolução nesse contexto não pode ser realizada somente como um assalto ao aparelho de poder do Estado. Para o autor, o conflito social nos Estados de tipo ocidental não se manifesta por meio de uma guerra de movimento conduzida em campo aberto.

Ao manifestar essa posição, Gramsci não está anulando a guerra de movimento da luta de classes, mas sim, realizando uma análise crítica dos limites e das possibilidades para a análise e transformação do Estado. De acordo com Ciccareli (2006), Gramsci se concentra sobre os fundamentos e os objetivos da revolução, que não se constituem somente sobre imediatismos e arbitrariedades aventureiras. Nessa perspectiva, Gramsci alerta que, em todo movimento há um elemento de direção consciente, de disciplina, que acaba sendo velado pelo fato de que existem correntes e grupos que defendem a espontaneidade como método. (GRAMSCI, 2007, p. 194).

No entanto, esses grupos ou correntes que defendem a espontaneidade para a guerra de movimento, refugiam-se, para Ciccareli (2006, p. 673), na defesa de um movimento político que se nega a reconhecer a existência de uma vontade política específica. Para Gramsci (2007), essas correntes desconsideram que a espontaneidade também deve ser “educada” e construída, isto é, pelo desenvolvimento de uma vontade coletiva que é reconhecida e afirmada parcialmente na educação e na ação dos sujeitos que compõem um movimento político. Por esse motivo, a consciência dos recursos, e dos limites, na guerra de movimento gramsciana, significa pensar numa vontade coletiva que cria uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida. (GRAMSCI, 2007, p. 16).

Nesse sentido, a análise do Estado, na sociedade capitalista, pela perspectiva gramsciana, está relacionada às possibilidades de luta nesse cenário e visa identificar, na articulação entre o Estado e a sociedade civil, as estruturas de poder das classes dominantes. Para Fontes (2010), Gramsci, além de abordar as condições sociais, políticas, culturais e ideológicas da expansão do capitalismo, concedeu especial atenção para os instrumentos internos de sustentação do sistema, onde o Estado é fundamental.

O Estado, em Gramsci (2007), é considerado apenas uma trincheira avançada da luta de classes, por trás da qual se situa uma robusta cadeia de “fortalezas e casamatas” e representa uma articulação entre a economia e a política. Essa articulação evidencia a característica fundamental do Estado para a análise da sociedade capitalista, onde a sociedade civil, nessa perspectiva, é identificada pelos organismos privados, em que se destacam os sindicatos, as fundações, os institutos, as associações, as igrejas, entre outras organizações civis. Já a sociedade política é identificada pelas organizações burocráticas, onde se destacam as organizações jurídicas, executivas, legislativas e armadas do próprio Estado.

No entanto, a relação de forças entre a sociedade civil e a sociedade política se apresenta para indicar uma unidade e uma distinção. Liguori (2006, p. 5) destaca que, sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil, muito se especula, especialmente a noção de que a atividade econômica é própria da sociedade civil e de que a sociedade política não deveria intervir na sua regulamentação. No entanto, para o autor, essa organização é puramente metodológica, pois há uma unidade orgânica entre a economia e a política. Na medida em que a sociedade política e a sociedade civil representam os interesses da classe dominante, em Gramsci (2001), elas estão precisamente organizadas e conectadas, e se constituem como resultado da luta das classes sociais, num determinado período histórico.

Além da composição: sociedade política, dirigente do sistema legislativo, executivo e judiciário; e da sociedade civil, dominante, que detém o monopólio econômico e controle da opinião pública, o Estado também é composto por relações de força. Essas relações, presentes na articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, vemos em Gramsci (2007), são realizadas pelas frações da classe dominante, que procuram realizar o seu domínio e a sua direção na sociedade.

Esse exercício de domínio e direção é a hegemonia, que aparece, em Gramsci (2007, p. 95), para identificar a força motriz de uma suposta expansão universal, de um suposto desenvolvimento nacional. A manutenção, do exercício da hegemonia, do domínio e da direção das frações da classe dominante, no cenário do Estado, serve para garantir a manutenção da “ordem” que, além do uso força, também procura realizar a formação de um consenso. Esse consenso se realiza na medida em que os interesses particulares das frações da classe dominante se apresentam como vontade coletiva, universais.

Por meio da coerção e da formação do consenso, uma determinada “ordem” é reproduzida, e serve para construir na sociedade algumas condições favoráveis à expansão desses interesses particulares. Em Gramsci (2007, p. 28), vemos que essa estratégia serve para criar um novo tipo ou nível de civilização, de cidadão, onde os interesses das classes subalternas são subordinados, também por meio da força, para atender aos interesses particulares dos “grupos que dirigem o Estado”.

Essa universalização da particularidade dos interesses das frações de classes dominantes faz com o que o Estado se coloque como um “educador”, que educa tanto pela força, como pelo consenso. Para realizar esse duplo exercício, a hegemonia dessas frações de classe, vemos em Gramsci (2005), é exercida por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Esses aparelhos são identificados como organizações políticas do Estado, bem como, organizações da sociedade civil, das quais se destacam, as igrejas, os sindicatos, os institutos, as fundações, associações privadas, partidos e as escolas.

Os aparelhos privados de hegemonia, vemos em Gramsci (2007), servem como instrumentos para o exercício da hegemonia das frações da classe dominante, que “educam” a “vontade geral” pela determinação dos seus interesses particulares. Para entendermos essa questão, Gramsci (2007) nos ajuda a entender que, numa sociedade, “ninguém é desorganizado e sem partido”, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não eleitoral. Nesse sentido, os aparelhos hegemônicos, que se constituem a partir de um grupo social sobre o restante da população, são um composto de várias sociedades particulares, onde uma ou mais prevalecem sobre as demais, exercendo domínio e direção. (GRAMSCI, 2007, p. 253).

Dentre essas sociedades particulares, Gramsci (2007, p. 95) dá destaque à um tipo de aparelho hegemônico, que contribui para a formação do consenso, de uma “suposta maioria”. A opinião pública, formada pelas mediações de jornais, imprensa, associações midiáticas e intelectuais, representa um importante elemento no exercício da hegemonia, ela representa o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política. (GRAMSCI, 2007, p. 265).

Essa opinião pública, que representa a articulação da sociedade política com a sociedade civil, também responsável pela formação do consenso, destruir todas as formas de organização antagônicas à “ordem estabelecida”. Para Gramsci (2007, p.

254), isso ocorre para impedir que outra força, portadora de uma nova cultura, desenvolva a sua hegemonia.

Para tanto, o Estado, enquanto um cenário da articulação da entre sociedade civil e da sociedade política é, nessa análise, uma forma de organização social voltada para manter, defender e desenvolver a formação do consenso. A imprensa é a parte mais dinâmica dessa forma de organização, não é a única, para Gramsci (2001, p. 78), direta ou indiretamente, fazem parte dela, os livros, que estão disponíveis nas bibliotecas, os currículos escolares, os círculos e clubes de debate, a arquitetura, e até a disposição e os nomes das ruas.

Para tanto, verifica-se que, na análise da sociedade capitalista, pela perspectiva gramsciana, o Estado também é sujeito, e deve ser investigado nas personificações que estão em sua composição. Nessa perspectiva, os sujeitos que organizam a “manutenção da ordem”, no cenário do Estado, podem ser identificados, em Gramsci (2001), pelas figuras dos intelectuais. Sobre os intelectuais, o autor afirma que todos somos “filósofos”, “intelectuais”, por isso, podemos elaborar, falar, debater e agir sobre a realidade social.

Devemos ter autonomia e posicionamento. Na perspectiva gramsciana, um intelectual não é definido pelo fato de que, em determinado momento, possa executar uma tarefa e se afirmar intelectual naquela atividade. Para ele, mesmo na possibilidade de intelectuais, nem todos exercemos essa função. Um intelectual é definido tanto pela ação, quanto pela posição que ocupa na sociedade.

Segundo Schelesener (2016, p. 41), o interesse pela questão dos intelectuais, aparece em Gramsci, primeiramente, nos seus Escritos Políticos, especificamente, no texto A Questão Meridional, de 1926. Nesse escrito, os intelectuais desempenham uma função importante na organização social política italiana, entre o sul e o norte do país. Já nos Cadernos do Cárcere, principal obra utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, a Questão Meridional assume uma nova dimensão.

Pelo movimento de unificação da Itália, o Risorgimento, a análise dos intelectuais, nos Cadernos do Cárcere, relaciona-se às novas perspectivas possibilitadas pelas transformações no modo de exploração econômica e desenvolvimento político do país. Para Schelesener (2016, p. 42), no curso dos Cadernos, Gramsci retoma a temática e examina a função dos intelectuais na consolidação da hegemonia burguesa concentrada no norte italiano e como atuam

tanto nas funções burocráticas do Estado, quanto na formação do consenso, pela direção exercida por meio dos escritos nos jornais cotidianos.

Essa posição dos intelectuais, no seio das diferentes formas de luta de classes, altera-se na medida em que a hegemonia se realiza, entre o consenso e a força. É interessante notar que, devido às transformações econômicas e políticas suscitadas, as ações dos intelectuais não permanece a mesma. Sobre essa questão, Gramsci destaca que:

A função dos grandes intelectuais, embora permaneça intacta, encontra um ambiente muito mais difícil para afirmar-se e desenvolver-se: o grande intelectual deve também mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, se quiser continuar a dirigir; deve democratizar-se, ser mais atual: o homem do Renascimento não mais é possível no mundo moderno, quando participam da história, ativa e diretamente, massas humanas cada vez maiores. (GRAMSCI, 1999, p. 434).

Trata-se de elaborar uma nova atividade. Nesse caso, o intelectual, tendo a possibilidade de difusão de suas ações, liga-se à vida prática da sociedade para que aconteça a construção do consenso necessário aos interesses que defende.

As ações desses personagens são um elemento determinante para a formação cultural de uma geração, de uma época. Segundo Gramsci (2001, p. 52), “não existem não-intelectuais” e compreendê-los com referência somente à imediata função social da categoria profissional, é levar em conta apenas a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica. No entanto, devem ser levadas em consideração as ações realizadas tanto da sua elaboração intelectual, como de seu esforço muscular-nervoso.

Essa organização, entre a elaboração intelectual e o esforço muscular-nervoso é puramente didática, pois não há possibilidade de serem separadas em qualquer atividade humana. Em Gramsci (2001, p. 53), vemos que não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Isso significa que, todo homem ou mulher, fora de sua profissão, também desenvolve uma atividade intelectual, ou seja, “é um(a) “filósofo(a)”, um(a) artista, um homem ou mulher de gostos, que participam de uma concepção do mundo, possuindo uma linha consciente de conduta moral, contribuindo para manter ou para modificá-la e para suscitar novas maneiras de pensar para a formação da subjetividade e da sensibilidade. Sobre essa última, é importante notar que,

Muitas coisas nesse mundo não têm nome; algumas outras, mesmo que tenham nome, nunca nem foram definidas. Uma delas é a sensibilidade. Equivocamente considerada apenas uma característica do Homo Sapiens, se não soubéssemos da arte dos Neandertais há alguns mil anos atrás, a sensibilidade é uma forma de satisfação, mas não idêntica à satisfação. Sensibilidade, diferente da ideia de sensibilidade. Não se trata de uma forma cômoda de sensibilidade. Na realidade, é a sua natureza de código pessoal ou como um signo de identificação entre as igrejinhas pensantes do cotidiano. No meu caso, argumento com o objetivo do estímulo. De um agudo conflito em minha própria sensibilidade. Sinto-me fortemente atraído pela sensibilidade e quase tão fortemente agredido. É por isso que eu posso falar a seu. Ninguém que compartilhe sinceramente de uma determinada sensibilidade pode analisá-la; só pode, seja qual for a sua intenção, demonstrá-la. A maioria das pessoas considera a sensibilidade ou o gosto pertencente ao âmbito de preferências, que é algo totalmente subjetivo. Defender a faculdade do gosto equivale a defender a si mesmo, contrapor-se à reação mecânica nossa de cada dia, e das atrações que não foram sujeitadas apenas pela soberania da razão. Existe gosto nas pessoas, gosto visual, gosto na emoção – e há também o gosto nos atos, o gosto no som, o gosto no toque. A inteligência também, em realidade, é uma espécie de gosto: gosto pelas ideias e pelas ações. O gosto não possui um sistema, mas acredito que ele possua uma lógica: a lógica da sensibilidade que dá origem a um novo gosto. Qualquer sensibilidade que possa se enquadrar no molde de um sistema, ou ser manuseada com os toscos instrumentos da prova, não é mais uma sensibilidade. Para captá-la é preciso ser cuidadoso e ágil, terno e sério. Afinal, somos obras de arte. (O AUTOR, 2017)¹³.

É preciso que os intelectuais da classe trabalhadora eduquem para essa sensibilidade, pois, a luta revolucionária implica numa educação para a abertura de novas possibilidades concretas e novos conhecimentos. Além disso, a apreensão do projeto hegemônico que as frações da classe dominante exercem, por meio de seus intelectuais, também é uma possibilidade para a construção de um projeto social alternativo.

As classes sociais e as suas frações têm uma lei própria de proporções definidas que, segundo Gramsci (2007), varia de acordo com o nível de cultura, independência mental, espírito de iniciativa e senso de responsabilidade e de disciplina de seus membros. Para isso, o autor esclarece que essas classes, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo, e organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade, tanto no campo econômico, como social e político. Por exemplo, o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o

¹³ Trecho elaborado com base no artigo *Notas sobre o Camp*, de Susan Sontag. Disponível em: <https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2014/06/susan-sontag_notas-sobre-camp.pdf>.

cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2001).

O empresário já possui uma capacidade caracterizada por ser dirigente e técnico (isto é, intelectual). Essas possibilidades, suscitadas pela sua posição na organização social, capacita-o para atingir outras esferas que não se restringem apenas à sua atividade econômica. Isso porque, o empresário, como um intelectual, é um organizador da massa. Para Gramsci (2001), ele é um organizador da confiança daqueles que investem em suas empresas, dos produtores, vendedores e compradores das mercadorias que ele detém o monopólio.

Diante disso, a análise da ação e posição dos intelectuais, na particularidade da sociedade capitalista, é fundamental para que possamos identificar esses sujeitos enquanto dirigentes, morais e políticos. Duriguetto (2014) afirma que a questão política dos intelectuais tem importância fundamental na estratégia e no conjunto de reflexões sobre projetos hegemônicos das classes sociais.

Nesse sentido, o exercício da hegemonia, que se realiza enquanto direção e domínio, enquanto força e consenso, de modo geral, representa um poder organizado política e economicamente em uma instituição de defesa da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho explorado e, diante disso constitui-se como uma síntese realizada pelo próprio movimento da totalidade concreta.

Sendo assim, mesmo que a formação e o desenvolvimento das funções do Estado apresentem características específicas para cada contexto ao longo da história, procuramos evidenciar, na nossa análise, que as principais funções do Estado se manifestam historicamente em diferentes espaços e tempos. Por isso, entendemos que, em sua universalidade, o Estado é construído fundamentalmente para a função de controle social, ou seja, para amortecer o choque entre as classes sociais e mantê-las dentro dos limites da chamada ordem. Dessa maneira, o Estado não só procura perpetuar historicamente a ordem da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, como também legitima a exploração de uma classe sobre a outra.

Por isso, no item a seguir, evidenciamos, por meio da análise da particularidade do Estado Burguês no Brasil, que ações foram realizadas no desenvolvimento da hegemonia empresarial no contexto nacional.

2.3 A PARTICULARIDADE DO ESTADO BURGUEÊS E AS SUAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL NO BRASIL

As possibilidades da análise da particularidade do Estado Burguês no Brasil estão associadas à sua gênese na organização capitalista brasileira. A importância dessa análise está relacionada à afirmação de Ianni (1989) “conhecer o Estado é uma forma de conhecer a sociedade”.

Para conhecermos o Estado, é importante destacarmos que não é nosso objetivo realizar uma reconstituição de todos os processos de sua formação no contexto brasileiro. Procuramos, neste item, entre as principais ações da sociedade política e da sociedade civil, evidenciar a formação da hegemonia empresarial no contexto de generalização das relações sociais de produção capitalistas no Brasil.

Nesse sentido, ainda que o Estado conserve seu papel de manutenção da dominação e da exploração, ele precisa ser estudado a partir de suas características em cada contexto e tempo histórico. Diante disso, a nossa análise do Estado no Brasil se desenvolve pela afirmação de que o Estado Brasileiro é um Estado do tipo Burguês¹⁴.

O Estado Burguês está relacionado aos elementos de seu desenvolvimento no modo de produção capitalista. Para Sodré (1980), duas condi es foram fundamentais nesse processo, a primeira diz respeito   acumula o de Capital, onde a apropria o privada dos meios de produ o foi realizada pelo uso da violência, e a segunda, a rela o entre trabalhadores e proprietários dos meios de produ o, a qual diz respeito   compra e venda de força-de-trabalho. Ainda, nesse sentido, Sodré (1980) demonstra que, na medida em que essas condi es se realizam, o desenvolvimento do trabalho assalariado se torna possível e, conseqüentemente, a generaliza o das rela es capitalistas.

Nessa perspectiva, o trabalho assalariado   um acontecimento necessário para o desenvolvimento do capitalismo, pois, como destaca Sodré (1980), quando o uso da força-de-trabalho   a do escravo, ele mesmo   considerado uma mercadoria, quando o uso da força-de-trabalho   parcialmente cedida pelo servo, não há capitalismo. Para Saes (1985), as rela es de produ o do tipo capitalista se caracterizam pela *separa o* entre o produtor direto e os meios de produ o,

¹⁴ De acordo com Saes (1985), a expressão Estado Burguês   a mais utilizada por Marx & Engels.

diferentemente da produção escravista ou feudal, em que as relações sociais de produção se caracterizam pela *unidade* entre produtores e meios de produção.

Nesse sentido, para analisarmos o Estado Burguês, como forma específica do modo de produção capitalista, concentramos nossa análise no período em que sua organização se encontra generalizada no contexto nacional. Desse modo, entendemos que a generalização das relações sociais de produção capitalistas, no Brasil, foi derivada de acontecimentos que influenciaram na separação dos trabalhadores de seus meios de produção. Logo, é evidente que o processo de acumulação capitalista, que precede a industrialização no Brasil, não acontece de maneira ocasional. Esse processo complexo é reflexo dos acontecimentos da chamada Proclamação da República do Brasil, de 1889, e da chamada Abolição da Escravatura no Brasil, de 1888, que foram fundamentais para a consolidação do Estado Burguês e das suas ações.

A respeito desses acontecimentos, Prado Jr. (1985, p. 207) comenta que a questão da força-de-trabalho assalariada estava em desenvolvimento no final do Século XIX. Nesse contexto, de um lado, pela “abolição da escravidão” se removera o obstáculo oposto ao desenvolvimento do “trabalho livre”, e de outro, pela imigração, eram canalizadas para o Brasil uma forte e regular corrente de trabalhadores. Na tabela 1, a seguir, vemos expressa a questão da força-de-trabalho utilizada no período de 1800 a 1960.

Tabela 1: População Brasileira 1800-1960

ANOS	LIVRE	ESCRAVOS	TOTAL
1800	2.000.000	1.000.000	3.000.000
1823	2.813.351	1.147.515	3.960.866
1850	5.520.000	2.500.000	8.020.000
1872	8.601.255	1.510.806	10.112.061
1887	-----	723.419	-----
1890	-----	-----	14.333.915
1900	-----	-----	17.438.434
1920	-----	-----	30.635.605
1940	-----	-----	41.236.315
1950	-----	-----	51.944.397
1960	-----	-----	70.799.352

Fonte: Prado Jr. (1985, p. 358).

A tabela apresenta o total da população brasileira, diferenciando, no período de 1800 a 1960, os trabalhadores livres e os escravos, os quais são expressão das transições econômicas e políticas, que foram decisivas para a expansão das forças produtivas nacionais e o desenvolvimento do Capital pelas ações do Estado Burguês.

A esse respeito, Ianni (1989) contribui para a identificação de duas tendências principais, utilizadas na articulação entre a sociedade política e a sociedade civil, a saber: a) a concentração, sendo a tendência que consiste no aumento do Capital das unidades empresariais, pela capitalização produzida; b) e a centralização, sendo a tendência por meio do qual se realiza a reunião de capitais diversos em um só.

Essas duas tendências são fundamentais no desenvolvimento da acumulação capitalista, pois, segundo o autor, elas se desenvolvem e reagem reciprocamente, de modo continuado. Na visão de Ianni (1989), no contexto nacional, à medida que se acelera a concentração de Capital, desenvolve-se a centralização, isto é, a absorção de empresas menores. Inversamente, a integração de empresas impulsiona a concentração de Capital.

Diante disso, para analisar as ações do Estado Burguês, devemos levar em consideração o próprio desenvolvimento histórico-econômico dessas tendências no Brasil. Por esse motivo, identificamos que a década de 1930, com uma economia de base agrícola e exportadora, marcada ainda pelo fenômeno inicial da industrialização, representa um período da história brasileira em que Estado Burguês concentra as suas ações em medidas de proteção do Capital nacional. Para Ianni (1989), o caso mais notável, pela sua importância no conjunto da economia nacional do período, é o do setor cafeeiro. Para o autor, os instrumentos que foram formulados pelos órgãos dos cafeicultores e postos em prática pelos governantes, foram se refinando continuamente. Devido à união dos interesses dos empresários cafeicultores com outros grupos econômicos, o próprio Estado assumiu funções de proteção do setor¹⁵, para garantir a estabilidade do desenvolvimento do Capital no Brasil.

Na análise de Ianni (1989), a recuperação econômica, pós-crise de 1929, influenciou no contexto mundial, e foi determinante nessa relação de proteção e

¹⁵ A exemplo, o Convênio de Taubaté (1906), o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café (1924), o Conselho Nacional do Café (1931), o Departamento Nacional do Café (1933) e o Instituto Brasileiro do Café (1952), são instrumentos que denotam o refinamento progressivo dos processos de defesa do capital nacional e a ação do Estado. (IANNI, 1989, p. 37).

aumento das unidades empresariais no Brasil. O autor destaca que, a crise de exportação e a necessidade de proteção do Capital nacional impulsionaram, além do desenvolvimento do mercado interno, a possibilidade de problematização e conhecimento acerca das forças produtivas nacionais.

No entanto, também é interessante destacar que esse processo não se deu apenas pela força de fatores externos, além disso, ao concordar com a análise de Fernando Henrique Cardoso (1960), Sodré (1983, p. 227) destaca que já existiam condições favoráveis para o desenvolvimento das forças produtivas no interior do país. Isso se explica porque o processo de industrialização no Brasil, como pré-requisito, necessita da existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, e, mais especificamente, também necessita da preexistência de uma economia mercantil desenvolvida e um grau desenvolvido da divisão social do trabalho.

Essa divisão, na medida em que se intensifica, nos moldes do modo de produção capitalista, resulta na formação de um mercado de força-de-trabalho. Nesse sentido, de acordo com o autor, antes do empresariado existir, enquanto fração da classe dominante, o capitalista brasileiro já existia como comerciante, como plantador ou como financista, criando as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial e exploração da força-de-trabalho.

Nesse contexto, as ações do Estado Burguês, que foram estimuladas pelas mudanças econômicas e políticas, realizaram-se, sobretudo, pelas medidas de proteção do Capital nacional e do aumento da produção nacional. Sobre isso, Sodré (1983) comenta que o aumento da produção de mercadorias da indústria de base, no período de 1930 a 1940, é a expressão do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Para evidenciar essa questão, a tabela 2, a seguir, apresenta a produção de mercadorias no país, no período destacado.

Tabela 2: Produção de mercadorias no Brasil 1930-1940

MATERIAIS	1930	1935	1940
Cimento (ton.)	87.160	366.261	744.673
Ferro-gusa (ton.)	35.305	64.082	185.570
Aço laminado (ton.)	25.895	52.358	135.293
Álcool (1.000 l)	33.290	62.000	126.600
Tecidos de Algodão (ton.)	47.600	75.300	82.200
Papel (ton.)	53.200	92.000	121.000
Pneumáticos	-	-	236.189
Câmaras de ar	-	-	186.576
Carvão	385.000	840.000	1.336.000

Fonte: Sodré (1983, p. 262).

Esses dados refletem os efeitos da reorganização das relações sociais de produção capitalistas no Brasil, ao mesmo tempo, também são expressão da articulação do Estado aos interesses da burguesia industrial, que estava em ascensão no período. Dessa forma, é possível visualizar o aumento de mercadorias no setor primário da economia, o que produziu o crescimento do mercado nacional. Além disso, contextualiza Sodré (1983, p. 255), o que caracteriza a forma como o Brasil emergiu da crise, está fundamentalmente vinculada à ampla utilização de seus próprios recursos. A pausa na exportação nacional, pelos acontecimentos da II Guerra Mundial, permitiu a mobilização dos recursos nacionais para a organização da estrutura vigente.

Essa pausa, além do desenvolvimento das relações capitalistas no interior do país, possibilitou que as ações do Estado Burguês impulsionassem a hegemonia empresarial no Brasil. É nesse contexto que,

O aparelho estatal – escreveu Wanderley Guilherme dos Santos – sofrerá remodelação completa e as transformações administrativas se sucedem num ritmo impressionante, ao lado de transformações substanciais na legislação econômica. (SODRÉ, 1983, p. 262).

Para tanto, o desenvolvimento das forças produtivas, ocasionado pelo melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no Brasil e as modificações na legislação, favoreceram o fortalecimento do mercado interno e, dessa forma, a economia nacional ganhou novos traços, onde o Estado Burguês assumiu um papel de protagonismo no desenvolvimento da hegemonia empresarial. Sobre essa questão,

vemos em Sodré (1983, p. 253) que esse processo pode ser identificado nas transferências de recursos financeiros de um setor para outro ou dentro do mesmo setor, da agricultura do café para a do algodão, da economia de exportação para a economia de mercado interno, da área agrícola para a área industrial.

Essas mudanças, ligadas aos efeitos causados pelos acontecimentos já citados, desenvolveram a indústria nacional e refletiram diretamente na produção industrial brasileira que, segundo Sodré (1983, p. 259), cresceu em 50% entre os anos de 1929 e 1937. Ainda, sobre essa questão, o autor comenta que, entre 1920 e 1929, foram criados 4.697 estabelecimentos industriais, entre 1930 e 1939, 12.232 estabelecimentos e entre 1940 e 1949, 60.682 estabelecimentos. De maneira geral, a criação desses estabelecimentos produziram efeitos sobre a organização do Capital no país. A economia nacional, ao longo dessas três décadas, foi conduzida para se transformar internamente e concretizar as determinações do Capital Internacional.

Nesse contexto, as ações do Estado também se transformaram, o pronunciamento de Getúlio Vargas, da Aliança Liberal (AL), a respeito das jazidas de ferro, no banquete oferecido pelo governo de Minas Gerais, em 23 de fevereiro de 1931, reflete alguns desses novos traços da interferência do Estado na economia. Nessa ocasião, Getúlio Vargas comenta que,

Completando, finalmente, o meu pensamento, no tocante à solução do magno problema (exploração das jazidas de ferro), julgo oportuno insistir, ainda, em um ponto: a necessidade de ser nacionalizada a exploração das riquezas naturais do País, sobretudo a de ferro. Não sou exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento da indústria brasileira [...]. Mas, quando se trata da indústria do ferro, com a qual haveremos de forjar toda a nossa aparelhagem de transporte e de defesa; do aproveitamento das quedas d'água, transformando-as na energia que nos ilumina e alimenta as indústrias de paz e de guerra [...] quando se trata, repito, da exploração de serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo a estranhos, e cumpre-nos, previdentemente, manter sobre eles o direito de propriedade e de domínio. (BRASIL, 1931, p. 46-47).

O pronunciamento do referido, “homem representativo”, “chefe”, como afirmou Gustavo Capanema (*apud* SCHWARTZMAN, 1983)¹⁶, expressa o processo de

¹⁶ No livro *Estado Novo, um auto-retrato*, de 1983, Simon Schwartzman destaca que, nos primeiros anos da década de 1940, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, assumiu a responsabilidade de produzir uma obra que desse visão do conjunto de ações realizadas no governo

racionalização de formação de um nacionalismo civil e político em torno do Estado Brasileiro.

No contexto da economia interna, o avanço das relações capitalistas, em diferentes setores da economia, representou também o avanço da própria burguesia nacional que, nesse contexto, graças as ações do Estado, procuraram deslegitimar os movimentos operários e populares, que haviam alcançado volume e conteúdo. Segundo Sodré (1983, p. 270, grifo nosso),

Pelos tortuosos caminhos do *estado de sítio* e do *estado de guerra*, e através do policianismo vesânico, a burguesia brasileira, associada ao latifúndio e ao imperialismo, instalou o chamado Estado Novo, governo ditatorial, imitado de modelos europeus em voga. **Só o fascismo e o nazismo conheceram, certamente, em suas formas típicas e originais, as torpezas e os desmandos que deu provas o Estado Novo.**

Nesse sentido, as raízes antidemocráticas do Estado Burguês no Brasil, cada vez mais, abarrotavam prisões, arrancavam professores de suas cátedras, militares de seus postos e os tratavam como criminosos, “o movimento operário foi transformado em caso de polícia e a questão social ficou superintendida por delegacias especiais, com aparelho de tortura de intimidação [...]” (SODRÉ, 1983, p. 270).

Ao comentar sobre o que chama de “reconstitucionalização do país”, Gustavo Capanema afirma, sobre o acontecimento sangrento do dia 27 de novembro, de 1935¹⁷, que “[...] o país acordou para a trágica realidade de motim comunista”. Destaca, ainda, que

[...] o vulto do sr. Getúlio Vargas, se projetou como o do salvador da pátria. Foi a sua bravura, recortada em inesquecíveis lances pessoais, o centro da resistência nacional, galhardamente vitoriosa pela fidelidade exemplar, pelo devotamento sem vacilações e pela intrepidez tradicional de nossas forças armadas. (CAPANEMA, *apud* SCHWARTZMAN, 1983, p. 39-40).

Essa materialização das ações do braço armado do Capital, do Estado Burguês, apresentou a sua fachada opressora e violenta à chamada Intentona

de Getúlio Vargas, de 1930. Na introdução dos documentos apresentados por Capanema, este se refere a Vargas como “chefe”.

¹⁷ Foi um movimento armado promovido em nome de uma revolução popular, pela Aliança Nacional Libertadora (ALN). Recebeu a designação de “intentona” com uma intenção depreciativa por esse termo significar “intento louco, plano insensato”. Encabeçada por Luís Carlos Prestes, reuniu setores de oposição ao governo de Getúlio Vargas. Os inquéritos do levante de 27 de novembro, de 1935, no Rio de Janeiro, podem ser consultados em: <<http://arquimedes.stm.jus.br/index.php/inquerito-do-levante-de-27-de-novembro-de-1935>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Comunista, de 1935. No entanto, como destaca Sodré (1983, p. 270), “cometerão engano, profundo, entretanto, os que encararem o Estado Novo apenas pelo triste e infame lado que apresentava a sua fachada policial. Ele foi isso, mas muito mais do que isso”. Essa questão expressa a necessidade do Estado fazer uso da força quando as condições de consenso não são suficientes. Assim, consideramos que a atividade pedagógica do Estado, por meio da violência, nesse contexto, coloca-se como um apoio da hegemonia dominante para impedir posições contrárias ao regime burguês no período.

Nesse sentido, as novas condições criadas com o auxílio do braço armado do Estado permitiram à burguesia, de diferentes maneiras, defender os seus interesses e a sua ascensão no cenário nacional. Santos (2007, p. 163) destaca que, grosso modo, o Estado Novo, marcado pela centralização do poder com forte característica autoritária e uma defesa nacionalista, aparece com o objetivo proclamado de industrializar o país e representa a vitória da corrente autoritária, da aliança da burocracia civil e militar à burguesia industrial. Sobre a questão do Estado Novo no Brasil, em Schwartzman (1983), a partir dos documentos produzidos pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, podemos identificar, dentre outras, características relacionadas à formação e o desenvolvimento da hegemonia empresarial, no período de 1930.

Com a modernização do Estado, as suas ações se estendem a diferentes áreas da economia e da política nacional. Como destaca Capanema,

O desenvolvimento e a racionalização das forças criadoras de riqueza deviam pertencer à órbita do governo, assim como a instituição de uma verdadeira justiça social que tornasse possível estimular o trabalho e dignificar a vida dos trabalhadores, sem perigos de crises interceptadoras da expansão econômica ou de profundos abalos na estrutura da sociedade. (CAPANEMA, *apud* SCHWARTZAMAN, 1983, p. 30).

A centralização nas ações do Estado se concretizou com a criação e o desenvolvimento de vários setores e órgãos nacionais. Podemos destacar, entre outros, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, a criação do Departamento Oficial de Propaganda e da Agência Nacional, as Organizações Paraestatais, a evolução do Sistema Jurídico, a reforma administrativa do Ministério da Fazenda, o IBGE, além do desenvolvimento do Exército, Marinha e Aeronáutica, todos no período que corresponde às décadas de 1930 e 1940.

Já o período que corresponde à década de 1950, as ações do Estado podem ser caracterizadas pela criação de órgãos e instrumentos destinados a estimular a expansão e a diversificação das atividades produtivas em desenvolvimento. Nesse processo, o Estado Burguês recebe, em decorrência das necessidades e configurações emergentes no sistema econômico nacional, novas funções. Diante disso, Ianni (1989, p. 63) destaca que,

Nessa época a industrialização adquiriu novo alento. Em 1956-1960, na execução do Programa de Metas, Juscelino Kubitschek de Oliveira dirá que o Brasil já não pode mais restringir-se à importação de manufaturas e exportação de produtos primários. A política econômica do governo precisa concentrar-se, dizia o presidente, no incentivo da produção industrial. E foi o que se verificou.

Ao assumir funções mais amplas, o Estado, no período, passou a orientar e dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas para o Capital com as criações: da Companhia Siderúrgica Nacional, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco, da Comissão do Vale do São Francisco, do Banco do Nordeste do Brasil, da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico etc. (IANNI, 1989, p. 40).

As condições de funcionamento criadas, a partir do desenvolvimento do setor privado, nacional e estrangeiro, também foram determinantes nessa relação de criação e dinamização das forças produtivas para o Capital. Além disso, à medida que a divisão social do trabalho progredia, o setor industrial e os grandes centros urbanos se expandiam e a configuração das classes sociais se tornava mais representativa. Sobre isso, Ianni (1991, p. 120) coloca que, nessa época, a burguesia industrial e o proletariado já eram uma realidade política e cultural, e as tensões entre as classes se intensificavam.

Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento econômico e as tensões entre classes, as funções do Estado Burguês ganhavam novos contornos, novas condições institucionais, econômicas e políticas para a aceleração do processo de industrialização. A esse respeito,

Configurando já uma decisão e um domínio técnico das condições de intervenção no processo produtivo, em 1952, foi criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Com o objetivo de realizar operações que tenham por fim o desenvolvimento da economia nacional, o Banco propõe

financiar a realização de obras, projetos ou programas que visem à instalação, reaparelhamento ou ampliação de: I – sistemas de transportes e portos; II – sistema de energia elétrica; III – indústrias básicas e de agricultura; IV – armazéns, silos, matadouros e frigoríficos; V – outros setores definidos em lei. (IANNI, 1989, p. 42).

Na medida em que a economia nacional se transforma, modificam-se os instrumentos e as orientações da ação do Estado Burguês na economia, sendo parte dessa relação, necessita preservar a natureza do Capital. Dessa maneira,

Não se trata de um funcionalismo em que o todo determina necessariamente as partes. Na interpretação que estamos desenvolvendo, a totalidade não é indiferenciada, como se houvesse equivalência entre os seus elementos; é produzida por determinados componentes essenciais do todo. Fundamentalmente, o modo de apropriação define o sistema, constituído em classes sociais antagônicas. (IANNI, 1989, p. 50).

Para controlar a relação de forças entre as classes sociais antagônicas, ou melhor, o choque entre elas, no seu interior, o Estado concentra as suas atividades, sobretudo, numa espécie de equilíbrio, atenuando os desconfortos que impedem a reprodução do sistema capitalista no Brasil.

Isso pode ser expresso em medidas de controle das relações de força entre a burguesia agrícola e a crescente burguesia industrial. Para a preservação do sistema e expansão das forças produtivas, tornava-se importante a ação do Estado nesse contexto. Sobre isso, Ianni (1989, p. 64) destaca que, “no jogo das relações entre as classes sociais e as facções poderosas em que se repartia a burguesia, o Estado é o ponto de confluência das pressões e a instituição para a triagem e realização destas”.

Para tanto, foi chamada à participação da burguesia nacional no interior do Estado Burguês. Ao centro das atividades de planejamento governamental, expressas em reuniões das frações da classe dominante, estavam: o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial¹⁸, a Conferência das Classes Produtoras

¹⁸ Instituído pelo Decreto-Lei nº 5.982, de 10 de novembro de 1943, este órgão representaria mais especificamente uma tentativa de composição do governo com o empresariado industrial que, por meio de sua liderança mais expressiva, pressionava por uma participação mais intensa na formulação das alternativas de política econômica. COMIS. PLAN. ECONÔMICO. Relatório; DINIZ, E. Empresário; SIMONSEN, R. Planejamento; SIMONSEN, R. Planificação. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-politica-industrial-e-comercial-cnpic>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

do Brasil¹⁹, a II Conferência Nacional das Classes Produtoras²⁰, a Reunião Plenária da Indústria etc. (IANNI, 1989, p. 64).

Devido à conjugação e à dinâmica desses processos, o desenvolvimento industrial se impôs como solução para o avanço das forças produtivas e, conseqüentemente, para a reprodução do Capital. Sobre isso, Ianni (1989, p. 57) destaca que o desenvolvimento capitalista, em seus elementos fundamentais, acontece nos países que ingressam “tardiamente” na fase da produção industrial, com a formação de unidades de grandes dimensões. Nesse sentido,

[...] o processo de industrialização no Brasil esteve, desde o início, vinculado aos capitais produzidos pelo setor agrário exportador tanto os capitais nacionais, investidos diretamente, como as cambiais imprescindíveis à importação de equipamentos, matérias-primas e técnica essenciais à industrialização [...]. (IANNI, 1989, p. 59).

A partir desse desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o crescimento do setor industrial, o exercício da hegemonia empresarial, no interior do Estado, intensificou-se ainda mais entre as décadas de 1930 e 1950. Ianni (1989) destaca que, a parte dominante da burguesia industrial brasileira percebeu como a intervenção estatal poderia ser orientada em seu benefício. De um lado, estava favorável à iniciativa governamental para o desenvolvimento econômico e, de outro, contrária ao controle sobre a empresa privada. Para Ianni (1989, p. 93),

Ela define de modo claro as suas relações com o Estado. Tendo em vista a necessidade de converter as relações de produção em relações de dominação em seu favor, essa burguesia infiltra-se no aparelho estatal ou procura fazê-lo operar em seu benefício.

¹⁹ Conclap também conhecido como Congresso de Teresópolis, realizado em maio de 1945 na cidade de Teresópolis (RJ), por iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria. Presidido por João Daudt d’Oliveira, tinha por objetivo promover o estudo em conjunto de todos os problemas da economia brasileira, tanto em seus aspectos internos quanto em suas relações internacionais. Teve a duração de cinco dias e reuniu delegados de 680 entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura. Boletim Min. Trab. (6/45). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-das-classes-produtoras-i-i-conclap>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

²⁰ Conclap também conhecido como Congresso de Araxá, realizado em Araxá (MG), entre 24 e 31 de julho de 1949. Do mesmo modo que o Congresso de Teresópolis (1945), reuniu delegados de muitas entidades representantes das chamadas classes produtoras, que tentavam influir mais diretamente na elaboração da política econômica do governo por meio da discussão e da formulação de propostas sobre os principais problemas econômicos do Brasil. Comércio e Mercados (3/72); CONF. NAC. CLASSES PRODUTORAS. Recomendações. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-das-classes-produtoras-ii-ii-conclap>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Essa dominação, fruto da expansão da extração da mais-valia no desenvolvimento dos processos produtivos, demonstra o estreitamento da relação entre o Capital e o Estado Burguês. Essa relação se define também pelos financiamentos, empréstimos e descontos, tanto pela redução da taxa de juros, como pelos estímulos de desenvolvimento econômico, por meio de políticas em colaboração com o Estado Burguês²¹. (IANNI, 1989, p. 94).

Em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), do Partido Social Democrático – PSD, o avanço da indústria de base e a necessidade de inserção do país no capitalismo internacional com mais vigor, proporcionou ainda mais o estímulo da expansão e criação de empresas privadas.

De fato, durante o Governo Kubitschek aprofundaram-se bastante as relações entre o Estado e Economia. O poder público passara a atuar no sistema econômico do País lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro. (IANNI, 1991, p. 152).

É interessante notar que a presença de capitais estrangeiros, no contexto nacional, já em 1940, representava 44% de indústrias organizadas. Em 1942, pertencia aos estrangeiros residentes fora do Brasil quase metade das ações emitidas pelas sociedades industriais. (SODRÉ, 1983, p. 271). Também destacamos que as transformações do capitalismo internacional em guerra causaram mudanças nas atividades do Estado Burguês em relação ao Capital estrangeiro, cabendo a esse “pôr em marcha” o processo de desenvolvimento econômico. (IANNI, 1989, p. 51).

É possível perceber, em relação aos aspectos econômicos apresentados na análise realizada até aqui, que o Estado se fortaleceu enquanto instrumento e favoreceu o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil. Esses elementos da particularidade do Estado Burguês brasileiro demonstraram como foram favorecidas e generalizadas as relações de produção específicas da formação social capitalista.

²¹ Atualmente isso pode ser expresso pelo perdão de dívidas que o Estado Burguês realiza para empresas, bancos e até clubes de futebol. Em 10 anos, o Estado “perdoou” mais de 176 bilhões de reais em juros e dívidas tributárias. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-10-anos-pais-perdoa-r-176-bi-em-juros-e-multa-de-dividas-tributarias,70002144918>>. Acesso em: 02 set. 2018.

Isso porque as ações que o Estado Burguês realizou foram necessárias para: a) equacionar o desenvolvimento econômico às exigências do Capital; b) equilibrar a hegemonia da classe dominante para a reprodução da ordem; c) impossibilitar a realização de uma transformação revolucionária pela classe trabalhadora.

Esse período, no qual foram generalizadas as condições para o desenvolvimento das relações capitalistas, em que a burguesia passou a ser a classe dominante, segundo Sodré (1980, p. 88), pode ser definido como revolucionário, representando o que pode ser chamado de Revolução Burguesa no Brasil.

Esse processo de transformação social não é um fenômeno acidental. Sodré (1980, p. 90), ao resgatar o pressuposto marxiano, destaca que uma revolução é resultado da luta de classes, que se expressa no conflito entre as novas forças produtivas e as antigas relações de produção de uma dada sociedade, transformando-as.

Nesse sentido, procuramos, na próxima seção, a partir do conceito de Revolução Passiva de Gramsci, discutir o desenvolvimento da Revolução Burguesa e a gênese da formação do consenso capitalista no Brasil.

2.4 A REVOLUÇÃO PASSIVA E O ESTADO: A FORMAÇÃO DO CONSENSO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

As análises apresentadas anteriormente nos ajudam a entender como o Estado Burguês se fortaleceu e serviu de instrumento para o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil.

A apreensão das alterações econômicas, sociais e políticas, que colocaram a burguesia no poder, e lhes permitiu, pelo controle do Estado, introduzir relações sociais de produção necessárias à preservação e desenvolvimento da sua hegemonia se constitui numa análise importante no estudo das possibilidades de luta da classe trabalhadora. Por isso, buscamos situar nossa análise sobre o processo de formação do Estado Burguês no Brasil pelo conceito de Revolução Passiva, em Gramsci. Esse conceito nos auxilia como critério interpretativo para a compreensão das modificações que procuraram “modernizar” o Estado por meio de reformas. (GRAMSCI, 2002a, p. 210).

Esse processo se desenvolve principalmente por meio da via política, e serve para consolidar a direção e o domínio que é exercido pela atividade hegemônica da classe dominante. Gramsci (2002a, p. 328) destaca que, sob um determinado

invólucro político, na revolução passiva, modificam-se as relações sociais fundamentais, como também novas forças políticas se desenvolvem. Ao interpretar esse conceito em Gramsci, Coutinho (2001, p. 174) destaca que as revoluções passivas provocam mudanças “pelo alto”, pois conservam elementos da antiga formação social.

Na revolução passiva são conservados elementos da velha ordem, ocorrem conciliações entre frações modernas e atrasadas das frações da classe dominante, que têm como objetivo excluir a classe trabalhadora da participação das decisões coletivas. (GRAMSCI, 2002a, p. 317). Essas mudanças, que procuram conservar elementos da formação social anterior, para Gramsci (1999, p. 292), significam uma conservação da “ordem”, uma mudança passiva onde:

[...] a tese deve ser “conservada” pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é “previsto”, como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada. Na realidade, trata-se de um dos tantos modos de “enquadrar o mundo”, de uma das tantas formas de racionalismo antihistoricista. (GRAMSCI, 1999, p. 292).

Concordamos com o autor, pois a história não pode ser construída de maneira arbitrária em que as decisões coletivas são reguladas e dosadas num conta gotas político, composto pelo bloco da classe dominante. Pelo contrário,

Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer *a priori* o que será “conservado” da tese na síntese, sem que se possa “medir” *a priori* os golpes como em um ringue convencionalmente regulado. (GRAMSCI, 1999, p. 292).

Nesse caso, devemos lembrar que, pela análise materialista histórica: a) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontram lugar para mais um movimento; b) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias para seu desenvolvimento. (GRAMSCI, 2002a, p.321). Nesse sentido, entendemos que as relações sociais de produção, bem como as formas ideológicas correspondentes, podem e são: germinadas, conservadas, modificadas e revolucionadas em diferentes formações sociais ao longo da história.

Na análise Fernandes (2005, p. 49), a formação do Estado no Brasil foi uma “[...] transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança”.

Fernandes (2005, p. 50) explica que a Independência no Brasil não se objetivou por um processo revolucionário, “[...] através de manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseios coletivos irreduzíveis de transformação da estrutura social”.

Como salienta Sodré (1980, p. 89), o processo de independência se completa, no nível político e administrativo, pela ruptura com o estatuto colonial, por meio da superação jurídico-política. Nesse sentido, não realizamos uma revolução, deixamos de ser colônia de maneira passiva, e isso representou, também, a possibilidade de conciliação entre a classe dominante e as elites “nativas”.

A burguesia, no Brasil, para Fernandes (2005), é um *congérie social*, o resultado da conciliação entre setores oligárquicos tradicionalistas e a burguesia industrial em ascensão. Sobre essa questão, Velho (2016, p. 60) descreve que essa composição evidencia uma amálgama de setores sociais, “ilhas burguesas”, que se unificam em torno dos mesmos interesses de manutenção da ordem, “[...] garantindo a propriedade privada, os privilégios sociais e o uso da força estatal para esmagar os adversários.” (VELHO, 2016, p. 79).

A revolução burguesa, conforme Fernandes (2005), insere-se nessa análise, pois se trata de uma expressão, no contexto brasileiro, do conceito de revolução passiva em Gramsci. Sobre essa relação, Velho (2016, p. 64) destaca que a análise da revolução burguesa de Florestan Fernandes sofre influências de Gramsci e Lênin, pois eles “[...] têm como prioridade teórica e política a formulação de uma estratégia revolucionária”.

Dessa forma, a composição da revolução burguesa brasileira tem, em sua base, uma conciliação com a antiga ordem, característica da revolução passiva. Sendo assim, é necessário entender que as consequências que esse processo tem na formação de uma ordem social nova, é “[...] fundada na competição como princípio organizador do espaço social, e não mais no apadrinhamento político, como ocorre no período colonial”. (VELHO, 2016, p. 9).

A ordem emergente, instituída pela aliança entre a formação social antiga e a nova, realiza-se na desagregação do regime escravocrata-senhorial e também na consolidação da formação das classes burguesa e proletária no Brasil. (FERNANDES, 2005, p. 37). Diante disso, é importante destacar que a década de 1930 se constituiu como um dos principais momentos de generalização das relações de produção à forma capitalista no Brasil. No entanto, assim como exposto em

Fernandes (2005), não desconsideramos a presença, em diferentes intensidades, de relações do tipo capitalistas e ações do Estado de tipo Burguês antes mesmo da “Abolição” da Escravatura ou da Proclamação da República no país. Sobre essa questão, o autor coloca que:

Os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização. Às plantações eram inerentes a um propósito comercial básico, que orientou as adaptações econômicas imprimidas à grande lavoura pelas formas de apropriação colonial. (FERNANDES, 2005, p. 39).

Velho (2016) destaca que, o que ocorre é que padrões de dominação externa influenciaram nas formas de expropriação do excedente econômico no país e, portanto, houve influências externas do capitalismo que já estavam em desenvolvimento, a partir das influências advindas da própria colônia.

É interessante notar que Fernandes (2005) não exclui de sua análise as relações capitalistas que já estavam em desenvolvimento fora do contexto nacional, por isso, destaca que, na medida em que essas relações se aprofundam no Brasil, é necessário às nações capitalistas centrais e hegemônicas possuir “parceiros sólidos”, com uma burguesia forte e articulada para realizar as funções políticas auto-defensivas para a sua dominação. (FERNANDES, 2005, p. 342).

Por se tratar de uma amálgama da classe dominante vemos, em Fernandes (2005, p. 390), que o “padrão de hegemonia burguesa” é o de uma “hegemonia agregada”, de simples aglutinação mecânica dos interesses de classe. Por isso, comenta que, antes mesmo do processo de generalização das relações capitalistas no Brasil se consolidar, essa integração da classe dominante permite à burguesia estabelecer, pela via política,

[...] o controle do tempo, do espaço e da sociedade, fixando os ritmos internos do impacto da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista sobre a ordem social competitiva existente. (FERNANDES, 2005, p. 390).

O Estado Burguês, nesse processo, é utilizado para defender a estabilidade da “ordem” e, portanto, da hegemonia burguesa consolidada no domínio econômico e na direção política. A unificação desses interesses de classe, em torno da monopolização do Estado, foram conduzidos pela burguesia, conjugando os elementos conservadores da oligarquia com os interesses dos industriais. Além

disso, essa hegemonia, no interior do Estado, preenchia a função de concentrar e centralizar as forças econômicas, socioculturais e políticas que dispunham. (FERNANDES, 2005, p. 391). Nesse sentido,

Pode-se afirmar com segurança que, se a burguesia brasileira não possuísse estratos médios e altos fortemente instalados, em massa, “dentro do Estado” (o quais constituíam uma autêntica *burguesia burocrática*, dotada de poder estatal e de ampla liberdade para usar esse poder), os processos de unificação e de centralização do poder burguês eclodiriam no vazio histórico. (FERNANDES, 2005, p. 396).

Esses processos eram caracterizados como “meio” e “fim”, tanto para a realização e internalização dos centros de decisão política, como para institucionalizar a direção política da classe dominante. Sobre isso, Fernandes (2005, p. 53) também destaca que o Estado “[...] impôs-se como a única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas [...].”

Ainda, sobre essa questão, Coutinho (2001) destaca que a revolução passiva no Brasil acontece na sua forma mais emblemática na década de 1930, pois esse período representa efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas. Assim, afirma que, “sob a égide do Estado”, “[...] setores das oligarquias agrárias, aqueles não ligados diretamente ao mercado externo, deslocam do papel de fração hegemônica no bloco no poder a oligarquia cafeeira, cooptam alguns segmentos da oposição da classe média”, e consolidam um intenso e rápido processo de industrialização pelo alto. (COUTINHO, 2001, p. 177).

Desse modo, as décadas de 1930 e 1950 são marcos importantes para identificarmos que a generalização das relações capitalistas de produção são momentos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil, que teve no Estado o seu principal mediador.

Nesse sentido, também foi possível evidenciar como o Estado favoreceu a conservação da propriedade privada, das características fundiárias e da conciliação dessa classe com a burguesia industrial em ascensão. Diante disso, outro elemento característico da revolução passiva no Brasil é o caráter corporativista pelo qual o Estado Burguês se desenvolve. Para Coutinho (2001), são as relações conciliadoras, o comum acordo entre as frações “modernas” e as “atrasadas” da classe dominante, que procuram excluir as camadas populares da participação no

interior do Estado. Sobre isso, identificamos em Gramsci (1999) que a exclusão da participação popular nas decisões coletivas faz parte de um processo chamado de “transformação-conservação” que, para o autor, é remediado por meio de um “conservadorismo reformista temperado”, que em certa parte atende às exigências vindas de baixo.

Esse consenso, que é reflexo do conservadorismo reformista no Brasil, pode ser expresso na ausência de uma iniciativa popular radical e na conservação das arbitrariedades realizadas no contexto da revolução passiva. Sobre isso, Gramsci (1999, p. 394) diz que:

[...] a história não se reconstrói com cálculos matemáticos e, ademais, nenhuma força inovadora se realiza imediatamente, mas sim como racionalidade e irracionalidade, arbítrio e necessidade, como “vida”, isto é, com todas as debilidades e as forças da vida, com suas contradições e suas antíteses.

Entendemos que essa conservação não deve ser determinada *a priori*, e o que é conservado deve ser resultado do próprio processo de desenvolvimento orgânico da realidade, pois como afirma Gramsci (1999, p. 394), “o que do passado está vivo e em desenvolvimento”.

Nessa relação, Fernandes (2005, p. 343) considera que a revolução burguesa, na periferia do Capital, é um fenômeno político que consiste na “[...] criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias”, e encontram no Estado Burguês um instrumento fundamental para unificação de seus interesses e reprodução da sua ordem, a formação do consenso.

Como forma concreta para a reprodução desse processo, o Estado é um instrumento de classe, hegemonicamente burguês controlado por essa classe direta e indiretamente. A formação e o desenvolvimento desse consenso, pelo Estado, é monopolizado pelos setores dominantes, que se realiza pela consolidação de uma “dominação estamental propriamente dita”. (FERNANDES, 2005).

No sentido exposto, a análise do conjunto de ações do Estado, em sentido restrito, e das instituições da sociedade civil, são importantes para entendermos os espaços de disputa da hegemonia entre as classes sociais. Diante disso, concordamos com Francisco de Oliveira, de que “devemos pensar com radicalidade”.

É da tradição brasileira, como todos sabemos, o minueto intelectual na política, é até menos que um minueto porque é menos nobre. Na produção intelectual aí sim é o minueto a forma dominante: dois passinhos pra cá, dois pra lá, uma voltinha no meio, e assim o debate intelectual no Brasil é sempre – como Sérgio Buarque definiria – cordial, cordialidade no sentido forte. É um minueto em que os dois passinhos pra cá consistem numa compassividade acrítica, enquanto os dois passinhos pra lá desatam uma agressividade personalizada contra o que ousou discordar do consenso. É preciso outra vez romper com a cordialidade, com essa falta de radicalidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 81).

Nesse sentido, identificar como o Estado é utilizado para facilitar as ações do Capital e a defesa dos interesses privados em torno da formação de um consenso é importante para apreendermos o desenvolvimento da hegemonia burguesa na educação. Uma vez que interpretações que procuram apresentar o desenvolvimento histórico de uma maneira tranquila, idílica, sem levar em consideração como os processos que hoje vivenciamos foram forjados, escondem a análise pela perspectiva da nossa classe.

O Estado Burguês, enquanto uma unidade dialética das classes dominantes, favoreceu o desenvolvimento da hegemonia empresarial em seu interior. Essa hegemonia se organizou de maneira conciliadora, pelas alianças feitas entre as articulações da sociedade civil organizada com a sociedade política. Por isso, compreender esse processo nos interessa para identificar como ele se constitui como uma expressão política para a defesa de interesses materiais privados da classe dominante que atualmente são expressos também na educação escolar.

Inserida nessa discussão, a articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, acerca das formas passivas e burguesas de conservação da ordem, é importante para a análise da hegemonia burguesa, uma vez que há a necessidade de também se estudar, com profundidade, quais são os elementos da sociedade civil e da sociedade política que “correspondem a sistemas de defesa na guerra de posição.” (GRAMSCI, 2007, p. 73).

Desse modo, na próxima seção, analisamos o Partido dos Trabalhadores a partir dos fundamentos de sua formação e das suas metamorfoses até a chegada e fortalecimento da hegemonia empresarial por meio da conservação e desenvolvimento do Estado Burguês.

2.5 O PARTIDO DOS TRABALHADORES: FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO, METAMORFOSES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO

Procuramos nesta seção, a partir do conceito de Partido, em Gramsci, destacar a importância da organização pelos trabalhadores. Para tanto, analisamos o Partido dos Trabalhadores (PT) e a sua relação com o Estado Burguês para o desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação.

Para analisar essas questões, e que acabaram também por influenciar nas políticas educacionais e desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação, sobretudo, no TPE, são importantes as contribuições de Iasi (2006²²; 2017); Iasi, Figueiredo & Neves (2019); Ribeiro (2010)²³; Silva (2019); Abramo (1989) e Souza (2002).

Entendemos que a formação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, representa a conjugação de algumas forças organizadas da classe trabalhadora que foram estabelecidas pelas muitas situações comuns vivenciadas e que representavam a impossibilidade de conformidade à “ordem” imposta pela ditadura²⁴ no Brasil.

Sobre essa questão, Iasi (2006) apresenta que, dentre outros aspectos, a intensificação da produção e da jornada de trabalho, das perdas salariais, do esfacelamento das condições de trabalho, além do colapso da ditadura militar e seu modelo econômico, são algumas variantes significativas e importantes para entendermos a luta de classes nesse contexto e a formação do PT.

As condições que se faziam presentes no cotidiano da classe trabalhadora, no período em o que o Partido foi formado, não são diferentes das de hoje, elas refletem as determinações da forma capitalista de produção sob o autoritarismo do Capital.

²² O autor utiliza, na sua análise, um conjunto de resoluções do PT, entre 1980 e 2002, e afirma que essa mudança é um “[...] excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do Capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar.” (IASI, 2006, p. 359).

²³ Ribeiro (2010) nos auxilia na investigação, não só por afirmar certa ausência de produções sobre o PT, mas também por demonstrar em sua análise o protagonismo que o PT assumiu no cenário do Estado e da realidade brasileira.

²⁴ O estudo do Estado nesse período é fundamental para a análise do desenvolvimento da hegemonia e do consenso no Brasil, principalmente pelo uso da força. Embora, não aprofundemos a análise desse período em nosso texto, indicamos a leitura das obras do jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura no Brasil.

Esses elementos, impostos pela força da ditadura, também foram responsáveis por impulsionar a ação dos trabalhadores contra o adversário comum. Assim, as condições concretas da produção e reprodução da vida no dia-a-dia possibilitaram também uma fusão entre as diferentes frações da classe trabalhadora. Segundo Iasi (2006, p. 373), essa relação acontece pelo fato de que, por enfrentar um “impasse geral”, permite a emergência de uma fusão de classe e, nesse contexto, é o impulso das comuns condições da divisão social do trabalho que também possibilita, em certa medida, a dimensão ou as condições para a organização e formação do Partido. Os dados apresentados por Ribeiro (2010, p. 262) representam essa questão e indicam que, em maio de 1980, o PT contava com 632 núcleos de base, agregando mais de 26 mil filiados.

Nesse contexto, a criação do Partido dos Trabalhadores foi um ponto de encontro entre a luta sindical e operária que, na sua formação, com a representação de interesses específicos, confluía para objetivos estratégicos mais gerais. A partir de Iasi (2006), podemos evidenciar as três principais características presentes na formação do Partido dos Trabalhadores e que expressam esses objetivos, a saber: a) uma “vocação anticapitalista”; b) um “caráter classista” e; c) um “horizonte socialista”.

Sobre esses objetivos gerais, podemos destacar que a “vocação anticapitalista” pode ser evidenciada pela resposta ao modo de unificação do Capital frente às greves operárias do ABCD²⁵, do final da década de 1970. (IASI, 2006, p. 378). Na Carta de Princípios do PT, de 1979, esse objetivo aparece pela crítica aos “patrões e ao governo”, onde   destacado que os acordos políticos servem para impedir e quebrar a unidade dos trabalhadores. (PT, 1979, p. 1).

  importante salientar que, nesse período, o “elemento pedagógico” da repressão violenta exercida pelo Estado, para com os trabalhadores, impulsionaram, na análise de Iasi (2006), a “necessidade objetiva” de organização política própria da classe trabalhadora.

Para isso, a organização em torno do Partido também apresentava como principal característica um “caráter classista”, que procurava colocar os trabalhadores no centro dos processos de decisões políticas coletivas. Destacamos, na Carta de Princípios (PT, 1979, p. 2), a explícita defesa da organização e

²⁵   uma região industrial do estado de São Paulo, composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

participação dos trabalhadores no Partido: “[...] os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação”, onde, “o instrumento capaz de propiciar essa participação é o PT”, “um partido sem padrões”.

Também, outra característica importante da formação do Partido dos Trabalhadores diz respeito a um “horizonte socialista” (IASI, 2006). Sobre isso, na carta de maio de 1979, o partido se definia “[...] como um partido que tem por objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem”. (PT, 1979, p. 5).

Esses elementos, que aparecem na formação do PT, revelam a necessidade de luta de um partido político contra o sistema capitalista, sob as rédeas da ditadura no Brasil. Sobre essa questão, no Manifesto de Lançamento, de 1980, ainda aparecem características mais amplas no horizonte da organização dos trabalhadores:

- **O partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a manutenção da economia, social e política.** Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares.
- Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. (PT, 1980, p. 2, grifo nosso).

Esses excertos revelam algumas das orientações que o Partido dos Trabalhadores seguia em sua criação, colocando-se como uma organização “da” e “para” a classe trabalhadora.

No entanto, a chegada desse partido ao governo, em 2002, com mais de 52 milhões de apoiadores, não expressa tais orientações e, ao longo de mais de 20 anos, o PT, desde sua fundação, sofreu muitas e significativas mudanças. Durante o caminho até a chegada ao governo federal, o PT julgou necessário adequar sua tática ao jogo eleitoral e, nesse contexto, a chegada ao Estado foi vista como uma estratégia importante para a conquista e consolidação dos seus objetivos de fundação. Nisso, o crescimento gradual do Partido dos Trabalhadores se deu em meio ao “acúmulo de forças”, onde “[...] começam a ser utilizados [...] um conjunto de ações que visariam ‘alterar a correlação de forças’ em favor dos trabalhadores permitindo ações mais decisivas”. (IASI, 2006, p. 393).

Para expressar esse caminho, destacamos que, em 1986, o 4º Encontro Nacional, possibilitou que fosse realizada uma análise da formação social brasileira, com debates sobre: a) o estágio do desenvolvimento do capitalismo no Brasil; b) a estrutura de classes no Brasil; c) o caráter do projeto socialista brasileiro e; d) uma análise da conjuntura nacional no período.

A partir dessas questões, o “Estado Burguês Moderno”, no Brasil, também foi abordado, e foi apresentado como um “poderoso” aparelho material e cultural, “que detém grande conhecimento concreto da realidade em seu benefício, vale dizer, em benefício da classe burguesa”. (PT, 1986, p. 4).

Nessa análise, o PT, ao criticar as ações paliativas e superficiais do Estado, demonstrava a sua “capacidade premonitória”. (IASI, 2006). Sobre isso, o texto da resolução do 4º Encontro Nacional, em 1986, destaca que a “superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro se dará com a ruptura radical contra a ordem burguesa”, e isso se fará mediante um “acúmulo de forças” para a ampliação de espaços democráticos e conquistas populares. (IASI, 2006).

No que diz respeito à educação, vemos no anteprojeto do documento da Plataforma Política de Governo para Educação do PT, apresentado pelo Grupo de Trabalho, Lisete Regina Gomes Arelaro, Celso Ferreti, Maria Amélia Abib Andery, Moacir Gadotti, Paulo Freire e Wolfgang Leo Maar, de 1982, alguns dos argumentos da ampliação e participação democrática e conquistas populares.

A Educação é defendida nessa Plataforma Política como um serviço público, e “enquanto prioridade política máxima” deve ser garantida e oferecida universalmente “à totalidade da população” “em todos os níveis” pelo Estado. Essa possibilidade de construção de um espaço democrático e popular, para o Partido dos Trabalhadores,

[...] se vincula diretamente à necessidade de oferecer uma educação popular, voltada aos interesses da população trabalhadora, e que deve orientar a função social a ser preenchida pela escola enquanto instituição pública. (ABRAMO, 1989 p. 41).

É possível visualizar, no argumento apresentado pelo GT, que a defesa da educação pública às necessidades da classe trabalhadora, deve ser “voltada aos interesses reais e imediatos da população trabalhadora e popular”, que “permita implementar a formação de uma consciência democrática na população trabalhadora, tornando-a consciente dos seus direitos e da sua história”. (ABRAMO,

1989, p. 39). Nesse aspecto, o PT faz a defesa do compromisso com a prestação e a manutenção do serviço público de educação, como “uma prioridade social máxima da política do Estado”.

Também, nesse documento, o Grupo de Trabalho realiza um diagnóstico da política educacional no período, e apresenta que a “[...] expansão do empresariamento da educação, com a proliferação da indústria privada do ensino, que visa a obtenção de lucros através das escolas pagas”, é um dos fatores para o que chamam de “alijamento de imensos setores da população trabalhadora da educação”. (ABRAMO, 1989, p. 38)

É nítida a defesa em relação aos interesses da classe trabalhadora na educação no período, por meio de uma escola pública e popular, o Partido dos Trabalhadores se posicionava no “combate ao comércio da educação” e se colocava contra “a reprodução da disparidade social”, do “ensino elitista” que “favorece as camadas mais favorecidas”. Nisso, antes das suas metamorfoses, os interesses da classe trabalhadora eram colocados pela difusão de um saber que não deveria ser posto a serviço ideológico e material das frações da classe dominante.

No documento “Diretrizes Básicas para uma ação educativa da prefeitura municipal de Diadema”, de 1983, a primeira questão apresentada é: “desenvolver uma prática educacional voltada prioritariamente para os interesses da classe trabalhadora”. (ABRAMO, 1989, p. 63). Nele, vemos que a defesa dos interesses e participação dos trabalhadores na educação ainda estava em pauta, além disso, é possível verificar a crítica ao governo e às “elites fardadas”, os quais, na visão apresentada, servem para tomar decisões sem qualquer participação popular na área educacional. O documento propõe como medida uma educação que tenha a participação de toda a comunidade escolar, “[...] de modo que esta se sinta responsável pelos rumos que a educação deve seguir”. (ABRAMO, 1989, p.65).

Nesse contexto, os Conselhos de Escola também aparecem como uma proposta²⁶ de participação da classe trabalhadora. Com a possibilidade deliberativa, esses conselhos eram compostos, além da equipe pedagógica, por representantes do corpo docente e discente, da associação de pais e mestres e funcionários da escola. Nessa proposta, ao coletivo escolar eram atribuídas decisões de assessoramento da direção escolar: diretrizes e metas, alternativas para problemas

²⁶ Aprovado o Projeto de Lei Complementar n°.19, de autoria do deputado Paulo Frateschi (PT), no dia 5 de dezembro de 1984, na Assembleia Legislativa de São Paulo, que confere aos Conselhos de Escola caráter deliberativo.

administrativos, escolha de prioridades para aplicação de recursos. Além disso, os integrantes do Conselho de Escola também poderiam opinar sobre programas de integração escola-comunidade, assistência social e material, além de ter o conhecimento sobre os relatórios anuais da escola. (ABRAMO, 1989, p. 72).

A educação, na proposta apresentada no documento sobre os Conselhos de Escola, é tratada como um “fator propulsor” da chamada “emancipação técnico-científica-cultural”, um “[...] elemento propiciador da formação de indivíduos conscientes de sua responsabilidade e papel social”. (ABRAMO, 1989, p. 73).

No âmbito social, os Conselhos Populares (CPs) aparecem como outra proposta de participação da classe trabalhadora. Esses conselhos também tinham “poder deliberativo e não somente consultivo”, e se realizavam

[...] em moldes direcionados, em que se garanta a participação democrática das associações comunitárias e da sociedade, como associações de bairro, de moradores, de pais e metres, de alunos, de docentes, de sindicatos, de associações profissionais, de comunidades de base etc. (ABRAMO, 1989, p. 42).

De acordo com Perseu Abramo (1989, p.34), no texto, “O PT e os Conselhos Populares”, de 1982, são um tipo de associação, que procuravam “garantir a participação democrática e popular nas decisões governamentais”. Os CPs tinham como objetivos o desenvolvimento da participação popular nos níveis de exercício do poder público Executivo e Legislativo, em cinco áreas: a) apresentação de reivindicações; b) mecanismos de consulta; c) tomada de decisões; d) controle da implantação; e) fiscalização da execução. (ABRAMO, 1989, p. 35). Essa proposta do PT para participação da classe trabalhadora em processos de decisão é colocada como “uma forma popular de exercício de poder”, de crítica à “indiferença ou hostilidade do poder estatal” (ABRAMO, 1989, p. 36).

Os CPs são identificados como uma proposta “emanada de baixo”, “instrumentos das classes trabalhadoras”, dos “setores populares”, e que serviam para manter a autonomia da participação popular diante do Estado, das instituições públicas ou privadas e dos partidos políticos.

Outro exemplo da participação popular nas decisões coletivas colocadas nas propostas do Partido dos Trabalhadores é o chamado Orçamento Participativo. Souza (2002) apresenta que essa experiência, iniciada em 1999, no estado do Rio Grande do Sul, representou um momento de diálogo com o movimento comunitário e popular. Ainda, o autor destaca que esse elemento foi decisivo para a realização

da participação popular de maneira direta, sem nenhum intermédio de partidos ou instrumentos do Estado, onde “o princípio da participação universal e direta possibilita que a população passe a ingressar como elemento ativo na vida política”. (SOUZA, 2002, p. 73).

A experiência do orçamento participativo contou com uma divisão regional, baseada nos chamados Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Esses Conselhos eram realizados por meio de assembleias públicas municipais, com a participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões, possibilitavam o conhecimento das prioridades de cada região ou município. Para tanto, Souza (2002) aponta que, além da participação universal, alguns princípios fundamentais dessa experiência foram assegurar maior organização da população, a auto-regulamentação do processo; a possibilidade de discussão da totalidade do orçamento participativo, e a prestação de contas do governo.

É possível visualizar, no argumento do autor, como essa experiência se constituiu como uma forma de relação entre a população e o governo, além de um efetivo instrumento de controle popular do processo. Souza (2002, p.80) ainda aponta que as plenárias temáticas relacionadas à experiência do orçamento participativo ocorreram em 22 regiões, dentro da divisão estabelecida, e contou com a participação de mais de 9.300 pessoas, que se somaram à base geográfica de 180 mil participantes.

A partir desses números bastantes expressivos no cenário político nacional, em 1990, Silva (2019) afirma que as resoluções políticas do Partido dos Trabalhadores acerca da educação passam também por metamorfoses que o distanciam de seus objetivos de fundação. Para tanto, na educação, o autor destaca que o foco da política educacional se desloca da disputa entre público e privado para a oferta de uma educação para todos, sem discutir que educação é essa. (SILVA, 2019, p. 389).

No I Congresso de Educação do Partido, em 1991, Silva (2019) comenta que a educação aparece como uma das áreas para elaboração de projetos de ação sobre a desigualdade socioeconômica nos estados. Sobre isso, é importante comentar que a educação passa a se constituir como uma forma de “luta por reformas”, e é encarada como uma possibilidade de incorporação ao mercado de trabalho e, para o autor, trata-se de entender a educação como uma qualificação

profissional, sobretudo, para a integração dos desempregados ao mercado de trabalho.

Em 1997, a publicação do Plano Nacional de Educação, produto dos debates do II Congresso Nacional de Educação (CONED), já continha uma declaração explícita de abertura ao setor privado. Silva (2019) destaca que, curiosamente, a questão de parcerias do poder público com empresas privadas estava localizada na seção que tratava a respeito dos Instrumentos e Mecanismos da Gestão Democrática. Silva (2019) também demonstra que, em 2002, no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, a proposta de educação, intitulada “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, continha elementos dessa relação, a partir da defesa da inserção da juventude no mercado de trabalho.

As mudanças que as ações do Partido dos Trabalhadores tomaram estão expressas na negação dos fundamentos de sua formação e, como pontua Iasi (2006, p. 506), elas são, nesse movimento de negação, muito mais mediadas por relações institucionais e trajetórias eleitorais do que por um vínculo orgânico.

Sobre essa questão, também é possível identificar que o Partido dos Trabalhadores aumentou o número dos seus “profissionais da política” para compor cargos da burocracia do Estado. Ribeiro (2010, p. 142) comenta que havia, de um lado, a “[...] remuneração de dirigentes para se dedicarem exclusivamente às atividades partidárias” e, de outro, a necessidade de “[...] formar e sistematizar um ‘exército de quadros’ voltados ao preenchimento de cargos de confiança nas mais distintas esferas”. O autor também versa sobre a profissionalização política dos militantes no Partido dos Trabalhadores, destacando que o profissional da política é o indivíduo que se dedica exclusivamente à política, e recebe uma remuneração para tal, “essa denominação abarca desde o presidente da República até o secretário responsável pelo atendimento em um DM do partido”. (RIBEIRO, 2010, p. 140).

Já no plano estratégico, a chegada do PT ao governo central representava uma das possibilidades de realização de uma estratégia democrática marcada pela exclusão da possibilidade de transição socialista no debate. Além disso, isso significava a possibilidade da disputa da hegemonia nos espaços do Estado Burguês. Iasi, Figueiredo & Neves (2019) destacam que, nesse contexto, a variante da estratégia democrática, autodenominada democrática e popular, era hegemônica no Partido dos Trabalhadores desde meados dos anos 1980.

Podem ser destacadas como principais características da estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores: a) a indicação de supostas incompletudes no desenvolvimento capitalista brasileiro, materializadas, por exemplo, na existência de profundas desigualdades regionais e da marginalização dos setores populares dos espaços políticos; b) a suposição de que elas teriam de ser resolvidas para que se pudesse eventualmente pautar uma proposta de transição socialista; c) a afirmação, no sentido de resolver o problema da transição, de um programa antilatifundiário, anti-imperialista e antimonopolista; d) a aposta no acúmulo progressivo de forças dos trabalhadores, por meio de sucessivas vitórias parciais em dois planos, o dos movimentos sociais e o da ocupação de espaços na institucionalidade propriamente estatal; e) a organização da ação política em torno da bandeira do fortalecimento da democracia política e econômica, e das instituições que a encarnassem. (IASI, FIGUEIREDO, NEVES, 2019, p. 17). Essa estratégia, na visão do PT, é,

Vista como uma espécie de “poder alternativo”, o governo democrático-popular deveria dirigir a sociedade, ampliando as esferas de participação política, colocando o desafio de “romper com todas as formas de dominação” [...] incidir na organização dos movimentos sociais e na “elevação do nível de consciência dos trabalhadores”, impulsionando formas de auto-organização dos trabalhadores que preparariam as “condições políticas” e acumulariam “para a revolução socialista”. (PT, 1989, p. 4).

Essa visão, que se configura em síntese e expressão política da classe trabalhadora se transforma em algo contrário. O Partido dos Trabalhadores opta por *alargar consensos* e um *entendimento comum* entre classes sociais antagônicas.

Entre o 10º e o 12º Encontros Nacionais do Partido dos Trabalhadores²⁷, entre 1995 e 2001, o PT adquiriu espaço no interior do Estado “[...] aumentando consideravelmente o número de parlamentares, administrações municipais e chegou ao governo de alguns Estados Brasileiros”. (IASI, 2006, p. 506).

Essa estratégia, analisada de maneira crítica por Iasi (2019), mostra que houve incompreensões sobre a natureza da formação social brasileira. As mudanças nas palavras e nas ações esteve na ordem do dia das metamorfoses petistas. Esse partido demonstrou estar mais preocupado com um projeto antineoliberal do que com aquele anticapitalista da sua fundação. “Reelaborar estratégia de poder”,

²⁷ É possível acessar as resoluções dos Encontros Nacionais do PT no endereço eletrônico da Fundação Perseu Abramo, localizada em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>.

“reelaborar o programa democrático e popular”, articular “*forças sociais amplas* em torno de um projeto para a sociedade brasileira”, são as questões pertinentes e colocadas no seu horizonte estratégico, expressando claramente as suas metamorfoses de aliança com a burguesia e o desenvolvimento da hegemonia da classe dominante no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores que, no momento de sua fundação, rejeitou a ideia de pactos sociais com a burguesia, na verdade realizou na sua agenda política uma congregação de interesses das forças sociais dominantes que fazem parte do Estado Burguês. Interessante destacar que, a ruptura, antes colocada sobre os fundamentos de um anticapitalismo, na chegada ao Estado se realiza nas diretrizes de um programa de governo transformado. Sobre isso, é válido destacar, também, a relação, em larga escala, que o PT desenvolve com a sociedade civil. Ribeiro (2010, p. 108) demonstra que as doações para campanhas foram um marco nessas metamorfoses, pois “[...] o PT passou a buscar recursos naqueles que tradicionalmente são os maiores financiadores da política no Brasil: construtoras, bancos e empresas que potencialmente podem prestar serviços públicos [...]”. Para essa análise, concordamos com Iasi (2017, p. 279), pois a experiência desse partido representa, também, o debate sobre as características da revolução burguesa no Brasil, que operou um Estado capaz de equacionar os problemas de domínio e direção do exercício da hegemonia empresarial.

Dessa maneira, a análise pelo conceito de partido, de acordo com Fillipiini (2017, p. 1140), em Gramsci, se configura “[...] como o *medium* moderno através do qual é exercida, de um lado, a ação autônoma das classes e, de outro, a hegemonia da classe dirigente através do Estado”. Para o autor, Gramsci elabora uma “teoria do partido”, que parte da relação entre estrutura e superestrutura, da distinção entre os “movimentos orgânicos” e os “movimentos conjunturais” da realidade, para a análise da “relação das forças políticas”, e que serve para “[...] a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”. (GRAMSCI, 2007, p. 40-41), nesse caso, aqueles que compõe o Partido.

Nesse sentido, Gramsci também destaca que, embora todo partido seja a expressão de um grupo social, em determinadas condições, ele também pode representar um só grupo social e exercer uma função de equilíbrio e arbitragem, “[...] fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso

e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários.” (GRAMSCI, 2007, p. 59).

Entendemos, a partir das leituras realizadas, que o conceito de partido, em Gramsci, no seu sentido mais geral, tem como pressuposto e finalidade o aperfeiçoamento individual, do próprio ser humano, mas ao mesmo tempo serve para identificar um trabalho de esclarecimento recíproco. Nesse sentido, a compreensão de partido e de organização, que identificamos em Gramsci, esclarece que a união não é só aproximação entre corpos físicos, é comunhão de espíritos, é a colaboração de pensamento, é o apoio recíproco no trabalho de aperfeiçoamento individual, é educação recíproca. (GRAMSCI, 2004). Isso está intimamente ligado à educação, à cultura, à organização do conhecimento, à independência em relação à face da *intelligentsia* ou da casta política. Em Gramsci, vemos que esse empenho não pode ser adiado para amanhã, ele é estímulo para a ação é condição da ação. Uma ação não só política ou econômica, mas também e, sobretudo, de saber e de vontade. (GRAMSCI, 2004). Esse processo é uma construção e,

Trata-se [...] de desenvolvimentos mais ou menos longos, e raramente de explosões “sintéticas” inesperadas. [...] vê-se que nestes casos se trata de destruir mais do que reconstruir, de remover obstáculos exteriores e mecânicos ao desenvolvimento original e espontâneo [...]. (GRAMSCI, 2007, p. 287-288).

De fato, o papel da organização é fundamental para a crítica sobre a forma social do Capital e a ação sobre a hegemonia da classe dominante, em diferentes espaços, sobretudo, na educação. Para tanto, a vontade coletiva, tendo como finalidade universal a revolução do sistema de produção capitalista e do Capital, é uma possibilidade de movimento, de organização da classe trabalhadora e torno de um partido.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores representou a organização da classe trabalhadora, mas a partir de suas metamorfoses, também representou os interesses da burguesia. Enquanto organização da classe trabalhadora, o período da fundação do PT é fundamental, pois representa, no período da década de 1980, de acordo com Iasi (2006), um choque à parte da bancada parlamentar e das diretrizes da direção nacional no interior do Estado Burguês. Sobre essa questão, é interessante destacar que, ao serem afirmados os pressupostos de uma organização de trabalhadores, anticapitalista e com um horizonte socialista, para Iasi

(2006, p. 401), eles representam um importante elemento na relação de forças no Estado.

A relação de forças que o Partido dos Trabalhadores realizou contra os partidos da burguesia, nos primeiros anos de sua fundação, pode ser evidenciada na análise das resoluções apresentadas. Sobre isso, Iasi (2006) apresenta que o choque dessa relação contra os “partidos da burguesia”, “detentores de mandatos parlamentares”, pode ser representado pela proposta, como uma tática eleitoral do partido, da composição de “candidatos do partido” e não de “candidatos no partido”, o que indica a identidade aos pressupostos socialistas.

Nessa relação, é importante salientar que o Partido dos Trabalhadores, embora expresse alguns dos pressupostos relacionados ao conceito de partido em Gramsci, representando um avanço na organização da classe trabalhadora no Brasil, identificamos que, ao longo de seu desenvolvimento, o PT também apresentou significativos recuos no que diz respeito a luta contra o Capital.

Sobre a análise do governo do Partido dos Trabalhadores, identificamos três importantes produções que compõem a revisão da produção acadêmica, especificamente no contexto das sete (7) teses que analisam o Movimento Todos Pela Educação, como o governo do Partido dos Trabalhadores desenvolveu suas ações por meio do executivo do Estado, quais sejam:

- a) Souza (2014): “Governo Lula e a ampliação da parceria entre o setor público e privado na educação brasileira”;
- b) Cossetin (2017): “Governo Luiz Inácio Lula da Silva: expectativas e realidade para as políticas educacionais e para a educação infantil” e também sobre o “Governo de Dilma Vana Rousseff e as políticas educacionais”;
- c) Pinheiro (2018): o “Governo Lula e a ampliação da parceria entre o setor público e privado na educação brasileira”.

De modo geral, essas produções reforçam que as ações do governo do Partido dos Trabalhadores, no Estado, nas suas metamorfoses, conservaram as orientações políticas dos governos de FHC, que o precederam.

Sobre essa relação, para Cossetin (2017, p. 136), “no primeiro Governo de Lula”, é possível identificar a tendência de aproximação com o empresariado brasileiro e a possibilidade de atuação dos segmentos empresariais na formulação e implementação das políticas públicas. Para Pinheiro (2018, p. 49), “internamente, Lula e o PT” buscaram conexões com os empresários, mas também mantiveram

suas alianças com os movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais. Em Souza (2014, p. 90), vemos que a aliança com a burguesia teve como ação concreta a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Na análise da autora, esse conselho “foi criado por Lula assim que tomou posse, tendo como justificativa institucionalizar um espaço de negociação entre Estado e sociedade civil”.

Esses autores destacam que o desenvolvimento de um “novo contrato social”, entre os empresários e o Estado, fora evidente nos primeiros anos do governo do Partido dos Trabalhadores, responsável pelo fortalecimento e criação do consenso desejável da governabilidade. Também, sobre essa questão, é possível identificar nos autores que esses sujeitos são representantes da fração do empresariado composta por empresários da indústria, dos bancos, do agronegócio e da construção civil.

Isso faz parte do capitalismo monopolista, no qual as empresas se tornaram monopólios, e não só eliminam os concorrentes como passam a controlar setores inteiros do mercado. Essas gigantescas empresas, que representam a concentração e centralização de Capital, ganham cada vez mais poder econômico para desenvolver seu projeto de nação.

Além disso, para o controle da cadeia produtiva, esses monopólios formam trustes, em que as empresas se fundem para dominar cada etapa da produção. Os monopólios, na sua relação com a sociedade política, constituem-se também por cartéis, cujas associações se realizam para organizar o mercado e, pelas relações de força de acordo, eles estabelecem preços, qualidades dos produtos e até se organizam para eliminar concorrentes indesejáveis. A imagem do cidadão ou cidadã que guarda algum dinheiro no baú ou na poupança pode parecer empreendedora, mas, na verdade, esconde o fato de que o controle econômico está concentrado nas mãos dos monopólios.

Como consequência disso, e do favorecimento ao desenvolvimento da hegemonia empresarial no contexto nacional pelo Estado, também é válido ressaltar as influências imperialistas. Nesse caso, os monopólios de países centrais do capitalismo mundial instalam suas organizações num país de capitalismo dependente para ampliar a concentração e a centralização do Capital. Nessa fase do capitalismo, as empresas desses países imperialistas passam a serem donas de empresas nos países em que “colonizam”. Além do domínio e da direção de

plantações, minas, bancos e até mesmo fábricas, essas empresas encontram um terreno fértil para serem proprietários dos meios de produção, provocando uma divisão internacional do trabalho, onde os países dependentes são apenas necessários para fornecer matéria-prima, mercado consumidor e mão-de-obra abundante e barata.

Esses sujeitos, coletivos e individuais, nacionais ou não, necessitam de um Estado articulado para possibilitar o desenvolvimento de suas empresas no contexto nacional, e encontraram no governo do Partido dos Trabalhadores uma possibilidade para o exercício da hegemonia empresarial.

A passagem do neoliberalismo, dos governos do PSDB, para a forma terceira via, nos governos PT, é, a princípio, contraditória. Nessa relação, um partido que se dizia anticapitalista, mas que realizou alianças com os empresários, desenvolveu uma política de governo unitária aos interesses capitalistas, por meio do consenso entre a sociedade política e a sociedade civil, dirigiu e direcionou as políticas educacionais, predominantemente, para os interesses do Capital.

A análise do Partido dos Trabalhadores, na sua formação, é uma possibilidade fundamental para a compreensão das metamorfoses do Partido e, enquanto uma organização da classe trabalhadora, representou algumas das possibilidades de luta contra a hegemonia empresarial na educação brasileira. No entanto, as ações realizadas no interior do Estado pelo governo do PT, ao contrário dos fundamentos de sua formação, foi responsável pela formação do Movimento Todos pela Educação como expressão do desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação.

Além de dar direção para as políticas educacionais, por meio de seus intelectuais, o TPE representa o domínio econômico em muitos setores da economia, por empresas e empresários das quais representam e ocupam lugar de destaque na direção da política, economia e educação no Brasil. Sendo assim, no próximo capítulo, analisamos a hegemonia empresarial do Movimento Todos Pela Educação.

CAPÍTULO 3

O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO E A HEGEMONIA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

As diferentes frações da classe dominante utilizam estratégias de hegemonia para universalizar a particularidade de seus interesses e neutralizar as ações e as críticas que procuram a sua superação, sendo uma dessas estratégias a direção e a execução de políticas educacionais.

Nesse sentido, as políticas educacionais, elaboradas no cenário do Estado, são utilizadas para o exercício da hegemonia empresarial, e se constituem, na educação, como uma forma de direção e dominação que impede à classe trabalhadora a possibilidade de conhecimento de construção de outra forma de educação, uma educação para além do Capital, como afirmou Meszáros (2008).

Sendo assim, mesmo com os avanços nos estudos e pesquisas no campo de políticas educacionais, no Brasil, como aponta a pesquisa de Stremel (2016), ainda há a necessidade de superação de alguns desafios, um deles é o diálogo entre os sujeitos desse campo de pesquisa.

Nesse sentido, a nossa análise da hegemonia empresarial do Movimento Todos Pela Educação se justifica também pela necessidade de estudos que se fortaleçam enquanto conjunto, além da crítica e da ação para a superação da sociedade do Capital. Para tanto, foi possível até aqui, pela análise dos elementos particulares do Estado, no Brasil, apreender que a hegemonia empresarial se estabeleceu, sobretudo, desde a década de 1930, quando o desenvolvimento das relações capitalistas se generalizou. Essa articulação entre o Estado e o Capital se constituiu num acontecimento decisivo para o desenvolvimento dos aparelhos de hegemonia no país.

Vimos que empresas e outras organizações, conjuntamente com o Estado, articularam-se para realizar o desenvolvimento das relações capitalistas e dos seus aparelhos de hegemonia no Brasil. Assim, associações políticas, sindicais, institutos, fundações, juntamente com o Estado, foram deixadas à direção e dominação privada das frações da classe dominante.

Sobre os aparelhos de hegemonia, Liguori (2017, p. 79), com base em Gramsci, afirma que este conceito é fundamental para a apreensão da base material do exercício da hegemonia. Sobre essa questão, Gramsci (2007, p. 119) destaca

que, em determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, “[...] desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal”. Por isso, é necessário entendermos que os aparelhos de hegemonia se constituem, a partir de uma classe social, sobre o restante da população, enquanto domínio e direção. Nessa relação, Gramsci (2007, p. 253) também destaca que, na multiplicidade de “sociedades particulares”, de caráter natural e contratual ou voluntário, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente.

A esse respeito, o Movimento Todos Pela Educação é uma sociedade particular organizada e pode ser identificado como um aparelho de hegemonia. Na medida em que serve para criar uma “reforma” das relações sociais hegemônicas e impedir o desenvolvimento de outra forma de organização coletiva, que seja antagônica às necessidades do Capital, a função do aparelho de hegemonia é também a reprodução do consenso.

Para analisarmos o TPE, como um aparelho da hegemonia empresarial na educação, organizamos este capítulo a partir dos seguintes objetivos:

- a) Evidenciar, no contexto da hegemonia empresarial na educação, aspectos históricos e normativos importantes no desenvolvimento do TPE.
- b) Analisar os sócio fundadores, a governança e a equipe executiva para identificar, nos intelectuais orgânicos do TPE, que elementos configuram o desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação.
- c) Mapear os apoiadores e os mantenedores para identificar que elementos dessas organizações estão relacionados à formação da hegemonia empresarial no contexto nacional, e que podem ser expressos no TPE.
- d) Mapear os apoiadores e os mantenedores para identificar quais as organizações do TPE realizam o exercício da hegemonia empresarial, por meio da opinião pública.

Nesse sentido, na próxima seção, procuramos analisar elementos históricos e normativos que fazem parte do processo de desenvolvimento do Movimento Todos Pela Educação e da hegemonia burguesa.

3.1 O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E NORMATIZAÇÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

O Movimento Todos Pela Educação (TPE) entendido, a partir da análise gramsciana, como aparelho de hegemonia, é um importante instrumento para analisarmos a hegemonia empresarial na educação, no Brasil. Para tanto, buscamos, em seus aspectos históricos e normativos, que elementos foram decisivos para o seu desenvolvimento.

O TPE foi criado em 2006, e é um organismo da sociedade civil, composto por empresários e empresas de vários setores da economia. Esse aparelho de hegemonia, por meio de parcerias com os entes federados da União e também com o terceiro setor, além de participar da elaboração de políticas educacionais, também oferece a venda de mercadorias para a Educação Básica no Brasil. (PINHEIRO, 2018; MARTINS, 2009; COSSETIN, 2017; PIRES, 2015; MARTINS; KRAWCZYK, 2018).

Mesmo sendo criado em 2006, para evidenciarmos os elementos históricos e os aspectos normativos acerca da formação e do desenvolvimento do Movimento Todos pela Educação, é preciso que voltemos ao ano de 2001. É nesse ano, o chamado *ano internacional do voluntariado*, que o TPE se insere no cenário educacional brasileiro.

Essa iniciativa empresarial está ligada ao antigo Instituto Brasil Voluntário, ou Faça Parte. Esse instituto, que teve como principais representantes e fundadores, Milu Villela, Heloísa Coelho (Rio Voluntário), José Roberto Marinho (Fundação Roberto Marinho), Maria Elena Johannpeter (Grupo Gerdau/Centro de Voluntariado do Rio Grande do Sul), Roberto Klabin (SOS Mata Atlântica) e Valdir Cimino (Instituto Viva e Deixe Viver), evidencia alguns dos intelectuais e empresas/fundações ligadas à fundação do Todos Pela Educação²⁸.

Além disso, é interessante destacarmos que o Instituto Brasil Voluntário tinha como principais patrocinadores o Banco Itaú e o Grupo Dpaschoal, além do apoio de entidades como o Ministério da Educação, o CONSED, a UNDIME e a UNESCO, organizações que também possuem ligações com o Movimento Todos Pela Educação. (MARTINS, 2013; PIRES, 2015; MARTINS; KRAWCZYK, 2018).

²⁸ Para identificar essa questão, sugerimos a consulta ao apêndice B, que apresenta a relação de sócio fundadores do TPE: formação e ligação com empresas.

Também é importante destacar que, alguns desses sujeitos, que formariam o TPE, já atuavam desde o início da década de 2000 em organizações filantrópicas e de responsabilidade social, dos quais destacamos Milu Villela, Luís Norberto Pascoal e Maria Lucia Meirelles Reis, como exemplos dessa questão. (MARTINS, 2013; PIRES, 2015).

Como uma organização composta por diferentes sujeitos e empresas, o TPE se coloca como suprapartidário e plural, pois admite ser composto por representantes individuais e coletivos de diferentes setores da sociedade civil. Assim destaca,

O Movimento Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e suprapartidária, fundada em 2006, que tem como missão impulsionar a qualidade e a equidade da Educação Básica no Brasil. **A atuação do Movimento é focada em contribuir para o avanço das políticas públicas educacionais e, nesse sentido, busca criar senso de urgência para a necessidade de mudanças, qualificar o debate sobre educação no Brasil**, construir propostas técnicas e articular com o poder público, especialistas e demais atores do campo educacional com vistas à sua efetivação. (TPE, 2018, p. 3, grifo nosso).

Ao se colocar como uma organização suprapartidária, o TPE, nas figuras individuais e coletivas de seus defensores, procura afirmar a necessidade da gestão e da formulação de políticas educacionais, por meio de pactos sociais. Nesse contexto,

[...] **os esforços coordenados pela entidade se constituíram numa articulada estratégia de hegemonia no campo educacional**, abrangendo, pelo menos, duas linhas centrais: **(1) orientar uma percepção social de que a sociedade civil se transformou numa instância harmoniosa [...]** pois o mais importante seria o predomínio da “coesão cívica”, da “nova cidadania” e da “colaboração” social; **(2) legitimar uma determinada leitura da realidade educacional e também uma determinada perspectiva para a Educação Básica**. (MARTINS, 2009, p. 24, grifo nosso).

A ideologia suprapartidária, que se coloca acima de partidos, com a participação de “todos”, é uma das expressões da hegemonia empresarial que procura formar a classe trabalhadora pelo consenso, um pacto social harmonioso em direção ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Nesse contexto, as classes sociais são “apagadas”, as desigualdades e as possibilidades que estão na base da sociedade se transformam em “diferenças”. Um exemplo disso, como apresentamos anteriormente, é o próprio governo do PT que defendia a

construção de outra forma de sociedade e depois, para atender às necessidades da hegemonia burguesa, passa a defender ideias como *governabilidade*, *cidadania* e *participação social*, perdendo de vista a crítica anticapitalista e a necessidade de construção de outra forma de sociabilidade, além de reforçar as políticas de Reforma do Estado, implementadas ao longo da década de 1990.

Além disso, o discurso que o TPE realiza é de que o Estado não é suficiente para atender às demandas educacionais do País, própria da atualização das políticas neoliberais. Dessa maneira, o TPE defende a necessidade de intervenção do setor privado na educação pública brasileira. O próprio Movimento afirma:

[...] não há dúvidas de que ele representa uma soma muito bem-sucedida de esforços de pessoas **e organizações, de diferentes partes do Brasil – e de fora também** –, em torno da causa mais relevante e que deve unir todos nós para o fortalecimento do presente e do futuro de nosso País: a Educação. (TPE, 2017, p. 5, grifo nosso).

Nesse sentido, segmentos sociais, tais como ONGs, Fundações, Institutos, Organizações Sociais ligadas a empresas, além de empresários e seus prepostos, buscam a direção e execução de políticas e programas educacionais articulando-se à sociedade política (PERONI, 2015).

Mesmo colocando-se como uma organização suprapartidária, é importante salientarmos que, no início de abril de 2019, foi lançada a Frente Parlamentar Mista da Educação no Congresso Nacional²⁹. Essa articulação, entre a sociedade civil e a sociedade política, que tem como objetivo discutir a educação no Brasil, é realizada pelo TPE com alguns sujeitos do governo. Destacamos alguns deputados federais e senadores que compuseram essa Frente Parlamentar numa aliança com o TPE: Deputado Danilo Cabral (PSB - PE), Deputada Prof. Dorinha Seabra (DEM-TO), Deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), Deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), Deputado Israel Batista (PV - DF), Senador Izalci Lucas (PSDB-DF), Deputado JHC (PSB-AL), Senador Jorginho Mello (PR-SC), Deputada Luisa Canziani (PTB-PR), Deputado Luiz Lima (PSL-RJ), Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), Deputado Raul Henry (MDB-PE), Deputada Tabata Amaral (PDT-SP), Tiago Mitraud (Novo-MG).

Além dessa relação de força, o exercício de hegemonia realizado pelo TPE na educação procura formar a classe trabalhadora numa perspectiva que articula a

²⁹ Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/educacaonafrente-todos-entrevista-integrantes-da-frente-parlamentar-mista-da-educacao>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

questão da qualidade educacional ao mercado. De acordo com Cossetin (2017, p. 189), a construção discursiva realizada pelo TPE é muito convincente. Para a autora, esses sujeitos apropriam-se de elementos e de reivindicações que são caros e latentes para educadores da classe trabalhadora que, historicamente, vêm lutando pela educação de qualidade. As questões quantitativas, de avaliações externas, de um ensino mercadológico, visam a formação de uma força-de-trabalho adequada às necessidades de reprodução do Capital, como vimos a respeito da questão do Capital Humano.

Para realizar esse caminho, o TPE estabelece, em seu Estatuto Social, que sua principal missão é a de “contribuir” para que, até 2022, o país assegure a todas as crianças e os jovens o direito e a qualidade na Educação Básica, especificamente a pré-escola (4 a 5 anos), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos). (TPE, 2013)³⁰. Nesse sentido, de acordo com a Presidente-executiva do Movimento, Priscila Cruz, e da Diretora do TPE, Maria Lucia Meirelles Reis, o Todos Pela Educação, que em 2019, completa treze (13) anos de sua fundação, tem como objetivo “[...] engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito de todas as nossas crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade”. (CRUZ; REIS, 2017, p. 8).

No endereço eletrônico do TPE, o propósito dessa organização é apresentado a partir de quatro (4) elementos: “I) Impulsionar: diz respeito a produção de conhecimento e o incentivo a debates; II) Educação Básica: primeira etapa da educação brasileira, antes da Educação superior, compreende o Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; III) Qualidade: o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (artigo 205 da CF de 1988); IV) Equidade: o trabalho para diminuir as desigualdades educacionais do país.” (TPE, 2018)³¹.

Além desses propósitos mais gerais, o TPE conta com cinco (5) metas para suas ações, a saber:

- Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
- Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
- Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano;
- Meta 4: Todo jovem de 19 anos com ensino médio concluído;

³⁰ Estatuto Social – Todos Pela Educação (2013).

³¹ Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/o-todos/#bloco_68>. Acesso em: 13 set. 2018.

Meta 5: Investimento em educação ampliado e bem gerido³².

Para executar e direcionar as políticas educacionais de acordo com o *ethos* dessa organização, a publicação no Diário Oficial da União, no dia 14 de fevereiro de 2014, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, qualificou o TPE como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. A qualificação do TPE como OSCIP significa que ele poderá receber do poder público, recursos financeiros, nos termos de parcerias para o fomento e a execução das atividades previstas na legislação.

Essa legislação, acerca do setor privado que recebe recurso do Estado, está relacionada com: a) a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe, sobretudo, sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, e a criação do Programa Nacional de Publicização; b) a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999³³, a qual dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências e; c) do Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e tem o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União. (BRASIL, 1998).

Também é importante destacarmos a criação do Programa Nacional de Publicização, em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que ocorreu para regulamentar a transferência de serviços como a educação, a saúde, a cultura e a pesquisa científica para o terceiro setor, ou seja, o público não-estatal. A qualificação desse setor, de acordo com art. 2º do Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, é a seguinte:

[...] como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos legais, as diretrizes de políticas públicas setoriais, as determinações e os critérios estabelecidos neste Decreto. (BRASIL, 2017)³⁴.

³² Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/dados-5-metas>>. Acesso em: 13 set. 2018.

³³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

³⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9190.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

Essas políticas, que favorecem o processo de privatização da educação no Brasil, são reflexos das mudanças e articulações entre a sociedade política e a sociedade civil. Para Peroni (2015), esse processo de mudanças, do que chama “fronteiras entre o público e o privado”, refere-se tanto à passagem das políticas educacionais para a direção e a execução pela iniciativa privada, quanto a permanência do Estado, mas com a lógica do mercado. Nessa perspectiva, o Estado não é o único responsável pela direção e execução das políticas educacionais, que passam também à execução e a direção da sociedade civil. Para Peroni (2015), essa é uma das principais justificativas apontadas pelas instituições privadas para fazer parcerias com o Estado.

Vimos que essa correlação de forças, no cenário do Estado, faz parte do processo de formação do consenso construído pela articulação entre a sociedade política e a sociedade civil. Para a criação de condições favoráveis, o Estado, na situação de sujeito, favorece o desenvolvimento das relações capitalistas. Nesse sentido, Peroni (2015) nos ajuda a entender que o Estado mínimo, proposto pelo Neoliberalismo, é mínimo apenas para as políticas sociais. Para a autora, na realidade, o Estado é máximo para o Capital porque, além de ser chamado a regular as atividades do capital corporativo, no interesse da nação, tem, ainda, de criar um bom clima de negócios, para atrair o capital financeiro transnacional e conter a fuga de capital para “pastagens mais verdes e lucrativas”.

Para a análise desses elementos, no Brasil, Peroni (2015) cita os acontecimentos provenientes das lutas por direitos sociais na década de 1980, momento de transição do regime da ditadura para a abertura democrática. Nesse mesmo período houve a crise do modelo fordista/keynesiano, onde, em seu lugar, foram propostas novas estratégias para aumento das taxas de lucro e redução de direitos, materializadas em políticas públicas para países dependentes do Capital internacional. No Brasil, Peroni (2015, p. 8) destaca,

Nossas pesquisas demonstraram que no Brasil o processo de privatização do público ocorre de várias formas, tanto através da direção, como é o caso do Movimento Todos pela Educação, em que os empresários acabam influenciando o governo federal na agenda educacional, quanto na venda de produtos educativos; ou da execução direta, que ocorre principalmente para as pessoas mais vulneráveis, na Educação de Jovens e Adultos, creches, educação especial e educação profissional. Mas também acontece, ao mesmo tempo, na execução e direção, como verificamos nos estudos sobre

as parceiras, em que instituições privadas definem o conteúdo da educação e também executam sua proposta através da formação, avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

Essa relação e processo, na educação, segundo a autora, é parte constitutiva da correlação de forças de sujeitos em um contexto histórico e geográfico, perpassado por projetos societários distintos que têm como cenário mais amplo uma sociedade de classes organizada por interesses mercantis. Peroni (2015, p. 15) comenta que várias formas de privatização do público podem ser identificadas na realidade brasileira: a) a alteração da propriedade, em que ocorre a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; b) a realização de parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, em que o privado acaba definindo o público e; c) a permanência da propriedade estatal com a lógica de mercado, em que são reorganizados os processo de gestão e conteúdo da política educacional brasileira.

Sobre essa questão, é importante destacar que, para consolidar o TPE e impulsioná-lo, foi criado, em setembro de 2006, o projeto “Compromisso Todos Pela Educação”, em São Paulo. Ao divulgar as bases do projeto, o TPE propôs que fosse selado um “compromisso em defesa da educação pública”. O Compromisso Todos pela Educação, firmado com empresários da economia brasileira, representantes das três esferas de poder do Estado (municipal, estadual e federal), dirigentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, e representantes de diferentes organizações da sociedade civil, representa uma unidade política, que passou a ser denominada de uma ampla aliança intersetorial em defesa de um projeto de nação.

É possível visualizar que essa unidade, em torno do Compromisso Todos pela Educação, aconteceu mediante as alianças entre diferentes setores da sociedade civil que foram possibilitadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Segundo dados apresentados por Martins (2009, p. 24), em abril de 2008, a organização contava com mais de 300 adesões entre empresas, associações e fundações de diferentes origens.

Essas alianças se expressam, no cenário internacional, pela ampliação do campo de atuação do TPE com a fundação, em 2011, da Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação – REDUCA, no Congresso

Internacional “Educação: uma Agenda Urgente”. Esse evento contou com a participação de organizações de países latino-americanos, representantes do BID, do então ministro da educação Fernando Haddad, de jornalistas, de representantes de governos estaduais e municipais, fundações, ONGs e outros. (MARTINS, 2013).

No ano de 2019, já fazem parte dessa Rede 15 países de todo o continente: Argentina - Proyecto Educar 2050; Brasil - Todos Pela Educação; Chile - Educación 2020; Colômbia - Empresarios por la Educación; Equador - Grupo Faro; El Salvador - Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo – Fepade; Guatemala - Empresarios por la Educación; Honduras - Fundación para la Educación Ernesto Maduro Andreu – Ferema; México - Mexicanos Primero; Nicarágua - Foro Educativo Nicaragüense "Eduquemos"; Panamá - Unidos por la Educación; Paraguai - Juntos por la Educación; Peru - Empresarios por la Educación; República Dominicana - Acción por la Educación – Educa; Uruguai – ReachingU. (TPE, 2019)³⁵.

É observável que a presença de organismos como o TPE, em diferentes países da América Latina, além da influência imperialista em relação à formação educacional em países de economia dependente, também se caracteriza pela nova forma de ampliação de participação social e ação de empresas e empresários na articulação com a sociedade política. Para tanto, essas organizações, que utilizam do conhecimento e das experiências em outras áreas da economia, procuram intervir junto aos governos, buscando realizar mudanças na educação e atrelá-las à formação de um consenso em torno do desenvolvimento das relações capitalistas nesses países.

Nesse cenário, além das sanções burocráticas do Estado burguês, a hegemonia empresarial na educação, como vimos em Gramsci, procura se realizar por meio das ações dos intelectuais e dos meios de comunicação para a difusão de seus interesses na sociedade.

Nesse sentido, procuramos, nas próximas seções, analisar os intelectuais, os aparelhos de hegemonia, bem como a opinião pública para o aprofundamento sobre como se dá o exercício da hegemonia empresarial na educação, expressa no TPE.

³⁵ Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-reduca>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

3.2 OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS: SÓCIO FUNDADORES, GOVERNANÇA, EQUIPE EXECUTIVA DO TPE (2019)

A análise dos intelectuais orgânicos do TPE está relacionada às ações que esses sujeitos realizam enquanto organizadores e executores de políticas educacionais e as empresas que representam, no desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação.

Pela perspectiva gramsciana, os intelectuais orgânicos podem ser encontrados em diferentes classes e grupos políticos na sociedade. O intelectual orgânico pode se posicionar frente às injustiças da sociedade. Como exemplo de intelectual orgânico da classe trabalhadora poderíamos citar o professor que luta por uma educação de qualidade na perspectiva da superação do Capital, e até mesmo, de forma mais rara, um político que procure colaborar com a extinção do Estado e de suas próprias funções na trama burguesa. Num sentido oposto, o intelectual orgânico também pode ser aquele que defende os interesses dos que o exploram, como exemplo, um professor acomodado com seu salário e seu “protegido cargo”. No entanto, o exemplo mais corriqueiro é o do político e do burguês que defendem a ordem do Capital e a defesa cidadã do Estado Burguês³⁶.

Sobre essa questão dos intelectuais, Gramsci (2001) afirma que todos somos “filósofos”, “intelectuais”, e podemos elaborar, falar, debater e que, portanto, não é preciso ter um diploma no bolso para agir sobre a realidade social. Todavia, o autor esclarece que devemos ter autonomia e posicionamento, pois o intelectual não é definido pelo fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão numa camiseta, que seja um cozinheiro ou um alfaiate. (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Mesmo sendo intelectuais, nem todos exercemos, na sociedade capitalista, a função de intelectuais, pois essa função também diz respeito à forma que estamos divididos ou organizados na sociedade. Assim, para a análise dos intelectuais

³⁶ Duriguetto (2015, p. 270), baseada em Gramsci, comenta que: “essa definição dos intelectuais e de suas funções é desenvolvida pela análise histórica concreta das correntes políticas partidárias presentes no desenvolvimento do *Risorgimento* italiano — o Partido da Ação e o Partido dos Moderados — e de suas relações com as classes e frações de classes. Os Moderados eram intelectuais que tinham relações orgânicas com as frações das classes economicamente dominantes. Essa relação era fundada pelo próprio pertencimento de classe, pois eram grandes agricultores ou administradores das propriedades rurais, empresários, comerciais e industriais e, ao mesmo tempo, organizavam e davam direção política aos seus interesses de classe.” Em contraposição, “[...] os intelectuais do Partido da Ação não se apoiavam em nenhuma classe e tinham uma atitude ‘paternalista’ para com as massas, não as pondo em contato com o Estado, e seus dirigentes eram facilmente guiados pelos Moderados e pelos seus interesses.”

orgânicos do TPE, é fundamental que identifiquemos esses sujeitos enquanto dirigentes morais e políticos do exercício da hegemonia empresarial na educação. Sobre isso, Duriguetto (2015) afirma que a “questão política dos intelectuais” tem importância fundamental na estratégia e no conjunto de reflexões sobre projetos hegemônicos de classe.

Nesse sentido, para o conhecimento acerca desses intelectuais, realizamos uma busca dos dados dos sujeitos que compõem a governança, a equipe executiva e o conjunto de sócio fundadores do Movimento Todos Pela Educação.

Para apresentar essas informações, os quadros 4, 5 e 6, a seguir, evidenciam a relação completa dos membros das equipes de governança e executiva do TPE, em 2019, bem como os membros sócio fundadores do Movimento.

Quadro 4: Membros da Equipe de Governança do Movimento Todos Pela Educação (2019)

GOVERNANÇA TPE 2019	
PRESIDENTE	Ana Amélia Inoue
CONSELHO DE GOVERNANÇA	Ana Maria dos Santos Diniz Antonio Cesar Russi Callegari Antonio Jacinto Matias Beatriz Johannpeter Denise Aguiar Alvarez Eduarda Penido Dalla Vecchia Eduardo Mazzilli de Vassimon Fábio Colletti Barbosa Fernando Luiz Abrucio Françoise Trapenard Jair Ribeiro da Silva Neto Luciano Dias Monteiro Luis Norberto Pascoal Mozart Neves Ramos Paulo Sergio Kakinoff Ricardo Henriques Rodolfo Villela Marino Rose Schettini
CONSELHO DE FUNDADORES	Jorge Gerdau Johannpeter Daniel Feffer Danilo Santos de Miranda Jayme Sirotsky Luiz Paulo Montenegro Milú Villela Viviane Senna Wanda Engel Aduan
CONSELHO FISCAL	Américo Mattar Anna Maria Temoteo Pereira Gilberto Bagaiolo Contador Junio Fuentes

Fonte: Adaptado de Todos Pela Educação (2019)..

Quadro 5: Membros da Equipe executiva do Movimento Todos Pela Educação (2019)

(continua)

EQUIPE EXECUTIVA TPE 2019
PRESIDENTE-EXECUTIVA
Priscila Fonseca da Cruz
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
Maria Lucia Meirelles Reis
DIRETOR DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Olavo Nogueira Filho
DIRETOR DE ESTRATÉGIA POLÍTICA
João Marcelo Borges

Quadro 5: Membros da Equipe executiva do Movimento Todos Pela Educação (2019)

(conclusão)

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bárbara Benatti
GERENTE DE MOBILIZAÇÃO ESTRATÉGICA
Carolina Carvalho Fernandes
GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Gabriel Corrêa
GERENTE DE ESTRATÉGIA POLÍTICA
Lucas Fernandes Hoogerbrugge
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Rogério Monaco
OUTROS NOMES QUE COMPÕEM A EQUIPE EXECUTIVA
Adriana Manarim Alessandra Fujinaga Aline Gomes Ana Paula Araujo Beatriz Martins Alves Bruna Rodrigues Caio de Oliveira Callegari Caio Sato Claudiane Freitas Mendes Cyrino Diana Lima Elder Sant'Anna Felipe Poyares Gustavo Wei Ivan Gontijo Maria Laura Gomes Lopes Pricilla Kesley Honorato Thaiane Pereira Thales Ambrosini Vanessa Souto

Fonte: Adaptado de Todos Pela Educação (2019)³⁷.

Quadro 6: Membros Sócio Fundadores do TPE

(continua)

SÓCIO FUNDADORES TPE
Albert Alcouloumbre Jr Alberto Pfeifer Filho Ana Beatriz Moser Ana Lucia D'Império Lima Ana Maria dos Santos Diniz Antônio Carlos Gomes da Costa (falecido) Antônio Jacinto Matias Antônio Athayde Beatriz Johannpeter Célio da Cunha

³⁷Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_74>. Acesso em: 12 de jun. 18.

Quadro 6: Membros Sócio Fundadores do TPE

(continuação)

Celso Antunes
 Cenise Monte Vicente
 (Antonio) Cesar (Russi) Callegari
 Cláudia Costin
 Cláudio de Moura Castro
 Cláudio Luiz Haddad
 Cleuza Rodrigues Repulho
 Cristovam Buarque
 Daniel Feffer
 Danilo Santos de Miranda
 Denise Aguiar Alvarez
 Eduardo Giannetti da Fonseca
 Emílio Alves Odebrecht
 Fábio Colletti Barbosa
 Fernando Haddad
 Fernando Luiz Abrucio
 Fernando Rossetti Ferreira
 Fernão Bracher
 Francisco Aparecido Cordão
 Francisco de Assis Pinheiro
 Gilberto Dimenstein
 Gustavo Berg Ioschpe
 Heloisa Maria Martins Coelho
 Horácio Lafer Piva
 Hugo Guimarães Barreto Filho
 Isaac Chaves Edington
 Jailson de Souza e Silva
 Jayme Sirotsky
 Jorge Gerdau Johannpeter
 Jorge Paulo Lemann
 José Ernesto Freitas de Camargo
 José Fernando César de Mattos
 José Francisco Soares
 José Henrique Paim Fernandes
 José Paulo Soares Martins
 José Pereira de Oliveira Junior
 José Roberto Marinho
 José Vicente
 Klaus Gerdau Johannpeter
 Luís Norberto Pascoal
 Luiz Paulo Montenegro
 Luis Roberto Pires Ferreira
 Luiz de Alencar Lara
 Luiz Horta Erlanger
 Marcelo Cortes Neri
 Marcos Antonio Magalhães
 Maria Alice Setúbal
 Maria Auxiliadora Seabra Rezende
 Maria de Salete Almeida e Silva
 Maria de Souza Aranha Meirelles
 Maria do Carmo Brant de Carvalho
 Maria do Pilar Lacerda A. e Silva
 Maria Helena Guimarães de Castro
 Maria Inês Joaquim de Carvalho
 Maria Lucia Meirelles Reis

Quadro 6: Membros Sócio Fundadores do TPE

(conclusão)

Marie-Pierre Poirier
 Mário Aquino Alves
 Mario Sergio Cortella
 Mariza Vasques de Abreu
 Milú Villela
 Mozart Neves Ramos
 Naércio Aquino Menezes Filho
 Nelson Pacheco Sirotsky
 Nilma Santos Fontanive
 Nizan Guanaes
 Norman Gall
 Oded Grajew
 Paulo Cesar Queiroz
 Paulo Renato Souza (falecido)
 Pedro Moreira Salles
 Percival Caropreso Jr.
 Peter Graber
 Priscila Fonseca da Cruz
 Raí Souza Vieira de Oliveira
 Raquel F. Alessandri Teixeira
 Raul Martins Bastos
 Regina Carla Madalozzo
 Renata de Camargo Nascimento
 Reynaldo Fernandes
 Ricardo Chaves de Rezende Martins
 Ricardo Kotscho
 Ricardo Manuel dos Santos Henriques
 Ricardo Paes de Barros
 Ricardo Voltolini
 Ricardo Young da Silva
 Roberto Civita (falecido)
 Roberto Teixeira da Costa
 Rodolfo Villela Marino
 Ruben Klein
 Ruth Corrêa Leite Cardoso (falecida)
 Sergio Antonio Garcia Amoroso
 Sergio Cunha Valente
 Sergio Ephim Mindlin
 Sergio Motta Mello
 Silvio Romeiro de Lemos Meira
 Simon Schwartzman
 Tomas Tomislav Zinner
 Vincent Defourny
 Viviane Senna
 Wanda Engel Aduan
 Wilma Resende Araujo Santos
 Zilda Arns Neumann (falecida)

Fonte: Adaptado de Todos Pela Educação (2019).

A partir da análise das informações dos intelectuais do TPE, em 2019, identificamos: a) 113 sócio fundadores³⁸; b) 29 sujeitos do Conselho de

³⁸ O apêndice B evidencia a lista da formação e da participação dos sócio fundadores do TPE com empresas.

Governança³⁹, organizados em: Presidente, Conselho de Governança, Conselho de Fundadores e Conselho Fiscal e; c) 28 sujeitos da equipe executiva, organizados em: Presidente-Executiva, Diretora Administrativo-financeira, Diretor de Políticas Educacionais, Diretor de Estratégia Política, Gerente de Comunicação, Gerente de Políticas Educacionais, Gerente de Mobilização Estratégica, Relações Institucionais, além de outros nomes da equipe executiva em que não são evidenciados os cargos.

Além disso, identificamos que, dentre os sócio fundadores, conselho de governança e equipe executiva de 2019, os intelectuais orgânicos do TPE totalizam 170 membros. A análise dos dados acerca desses intelectuais foi realizada a partir da coleta de informações em currículos online, endereços eletrônicos das próprias organizações em que esses sujeitos desempenham funções, além de notícias de jornais e outros veículos de comunicação pela fórmula = “nome do sujeito” + “todos pela educação”.

Na coleta desses dados dos intelectuais do TPE, encontramos: a) do total de 113 sócio fundadores, informações sobre 71; b) do total de 29 membros da governança, informações sobre 16 e; c) do total de 28 membros da equipe-executiva, coletamos informações sobre 12 desses sujeitos.

A partir desse conjunto, foi possível identificar informações dos 99 sujeitos e, identificamos que a predominância da formação desses intelectuais do TPE está direcionada para as áreas de: economia, com 23 sujeitos, administração, com 18 sujeitos e jornalismo, com 7 sujeitos. A área de educação, que leva o nome do próprio Movimento Todos Pela Educação, aparece com apenas 8 sujeitos, que possuem formação nessa área do conhecimento.

A identificação dessa composição reforça os elementos anteriormente discutidos a respeito dos direcionamentos economicistas e gerencialistas da hegemonia empresarial na educação. Além disso, os dados desses intelectuais demonstram que suas atividades são realizadas de forma distante do contexto escolar, o que nos provoca o seguinte questionamento: *Como é possível que esses intelectuais direcionem e executem funções na educação pública brasileira se não possuem a formação educacional para tal atividade?*

³⁹ O apêndice C evidencia a lista da formação e da participação do conselho de governança e equipe executiva com empresas.

Esses sujeitos, na sua atuação, enquanto intelectuais, na compreensão gramsciana, procuram dar homogeneidade e consciência, não apenas no campo econômico do qual fazem parte, mas também nos campos social e político.

A educação, pautada pelos ditames do mercado, é reforçada sistematicamente como fundamental para o crescimento da economia e o rendimento escolar dos estudantes. Segundo Krawczyk (2014, p. 33-34), cada vez mais encontramos entre os economistas aqueles preocupados com a educação, tendo os indicadores educacionais como dimensão de análise da competitividade e do potencial de crescimento econômico. Esses indicadores são utilizados para a submissão da educação aos níveis de competitividade do mercado. Para a autora, essas práticas educacionais, relacionadas ao campo econômico, continuam sendo a forma mais comum de controle nas escolas, onde a pressão por melhores resultados não incentiva a experimentação de processos novos de aprendizagem, pela necessidade imposta de cobrança de resultados, formando cada vez mais um consenso em torno dessa lógica.

A partir da análise dessa questão no contexto brasileiro, nas últimas décadas, é possível identificar que as relações sociais capitalistas na educação foram intensificadas. Essa intensificação pode ser evidenciada por meio da chamada pedagogia da hegemonia, que é uma dimensão do exercício da hegemonia empresarial. Para Neves (2005), essa dimensão, que se realiza pelas ações tanto do Estado como da sociedade civil, sobretudo, desenvolve-se na educação nos finais do século XX e nos iniciais do século XXI.

A pedagogia da hegemonia, segundo Martins & Neves (2010), trata de um processo de mudança ordenado pela “repolitização da política”, que se constitui pela redefinição da participação política nos moldes do projeto neoliberal e da coesão social da Terceira Via. Ela é uma expressão do desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação, e também se realiza pelo Movimento Todos Pela Educação. Nesse sentido, vemos essa relação, quando afirmam os autores,

A questão fundamental contida no conceito Gramsciano de hegemonia é a transformação do projeto particular de uma classe ou fração de classe em uma concepção que passa a ser aceita pela maioria. (MARTINS; NEVES, 2010, p. 24).

Nesse sentido, o exercício realizado pela pedagogia da hegemonia é sinônimo da dominação que as frações da classe dominantes realizam para tornar

universais seus projetos particulares. No caso do TPE, esse aparelho de hegemonia procura direcionar as políticas educacionais para atender aos interesses das frações de classe do qual representa.

Para tanto, por meio dos seus *intelectuais orgânicos* na educação, as frações da classe dominante procuram direcionar e executar as políticas educacionais envolvendo a formação de novas teorias, da formação de novos intelectuais orgânicos e da difusão pedagógica de novos consensos. (MARTINS; NEVES, 2010).

Esse alinhamento ideológico, em torno de um projeto comum, serve para manter e intensificar as relações sociais capitalistas, pois, ao mesmo tempo em que mantém o domínio e a direção, também serve para criar um consenso na realização da educação escolar a serviço dos interesses burgueses, tanto para a formação de força-de-trabalho, quanto para educar o consenso.

Dessa maneira, na análise dos intelectuais orgânicos da governança, do conselho executivo e dos sócio fundadores do TPE, a formação e a atuação desses sujeitos, individuais e coletivos, está relacionada à função de organizadores de uma educação escolar que possa implementar as estratégias econômicas, políticas, científicas, filosóficas e culturais dessa pedagogia da hegemonia. Nesse sentido, concordamos com Martins & Neves (2010, p. 24-25), pois,

Cumpramos ressaltar que os intelectuais da nova pedagogia da hegemonia são pessoas e organizações cuja atribuição específica é a formulação, adaptação e disseminação, em diferentes linguagens, das ideias que fundamentam a nova concepção de mundo e práticas políticas-ideológicas da burguesia mundial. Eles são também os responsáveis pela organização de atividades que visam a sedimentar em todo o tecido social um novo senso comum em torno de um novo padrão de sociabilidade para o século XXI. São, portanto, os funcionários subalternos da classe mundialmente dominante e dirigente na formulação, adaptação e difusão das teorias e das práticas que fundamentam o neoliberalismo da Terceira Via.

A esse respeito, também vemos em Gramsci (2001) que os intelectuais são um produto das formações de frações da classe social dominante. Esse grupo de sujeitos, que procura dar homogeneidade e consciência ao projeto social dominante, tem como função organizar a educação em torno de um consenso. Nesse sentido, ainda com base em Gramsci, é possível afirmar que, embora a figura social desses intelectuais não seja determinada por sua função, mas pelas relações sociais que estabelecem na divisão social do trabalho, eles também possuem qualificações de caráter intelectual para superar a ação restrita ao seu campo econômico e difundir

capilarmente, na sociedade, os interesses que representam. Sobre isso, Gramsci destaca:

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Diante disso, identificamos que a posição diversificada, sobretudo dos intelectuais sócio fundadores do TPE, em cargos como presidentes, sócios, administradores, conselheiros, diretores etc., evidencia que a relação desses sujeitos com 296 organizações de diferentes naturezas jurídicas⁴⁰ não é a de trabalhadores, mas de dirigentes dos interesses empresariais. Para tanto, o Apêndice D⁴¹ apresenta a relação de Organizações empresariais onde os sócio fundadores do TPE ocuparam cargos.

É possível visualizar, no conjunto de dados das 290 organizações dos quais esses intelectuais possuem ligação, que elas são de diferentes setores da economia: bancos, indústrias, instituições filantrópicas, ONGs, organizações de comércio e serviços, alimentos, organismos internacionais, além das diferentes esferas do Estado que favorecem o desenvolvimento da hegemonia empresarial na Educação.

Ainda, sobre essa questão, as organizações que têm mais expressividade e que estão vinculadas ao TPE são: o Banco Itaú/Itaú Unibanco, o Instituto Unibanco/Unibanco, o Ministério da Educação, o Grupo Globo/Rede Globo/GloboSat/NET/Rede CBN/Grupo RBS e a UNESCO.

A partir disso, além desses dados utilizados para a compreensão da totalidade concreta e mapeamento do desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação brasileira, que se expressa no TPE, também foi necessário

⁴⁰ Para a classificação da natureza jurídica das empresas a Receita Federal disponibiliza no endereço eletrônico: <<https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/tabelas-utilizadas-pelo-programa-cnpj/tabela-de-natureza-juridica-e-qualificacao-do-quadro-de-socios-e-administradores>>, a Tabela de Natureza Jurídica e Qualificação do Quadro de Sócio e Administradores, que apresenta os 25 classificações para as organizações.

⁴¹ O Apêndice D foi organizado a partir do Apêndice B, que apresenta a formação e as ligações com empresas pelos Sócio Fundadores do TPE.

analisarmos as organizações que o compõem atualmente, quais os setores que representam e quem são os principais intelectuais.

Dessa forma, na próxima seção, procuramos analisar os apoiadores e mantenedores para identificar que elementos dessas organizações caracterizam a formação da hegemonia empresarial no contexto nacional, e que podem ser expressos no TPE.

3.3 HEGEMONIA EMPRESARIAL: MANTENEDORES E APOIADORES DO TPE (2019)

Em sua estrutura organizativa, além dos intelectuais orgânicos, o Movimento Todos Pela Educação também é composto por sujeitos coletivos. A hegemonia empresarial também pode ser identificada nas empresas, fundações e institutos que, enquanto organizações das frações da classe dominante, que atuam em diferentes áreas da economia, são expressão do seu exercício na educação.

Sobre os sujeitos coletivos, o quadro 7, a seguir, apresenta quais são os principais apoiadores e mantenedores do TPE, em 2019.

Quadro 7 – Principais mantenedores e apoiadores do Movimento Todos Pela Educação (2019)

MANTENEDORES	APOIADORES
Família Kishimoto FLUPP – Fundação Lucia e Pelerson Penido Fundação Bradesco Fundação Lemann Fundação Telefônica /Vivo Grupo Scheffer Instituto Natura Instituto Península Instituto Unibanco Itaú BBA Itaú Social Milú Villela	Antônio Carlos Pipponzi Burguer King Editora Moderna Fundação Educar Dpaschoal Fundação Maria Cecília Souto Vidigal Fundação Roberto Marinho GOL Instituto Cyrela Instituto MRV Instituto Votorantim Movimento Arredondar Patri Shoulder Moda Feminina Suzano

Fonte: Adaptado de Todos Pela Educação (2019).

Para analisarmos esses sujeitos coletivos, pesquisamos quais as principais características a respeito desses mantenedores e apoiadores que nos auxiliam na compreensão e mapeamento da hegemonia empresarial na educação no Brasil, expressa no TPE. É importante destacar, como vimos nas análises da produção acadêmica, que o desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação no

Brasil foi possibilitado pela ampliação que os governos realizaram no interior do Estado Burguês Brasileiro, sobretudo, nas duas últimas décadas, de 1990 e de 2000. Além disso, identificamos que, historicamente, pelas articulações entre a sociedade civil e a sociedade política, a hegemonia empresarial se iniciou, no âmbito da formação do Estado Burguês, com a generalização das relações capitalistas no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950.

Nesse sentido, para contribuir com essa análise, por meio dos dados coletados e apresentados nos quadros do apêndice E & F, a respeito das características dos apoiadores e mantenedores do TPE, destacamos que, no total de 25 organizações que o compõem, foi possível perceber nas informações coletadas de 24 que, dentre essas organizações, algumas atuam no Brasil desde o início do século XX. Na educação, a hegemonia dessas frações da classe dominante foi possibilitada pela organização em torno de um aparelho hegemônico comum na educação, capaz de reunir seus interesses.

O TPE, nessa perspectiva, atua como um aparelho de hegemonia que serve para a manutenção da ordem, para isso, faz prevalecer, por meio das suas ações na educação, a formação de uma força-de-trabalho adequada as demandas capitalistas brasileiras e também realiza, em torno da reprodução do domínio e da direção, a formação de um consenso no interior do Estado. O TPE, enquanto aparelho de hegemonia, é uma expressão do movimento de ampliação das relações capitalistas e de redefinição da direção e execução das políticas educacionais que vem acontecendo no Brasil nas últimas décadas.

Esse Movimento, composto 26 organizações da sociedade civil, representa instituições de diferentes setores na economia nacional, que são estratégicas para o desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação escolar brasileira. Para expressar essa questão, que também está relacionada à concentração e à centralização de Capital no Brasil, daremos destaque para 13 dos mantenedores e apoiadores do TPE.

Evidenciamos elementos fundamentais dessas organizações pelo poder econômico que elas possuem, pela articulação com o Estado brasileiro e opinião pública e campo de atuação no que diz respeito ao desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação.

O Instituto MRV⁴² foi fundado, em 2014 para promover ações, por meio de projetos, para crianças e adolescentes que vivem em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Este instituto desenvolve projetos na área de educação com foco em cultura, esporte e meio ambiente em todo o Brasil. Segundo dados coletados no endereço dessa instituição, desde a sua fundação, mais de 219 mil pessoas já foram atendidas direta e indiretamente.

Destacamos dentre as suas ações e projetos: Minas pela Paz, Educa Esporte, Cidade dos meninos São Vicente de Paulo, Programa Miguilim, Querubins, Criança Esperança, Escola nota 10, Creche comunitária Leonardo Fernandes franco, Fundação Inimá de Paula, ADCE - Associação De Dirigentes Cristãos de Empresa, ENDEAVOR, Avante - juntos pela educação empreendedora, entre outros.

A MRV, fundadora do Instituto MRV, é a maior empresa de construção civil do Brasil. Fundada em 1979, por Rubes Menin Teixeira de Souza, Mario Lúcio Menin e pela Veja Engenharia Ltda. Na sua relação com o Estado, em 2009, a MRV participou da elaboração do Programa Minha Casa, Minha Vida e, em 2012, formalizou sua adesão ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

A partir desse processo, em 2018, a empresa apresentou um lucro líquido de 690 milhões de reais, das quais fazem parte do Grupo MRV empresas do setor de construção como: a Urbamais, a MRL Engenharia, a Prime Incorporações e Construções S/A, a Luggo e MRV Sustentável.

O Instituto Votorantim⁴³ foi criado no final de 2002 para alinhar as ações sociais da Votorantim. Esse Instituto elabora políticas e estratégias de orientação dos investimentos sociais da empresa, com ênfase para programas de educação e trabalho, dos quais destacamos: a Parceria pela Valorização da Educação (PNE), Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA), Apoio à Gestão Pública (AGP), Programa Redes, Encadeamento Produtivo, Qualificação de Organizações, entre outros.

⁴² Informações coletadas em:

<https://www.institutomrv.com.br/pt/projetos-e-acoas>

<https://www.mrv.com.br/institucional/pt/a-mrv/historia>

<https://www.mrv.com.br/institucional/pt/a-mrv/mrv-em-numeros>

⁴³ Informações coletadas em:

<http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/>

<http://www.institutovotorantim.org.br/instituto/quem-somos/>

<http://www.institutovotorantim.org.br/instituto/a-votorantim/>

<http://www.votorantim.com/relatorioanual/>

A empresa Votorantim, fundada em 1918, no Brasil, por José Ermírio de Moraes, conta com atuação em diferentes setores da economia, tais como cimento, metais e mineração, siderurgia, energia, celulose, alimentício e financeiro. O controle acionário da Votorantim é exercido pela família Ermírio de Moraes por meio da *holding* HEJOASSU, cuja governança é desempenhada pelo Conselho Hejoassu (conselho da Propriedade) e pelo Conselho de Família.

Segundo os dados coletados no relatório anual de 2018 da Votorantim, a receita líquida da empresa representou R\$ 31,9 bilhões, aumento de 19% em relação a 2017 e um lucro líquido de R\$ 2,0 bilhões, elevação de 141% na comparação anual.

Ainda, destacamos que fazem parte desse grupo empresas como Legado das Águas, Legado Verdes do Cerrado, Nexa, Votorantim Cimentos, Companhia Brasileira de Alumínio, Banco Votorantim, Citrosuco e AcreBrag, entre outros. Além disso, os ativos dessa empresa no Brasil incluem 32 hidrelétricas e a maior reserva privada de Mata Atlântica do país, o Legado das Águas – Reserva Votorantim, uma área de 31 mil hectares, no estado de São Paulo.

O **Instituto Unibanco**⁴⁴ foi criado em 1982, e atua na educação pública no Brasil, sendo responsável pelo investimento social privado do Itaú Unibanco.

Com foco em resultados e na produção de conhecimento sobre o Ensino Médio, o Instituto Unibanco também se destina a elaborar e implementar soluções de gestão – na rede de ensino, na escola e em sala de aula.

As ações e projetos do Instituto Unibanco, voltadas ao Ensino Médio, estão estruturadas em três frentes: a) concepção, desenvolvimento, implementação e avaliação de soluções aplicadas a projetos de gestão educacional; b) produção e difusão de conhecimento por meio de pesquisas, estudos e debates focados em soluções baseadas em evidências empíricas e na investigação científica e; c) apoio e fomento a projetos e iniciativas alinhados aos desafios do Ensino Médio.

É importante destacar que o Instituto Unibanco é mantido por um fundo patrimonial (endowment), no qual estacam-se os projetos e iniciativas: Jovem de Futuro, Estudar Vale a Pena, Gestão Escolar em Foco, Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem, Circuito de Gestão e outros.

⁴⁴ Informações coletadas em:
<https://www.institutounibanco.org.br/sobre/>
<https://www.institutounibanco.org.br/>

O **Itaú BBA**⁴⁵, é o braço de Atacado, Tesouraria e Investimentos institucionais do conglomerado Itaú Unibanco. É o maior Corporate & Investment Bank da América Latina, possui um portfólio de investimentos em ativos, assessorias em fusões e aquisições, oferta de ações, securitização, derivativos, operações estruturadas, cash management, financiamentos e garantias, entre outros.

A Fundação **Itaú Social**⁴⁶, constituída em 2000, é o braço de responsabilidade social do Itaú Unibanco, enquanto organização desse grupo financeiro, também tem relação com o Itaú BBA e o Instituto UNIBANCO.

A atuação do Itaú Social está relacionada, principalmente, a programas educacionais, dos quais destacamos duas linhas centrais: a) os programas de formação de profissionais da educação: Ambiente de Formação, Letras e Números, Escrevendo o Futuro, Leia para uma Criança, Melhoria da Educação, Monitoramento e Avaliação, Pesquisas Redes de Territórios Educativos e; b) os programas de fortalecimento da sociedade civil: IR Cidadão, Missão em Foco, Monitoramento e Avaliação, Pesquisas, Prêmio Itaú-Unicef, Redes de Territórios Educativos e Voluntariado.

Milu Villela⁴⁷ é um dos mantenedores do TPE. Maria de Lourdes Egydio Villela, psicóloga, empresária e filantropa brasileira é filha de Eudoro Libânio Villela e de Maria de Lourdes Egydio de Souza Aranha. Atualmente, Milu Villela é presidente no Itaú Cultural, fundado em 1987 por Olavo Setubal. Esse Instituto desenvolve suas atividades voltadas para a pesquisa, produção de conteúdo, mapeamento e manifestações artístico-intelectuais.

Os sujeitos Itaú Unibanco, Itaú BBA, Itaú Social e Milu Villela possuem ligação com o Itaú Unibanco Holding S.A, o maior banco privado do Brasil. O **Itaú Unibanco Holding S.A**⁴⁸ foi fundado no Brasil na década de 1940, e tem como principais

⁴⁵ Informações coletadas em:

<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/sobre-o-itaubba/credenciais/principais-operacoes>

<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt>

<https://www.itaubba.com.br/sobre/quem-somos/>

⁴⁶ Informações coletadas em:

<https://www.itausocial.org.br/programas/>

⁴⁷ Informações coletadas em:

<https://www.itaucultural.org.br/quem-somos/fundador>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1305200129.htm>

<https://www.itaucultural.org.br/quem-somos>

<https://www.itaucultural.org.br/sites/cidadegrafica/apresentacao.html>

⁴⁸ Informações coletadas em:

[https://www.itaubba.com.br/relacoes-com-](https://www.itaubba.com.br/relacoes-com-investidores/listresultados.aspx?idCanal=lyyjtVJ4BExsF2fi1Kfy0Q==&linguagem=pt)

[investidores/listresultados.aspx?idCanal=lyyjtVJ4BExsF2fi1Kfy0Q==&linguagem=pt](https://www.itaubba.com.br/relacoes-com-investidores/listresultados.aspx?idCanal=lyyjtVJ4BExsF2fi1Kfy0Q==&linguagem=pt)

<http://www.itaunibanco90anos.com.br/90/galery.htm?per=a-3>

representantes de sua fundação: Alfredo Egydio de Souza Aranha, Eudoro Libânio Villela, Olavo Egídio Setubal, Walther Moreira Salles e João Moreira Salles.

Em 4 de novembro de 2008, Itaú e Unibanco, dois dos maiores bancos do Brasil se uniram numa operação que representou uma das maiores fusões da história brasileira. Segundo Anaïs Fernandes, em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 2018, desde que o negócio foi fechado, o valor de mercado do Itaú Unibanco cresceu de R\$ 108 bilhões para R\$ 300 bilhões. Segundo dados coletados no relatório do Itaú Unibanco, no segundo trimestre de 2019, o lucro líquido atingiu R\$ 7,0 bilhões.

Fundação Bradesco⁴⁹: A Fundação Bradesco, que possui foco de atuação na educação para a profissionalização de crianças, jovens e adultos, foi fundada por Amador Aguiar, em 1967. Essa fundação tem sede na cidade de Osasco (SP), é uma instituição de direito privado e sem fins lucrativos, além disso, é certificada pelo Ministério da Educação (MEC) como uma Entidade Beneficente de Assistência Social. Atualmente possui uma rede de 40 escolas próprias, organizadas em todo o Brasil.

Dentre os projetos dessa fundação destacamos, Cisco Network Academy, Cuidando do Futuro, Informática para pessoas com deficiência visual, Programa Bradesco de capacitação a pessoas com deficiência, Bradesco Esportes e Educação e Escola Virtual.

A Fundação Bradesco está ligada ao Banco Bradesco, que foi fundado em 1943, e que atua nas principais áreas do segmento financeiro e possui como empresas: Banco Bradesco, S.A. Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Saúde, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Auto/RE, Bradesco Leasing, Bradesco Consórcio, Bradesco Financiamento S.A., Bradesco BBI S.A., BRAM Bradesco Asset Management S.A., Bradesco Corretora S.A., Bradesco Promotora, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e outras

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/fusao-do-itaunibanco-e-marco-no-processo-de-consolidacao-do-mercado.shtml>

⁴⁹ Informações coletadas em:

<https://relatoweb.com.br/bradesco/2017/pt/governanca-corporativa.html>

<https://www.ev.org.br/>

<https://banco.bradesco/html/pessoajuridica/sobre/o-grupo-bradesco.shtm>

<https://fundacao.bradesco/>

<https://banco.bradesco/html/pessoajuridica/sobre/nossa-historia.shtm>

A Fundação Lemann⁵⁰, criada em 2002, é uma organização familiar, sem fins lucrativos, que atua em parceria com governos e outras entidades da sociedade civil.

Essa fundação foi criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, proprietário e sócio de empresas do ramo alimentício como Ab InBev, Burger King, Tim Hortons, Kraft-Heinz e da 3G Capital, empresa de investimentos.

Em 2018, mais de 1,5 milhão de pessoas foram impactadas pelas iniciativas e parcerias dessa fundação, que também atua no desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Também como propriedade e ligação com a Fundação Lemann e seus signatários, está o **Burguer King**, fundado em 1954, e se constitui como a segunda maior rede de hambúrgueres do mundo. Esta rede possui mais de 15 mil lojas espalhadas em 100 países.

Em 2011, o grupo 3G Capital comprou o Burger King Corporation, este fundo de investimento foi criado por Jorge Paulo Lemann, Marcell Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira, que também gerenciam os seguintes grupos: a Anheuser-Busch InBev, empresa multinacional de produção de cervejas; a AmBev, grupo brasileiro que atua na produção de diversas marcas de bebidas; e a Kraft Heinz, do ramo alimentício e ainda empresa de varejo e comércio eletrônico.

O Burger King apoia as ONG's e projetos: CENPEC, Todos Pela Educação, Instituto Criar, Acompar, Instituto Constelação, Projeto Uerê, Instituto Ponte, Terra Livre, CPCD, AFESU e OCA Escola Cultural e ainda contribui com o Movimento Arredondar, que transfere o troco para doação em programas de diferentes causas no território brasileiro.

FLUPP – Fundação Lucia e Pelerson Penido⁵¹: A Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP), fundada por Rosa Penido Dalla Vecchia, em 2011, é uma organização sem fins lucrativos, que apoia e opera projetos ligados à Educação, principalmente, na área do Vale do Paraíba (SP) e do Vale do Araguaia (MT).

Essa Fundação recebe investimentos do Grupo Roncador, considerado um dos principais grupos agropecuários do Brasil. Esse grupo iniciou as suas atividades

⁵⁰ Informações coletadas em:
<http://www.burgerking.com.br/sobre-bk>
<https://www.3g-capital.com/about.html>
<https://fundacaolemann.org.br/>
<https://www.ab-inbev.com/>

⁵¹ Informações coletadas em:
<http://www.gruposerveng.com.br/historico>
<http://www.rosapenido.com.br/pelerson-soares-penido/>

em 1978, ano em que seu fundador, Pelerson Soares Penido, adquiriu as primeiras terras no estado de Mato Grosso e, como empresário, iniciou as atividades de sua empresa no ramo da Engenharia e Construção, Desenvolvimento Imobiliário, Mineração, Energia, com a empresa Serveng.

É importante destacar que, a Fazenda Roncador pertencente a esse ao Grupo está sediada em Querência (MT) e é uma das maiores propriedades privadas rurais produtivas do Brasil. Segundo as informações coletadas no próprio endereço do Grupo, ela é maior que toda a Região Metropolitana de São Paulo, tem mais de 800 quilômetros de estradas internas e cerca de mil moradores.

Na educação, a FLUPP tem como programas e projetos em atividade o Programa VIM, Projeto Melhores Cabeças, Projeto Parceiros da Educação, Projeto Colheita, Projeto Raiz, Programa Educação Compromisso de São Paulo.

Patri Políticas públicas⁵², fundada no Brasil em 1986, é a líder no mercado brasileiro de prestação de serviços, na área de *public affairs* (assuntos públicos).

A Patri possui o projeto Educare, espaço educacional para capacitação profissional de atividades voltadas ao universo de políticas públicas do qual são organizados workshops, aulas presenciais e tours na cidade de Brasília.

Além disso, essa empresa criou o banco de dados online – PROPALA – com contatos das principais autoridades do poder público em todas as esferas administrativas. E, ainda, conta com a parceria do Datapedia para o Projeto Eleições, que visa monitorar e analisar os processos eleitorais municipais, estaduais e nacionais no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo.

Suzano⁵³ Papel e Celulose é uma das maiores produtoras globais de celulose de eucalipto e uma das 10 maiores de celulose de mercado. Além de líder mundial no mercado de papel, com cerca de 60 marcas.

Essa empresa possui sede administrativa na cidade de São Paulo, além de operações globais em aproximadamente 60 países. Suas operações estão divididas em três unidades de negócio: Florestal, Celulose e Papel. Além disso, a empresa possui, no Brasil, 6 unidades industriais, sendo quatro no Estado de São Paulo (Embu, Limeira e duas em Suzano), uma na Bahia (Mucuri) e uma no Maranhão

⁵² Informações coletadas em: <https://patri.com.br/>
<http://publifolha.folha.uol.com.br/catalogo/autores/661/>

⁵³ Informações coletadas em:
<http://www.ecofuturo.org.br/>
<http://www.suzano.com.br/suzano/institucional/perfil/>

(Imperatriz) e também é proprietária da *SPP-KSR*, empresa distribuidora de produtos gráficos e papéis da América do Sul. No exterior, a Suzano Papel e Celulose é dona da Sun Paper, no Reino Unido, e da Stenfar, na Argentina.

As florestas de propriedade da empresa estão espalhadas pelos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Pará (na Fazenda Conquistadora, no município de Ulianópolis e na Fazenda Arizona, em Dom Elizeu) Piauí e Tocantins, possuindo 803.000 hectares de área florestal por todo o Brasil.

A Suzano foi fundada pelo imigrante ucraniano Leon Feffer em janeiro de 1924, na cidade de São Paulo, e sua história se encontra interligada com a história da própria industrialização brasileira do século XX. Essa empresa é a segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e a maior fabricante de papéis de imprimir e escrever da América Latina, suas áreas florestais somam 1,3 milhão de hectares, dos quais 570 mil com florestas plantadas.

O Grupo Suzano é responsável pelo Instituto Ecofuturo, o qual desenvolve projetos que visam a promoção de leitura e escrita, como o Biblioteca Comunitária Ecofuturo, e a conservação do meio ambiente, como o Parque das Neblinas. Também possui uma reserva ecológica gerida pelo Ecofuturo e localizada nos municípios de Bertioga e Mogi das Cruzes (SP). Essa reserva conta com 6.000 hectares, e conserva a bacia do rio Itatinga, promovendo atividades de pesquisa científica, manejo florestal e educação socioambiental.

Essas organizações representam o favorecimento dos interesses de um conjunto de frações da classe dominante, composto por fundações, institutos e empresas. Sobre essas empresas, que representam a articulação da sociedade civil com o Estado, é possível identificar, nos apoiadores e mantenedores do TPE⁵⁴, em 2019, que elas representam um total de 25 organizações empresariais e possuem suas fundações e áreas de atuação de maneiras distintas, como podemos notar no quadro 8 e 9, a seguir.

⁵⁴ O apêndice F apresenta um quadro dos mantenedores e apoiadores do MTPE: ano de fundação, abrangência de atuação, recursos investidos e parceiros.

Quadro 8: Mantenedores do TPE (2019): as fundações, os institutos e as empresas - ano de fundação no Brasil e atuação na economia

Fundação/Instituto Empresas	Ano de fundação	Atuação na Economia
FAMÍLIA KISHIMOTO	-----	-----
FLUPP	2011	Mineração, Energia, Engenharia e Construção, Imobiliário, Agrônômico
Serveng Fazenda Roncador	1958 -----	
FUNDAÇÃO BRADESCO	1967	Financeiro
Banco Bradesco	1943	
FUNDAÇÃO LEMANN	2002	Alimentício, Financeiro
Ab Inbev	2004	
Burguer King	2004	
Tim Hortons	-----	
3G Capital	2004	
FUNDAÇÃO TELEFÔNICA/VIVO	1998	Comunicações
Telefônica S.A		
INSTITUTO NATURAL	2010	Cosméticos
Natura Cosméticos	1969	
INSTITUTO PENÍNSULA	2010	Alimentício, Financeiro
Península Participações	2006	
Grupo Pão de Açúcar	1948	
INSTITUTO UNIBANCO	1982	Financeiro
ITAÚ BBA	2008	
ITAÚ SOCIAL	2000	
MILÚ VILLELA (ITAÚ CULTURAL)	1987	
Itaú Unibanco	1940	
GRUPO SCHEFFER	1983	Agrônômico

Fonte: O autor.

Quadro 9: Apoiadores do TPE (2019): as fundações, os institutos e as empresas por ano de fundação no Brasil e atuação na economia

Fundação/Instituto Empresas	Ano de fundação	Atuação na Economia
ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI		Saúde
Droga Raia	1905	
Drogasil	1935	
BURGER KING	2004	Alimentício, Financeiro
3G Capital	2004	
EDITORA MODERNA	1968	
Grupo Santillana	1958	Comunicações
FUNDAÇÃO EDUCAR DPASCHOAL	1989	Serviços automotivos
Dpaschoal	1949	
FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL	1965	Filantropia
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	1977	Comunicações, Alimentício, Petrolífero
Rede Globo	1965	
AmBev	1999	
Shell	1907	
GOL LINHAS AÉREAS	2001	Transportes
INSTITUTO CYRELA	2010	
CYRELA	1962	Imobiliário
INSTITUTO MRV	2014	Construção
MRV Engenharia	1998	
INSTITUTO VOTORANTIM	2002	Mineração, Industrial, Construção
Votorantim	1918	
MOVIMENTO ARREDONDAR	2011	Alimentício, Financeiro
Burger King	2004	
Popeyes	1972	
PATRI POLÍTICAS PÚBLICAS	1986	Consultoria Jornalístico
O Estado de S. Paulo	1875	
Valo Econômico	2000	
SHOULDER MODA FEMININA	1980	Vestuário
SUZANO	1924	
Instituto Ecofuturo	1999	Industrial
Fibria	2009	

Fonte: O autor.

Essas fundações e institutos, que representam os apoiadores e mantenedores do TPE, estão organizados em diferentes setores da economia,

como: Mineração, Energia, Engenharia e Construção, Imobiliário, Agrônômico, Alimentício, Financeiro, Industrial, Serviços, entre outros.

A organização de seus interesses em torno do TPE se configura como uma possibilidade de realização da hegemonia empresarial na Educação. Além de representar a centralização e a concentração de Capital, por essas empresas e seus representantes individuais, também atua na educação.

Sobre essa questão, como vimos anteriormente pela análise de Martins (2009, p. 24) essas organizações, possuem linhas centrais nas estratégias hegemônicas para a educação que, além de orientar uma percepção social de harmonia entre a sociedade civil e a sociedade política, na qual prevalece a “coesão cívica”, da “nova cidadania” e da “colaboração” social, também legitimam uma percepção social para a Educação Básica, pautada pelo mercado.

Essas possibilidades, pelo uso do instrumento do Estado, resultam numa organização empresarial que serve ao desenvolvimento da hegemonia burguesa. Para Martins (2005) o conjunto dessas organizações se refere a produtoras de ideologia, das quais se destacam: a) à formulação de projetos neoliberais da Terceira Via para orientar a ação empresarial; b) o convencimento e à mobilização pela “responsabilidade social” de empresários de diferentes setores; c) a representação política junto ao Estado; d) a disseminação de que as empresas são sensíveis às “causas sociais”; e) ao convencimento de que qualquer melhoria de vida da população só será possível com o envolvimento de todos (sem discutir quem são todos). (MARTINS, 2005, p. 152-153).

Esse grupo é uma associação de empresários, de pessoas de carne e osso, como bem enfatiza Fontes (2010, p. 41), ao resgatar a análise marxiana, ou seja, são sujeitos do modo de produção capitalista que não se limitam apenas à atividade econômica imediata, mas à produção da totalidade da vida social.

O desenvolvimento das relações capitalistas é condição necessária para o desenvolvimento das empresas e da concentração de Capital por seus proprietários. Além de serem representantes do eixo estrutural das condições de reprodução do Capital no Brasil, também servem como organizações que medeiam as imposições ideológicas de seus interesses. Como bem assinalaram Marx & Engels (2008), a própria burguesia só pode existir se revolucionar constantemente os instrumentos de produção, as relações de produção e, por consequência, todas as relações sociais.

Ao analisarem esse processo, destacam Marx & Engels (2008, p. 19): “a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários”. Com o desenvolvimento da burguesia, desenvolveu-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores, daqueles, como afirmaram Marx & Engels (2008), “que só sobrevivem se encontram trabalho”. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso, exposta a todas as imposições da hegemonia burguesa. Essa classe, assim como as anteriores, procura garantir sua posição, submetendo a sociedade às suas condições de apropriação privada.

Pela exploração da força de trabalho e formação do consenso, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à economia e a política em todos os países. (MARX; ENGELS, 2008, p.14). Tanto os produtos materiais quanto os intelectuais passam a ser de domínio da classe burguesa. Ao mesmo tempo, articulada ao Estado, essa classe realiza cada vez mais a ampliação da concentração e centralização de Capital, isto é, aglomera as populações, centraliza os meios de produção e concentra a propriedade privada em poucas mãos. Resultando daí, como bem afirmaram Marx & Engels (2008, p. 16), na centralização do poder político.

A partir das análises, vimos que a burguesia brasileira é produto de um longo processo, que se remete, em nossa análise, ao início do século XX, e que, por isso, a formação de sua hegemonia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Identificar esses sujeitos individuais e coletivos faz parte das estratégias de luta contra o Capital. Como afirmaram Marx & Engels (2008, p. 27), não obstante, a luta do proletariado contra a burguesia – não pelo seu conteúdo, mas pela forma – é, em primeira instância, nacional. O proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia. Nesse sentido, para os autores, os proletários só podem se apoderar das forças produtivas sociais se abolirem o modo de apropriação típico destas e, por conseguinte, todo o modo de apropriação em vigor até hoje.

Para contribuir com esse processo de análise, na próxima seção, procuramos discutir a utilização dos meios de comunicação para a formação da opinião pública pelo TPE, questão indispensável para a construção do consenso necessário para a manutenção da hegemonia da classe dominante.

3.4 A OPINIÃO PÚBLICA E O TPE: MANTENEDORES E APOIADORES (2019)

Além das organizações e dos intelectuais vinculados ao TPE, o exercício da hegemonia, em Gramsci (2007), também é realizado por meio da opinião pública. Neste autor, vemos que a opinião pública está estreitamente ligada à hegemonia e se realiza como um ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política.

Segundo Almeida (2011, p. 125), em Gramsci, a opinião pública está relacionada à imprensa, à igreja e a escola, que são entendidas como organizações culturais “propriamente ditas”. Nesse caso, o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política é realizado pela imprensa, que atua como um destacado instrumento da sociedade civil na direção moral, intelectual e na orientação para as disputas de projetos hegemônicos concretos existentes.

Dessa forma, a imprensa adquire um sentido amplo e envolve tanto editoras, incluindo livros e revistas científicas, políticas e literárias, bem como os meios audiovisuais, incluindo o rádio, o teatro e o cinema. Esses meios, além de permitir a difusão ideológica com mais rapidez, também possuem um raio de ação maior. A esse respeito, Gramsci destaca que,

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. (GRAMSCI, 2001, p. 78).

Nessa interpretação, a imprensa é vista dentro de um campo mais amplo da sociedade civil. As editoras, nesse caso, bem como os meios audiovisuais, têm um programa ideológico que se vincula a uma corrente determinada, tanto para a classe hegemonicamente dominante quanto para a classe trabalhadora. O desenvolvimento da opinião pública, como um ponto de contato entre a sociedade política e a sociedade civil, é necessário para a construção de um consenso favorável para a realização do exercício da hegemonia dominante. Sobre essa questão, vemos em Gramsci que:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da

opinião pública — jornais e associações — , os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

No sentido exposto, entendemos que Gramsci destaca o fato do exercício da hegemonia pressupor e também levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais o seu exercício é realizado, sem retirar da análise a relação da combinação entre a força e o consenso. Dessa forma, a opinião pública, seja pela imprensa, pelos meios audiovisuais e outras formas de difusão ideológica é, para ele, “o conteúdo da vontade política pública”, que poderia ser discordante, no entanto, nessa análise esses meios são controlados pelos grupos dominantes. Sendo assim,

[...] por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento — , de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p. 265).

Essa construção nos é entendida como uma elaborada combinação de ações realizadas na articulação entre a sociedade política e a sociedade civil para a formação de consensos em torno dos interesses das frações da classe dominante. Essa construção, desse modo, interfere nos processos de formação, seja ela política, educacional ou cultural, de uma sociedade, e serve para que cumpra tarefas de alcançar determinados objetivos, como em períodos eleitorais.

Com a contribuição de Gramsci (2007), entendemos que o rádio e a chamada “imprensa marrom”, que busca elevada audiência por meio da divulgação de fatos e acontecimentos, sem compromisso com a veracidade das informações apresentadas, são dois dos principais meios de difusão ideológica. Estes, para o autor, “[...] possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem alcançar objetivos determinados, nas eleições, por exemplo.” (GRAMSCI, 2007, p. 270).

Entendemos que os órgãos de opinião pública e suas variantes de difusão ideológica, seja a imprensa ou meios audiovisuais, são importantes mecanismos para a formação e o desenvolvimento de consensos. É interessante destacar que a opinião pública, atualmente, está diferente daquela analisada por Gramsci, no contexto italiano das décadas de 1920 e 1930.

Em contraste com o monopólio da comunicação de um regime fascista e ditatorial, em que o Estado se apodera e controla os meios de comunicação, e também de um contexto histórico em que a imprensa, em grande parte está mais vinculada à política e à cultura, sobretudo pela difusão impressa. Atualmente, vemos que a opinião pública também diz respeito à televisão, à internet, às redes sociais, que possuem um campo e raio de ação mais rápidos e intensos.

Além disso, hoje a opinião pública também atua como um núcleo decisivo, e não se restringe apenas a formação e direção moral e intelectual, pois, na sua articulação também faz parte de núcleos decisivos relacionados à economia nacional. Nesse sentido, concordamos com Almeida (2011, p. 130), o qual afirma:

Na nossa realidade contemporânea, a mídia é, do ponto de vista econômico, acima de tudo, capital privado – mesmo existindo uma parcela minoritária que é estatal ou de organizações da sociedade civil. Porém, a grande mídia talvez esteja mais próxima de ser um aparelho privado de hegemonia muito especial – que, além de ter um papel configurante e superestrutural, de direção política, moral e cultural, na batalha das ideias e disputa das representações sociais, também está numa posição de ponta da estrutura econômica e tem uma função estruturante (e de hegemonia econômica).

Nesse caso, domínio e a direção exercidos pela opinião, além do monopólio dos meios de comunicação e divulgação moral e intelectual na política e na economia, por meio de jornais, rádios, emissoras de televisão, editoras, dos partidos do campo eleitoral, e a mídia em geral, também pode ser visualizadas na educação.

Dentre os mantenedores e apoiadores, além dos intelectuais orgânicos do TPE, sejam eles grupos, empresas ou sujeitos responsáveis por atuar nesse campo de ação, exercem certo protagonismo no cenário educacional brasileiro. Nesse sentido, o Movimento Todos Pela Educação, como uma organização da sociedade civil que, em articulação com a sociedade política, reúne empresários, políticos, empresas, partidos, institutos e fundações de diferentes setores da economia, os quais se organizam em torno da defesa de interesses comuns.

Por meio do TPE, as frações da classe dominante também utilizam da opinião pública para realizar a formação do consenso em torno dos seus interesses. A partir disso, dentre os mantenedores e apoiadores, destacamos a Fundação Telefônica/VIVO, a Editora Moderna e a Fundação Roberto Marinho, como as organizações que fazem parte da opinião pública que realiza o exercício da hegemonia empresarial expresso no TPE por meio da opinião pública.

Nesse sentido, a seguir, damos destaque para algumas informações pertinentes ao saber da classe trabalhadora que nos auxiliam para identificar esses mecanismos de exercício da hegemonia de algumas frações da classe dominante. Os mecanismos de opinião pública aqui citados se fazem presentes na formação ideológica e hegemônica, e representam o monopólio dos meios de comunicação, nos meios audiovisuais e impressos no Brasil.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA/VIVO⁵⁵: É uma iniciativa de responsabilidade social ligada ao Grupo Telefônica. Atualmente conta com ações na educação pelas seguintes iniciativas: Escola Digital, Trilhas, Observatório do PNE, Conviva Educação, PROFUTURO, Aulas Digitais, Escolas Conectadas e Inova Escola.

A Fundação Telefônica/VIVO, de 1999, pertence a um dos maiores conglomerados de comunicação, informação e entretenimento do mundo. Com presença em 21 países e mais de 125 mil colaboradores, a Telefônica Brasil S.A., que iniciou as suas atividades no país em 1998, é uma das maiores empresas de telecomunicações do país.

Com atuação em âmbito nacional e com um portfólio de produtos de voz fixa e móvel, banda larga fixa e móvel, ultra banda larga, dados e serviços digitais, TV por assinatura e TI. Em 2018, a Telefônica possuía mais de 95 milhões de clientes, sendo 73 milhões de clientes na operação móvel e 22 milhões de clientes na operação fixa.

Além disso, também podemos visualizar o monopólio exercido por esta empresa pelo fato de que, com uma estratégia centrada em dados, a Companhia possui uma base de ativos que contribuem para a cobertura de 88,0% da população com rede 4G e presença em 3.100 cidades, além do lançamento da rede 4,5G, alcançando 1.000 cidades ao final de 2018.

A Telefônica é uma empresa de capital aberto, cujo acionista controlador é o Grupo Telefônica, grupo espanhol com mais de 90 anos. Com presença em 16 países, 336 milhões de acessos, aproximadamente 122 mil empregados e receitas de 48,7 bilhões de euros (2018). O Grupo Telefónica opera na Espanha e países de

⁵⁵ Informações coletadas em:

<http://ri.telefonica.com.br/pt/a-empresa/nossa-historia>

<http://ri.telefonica.com.br/pt/governanca-corporativa/administracao>

<http://fundacaotelefonica.org.br/>

<http://www.telefonica.com.br/>

língua espanhola por meio da marca Movistar, na Alemanha e Inglaterra, por meio da marca O2, e no Brasil com a marca Vivo.

É importante destacar, a partir das informações coletadas que, no Brasil, em 1998, a Telesp – companhia estatal de telecomunicações do Sistema Telebrás – foi privatizada e adquirida pela Telefónica, da Espanha, formando a Telefônica Brasil.

Em 2010, a Telefónica adquiriu as ações da Vivo, que pertenciam à Portugal Telecom, tornando-se líder do mercado de telecomunicações do Brasil. Em 2012, passando a utilizar a Vivo como marca comercial em todo o país, ofereceu telefonia fixa e móvel, banda larga e TV por assinatura. Em 2015, a Telefónica adquiriu a GVT, reforçando a oferta de rede fixa fora do Estado de São Paulo. Atualmente, essa empresa conecta cerca de 357,5 milhões de acessos à internet e telefonia móvel e fixa, além de TV por assinatura.

EDITORA MODERNA⁵⁶: A Editora Moderna é uma editora brasileira, fundada no ano de 1968, por Ricardo Feltre, autor de livros didáticos de Química e Físico-Química. Em 2001, com o nome consolidado no mercado, a Editora Moderna passou a integrar o Grupo espanhol Santillana, referência no segmento editorial e de educação em países ibero-americanos, levando a Editora à liderança no mercado de livros didáticos.

Na área social, a organização atua por meio da Fundação Santillana, instituição voltada à educação e à cultura, e realiza diversas ações em parceria com organismos nacionais e internacionais, como UNESCO, OCDE, OEI, Movimento Todos Pela Educação e apoia os projetos: Buriti, Buriti Mirim, Araribá Plus, e Projeto Presente.

A Fundação Santillana, apresenta seu ethos pela missão de contribuir com a melhoria e a difusão da educação e da cultura na Espanha, no Brasil e na Ibero-América.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO⁵⁷: A Fundação Roberto Marinho, fundada em 1977, braço de responsabilidade social do Grupo Globo, desenvolve projetos voltados para a Educação Básica e para a solução de problemas educacionais que

⁵⁶ Informações coletadas em:
<https://www.moderna.com.br/institucional/editora-moderna/>
<https://www.gruposantillana.com.br/santillana>
<https://redes.moderna.com.br/tag/ricardo-feltre/>
<https://fundacaosantillana.org.br/quem-somos.php>

⁵⁷ Informações coletadas em:
<https://frm.org.br/linha-do-tempo/>
<https://frm.org.br/a-fundacao/>

impactam nas avaliações nacionais, como: distorção idade-série, evasão escolar e defasagem na aprendizagem. Além disso, atua em soluções de educação, com foco em correção de fluxo e projeto complementar, e na inclusão de jovens no mundo do trabalho.

Essa Fundação é parceira de outras empresas, fundações, institutos, governos e organizações não-governamentais, como: AES Eletropaulo (Museu da Língua Portuguesa), AmBev (Museu da Imagem e do Som e Museu do Futebol), BNDES (Museu da Língua Portuguesa), CNI (Futura), Fiesp (Futura), Fundação Bradesco (Futura), Gerdau (Jovem Cientista), Grupo Votorantim (Futura e Museu da Imagem e do Som), Instituto Vivo, MEC, Santander (Museu do Amanhã) e Shell Brasil (Prêmio Jovem Cientista).

O *ethos* da Fundação Roberto Marinho consiste na missão de mobilizar pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes e parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Sobre esses dados apresentados acerca da opinião pública do TPE, identificamos que a aliança entre as frações da classe dominante, em torno de um organismo comum, em Gramsci (2007, p. 254), impede que outras forças, portadoras de uma nova cultura desenvolva a sua hegemonia. Para tanto, “[...] verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure aparecer como portadora de uma nova cultura”. (GRAMSCI, 2007, p. 254).

Nesse sentido, seus interesses são reforçados e a posição de poder da hegemonia empresarial na educação é alimentada pela utilização da tática de poder fixar sua ideologia na realidade, inclusive pelas palavras utilizadas. A partir de Gramsci (2015, p. 197), vemos que essa questão se coloca na medida em que as missões e visões dessas empresas se fixam e giram com maior ou menor aderência, de acordo com a história concreta realizada. Vemos que, no desenvolvimento da sociedade do Capital, elas reforçam, nas suas personificações, o poder econômico e os interesses que representam.

Dessa forma, o Movimento Todos pela Educação, enquanto uma expressão de uma organização que representa frações da classe dominante, realiza capilarmente na sociedade a difusão de seus interesses pela tática da opinião

pública, sobretudo, para o consenso, como vimos, em torno do desenvolvimento das relações sociais capitalistas e reprodução do Capital.

Devido à sua posição econômica, que faz com que seus interesses sejam representados e realizados, essa opinião pública busca garantir uma adesão “espontânea e livre” da classe trabalhadora à ordem necessária para a reprodução do Capital. Gramsci (2007) chama a atenção para essa forma representativa que torna concreta uma “trama privada”, na qual é possível educar as massas e formar força-de-trabalho para a reprodução do sistema.

Educar a classe trabalhadora, nessa perspectiva, é uma das formas para adquirir um consenso organizado. Nesse sentido, o monopólio dos órgãos de opinião pública são ligados à vontade político-burguesa, que se organiza nos movimentos sociais, nos jornais, nos partidos, nos sindicatos para submeter a educação escolar aos ditames do mercado.

Além disso, a respeito dos eixos de ação do TPE pela opinião pública, Martins (2013, p. 85-86) destaca que esses se desenvolvem pela: a) articulação e relações institucionais, eixo que visa o fomento do debate e da mobilização; b) comunicação e mobilização, eixo que tem por objetivo a maior inserção do tema Educação Básica na mídia e; c) geração de conhecimentos técnicos, o eixo que monitora e analisa os indicadores educacionais oficiais.

Ainda, segundo a autora, como a proposta de ação do TPE, pela opinião pública, procura “*qualificar a demanda*” da Educação Básica, utilizando dos meios de comunicação para mobilizar e orientar o público para estimular um consenso em torno de avaliações em larga escala, introduzindo, assim, uma cultura de metas como condicionante de uma educação de qualidade. (MARTINS, 2013, p. 101).

Com a análise do Movimento Todos Pela Educação, podemos observar que este se organiza na articulação com empresas de diferentes setores, com os jornais, o rádio, a televisão e as editoras, os quais divulgam suas propostas para o campo da educação. Nesse sentido, os órgãos da opinião pública, que representam empresas, contribuem para o processo de reprodução do poder econômico, que se expressa também pelo controle da mídia e imposição de seus interesses. A respeito disso, destacamos o exemplo colocado por Dias (2006), a respeito de Alice no País das Maravilhas, escrito por Lewis Carrol, publicado em 26 de novembro de 1865.

Em determinado momento, Alice realiza uma ilustrativa conversa com *Humpty Dumpty*, um ovo que se equilibra no muro. Ambos travam um interessante debate sobre o uso das palavras. Alice contesta *Humpty* sobre o sentido e uso da palavra e Ovo responde a ela: – Quando uso uma palavra ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique... nem mais nem menos. Alice não se conforma e, segura da sua posição responde ao Ovo: – A questão é saber se o senhor *pode* fazer as palavras dizerem coisas diferentes. Na sequência, o Ovo responde de maneira sentenciosa: – **A questão é saber quem é que manda.** (DIAS, 2006, p. 141, grifo nosso).

Ao extrairmos esse excerto apresentado por Dias (2006), sob a função, o uso e o poder das palavras, identificamos como esse debate entre Alice e *Humpty* expressa o fato de que as concepções de mundo, assim como os projetos hegemônicos se fazem presentes na materialidade social e no uso da mídia em geral.

Nas políticas educacionais, na academia e na própria educação escolar a questão não é diferente. Pois, como comenta o autor, “as palavras nunca são ingênuas. Delas decorrem, entre outras, as formas de realização da dominação”. (DIAS, 2006, p. 141). Nesse caso, o exercício da hegemonia empresarial na educação, caracterizado pela combinação da força e do consenso, equilibra-se “[...] tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”. (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Dessa maneira, a opinião pública é utilizada para o controle e a manutenção da hegemonia empresarial. Por meio do TPE, a opinião pública é utilizada como instrumento de domínio e direção da hegemonia, pois serve para a preservação dos interesses da classe dominante, tendo nela um instrumento de sanção que, além dos outros instrumentos coercitivos e de consenso da hegemonia empresarial, procura “[...] desagregar os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica”. (GRAMSCI, 2007, p.265).

Desse modo, a atuação pela opinião pública do TPE, no interior do Estado, com o fim de dar direção e influenciar no desenvolvimento da educação escolar, procura realizar uma formação da classe trabalhadora que sirva para atender aos apetites da reprodução do Capital: formação de força de trabalho e de consenso.

Para a superação dessa condição, nossa crítica deve ser contra o Capital, e procurar superar o caminho que leva somente ao espaço da atuação política

reformista. Nesse sentido, a nossa análise tem como tese central a apreensão de que o TPE é um aparelho e expressão da hegemonia empresarial na educação, utilizado por algumas frações da classe dominante para dar direção e fazer prevalecer os seus interesses particulares, como se fossem universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder político e econômico se apresenta para dominar e direcionar os caminhos da educação escolar brasileira. O Movimento Todos pela Educação é uma expressão da hegemonia empresarial, processo de direção e de domínio, no qual frações da classe dominante direcionam e executam as políticas educacionais no Brasil.

Nesse sentido, defendemos a tese de que o TPE é expressão da hegemonia empresarial na educação, pois representa, em sua constituição, uma unidade na diversidade de frações da classe dominante que o constituem e monopolizam a educação no Brasil. Essas frações da classe dominante, as quais estão presentes no interior do Estado, como parte da sociedade civil organizada, articulada à sociedade política, têm dominado e dirigido as políticas educacionais no país, de modo a desenvolver um projeto de educação necessário ao Capital na sua fase contemporânea.

Como argumento dessa tese, destacamos que o TPE, enquanto uma organização da sociedade civil, serve como aparelho da hegemonia empresarial na educação. As organizações que o compõem procuram definir o desenvolvimento das políticas educacionais, a fim de que os seus interesses particulares sejam legitimados como interesses universais. A construção do consenso necessário para a adesão coletiva aos seus interesses particulares acontece por meio da atuação de seus intelectuais, de suas organizações e pela via da opinião pública.

Diante disso, é válido ressaltar que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. Isso significa afirmar que, a classe que exerce o poder econômico e político para regular a vida de cada pessoa é, ao mesmo tempo, o poder cultural dominante, no qual a educação escolar também faz parte.

Esse padrão de educação escolar dominante não é outra coisa senão a expressão ideal das relações materiais dominantes. Essas mesmas relações materiais dominantes são também concebidas como conteúdo e forma na escola, e, portanto, são determinações das relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante, ou seja, a educação de sua dominação.

Enquanto intelectuais, produtores de educação, que também regulam a produção e a distribuição da cultura e conhecimento de seu tempo, as figuras de

carne e osso, dessas frações da classe dominante, determinam todo o alcance educacional de uma época histórica.

Nessa concepção do processo histórico da hegemonia empresarial no Brasil, podemos afirmar que as ideias da classe dominante não estão separadas dessa mesma classe. Se analisada de maneira à parte e independente, separada das condições de produção ou de seus produtores, essa educação escolar dominante se apresenta, na aparência, como sendo universal. De outro modo, é necessário que continuemos na análise crítica do movimento dos interesses particulares dominantes que são tratados como universais.

Ao longo da exposição desta tese, no primeiro capítulo, identificamos as contribuições da produção acadêmica a respeito da ação empresarial na conjuntura educacional brasileira.

A partir das produções acadêmicas, entre artigos, dissertações e teses, do campo da Educação, por meio da análise, realizada pelas categorias de análise de conjuntura (SOUZA, 1984), identificamos que os acontecimentos da reorganização do Capital, na segunda metade do século XX, com a chamada “crise de acumulação do Capital”, foram fundamentais na determinação da educação e da formação do consenso em países de capitalismo dependente, como o Brasil.

No cenário nacional, esses acontecimentos possibilitaram, sobretudo, nas décadas de 1990 e 2000, o aumento da participação da sociedade civil organizada no interior do Estado. Por meio desse instrumento, as políticas educacionais implementadas pelos governos dessas duas décadas permitiram maior participação de frações da classe dominante.

A partir das políticas educacionais realizadas no período, empresários e empresas passaram a participar no interior Estado de forma cada vez mais crescente na direção e execução da educação escolar brasileira (PERONI, 2015). O TPE se insere nesse contexto como uma organização da sociedade civil, que busca atuar no interior do Estado, a fim de dar direção e influenciar no desenvolvimento da educação escolar, de modo a atender as necessidades de reprodução e ampliação do Capital na educação escolar brasileira.

As políticas neoliberais, da década de 1990, reorganizaram, no cenário do Estado, a participação da sociedade civil que, por meio do chamado terceiro setor, passou a direcionar a organização e o desenvolvimento da educação escolar. Nessa direção, as estratégias empresariais do Terceiro Setor, como a Filantropia e a

Responsabilidade Social, procuraram criar um consenso e organizar um projeto de nação, em que empresariado também passou a direcionar a formação educacional no Brasil.

Além de sujeitos individuais, representantes desta classe, como Roberto Luis Troster, Antonio Jacinto Matias, Pedro Moreira Salles, Abram Szajman, Emílio Odebrecht, Jorge Gerdau Johannpeter, Viviane Senna, destacamos os sujeitos coletivos empresariais representados pela CNI, pelo GIFE, pelo Instituto Ethos e pelo CENPEC, que passaram a ser centrais nas estratégias de formação e de definição de políticas educacionais no Brasil.

De modo geral, os elementos de análise indicaram que, nesse período, a participação empresarial influenciou mais diretamente a definição das políticas educacionais. De forma centralizada, pela sociedade civil organizada, as regulamentações das políticas educacionais, que se iniciam nessa época, ocorrem sob a lógica da acumulação capitalista, seguindo a tendência de adaptação da educação às mudanças e às exigências de organismos internacionais como: o Banco Mundial, a UNESCO e o BID.

No cenário do Estado, identificamos semelhanças entre as formulações empresariais que serviram de base para a definição de políticas educacionais, tanto nos governos de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 1995 e 2002, como nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2002 e 2010.

Nesse sentido, observamos, na década de 2000, uma apropriação pelos representantes do capital dos espaços de discussão e de definição das políticas educacionais, assim como a defesa da educação da classe trabalhadora.

Sendo assim, identificamos, pelas produções acadêmicas, que o Plano de Ações Articuladas (PAR), de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 2007, o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, de 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, e a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, como algumas das principais medidas que expressam o favorecimento da participação empresarial nas políticas educacionais do período.

A partir dessas questões, podemos afirmar que as políticas educacionais, desenvolvidas nos períodos destacados, vão ao encontro dos interesses empresariais em relação às novas formas de acumulação do Capital. De acordo com

Neves e Oliveira (2004), diferentemente do que se poderia esperar de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que historicamente fez a defesa intransigente da escola pública e gratuita, o governo, nesse período, abraçou e aprofundou a política privatista de educação, adotada pelos seus antecessores. De modo geral, no conjunto das produções acadêmicas, é possível destacar que o Estado se configurou tanto como cenário como sujeito, e nesse sentido, sentimos a necessidade de analisá-lo com maior profundidade no Brasil.

Por isso, no segundo capítulo, discutimos a função do Estado, qual as suas características universais, a sua composição na análise gramsciana (com a sociedade política e a sociedade civil), sua expressão como Estado Burguês, quais as suas ações para o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil e também uma análise do Partido dos Trabalhadores e da Revolução Passiva.

A partir da análise do Estado, enquanto cenário e sujeito, discutimos os elementos que nos ajudaram a identificar, na particularidade do Estado brasileiro, como este se configurou como instrumento que serviu, e ainda serve, para atender a defesa dos interesses das frações da classe dominante e da consolidação da hegemonia empresarial articulada à sociedade política, iniciada já na década de 1930.

A partir das análises realizadas, identificamos, nas ações do Estado, que a formação da hegemonia empresarial é anterior às décadas de 1990 e 2000. Nesse caso, a formação da hegemonia empresarial no Brasil aconteceu com o próprio desenvolvimento do Estado e do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, entre as décadas de 1930 e 1950, empresas e empresários, na articulação com a sociedade política, realizam, com o Estado, o desenvolvimento do capitalismo e o fortalecimento do mercado interno, onde as suas empresas puderam ampliar a conciliação dos seus interesses e reforçar a reprodução do Capital no Brasil.

É possível perceber, em relação aos aspectos econômicos apresentados na análise realizada, que o Estado se fortaleceu enquanto instrumento e favoreceu o desenvolvimento da hegemonia empresarial no Brasil. Esses elementos da particularidade do Estado Burguês brasileiro demonstraram como foram favorecidas e generalizadas as relações de produção específicas da formação social capitalista.

A articulação entre a sociedade civil e a sociedade política necessitou de um “Estado adequado” para possibilitar o desenvolvimento de seus interesses no contexto nacional. Isso porque as ações que o Estado Burguês realizou foram

necessárias para: a) equacionar o desenvolvimento econômico às exigências do Capital; b) equilibrar a hegemonia da classe dominante para a reprodução da ordem; c) impossibilitar a realização de uma transformação revolucionária pela classe trabalhadora.

Além disso, nesse cenário, os interesses das frações da classe dominante empresarial encontraram no governo do Partido dos Trabalhadores uma possibilidade para o exercício da sua hegemonia, e que foi responsável pelo desenvolvimento do TPE na educação.

Desse modo, a análise do Partido dos Trabalhadores, na sua formação, foi fundamental para a compreensão das “metamorfoses” do Partido e, enquanto uma organização da classe trabalhadora, representou algumas das possibilidades de luta contra a hegemonia empresarial na educação brasileira. No entanto, as ações realizadas no interior do Estado, pelo partido do PT, ao contrário dos fundamentos de sua formação, foram responsáveis pela formação do Movimento Todos pela Educação.

Diante disso, no terceiro capítulo, analisamos o TPE como um aparelho da hegemonia empresarial na educação brasileira. Para isso, evidenciamos aspectos históricos e normativos importantes no seu desenvolvimento.

Além disso, nos intelectuais orgânicos do TPE, analisamos nos sócio fundadores, a governança e a equipe executiva para identificar, quais os elementos que configuram o desenvolvimento da hegemonia empresarial. Sobre essa questão, identificamos, no TPE, os intelectuais orgânicos como empresários, dirigentes políticos, banqueiros e também pesquisadores com predominância nas áreas de administração, economia e jornalismo.

Para tanto, também mapeamos os apoiadores e mantenedores do TPE para identificar elementos das organizações que estão relacionados à formação da hegemonia empresarial. Nesse caso, identificamos, no TPE, institutos, fundações, sujeitos e empresas que representam frações da classe dominante no Brasil. Destacam-se, nesse conjunto de empresas, a Fundação Lucia e Pelerson Penido, o Banco Bradesco, a 3G Capital, o Banco Itaú, a Patri Políticas Públicas, o Instituto Votorantim, a Suzano entre outros, que representam a concentração e a centralização de Capital no Brasil. Esses sujeitos têm atuação em diferentes áreas da economia, tais como: agropecuária, financeira, industrial, mineração, energia, alimentícia e outras.

Na medida em que representam uma unidade em torno da diversidade de setores que atuam, essas organizações fazem com que seus interesses ultrapassem o campo econômico e atuem sobre a educação e as políticas educacionais, fazendo com que as necessidades de reprodução de seus interesses pareçam universais, tais como a ideia de qualidade na educação, da necessidade de índices educacionais, da escolarização em idade adequada para a formação de força de trabalho, do investimento na teoria do capital humano e na preparação para o mercado de trabalho.

Para reforçar esse movimento, a hegemonia empresarial também atua por meio da opinião pública, das quais também está representada em organizações da sociedade civil que exercem monopólio da mídia e da imprensa no cenário nacional. Dentre estas destacamos a Fundação Telefônica/Vivo, a Editora Moderna e a Fundação Roberto Marinho.

Por meio dos aspectos analisados, consideramos, então que, o TPE representa, na educação, as alianças das frações da classe dominante em torno de uma organização comum, que é responsável por tornar universais seus interesses particulares. Nesse caso, essa organização serve para manter e intensificar a propriedade privada e criar condições favoráveis ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas, no Brasil. E, ao mesmo tempo, mantêm o domínio e a direção dessas frações de classe no desenvolvimento da educação escolar.

As possibilidades que esta pesquisa representa são de que a classe trabalhadora brasileira necessita conhecer a economia, a política de seu país. Isso implica em analisar as ações dos sujeitos individuais e coletivos que direcionam e dominam um projeto de nação de acordo com seus interesses.

Além disso, é necessário destacarmos que a valorização do que é nosso, isto é, nacional, precisa ser uma prática cotidiana, pois tendemos a valorizar o que é estrangeiro e perdemos de vista a construção de uma nova sociedade.

Pela análise dos mantenedores e dos apoiadores do TPE, sejam individuais ou coletivos, poderemos verificar quais as alianças que são realizadas na articulação com a sociedade política (nossos apêndices oferecem um panorama detalhado das iniciativas e dos sujeitos individuais e coletivos da hegemonia empresarial no Brasil), isto é, entender quais iniciativas estão vinculadas à ação prática no cotidiano da educação, que são responsáveis pela formação de gerações inteiras.

O poder econômico e político limita o que pode ou não ser realizado dentro da ordem estabelecida, no entanto, é necessário construirmos na transversal do espaço tempo outras alternativas concretas e condizentes com a nossa classe, de pulso firme, de luta e amor.

Diante disso, ao longo do texto, procuramos destacar como a hegemonia é uma expressão dos antagonismos de classe que estão na formação da sociedade capitalista brasileira. Portanto, este estudo procura contribuir para desvelar como se dá o processo de gênese e desenvolvimento da hegemonia empresarial na educação, condição que consideramos essencial para a ação consciente e coletiva, com vistas à sua superação.

Para que isso seja possível, é necessária a construção de uma hegemonia contra o Capital, de acesso ao conhecimento científico, de uma formação de crianças, jovens e adultos com uma linguagem e uma ação firme, como pedras e ferramentas na construção de um novo mundo.

Para isso, a definição e a exposição clara dos quadros e movimentos da luta “antiscapital” são instrumentos fundamentais para identificarmos quem e onde está o nosso verdadeiro inimigo. Diante disso, é necessário irmos para além da crítica, criar um conhecimento capaz de se constituir enquanto teoria e de domínio da própria linguagem. Isso significa possibilitar o acesso, da classe trabalhadora, para um mundo de múltiplas experiências, codificado por uma determinada linguagem, teoria científica, concepção de mundo, onde a abertura dos horizontes só poderá ser avistada pela ação consciente e coletiva.

Concordamos com Dias (2006, p. 58), pois, a crítica rigorosa, o embate contra esses projetos hegemônicos não é um debate abstrato, mas determinação objetiva do real, necessidade histórica. Pois, um prolongamento da “ordem do Capital” atua no sentido de reproduzir e ampliar as desigualdades sociais, de realizar um poder de domínio e direção que favorecem aos interesses de frações da classe dominante.

Portanto, devemos pensar e agir com radicalidade, pois

Ser radical significa, sobretudo, tomar as coisas pela raiz. Significa ser um elemento original, dono de si, si próprio. Significa tomar posse da própria consciência, da própria personalidade, da conquista de pensamentos cada vez mais altos e luminosos e de pés cada vez mais firmes.

Ser radical significa viver e tomar partido,

dizer não à indiferença,
à covardia,
às “qualidades” dos parasitas.

Ser radical é entender que o cotidiano não é obra do acaso,
da fatalidade,
mas obra nossa.

Ser radical é terminar com as lamúrias falsas.
É pedir a cada um como desenvolve a tarefa que a vida lhe atribui. Para quem? Com quem? Por quê? Como?

Ser radical é procurar entender o elemento comum,
o universal,
o objetivo geral.

É buscar entender como nos impedem a vida todos os dias,
e como vamos recuperá-la...
(O autor, 2018)

“Que nosso trabalho seja tão sábio que pareça ingênuo”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. O PT e os conselhos populares. 1982. IN: DAMASCENO et al. **A educação como ato político partidário**. São Paulo Cortes. 2.ed., 1989.
- ALMEIDA, J. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista Com Política**. N.1, V.1, mar./abr, 2011.
- ALVES, A. R. C. O Conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**. n.80, p.71-96, 2010.
- BRASIL. **Discurso pronunciado pelo chefe do governo provisório em Belo Horizonte, por ocasião do banquete oferecido pelo Governo de Minas, em 23 de fevereiro de 1931**. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/02.pdf/view>>. Acesso em: 27. Jun. 2019.
- BRASIL. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.
- CAMPIONE, D. **Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina**. IN: Ler Gramsci, entender a realidade. COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (ORG). Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.
- CARDOSO, F. H. Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. **Revista Brasiliense**. n.28, mar/abr, São Paulo, 1960.
- COSPITO, G. Verbete Hegemonia. IN: LIGUORI, Guido.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- COUTINHO, C. N. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. **Lua Nova**. n.51. p. 103-113. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-644520010003&script=sci_issuetoc>. Acesso em: 26 set. de 2018.
- CRUZ, P.; REIS, M. L. M. **Honrar o Passado, Escrever o Futuro**. IN: Educação: Agenda de Todos: a trajetória do Todos Pela Educação 2006-2016. São Paulo: Editora Santillana, 2017.
- DARCOLETO, C. A. S. **Educação e Mediação**: limites e possibilidades da educação escolar a partir da categoria da mediação em István Mészáros. 152f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.
- DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social**. São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FILLIPINI, M. Verbete Partido. IN: 2017 LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

FONTES, V. 2010. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, ano 2. n.3, Brasília. jan./jun. p.09-33, 2001.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

IASI, M. L. **Meta amor fases**: coletânea de poemas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, M. L.; FIGUEIREDO, I, M.; NEVES, V. **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LESSA, S. **Abaixo à família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIGUORI, G. Estado e Sociedade Civil de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**. ano. 21. n. 45. 2006.

LIGUORI, G. Verbete Aparelho Hegemônico. IN: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/ atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F. Pensar com radicalidade e com especificidade. **Lua Nova**. n. 51. p. 89-95. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-644520010003&script=sci_issuetoc>.

PERONI, V. M. V. (Org.) **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PT. **Carta de Princípios de 1º. de Maio 1979.** Comissão Nacional Provisória. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>.

PT. **Manifesto de Lançamento de 1980.** Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>.

PT. **Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 1986/87/88.** Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>.

PT. **Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo.** Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>.

PRADO JR. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, P. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** São Carlos: EdUFSCAR, 2010.

SAES, D. **A Formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, A. F. T. Teoria do Capital Intelectual e Teoria do Capital Humano: Estado, Capital e Trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: 27ª Reunião anual da ANPEd, 2004, Caxambu- MG. **Anais da 27ª Reunião anual da ANPEd**, 2004.

SCHLESENER, A. H. Hegemonia e Cultura: a dimensão política da educação e a formação escolar em Antonio Gramsci. **Novos Rumos.** v. 50, n. 2. Marília: São Paulo. p.1-11 jul./dez, 2013 Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/251>>.

SCHLESENER, A. H. **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SCHWARTZMAN, S. **Estado Novo, um Auto-Retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, C. C. B. **A Estratégia Democrático-Popular e a Educação.** IN: IASI, M. L.; FIGUEIREDO, I, M.; NEVES, V. (Orgs.). **A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico.** Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SODRÉ, N. W. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto Amaral (Org.), **Modos de produção e Realidade Brasileira.** Petrópolis: Editora Vozes, p. 133-156, 1980.

SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira.** 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

SOUZA, H. J. **Análise de Conjuntura**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, U. Orçamento participativo, do município ao estado. MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Orgs.). **Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STREMEL, S. **A Constituição do Campo Acadêmico da Política Educacional no Brasil**. 315f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

VELHO, R. S. **As Transfigurações da Educação na Teoria de Florestan Fernandes: Escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista**. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VOZA, P. Verbete Bloco Histórico. IN: LIGUORI, Guido.; VOZA, P. (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DA REVISÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

REFERÊNCIAS DA REVISÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

ADRIÃO, T. M. F.; GARCIA, T. O. G. Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na Educação Básica brasileira? **Educação**, Rio Claro, v.25, n.50, p. 433-452, set./dez. 2015.

ADRIÃO, T. M. F.; GARCIA, T. O. G.; BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H.; PAIVA, G. B.; XIMENES, S. B. Grupos empresariais na Educação Básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & sociedade**, v. 37, n.134, p. 113-131, jan./mar. 2016.

ALMEIDA, C. L. **Contrarreforma do Ensino Médio: ações do empresariado brasileiro para uma educação da classe trabalhadora**. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ARAUJO, G. C. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de cooperação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n.2, p. 515-531, mai./ago. 2012.

ARAUJO, G. C. Federalismo e políticas educacionais no Brasil: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para a regulamentação do regime de colaboração. **Educação & Sociedade**, v. 34, n.124, p. 787-802, jul./set. 2013.

ARAÚJO, M. R. **A (con) formação dos trabalhadores no Governo Lula sob o signo do mercado**. 2007. 217f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ARAÚJO, S. B. **Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital: a Fundação Bradesco no centro do debate**. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

CAMINI, L. **A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. 294f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAMINI, L. A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **RBPAE**, v.26, n.3, p. 535-550, set./dez. 2010.

COSSETIN, M. **As políticas educacionais no Brasil e o Movimento Todos pela Educação: parcerias público-privadas e as intencionalidades para a educação infantil**. 337f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

CRUZ, D. Educação Corporativa: a proposta empresarial no discurso e na prática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 337-358, ago. 2010.

D'AGOSTINI, A.; VENDRAMINI, C. R. Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do Estado e dos movimentos sociais organizados. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n.2, p. 299-322, jul./dez. 2014.

D'AVILA, J. B. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2018.

DORNELAS, L. G.; MARTINS, A. S. A parceria como ferramenta de ação empresarial na definição da política de formação continuada de professores. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 1, n.30, p. 113-128, jan./abr. 2013.

EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a Pedagogia do Capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, ano 10, n.15, p. 1-29. 2012.

FERNANDES, A. P. **Os empresários como atores educativos - uma aproximação crítica à redefinição da relação trabalho e educação no contexto das políticas neoliberais**. 2003. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

FREITAS, C. C. R. **Trabalho docente e a expropriação do conhecimento do professor: Movimento Todos Pela Educação e legislação educacional 2007-2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GALZERANO, L. S.; GOBI, R. C.; LUIZ, K. T. Breve retrato da atuação dos Grupos Empresariais Objetivo, COC e Positivo nos municípios do estado de São Paulo. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v. 21, n.38, p. 98-113, out./dez. 2011.

GALZERANO, L. S. **Grupos empresariais e Educação Básica: estudo sobre a Somos Educação**. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GERALDO, D. S. S. **Formação continuada dos professores: análise da agenda do “Todos Pela Educação” e de sua atuação como forma de partido**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GIROTTI, E. D. Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacional o Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n.71, p. 159-174, set./out. 2018.

HATTGE, M. D. **Performatividade e inclusão no Movimento Todos Pela Educação**. 182f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

HATTGE, M. D.; CORCINI LOPES, M. A inclusão escolar e o movimento Todos Pela Educação. **Revista Educação Especial**, v.28, n.53, p. 569-581. set./dez. 2015.

KATREIN, C. **Os Programas de Aprendizagem Profissional e o projeto do capital para a juventude trabalhadora**. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, v.35, n.126, p. 21-41, jan./mar. 2014.

LOPES, V. P. M. **A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das diretrizes e ações no município de Feira de Santana BA (2001 2010)**. 2013. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

LUZ, D. C. S. F. **Educação Corporativa: a proposta empresarial no discurso e na prática**. 2007. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

LUZ, L. X. Ação Empresarial e Educação Pública no Brasil. **Educação**, Rio Claro, v.19, n.32, p. 89-110, jan./jun. 2009a.

LUZ, L. X. **Participação do Empresariado na Educação no Brasil e na Argentina**. 256f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009b.

LUZ, L. X. Empresas Privadas e Educação Pública no Brasil e na Argentina. **Educação & Sociedade**, v.32, n.115, p. 437-452, abr./jun. 2011.

MACHADO, G. B. **Comitê local do Compromisso Todos Pela Educação: mobilização e participação do município de Uberlândia**. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MAGALHÃES, A. C.; CRUZ, J. A. O “pacto pela educação” e o mistério do “todos”: estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34., 2018.

MARTINS, A. P. A relação público-privada na educação: limites e possibilidades do plano de desenvolvimento da educação no contexto do Compromisso Todos Pela Educação. **Margens**, v.11, n.16, p. 40-56 jun. 2017.

MARTINS, A. S. A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos Pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p. 21-28. jan./jun. 2009.

MARTINS, A. S.; TOMAZ, A. S.; PINA, L. D. Empresários e educação: reflexões sobre o projeto educacional da Federação das Indústrias de Minas Gerais. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v.18, n.1. p. 179-207. mar./jun. 2013.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D.; ÁVILA, L. A.; ALMEIDA, R. D. Intelectuais, educação escolar e hegemonia: análise das formulações empresariais sobre trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-line**, v.14, n.60, p. 260-272, dez. 2014.

MARTINS, A. S. Formulações da classe empresarial para a formação humana: da educação política à educação escolar. **Revista Contemporânea de Educação**, v.10, n.20, p. 67-88, 2015.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v.7, n.1, p. 100-109, 2015.

MARTINS, E. M. **Movimento "Todos pela Educação": um projeto de nação para a educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018.

MELO, A. Educação Básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros. **Educação & Sociedade**, v.30, n.106, p. 893-914, out. 2009.

MELO, A. **O projeto pedagógico da confederação nacional da indústria para a Educação Básica nos anos 2000**. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MELO, A.; FARIA, C. G. M.; WOLF, L.; CAVALCANTE, R. G. Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de Educação Básica da Confederação Nacional da Indústria. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.34, n.94, p. 333-348, set./dez. 2014.

MELO, A.; WOLF, L. A pedagogia vai ao porão: notas críticas sobre as assim chamadas “pedagogia empresarial” e “pedagogia empreendedora”. **Revista HISTEDBR On-line**, v.14, n.59, p. 191-203, out. 2014.

MEZAROBBA, G. **Imperialismo e educação: a relação entre a educação pública e as fundações e institutos empresariais no Brasil (1990-2014)**. 406f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

MEZNEK, L. **A universidade brasileira no período de 1960 a 2000: a influência empresarial em questão**. 2012. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

MIRANDA, F. S. M. P. **Empresariado industrial: reflexos do lobby na educação profissional no Brasil**. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2018.

NEVES, L. M. W.; OLIVEIRA, M. M. O que querem os empresários educacionais do Governo Lula. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v.32, p. 43-51, mar. 2004.

OLIVEIRA, A. J.; ARAÚJO, D. F. Iniciativas em torno do Compromisso Todos Pela Educação: como elaborar o plano de desenvolvimento da escola com índices

insuficientes de qualidade de ensino?. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 3, ed. 8, p. 11-26. set./dez. 2009.

OLIVEIRA, R. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 22, p. 47-60, jan./abr. 2003.

PAIXÃO, T. S. **Classe social, hegemonia e educação**: análise do projeto de educação integral do CENPEC para a re(organização) da escola pública. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PINA, L. D. **“Responsabilidade social” e educação escolar**: O projeto de Educação Básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PINHEIRO, D. O. **O Movimento “Todos Pela Educação”**: O público, o privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil. 314f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PIRES, E. C. **O desvelamento do movimento todos pela educação e seus desdobramentos na política educacional do estado de Goiás**. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

RODRIGUES, J. S. **O Moderno Príncipe Industrial: O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SAKATA, K. L. S. **Programa gestão para aprendizagem**: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Iriti, 2018.

SANDRI, S. **A relação público-privado no contexto do Ensino Médio brasileiro**: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SANTOS, A. V. A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). 292f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, J. R. “Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação”: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. **Revista HISTEDBR On-line**, n.26, p. 160-182, jun. 2007.

SANTOS FILHO, J. R. **Financiamento da educação superior privado-mercantil**: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SCHUCH, C. C. T. **A implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação em um município do Rio Grande do Sul: um olhar sobre a efetividade institucional da secretaria municipal de educação.** 217f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SÉGALA, K. F. **A atuação do movimento “Todos Pela Educação” na Educação Básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico.** 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SEKI, A. K. **O Capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?** 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SHIROMA, E. O. O estado como cliente: interesses empresariais na coprodução da inspeção escolar. **Trabalho Necessário**, v. 22, p. 57-79, 2015.

SILVA, N. C. D.; GIULIANI, A. C. Um estudo sobre o desenvolvimento no Brasil da cooperação universidade-empresa – interação entre a instituição de educação superior de tecnologia e a micro e pequena empresa. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v.2, n.3, p. 479-498, 2009.

SILVA, J. A. **Os Arranjos de Desenvolvimento de Educação (ADE): Regime de colaboração de novo tipo e mecanismo de reformulação do Sistema Nacional de Educação sob a direção do empresariado brasileiro.** 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOLANO ESPINOSA, B. R. **Redes empresariais na política educacional: os casos do Brasil e da Colômbia.** 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, C. A. Projeto educativo do empresariado: educação e luta de classes no século XXI. **Marx e o Marxismo**, v.3, n.5, p. 247-262, jul./dez. 2015.

SOUZA, J. P. **As organizações multilaterais, estado e empresariado na lei de aprendizagem nº 10.097/2000: ações e contradições.** 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014.

SOUZA, J. P.; DALAROSA, A. A. Políticas de educação profissional – a Lei de aprendizagem nº 10.097/2000: contradições de uma realidade Brasileira. **Imagens da Educação**, Maringá, v.5, n.1, p. 107-117, 2015.

SOUZA, L. M. **Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores.** 2012. 224f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, M. L. **As letras e o consenso burguesia, educação, imprensa e hegemonia.** 370f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SOUZA, M. L. A educação e o embate aos problemas sociais na visão do empresariado. **Trabalho Necessário**, v.12, n.19, p. 78-107, 2014.

SOUZA, V. A. **O Plano de Metas “Compromisso Todos Pela Educação”:** desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente. 342f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

TIRADENTES, A. Financeirização da Educação Superior: estratégia da mercantilização e o quadro das IES, principais grupos educacionais e grupos de investimento que atuam no Brasil. **Revista Sinpro-Rio**, n.07, p. 16-25, jun. 2011.

VOSS, D. M. S. **Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na gestão do Plano de Ações Articuladas (PAR) e seus efeitos:** Um estudo de caso no município de Pinheiro Machado (RS). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

WOLF, F. **A pedagogia vai ao porão: a pedagogia empresarial e Empreendedora e o processo de naturalização do social.** 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2014.

APÊNDICE B – SÓCIO FUNDADORES DO TPE: FORMAÇÃO E LIGAÇÃO COM EMPRESAS

SÓCIO FUNDADOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA E LIGAÇÕES COM EMPRESAS
Albert Alcoulloumbre Jr	<p>Jornalista - Centro Unificado Profissional (Faculdade de Cidade, no Rio de Janeiro).</p> <p>Diretor de comunicação corporativa e Diretor de planejamento e projetos sociais– Grupo Globo.</p> <p>Editora Abril.</p> <p>Rede CBN.</p> <p>Conselho de Responsabilidade Social da Firjan. Conselhos da Fundação Abrinq e do Instituto São Paulo Contra a Violência. Vice-presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Rio de Janeiro</p>
Alberto Pfeifer Filho	<p>Graduação em Engenharia Agrônômica (1986) e Direito (1998) pela Universidade de São Paulo.</p> <p>Mestrado em International Relations - Fletcher School of Law and Diplomacy (2002), mestrado em Economia Aplicada (1990) e doutorado em Geografia Humana (2000) pela Universidade de São Paulo.</p> <p>Pesquisador colaborador do Instituto de Estudos Avançados - IEA e Coordenador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint) do Instituto de Relações Internacionais (IRI).</p> <p>Diretor de Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. (2017).</p>
Ana Beatriz Moser	<p>Criou o Instituto Social Esporte Educação, uma OS do Esporte que executa um Contrato de Gestão com a Prefeitura de São Paulo no bairro de Ermelino Matarazzo.</p> <p>Participou do Conselho Nacional de Esporte.</p> <p>É Fellow Ashoka desde 2007, finalista do Prêmio Empreendedor da Folha de SP, Prêmio Trip Transformadores.</p>
Ana Lucia D'Império Lima	<p>Bacharel em Economia – Faculdade São Luís.</p> <p>Diretora Instituto Paulo Montenegro.</p> <p>CEO – IBOPE Media.</p> <p>Sócia proprietária da Conhecimento Social - Estratégia e Gestão.</p> <p>Cofundadora e consultora institucional de Rede Conhecimento Social.</p>
Ana Maria dos Santos Diniz	<p>(Presidente Conselho Instituto Península/ Conselheira da ONG Parceiros da Educação/ Grupo Pão de Açúcar/Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP).</p> <p>Conselho de Governança MTPE – 2018/2019.</p>
Antônio Carlos Gomes da Costa (falecido)	Pedagogo.

	<p>Oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).</p> <p>Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU).</p> <p>Um dos participantes do grupo de redação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
Antônio Jacinto Matias	<p>Vice-presidente da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.</p> <p>Vice-presidente sênior do Banco Itaú S. A.</p> <p>Bacharel em Engenharia de Produção – USP.</p> <p>Pós-graduado em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas.</p> <p>Banco Itaú e da Fundação Itaú Social.</p> <p>Conselho de Governança (2018/2019).</p>
Antônio Athayde	<p>Engenharia de sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro</p> <p>Pós-graduado em informática – PUC/RJ</p> <p>Diretor afiliadas Rede Globo.</p> <p>Um dos fundadores da Net.</p> <p>Diretor Globosat.</p>
Beatriz Johannpeter	<p>Filha de Jorge Gerdau Johannpeter.</p> <p>Conselheira Fundação Iberê Camargo.</p>
Célio da Cunha	<p>Bacharel e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1968).</p> <p>Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1980).</p> <p>Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1987).</p> <p>Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de Brasília - área de concentração: políticas públicas de educação e história das ideias pedagógicas.</p>
Celso Antunes	<p>Bacharelado e licenciatura: Geografia.</p> <p>Especialista em inteligência e cognição.</p> <p>Mestre em ciências humanas, universidade de São Paulo, 1968/1972.</p> <p>Unesco.</p> <p>Embajador De La Educacion – Organización De Estados Americanos</p> <p>Consultor Educacional Da Fundação Roberto Marinho (Canal Futura)</p> <p>Exército Brasileiro – Colaborador Emérito</p>

Cenise Monte Vicente	<p>Graduada em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP Mestre em Psicologia Social.</p> <p>Secretária Municipal de Promoção Social de Campinas – SP (1991-92).</p> <p>Professora de Psicologia Criminal da Faculdade de Filosofia da USP/Ribeirão Preto (1991-1995).</p> <p>Coordenadora Executiva em diferentes organizações (Instituto Ayrton Senna (1996-99), Programa Banco na Escola (2000-05), Escritório Regional do Unicef São Paulo (2006-2007), Programa Envolver da Rede Social São Paulo (2006-09).</p> <p>Participação em Conselhos de defesa de direitos humanos e da criança e adolescente (Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, ANDI).</p> <p>Coordenadora Executiva da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.</p> <p>Professora na EPD – Escola Paulista de Direito.</p>
(Antonio) Cesar (Russi) Callegari	<p>Presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada – IBSA.</p> <p>Presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.</p> <p>Sociólogo e especialista em gestão de políticas, programas e instituições públicas.</p> <p>Conselho de Governança MTPE (2018/2019).</p>
Cláudia Costin	<p>Professora universitária da FGV-RJ.</p> <p>Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE).</p> <p>Diretora Sênior para Educação no Banco Mundial. (2014/2016).</p> <p>Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro.</p> <p>Ministra do Ministério da Administração.</p> <p>Vice-presidente executiva da Fundação Victor Civita</p> <p>Secretária de Estado da Cultura do governo do Estado de São Paulo.</p> <p>Fundação Lemann.</p>
Cláudio de Moura Castro	<p>Graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.</p> <p>Mestre pela Universidade Yale.</p> <p>Doutor pela Universidade Vanderbilt.</p> <p>Trabalhou no Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento.</p> <p>Presidente da CAPES de 1979 a 1982.</p> <p>Secretário-executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos de 1982 a 1985.</p>

	<p>Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 1970 a 1985.</p> <p>Presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras até 2009</p> <p>Diretor pedagógico da EduQualis.</p>
Cláudio Luiz Haddad	<p>Engenheiro Mecânico e Industrial pelo Instituto Militar de Engenharia (1969).</p> <p>M.A. (1972) e Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago (1974).</p> <p>Sócio e diretor superintendente do Banco Garantia (1983-1998).</p> <p>Diretor do Banco Central do Brasil (1980-1982).</p> <p>Professor de economia da Escola de Pós-Graduação de Economia, Fundação Getúlio Vargas (1974-1984).</p> <p>Presidente do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.</p> <p>Presidente do Conselho do Grupo Ibmecc S.A., entidade mantenedora das Faculdades Veris e Ibmecc (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília).</p> <p>Membro do Conselho de Administração da BM&FBovespa, da Ideal Invest S.A., do Instituto Unibanco e do Hospital Israelita Albert Einstein.</p> <p>Membro do Visiting Committee da Harvard Business School.</p> <p>Presidente do Conselho do Brazil Harvard Office, do David Rockefeller Center for Latin American Studies.</p>
Cleuza Rodrigues Repulho	<p>Pedagoga.</p> <p>Mestra em educação pela Universidade Mackenzie;</p> <p>Secretária de Educação de Santo André/SP 2001-2007;</p> <p>Secretária de Educação de São Bernardo do Campo/SP 2009-2015;</p> <p>Presidente Nacional da UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação por 3 vezes - 2007, 2011, 2013;</p> <p>Consultora UNESCO; Diretora de Políticas do MEC / 2008;</p> <p>Membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito a Educação de 2005 a 2013;</p> <p>Conselheira do: Instituto Natura; Nova Escola; Comunidade Educativa CEDAC; Instituto Rodrigo. Mendes.</p> <p>Consultora Sênior: Fundação LEMANN; Instituto Natura; Instituto ARAPYAUÍ;</p> <p>Professora da FGV-RJ do Curso MBA em Gestão Educacional;</p>

	Parecerista da Comissão dos Anos Finais da Fundação Carlos Chagas.
Cristovam Buarque	Engenheiro Mecânico. Reitor da Universidade de Brasília de 1985 a 1989. Governador do Distrito Federal de 1995 a 1998. Senador pelo Distrito Federal em 2002. Ministro da Educação entre 2003 e 2004. Senador pelo Distrito Federal, em 2010.
Daniel Feffer	Membro dos Conselhos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, do Movimento Brasil Competitivo da FIESP da ICC Brasil – International Chamber of Commerce da ICC Global. Vice-presidente do Conselho de Administração da holding Suzano Papel e Celulose. Presidente da Fundação Filantrópica Arymax Presidente do Instituto Ecofuturo. Membro dos Conselhos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, do Movimento Brasil Competitivo da FIESP da ICC Brasil – International Chamber of Commerce da ICC Global.
Danilo Santos de Miranda	Presidente do Conselho Diretor do Fórum Cultural Mundial (2004) e presidente da comissão que organizou o Ano da França no Brasil (2009). Vice-presidência do Conselho Internacional de Bem-Estar Social – ICSW. Diretor na ONG Art for the World.
Denise Aguiar Alvarez	(Presidente da ADC Bradesco Associação Desportiva Classista/Presidente do MTPE em 2018/ Conselho de Governança MTPE 2019/Presidente e Diretor-Presidente da Fundação Instituto de Molestias do Aparelho Digestivo/Presidente do Conselho de Governança do Grupo de Institutos Fundações e Empresas/ Membro do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo/ Fundação Bradesco.
Eduardo Giannetti da Fonseca	Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo(1978), graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo(1980) e doutorado em Economia pela University of Cambridge (1987).. Assessor do partido político Rede Sustentabilidade.
Emílio Alves Odebrecht	Engenheiro e presidente do Conselho de Administração da Organização Odebrecht.
Fábio Colletti Barbosa	(Empresário/Administração/ ex-presidente do Santander Brasil, da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e do grupo Abril/ Atuou também na Nestlé, no Citibank e na filial brasileira do The Long Term Credit Bank of Japan/Membro do Conselho de Fundação da ONU). Conselho de Governança MTPE -2018/2019.
Fernando Haddad	Advogado. Analista de investimentos no Unibanco.

		Ministro da Educação no período de formação do MTPE.
Fernando Luiz Abrucio		Doutorado e Mestrado em Ciência Política – USP/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial– BIRD/ Fundação Victor Civita. Conselho de Governança MTPE 2018-2019.
Fernando Ferreira	Rossetti	Mestre em Ciências Sociais pela UNICAMP. Diretor Executivo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Secretário executivo da Rede de Experiências de Participação. Consultor do Conselho Empresarial da América Latina e diretor executivo da Aprendiz em São Paulo. Membro Sênior da Synergos.
Fernão Bracher		Banqueiro. Presidente do Banco BBA. Vice-Presidente do conselho de administração do Banco Itaú. Vice-presidente do Banco Bradesco. Presidente do Banco Central do Brasil.
Francisco Cordão	Aparecido	Licenciado (Graduação) em Filosofia, Teologia e Pedagogia. Presidente da ABTD – Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (1981-1982). Membro do Conselho Diretor do IQE – Instituto de Qualidade no Ensino, vinculado à Câmara Americana de Comércio. Diretor Presidente da Peabiru – Consultores Associados em Educação
Francisco Pinheiro	de Assis	Jornalista – PUC/MG. Conselheiro do Instituto Ayrton Senna.
Gilberto Dimenstein		Jornalista – Fundação Cásper Líbero.
Gustavo Berg loschpe		Formado em Strategic Management e Ciência Política pela University of Pennsylvania (Wharton) e Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional pela Yale University. É fundador e presidente da Big Data. Membro do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna e da Fundação lochpe. Conselho de Administração da lochpe-Maxion.
Heloisa Coelho	Maria Martins	Pós-graduação em Responsabilidade Social e Terceiro Setor pela UFRJ (2008), graduação em Comunicação Social - Faculdades Integradas Hélio Alonso (1988). Consultora UNESCO Vice Presidente do Comitê Nacional do Ano Internacional do Voluntário. Vice Presidente do Instituto Brasil Voluntário - Faça Parte. Ex-Presidenta do Movimento Sorriso. Presidente da Associação Palácio das ONG's PALONG. Representante Nacional - International Association for Volunteer Efforts IAVE. Representante no Brasil da HandsOn Network. Membro Fundador - Liga Iberoamericano por la Superación de la Pobreza y Exclusión Social (La Liga). Membro Fundador da Comissão de Referência e Estudos de Assistência Social - CREAS / SEAS / MPAS.

	Diretora de Voluntariado e Juventude - Cruz Vermelha Brasileira. Membro da Diretoria da Federação de Fundações do Estado do Rio de Janeiro FUNPERJ. Membro do Comitê de Empresas Públicas do Estado do Rio de Janeiro - COEP/RJ Representante do Riovoluntário na Associação Brasileira de ONG`s / ABONG Representante do Brasil no Lançamento do Ano Internacional do Voluntário ONU / 2001. Membro do Conselho Consultivo da ONG Roda Viva.
Horácio Lafer Piva	--
Hugo Guimarães Barreto Filho	Economia e pós-graduado em Administração de Empresas pela FGV. Acionista da Klabin Irmãos & Cia, holding controladora da Klabin S/A. Preside o Conselho Deliberativo da IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores e o Conselho de Administração da Klabin S/A. Participa dos Conselhos de Administração da Martins Atacadista S/A, Tarpon Investimentos S/A, Cataratas S/A e Grupo Baumgart. Ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Presidente do Conselho Temático de Economia da CNI
Isaac Chaves Edington	Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador(1991) e especialização em Psicologia Organizacional pela Universidade Salvador(1998). Atualmente é Diretor de Desenvolvimento Organizacional da Rede Bahia de Comunicação.
Jailson de Souza e Silva	Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), doutorado em Doutorado em Sociologia da Educação pela PUC (1999). Professor associado da Universidade Federal Fluminense
Jayme Sirotsky	Presidente do Grupo RBS (1986-1991). Membro do Conselho e do Comitê Executivo da Associação Mundial de Jornais. Presidente da Associação Nacional de Jornais. Conselheiro da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Membro do Comitê Executivo e Conselho da Sociedade Interamericana de Imprensa. Membro fundador do Código Nacional de Auto Regulamentação Publicitária.
Jorge Gerdau Johannpeter	(Graduação em Direito/ Empresário/Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau)
Jorge Paulo Lemann	Economista. Proprietário da Ab InBev. Sócio do 3G Capital, que é controlador de redes como Burger King, Tim Hortons e Kraft-Heinz. Cofundador e membro do conselho da Fundação Estudar. Fundador da Fundação Lemann.

	Instituto Tênis.
José Ernesto Freitas de Camargo	Vice-presidente de Rádio do Grupo Bandeirantes
José Fernando César de Mattos	--
José Francisco Soares	Graduado em Matemática pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1973. Mestre e doutor em Estatística, respectivamente, pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), em 1977, e pela Universidade do Wisconsin-Madison, em 1981. Pós-doutor em Educação pela Universidade de Michigan, em 2002. presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional conselheiro do IBGE, a Capes, o INEP e a FAPEMIG. presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – 2014.
José Henrique Paim Fernandes	Mestrado em Economia pela UFRGS. Bacharel em Ciências Econômicas (1991) pela UNISINOS-RS. diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais (DGPE). consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). ministro da Educação do Brasil. 2014/2015. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, em 2003; presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2004; secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), de 2005 a 2014; e ministro de Estado da Educação, de 2014 a 2015. Ocupou, ainda, o cargo de diretor da área social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2015 e 2016.
José Paulo Soares Martins	Diretor do Instituto Gerdau e da Fundação Iberê Camargo. Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.
José Pereira de Oliveira Junior	--
José Roberto Marinho	História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vice-presidência de responsabilidade social, a vice-presidência do Grupo Globo e a presidência da Fundação Roberto Marinho.
José Vicente	Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares e presidente da ONG Afrobras.
Klaus Gerdau Johannpeter	Vice-presidente do Conselho de administração do Grupo Gerdau.
Luís Norberto Pascoal	Grupo DPaschoal DPaschoal/Fundação Educar DPaschoal. Conselho de Governança MTPE 2018/2019.
Luiz Paulo Montenegro	Vice-Presidente Grupo Ibope.
Luis Roberto Pires Ferreira	Diretor de Responsabilidade Social do Grupo ABC.
Luiz de Alencar Lara	Associado e Membro do Conselho-Deliberativo – Instituto de Cidadania Empresarial –ICE.
Luiz Horta Erlanger	Jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

	Direção da Central Globo de Jornalismo da Rede Globo
Marcelo Cortes Neri	Doutor em Economia – Princeton University. Diretor do FGV Social e Fundador do Centro de Políticas Sociais (FGV Social/CPS). Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Marcos Antonio Magalhães	Presidente do Instituto de Qualidade no Ensino e Presidente do Instituto de Co-Responsabilidade da Educação. Diretor Somos Educação S.A. Diretor Fundação Victor Civita. Diretor Fernand Braudel Institute of World Economics.
Maria Alice Setúbal	Doutora em psicologia da educação. Presidente dos conselhos do Cenpec e da Fundação Tide Setubal. Unicef (1992-1993 e 1997-1998), Banco Mundial (1992), IBCEC (1986-1988 - Governo José Sarney) e Ministério da Educação (1995-1996 - Governo Fernando Henrique Cardoso).
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	Mestrado em Educação Escolar Brasileira, UFG. Deputada Federal pelo DEM.
Maria de Salete Almeida e Silva	--
Maria de Souza Aranha Meirelles	--
Maria do Carmo Brant de Carvalho	Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1974). Consultora - Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, consultora do Instituto Via Pública e conselho executivo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.(2016).
Maria do Pilar Lacerda A. e Silva	Graduou-se em História, em 1979, na UFMG. Em 2001, especializou-se em Gestão de Sistemas Educacionais, na PUC-Minas. Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Diretora do Centro de Capacitação Profissional da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel); Consultora do Programa de Aperfeiçoamento dos Secretários Municipais de Educação (Prasem/Fundescola) Secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação. (2007).
Maria Helena Guimarães de Castro	Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1995-2002). Secretaria de Educação do Distrito Federal. (2003).
Maria Inês Joaquim de Carvalho	--
Maria Lucia Meirelles Reis	Centro de Voluntariado de São Paulo, prima de Millu Villela da Fundação Itaú. Diretora Administrativo-financeira. MTPE 2018/2019.
Marie-Pierre Poirier	Mestrado do Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais

	da Sorbonne Nouvelle. Ela se formou em Economia pela Universidade de Paris em 1981.
Mário Aquino Alves	Doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2002). Professor adjunto do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP.
Mario Sergio Cortella	Doutor em Educação pela PUC-SP. Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo (1991-1992). Membro-conselheiro do Conselho Técnico Científico da Educação Básica da CAPES/MEC (2008/2010)
Mariza Vasques de Abreu	Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988) e graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976).
Milú Villela	Psicóloga e Empresária. Membro Conselho Fundadores MTPE 2018/2019.
Mozart Neves Ramos	(Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/ doutorado em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/pós-doutorado em Química pela Politécnica de Milão – Itália/presidente executivo do Todos Pela Educação – 2007-2010/membro do Conselho Nacional de Educação – 2005-2014/Instituto Millenium). Educador, Escritor, ligado a Fundação Ayrton Senna.
Naércio Aquino Menezes Filho	doutorado em Economia pela University College London (1997). Professor Titular (cátedra Ruth Cardoso) do Insper, Professor Associado da Universidade de São Paulo. Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências e da Ordem Nacional do Mérito Científico na classe Comendador. Membro do Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância.
Nelson Pacheco Sirotsky	Graduação em Administração de Empresas e Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Maromar Investimentos. Instituto Tênis.
Nilma Santos Fontanive	Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2009). Coordenadora do Centro de Avaliação da Fundação Cesgranrio.
Nizan Guanaes	Graduação em Administração de empresas pela Universidade Federal da Bahia Oskar Metsavaht, a Associação Empreendedores Amigos da UNESCO. Membro das organizações sem fins lucrativos Clinton Global Initiative.
Norman Gall	Diretor executivo do Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial. Editor do Braudel Papers. Forbes , The Economist e The Wall Street Journal.
Oded Grajew	Engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Pós-graduação em administração pela Fundação Getúlio Vargas. Grow Jogos e Brinquedos. Presidiu a Federação Latino-Americana de Fabricantes de Brinquedos. Fórum Social Mundial. Movimento Nossa São Paulo.

	<p>Conselho Consultivo do Global Compact. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Assessor especial do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.</p>
Paulo Cesar Queiroz	<p>Publicidade e Propaganda pela ESPM. Co-presidente da DM9DDB. McCann Erickson. Salles D'Arcy. DM9. Grupo ABC. Membro da diretoria do IVC, do Conselho de Ética do CENP e conselheiro do Grupo de Mídia de São Paulo.</p>
Paulo Renato Souza (falecido)	<p>Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Washington. Secretário da Educação do Estado de São Paulo (1984-1986 e 2009-2010). Ministro da Educação (1995-2002).</p>
Pedro Moreira Salles	<p>Graduado em economia pela Universidade da Califórnia. Presidente do conselho administrativo do Itaú Unibanco e do conselho diretor da Federação Brasileira de Bancos. Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco, da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e Alpargatas. vice-presidente do Conselho de Administração do Brasil Warrant e sócio e co-presidente da Cambuhy Investimentos. Presidente do conselho diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).</p>
Percival Caropreso Jr.	--
Peter Graber	Grupo Graber.
Priscila Fonseca da Cruz	<p>Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School. Faça Parte. Presidente-executiva MTPE 2018-2019.</p>
Raí Souza Vieira de Oliveira	<p>Fundação Gol de Letra. Instituto Ayrton Senna. Cenpec. Casa do Teatro. Fundação Abrinq.</p>
Raquel F. Alessandri Teixeira	<p>Doutora em Linguística pela Universidade da Califórnia. Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Membro do Conselho Nacional de Educação (1999-2001). Secretária de Educação de Goiás e Secretária de Ciência e Tecnologia (2005-2006). Deputada federal por Goiás pelo PSDB em 2002 e reeleita em 2006.</p>
Raul Martins Bastos	--
Regina Carla Madalozzo	<p>Ph.D. em Economia pela University of Illinois at Urbana-Champaign, 2002. Professora Associada do Insper (antigo Ibmec São Paulo).</p>
Renata de Camargo Nascimento	<p>Camargo Corrêa S.A. Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). Presidente do conselho de Comunitas,</p>

Reynaldo Fernandes	Doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (1995). Professor titular da Universidade de São Paulo. Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
Ricardo Chaves de Rezende Martins	Doutorado em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Consultor legislativo - Câmara dos Deputados.
Ricardo Kotscho	--
Ricardo Manuel dos Santos Henriques	--
Ricardo Paes de Barros	Doutorado em Economia pela Universidade de Chicago. Diretor do Conselho de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011-2015). Cátedra do Instituto Ayrton Senna (IAS) no Insper. Economista-chefe Insper.
Ricardo Voltolini	Jornalista com MBA pela FIA (Fundação Instituto de Administração). Diretor-presidente da consultoria Ideia Sustentável: Estratégia e Inteligência em Sustentabilidade: ABB, AES Brasil, Alcoa, Algar, Banco Real, Banco do Brasil, BASF, Bayer, Braskem, Caixa Econômica Federal, Cielo, Claro, Copel, Duratex, Embraer, Even, FIESP, FIEPE, FIEC, FIBA, FIERGS, Fundação Bradesco, Fibria, Instituto Avon, Lojas Renner, Natura, Santander, Tetra Pak, Triunfo, Ultragaz, Unimed Brasil, Vale, Volvo, Votorantim, Sanepar, SENAC, SESC, SESI, Sebrae, Sete Brasil, Schneider Electric e Whirlpool. Consultor do SENAC-SP. (1993-2004).
Ricardo Young da Silva	Formado em Administração Pública pela EAESP-FGV em 1980; pós-graduado em MBA executivo pelo PDG-EXEC em 1989. pesquisador convidado do Instituto de Estudos Avançados - USP. Vereador na cidade de São Paulo de 2013 a 2016, pelo Partido Verde – PV.
Roberto Civita (falecido)	Presidente do Conselho de Administração e Editorial do Grupo Abril, e também presidia a Fundação Victor Civita. Revista Veja. Revista Playboy.
Roberto Teixeira da Costa	Vice-presidência de mercado de capitais do Unibanco. Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Presidência da Brasilpar. Presidente internacional do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL). fundador do CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais e da Prospectiva – Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais. “Trustee” do IASCF – International Accounting Standards Committee Foundation até final de 2007. Conselheiro do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional GACINT/ IRI – Instituto de Relações Internacionais da USP (Universidade São Paulo). Membro do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Dom Cabral, Banco Finantia e FLIP – Festa Literária Internacional de Paraty. Membro do Conselho de Administração da Sul América S/A. e do Interamerican Dialogue de Washington. Membro do Conselho Deliberativo do MASP.

	Presidente do Conselho de Administração da BRIX Energia e Futuros S.A. e Presidente da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo.
Rodolfo Villela Marino	Conselho Governança MTPE: 2018.
Ruben Klein	Doutorado em Matemática pela Massachusetts Institute Of Technology(1974). Consultor do Fundação Cesgranrio. Pesquisador Aposentado do LNCC/MCT.
Ruth Corrêa Leite Cardoso (falecida)	Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) - Universidade de São Paulo.
Sergio Antonio Garcia Amoroso	Presidente Grupo Orsa.
Sergio Cunha Valente	Presidente da DM9DDB. Diretor de Comunicação da Globo.
Sergio Ephim Mindlin	Doutor em administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da USP; ex-diretor-presidente da Fundação Telefônica; ex-presidente do Conselho de Administração e ex-diretor-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; ex-membro do Conselho de Administração e diretor-presidente da Metal Leve S.A.; membro fundador e ex-coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Sócio-fundador do Instituto Ethos; sócio-diretor da consultoria Ação Responsável; fundador e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu; membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho e da Fundação Orsa; membro do Conselho Estratégico do Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (Ceats), da Universidade de São Paulo (USP);
Sergio Motta Mello	Graduação em jornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Grupo Globo. Jornal Estado de S. Paulo.
Silvio Romeiro de Lemos Meira	Doutor em Ciência da Computação - University of Kent at Canterbury (1985). Pesquisador Sênior do do Instituto SENAI. Porto Digital. Instituto de inovação CESAR. Radix.com
Simon Schwartzman	Ph.D. em ciência política pela Universidade da Califórnia, Berkeley (1973). professor da Universidade Federal de Minas Gerais
Tomas Tomislav Zinner	Graduado em Economia pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vice- Presidente do Conselho de Administração do Unibanco Presidente e CEO do Unibanco Membro dos Conselhos do Unibanco, Unibanco Holdings, Banco Fininvest, Banco Dibens, CIBRASEC (Companhia Brasileira de Securitização), Unibanco Aig Seguros (Associação do Unibanco e do AIG – Amercian International Group na área de Seguros), Unibanco Asset Management, Confab Industrial S/A, FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos).
Vincent Defourny	Diretor da Unesco no Brasil.
Viviane Senna	Graduação em Psicologia pela PUC-SP. Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social.

	Presidente do Instituto Ayrton Senna. Conselho de Fundadores MTPE 2018/2019.
Wanda Engel Aduan	Doutora em Educação Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ministra da Assistência Social no Brasil (1999-2002). Chefe da Divisão de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Chefe executiva do Instituto Unibanco Fundadora da ONG Roda Viva
Wilma Resende Araujo Santos	Diretora superintendente da Junior Achievement Brasil.
Zilda Arns Neumann (falecida)	Médica. Coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, CNBB.

**APÊNDICE C – FORMAÇÃO ACADÊMICA E LIGAÇÕES COM EMPRESAS:
GOVERNANÇA E EQUIPE EXECUTIVA DO TPE (2019)**

GOVERNANÇA 2019	
Presidente	<p>Ana Amélia Inoue (Instituto Natura/Instituto Acaia)</p>
Conselho de Governança	<p>Ana Maria dos Santos Diniz (Presidente do Conselho Instituto Península/ Conselheira da ONG Parceiros da Educação/ Grupo Pão de Açúcar/Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP)</p> <p>Antonio Cesar Russi Callegari (presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada – IBSA/ presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC)</p> <p>Antonio Jacinto Matias (vice-presidente da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos/ vice-presidente sênior do Banco Itaú S. A/ Formado em Engenharia de Produção – USP/pós-graduado em Administração de Empresas pela EAESP – Fundação Getúlio Vargas)</p> <p>Beatriz Johannpeter (Filha de Jorge Gerdau Johannpeter/Conselheira Fundação Iberê Camargo) Denise Aguiar Alvarez (Presidente da ADC Bradesco Associação Desportiva Classista/Presidente do MTPE em 2018/Presidente e Diretor-Presidente da Fundação Instituto de Molestias do Aparelho Digestivo/Presidente do Conselho de Governança do Grupo de Institutos Fundações e Empresas/ Membro do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo)</p> <p>Eduarda Penido Dalla Vecchia (Fundação Lucia e Pelerson Penido)</p> <p>Eduardo Mazzilli de Vassimon (Vice-presidente executivo Itaú Unibanco S.A/ Conselheiro de Administração Banco Itaú BBA S.A/Votorantim S.A)</p> <p>Fábio Colletti Barbosa Empresário/Administração/ ex-presidente do Santander Brasil, da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e do grupo Abril/ Atuou também na Nestlé, no Citibank e na filial brasileira do The Long Term Credit Bank of Japan/Membro do Conselho de Fundação da ONU/ Itaú, Unibanco, Natura.</p> <p>Fernando Luiz Abrucio (Doutorado e Mestrado em Ciência Política – USP/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) – BIRD/ Fundação Victor Civita)</p> <p>Françoise Trapenard (Formado em Administração de Empresas pela FEA/ USP, com pós-graduação em Gestão pela ESSEC (França) e mestrado em Filosofia pela Université de Paris IV (Sorbonne – França/Presidente da Fundação Telefônica Vivo)</p> <p>Jair Ribeiro da Silva Neto (Diretor Presidente e sócio do Banco Indusval & Partners/Sócio diretor da Sertrading S.A/um dos fundadores do Banco Patrimônio, em 1988/ Formado em Direito pela USP e em Economia pela FEA/Mestrado em Direito pela Universidade da Califórnia)</p> <p>Luciano Dias Monteiro (Secretário Executivo Fundação Santillana/Grupo PRISA/Graduação em Jornalismo)</p> <p>Luis Norberto Pascoal (Grupo DPaschoal DPaschoal/Fundação Educar DPaschoal)</p> <p>Mozart Neves Ramos (Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/ doutorado em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/pós-doutorado em Química pela Politécnica de Milão – Itália/presidente executivo do Todos Pela Educação – 2007-2010/membro do Conselho Nacional de Educação – 2005-2014/Instituto Millenium)</p> <p>Paulo Sergio Kakinoff (presidente da Gol Linhas Aéreas (GOL)/ presidência da Audi Brasil/ Diretor</p>

	<p>Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen) Ricardo Henriques (Superintendente do Instituto Unibanco) Rodolfo Villela Marino (vice-presidente da Itaúsa - holding que controla o Itaú Unibanco, Duratex, Alpargatas e Itautec/doutor em administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV) Rose Schettini (Psicóloga/fundou a FEDUC – Faculdade do Educador/líder do Comitê de Educação do Grupo Mulheres do Brasil/mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – 1995/Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2006).</p>																				
Conselho de Fundadores	<p>Jorge Gerdau Johannpeter (Graduação em Direito/ Empresário/Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau) Daniel Feffer (Vice-presidente do Conselho de Administração da Suzano Holding S/A) Danilo Santos de Miranda Presidente do Conselho Diretor do Fórum Cultural Mundial (2004) e presidente da comissão que organizou o Ano da França no Brasil (2009). Vice-presidência do Conselho Internacional de Bem-Estar Social – ICSW. Diretor na ONG Art for the World. Jayme Sirotsky (Jornalista/Presidente Emérito Grupo RBS) Luiz Paulo Montenegro (Vice-Presidente Grupo Ibope) Milú Villela (Psicóloga e Empresária) Viviane Senna (Psicóloga e Empresária) Wanda Engel Aduan (Fundadora da ONG Roda Viva)</p>																				
Conselho Fiscal	<p>Américo Mattar (Fundação Telefônica/Whirlpool/Citiban Bacharel Engenharia de Produção) Anna Maria Temoteo Pereira (Associação Comunitária Despertar) Gilberto Bagaiolo Contador (Sócio aposentado PrinceswaterhouseCoopers) Junio Fuentes (Doutor em Administração)</p>																				
EQUIPE EXECUTIVA 2019																					
	<table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">Priscila Fonseca da Cruz</td> <td style="text-align: center;">Presidente-executiva</td> </tr> <tr> <td>Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School Fundadora do Faça Parte.</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Maria Lucia Meirelles Reis</td> <td style="text-align: center;">Diretora Administrativo-financeira</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">--</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Olavo Nogueira Filho</td> <td style="text-align: center;">Diretor de Políticas Educacionais</td> </tr> <tr> <td>Graduação em Administração e Empreendedorismo pela University of Notre Dame (2010). Pós-Graduação em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública – CLP. Associação Parceiros da Educação – APE.</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">João Marcelo Borges</td> <td style="text-align: center;">Diretor de Estratégia Política</td> </tr> <tr> <td>Graduação em Economia e em Relações Internacionais – UNB. Mestre em Economia Política Internacional pela London School of Economics. Consultor do Banco do BID, do Banco Mundial.</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Bárbara Benatti</td> <td style="text-align: center;">Gerente de Comunicação</td> </tr> <tr> <td>Bacharel em Publicidade e Propaganda – Faculdade Cásper Líbero.</td> <td></td> </tr> </table>	Priscila Fonseca da Cruz	Presidente-executiva	Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School Fundadora do Faça Parte.		Maria Lucia Meirelles Reis	Diretora Administrativo-financeira	--		Olavo Nogueira Filho	Diretor de Políticas Educacionais	Graduação em Administração e Empreendedorismo pela University of Notre Dame (2010). Pós-Graduação em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública – CLP. Associação Parceiros da Educação – APE.		João Marcelo Borges	Diretor de Estratégia Política	Graduação em Economia e em Relações Internacionais – UNB. Mestre em Economia Política Internacional pela London School of Economics. Consultor do Banco do BID, do Banco Mundial.		Bárbara Benatti	Gerente de Comunicação	Bacharel em Publicidade e Propaganda – Faculdade Cásper Líbero.	
Priscila Fonseca da Cruz	Presidente-executiva																				
Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School Fundadora do Faça Parte.																					
Maria Lucia Meirelles Reis	Diretora Administrativo-financeira																				
--																					
Olavo Nogueira Filho	Diretor de Políticas Educacionais																				
Graduação em Administração e Empreendedorismo pela University of Notre Dame (2010). Pós-Graduação em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública – CLP. Associação Parceiros da Educação – APE.																					
João Marcelo Borges	Diretor de Estratégia Política																				
Graduação em Economia e em Relações Internacionais – UNB. Mestre em Economia Política Internacional pela London School of Economics. Consultor do Banco do BID, do Banco Mundial.																					
Bárbara Benatti	Gerente de Comunicação																				
Bacharel em Publicidade e Propaganda – Faculdade Cásper Líbero.																					

Especialização em Relações Públicas e Comunicação Organizacional – UNIFESP.	
Gabriel Corrêa	Gerente de Políticas Educacionais
Graduação e Mestrado em Economia pela USP. Consultor de Políticas Educacionais Bain & Company.	
Carolina Carvalho Fernandes	Gerente de Mobilização Estratégica
--	
Rogério Monaco	Relações Institucionais
MBA Executivo – Fundação Dom Cabral. Candidato a Vereador de São Paulo pelo Partido Novo.	
Adriana Manarim	
--	
Alessandra Fujinaga	
--	
Aline Gomes	
--	
Ana Paula Araujo	
--	
Beatriz Martins Alves	
--	
Bruna Rodrigues Silva	
--	
Caio de Oliveira Callegari	
--	
Caio Sato	
Coordenador do Núcleo de Inteligência MTPE. Consultor de Projetos – BID. Mestre em Economia – UFF (2015). Especialização em Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais – Fundação Itaú Social (2015).	Outros nomes que compõem a equipe executiva
Claudiane Freitas Mendes Cyrino	
--	
Diana Lima	
--	
Elder Sant'Anna	
Doutorando em Economia Aplicada – USP. Mestre em Economia Aplicada – USP. Bacharel em Economia – USP.	
Felipe Poyares	
Coordenador de relações governamentais – MTPE. Graduação em relações internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Mestre em Administração Pública – Instituto de Ensino Insper.	
Gustavo Wei	
Relações Federativas – MTPE.	
Ivan Gontijo	
Coordenador de Projetos – MTPE. Bradesco Seguros.	
Lázaro Campos	
Graduando Jornalismo – USP.	
Maria Laura Gomes Lopes	
--	
Pricilla Kesley Honorato	
--	
Thaiane Pereira	
Coordenadora de projetos- MTPE. Consultora em Falconi Consultores de Resultado. Graduação em Relações Internacionais – PUC-MG. Especialização em Gestão – Fundação Dom Cabral.	
--	

Thales Ambrosini	
Técnico de serviços de informática – MTPE.	
Vanessa Souto	
Graduação em Publicidade e Propaganda – Universidade São Judas Tadeu (2006). Especialização em MBA de Marketing pela PUC-SP (2009). Mestrado Profissionalizante em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-SP (2018). Coordenadora de projetos – MTPE.	

**APÊNDICE D – ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS ONDE OS SÓCIO
FUNDADORES DO TPE OCUPARAM CARGOS**

ORGANIZAÇÃO
3G CAPITAL
Ab InBev
ABB
ABTD
ADC Bradesco
AES Brasil
Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
Agência Lew'Lara
Aig Seguros
Alcoa
Algar
Assessoria Presidência da República
Associação Brasileira de Avaliação Educacional
ABONG Associação Brasileira de ONGs / ABONG
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Rio de Janeiro
Associação Desportiva Classista
Associação Empreendedores Amigos da UNESCO
Associação Mundial de Jornais
Associação Nacional de Jornais
PALONG Associação Palácio das ONGs
Banco BBA
Banco Bradesco
Banco Central do Brasil
Banco Dibens
Banco do Brasil
Banco Finantia
Banco Fininvest
Banco Garantia
BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial
Banco Itaú/Itaú Unibanco
Banco Mundial
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Banco Real
BASF
Bayer
Big Data
BM&FBovespa
Brasil Warrant
Brasilpar
Braskem
Braudel Papers
Brazil Harvard Office
BRIX Energia e Futuros S.A
Burger King

Caixa Econômica Federal
Câmara Americana de Comércio
Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo
Câmara dos Deputados
Cambuhy Investimentos
Canal Futura
CAPES
Casa do Teatro
Cataratas S/A
CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais e da Prospectiva
Cenpec
Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais
Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor
Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais
Centro de Voluntariado de São Paulo
Centro Nacional de Recursos Humanos
CIBRASEC
Cielo
Citibank
Claro
Clinton Global Initiative
CNBB
CNI
Comissão de Referência e Estudos de Assistência Social
Comissão de Valores Mobiliários
Comitê de Empresas Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Comitê Nacional do Ano Internacional do Voluntário
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e Alpargatas
Comunidade Educativa CEDAC
Comunitas
Conhecimento Social - Estratégia e Gestão
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República
Conselho de Empresários da América Latina
Conselho Internacional de Bem-Estar Social
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conselho Nacional de Educação
Conselho Nacional de Esporte
Consultoria Ação Responsável
Consultoria Ideia Sustentável
Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos
Copel
Cruz Vermelha Brasileira
David Rockefeller Center for Latin American Studies
DM9
DM9DDB

DPaschoal
Duratex
Editora Abril/Revista Playboy/Revista Veja
EduQualis
Embraer
Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
Empresa Simples de Crédito
Escola Superior de Propaganda e Marketing
Even
Exército Brasileiro
Faça Parte
Faculdade Zumbi dos Palmares
Faculdades Veris
FAPEMIG
FEBRABAN
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Federação de Fundações do Estado do Rio de Janeiro
Federação Latino-Americana de Fabricantes de Brinquedos
Fernand Braudel Institute of World Economics
FIBA
Fibria
FIEC
FIEPE
FIERGS
FLIP – Festa Literária Internacional de Paraty
Folha de São Paulo
Forbes
Fórum Cultural Mundial
Fórum Social Mundial
Fundação Abrinq
Fundação Armando Álvares Penteado
Fundação Bradesco
Fundação Carlos Chagas
Fundação Cásper Líbero
Fundação Cesgranrio
Fundação Dom Cabral
Fundação Educar DPaschoal
Fundação Estudar
Fundação Filantrópica Arymax
Fundação/Instituto Gerdau
Fundação Gol de Letra
Fundação Iberê Camargo
Fundação Iochpe
Fundação Itaú/Itaú cultural
Fundação Lemann

Fundação Orsa
Fundação Roberto Marinho
Fundação Telefônica
Fundação Tide Setubal
Fundação Victor Civita
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
Global Compact
Governo do Distrito Federal
Grow Jogos e Brinquedos
Grupo ABC
Grupo Abril
Grupo Bandeirantes
Grupo Baumgart
Grupo Camargo Correa
Grupo Camargo de Comunicação
Grupo Cultural Afroreggae
Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional
Grupo de Institutos Fundações e Empresas
Grupo de Mídia de São Paulo
Grupo DPaschoal
Grupo Gerdau
Grupo Globo/Rede Globo/GloboSat/NET/Rede CBN/Grupo RBS
Grupo Graber
Grupo Ibmec S.A/Ibmec
Grupo Ibope
Grupo Jari
Grupo Orsa
Grupo Pão de Açúcar
Grupo Santander
HandsOn Network
Hospital Israelita Albert Einstein
International Accounting Standards Committee Foundation
Industria Brasileira de Árvores
IBECC
IBGE
ICC Brasil/International Chamber of Commerce
ICC Global
Ideal Invest S.A
Ideia Sustentável: Estratégia e Inteligência em Sustentabilidade
INEP
Insper
Instituto Akatu
Instituto ARAPYAU
Instituto Avon

Instituto Ayrton Senna
Instituto Brasil Voluntário
Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada
Instituto de Cidadania Empresarial
Instituto de Co-Responsabilidade da Educação
Instituto de Estudos Avançados
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
Instituto de inovação CESAR
Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Instituto de Qualidade no Ensino
Instituto de Relações Internacionais
Instituto Ecofuturo
Instituto Ethos
Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial
Instituto Millenium
Instituto Natura/Natura
Instituto Paulo Montenegro
Instituto Península
Instituto Rodrigo Mendes.
Instituto São Paulo Contra a Violência
Instituto Social Esporte Educação
Instituto Tênis
Instituto Unibanco/Unibanco
Instituto Via Pública
Interamerican Dialogue de Washington
International Association for Volunteer Efforts
lochpe-Maxion
Instituto de Qualidade no Ensino
IVC
Jornal Estado de S. Paulo
Junior Achievement Brasil
Klabin Irmãos & Cia/Klabin S/A
Kraft-Heinz
Liga Iberoamericano por la Superación de la Pobreza y Exclusión Social
Lojas Renner
Maromar Investimentos
Martins Atacadista S/A
MASP
McCann Erickson
Metal Leve S.A
Ministério da Administração
Ministério da Educação
Ministério da Assistência Social no Brasil
Movimento Nossa São Paulo

Movimento Sorrio
Nestlé
Nova Escola
Núcleo Ciência pela Infância
ONG Afrobras
ONG Art for the World
ONG Parceiros da Educação
ONG Roda Viva
ONU
Organização Internacional do Trabalho
Organização Odebrecht
Organización De Estados Americanos
Peabiru – Consultores Associados em Educação
Pensamento Nacional das Bases Empresariais
Porto Digital
Prefeitura de São Paulo no bairro de Ermelino Matarazzo
Presidência da República Assessor
Programa de Aperfeiçoamento dos Secretários Municipais de Educação
Radix.com
Rede Conhecimento Social
Rede de Experiências de Participação
Rede Social São Paulo
Rede Sustentabilidade
Salles D'Arcy
Schneider Electric
SEBRAE/SENAC-SP/SENAI/SESC/SESI
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República/Assessoria da Presidência da República
Secretaria de Ciência e Tecnologia
Secretaria de Educação de Goiás
Secretaria de Educação de Santo André
Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Secretário da Educação do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Cultura do governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de São Paulo
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
Secretaria Municipal de Promoção Social de Campinas
Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Secretaria Nacional de Educação Básica
Senado pelo Distrito Federal
Sete Brasil
Sociedade Interamericana de Imprensa

Somos Educação S.A
Sul América S/A.
Suzano Holding AS
Synergos
Tarpon Investimentos S/A
Tetra Pak
Tewa Publicidade
The Economist
The Long Term Credit Bank of Japan
The Wall Street Journal
Tim Hortons
Triunfo
Ultragaz
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO
UNICEF
Unimed Brasil
Universidade de Brasília
Vale
Volvo
Votorantim
Whirlpool
TOTAL: 290

**APÊNDICE E – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS APOIADORES DO TPE
(2019)**

ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

Antônio Carlos Pipponzi é presidente do Conselho de Administração da RaiaDrogasil (RD), a maior empresa farmacêutica do Brasil, com mais de 1500 lojas espalhadas pelo país. Além do cargo ocupa no conselho da empresa, Pipponzi é também um dos principais acionistas do grupo. Antônio Carlos Pipponzi é conhecido, ainda, por ter presidido o Instituto de Desenvolvimento do Varejo (IDV) e atuar como mentor da Endeavor Brasil na área voltada para jovens empreendedores.

Formado em engenharia civil, Antônio Carlos Pipponzi fez sua carreira na Drogaria Raia, negócio criado por seu avô. Em mais de duas décadas à frente do grupo, Pipponzi foi o principal responsável pelo crescimento da empresa. Participou do início do processo de fusão da Raia com a Drogasil, que gerou a RaiaDrogasil.

A Pharmacia Raia foi fundada em 3 de agosto de 1905, na cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, por João Baptista Raia, italiano que chegou ao país em 1895 e que se formou em Farmácia e resolveu abrir seu próprio negócio. Em 2011 ocorre a fusão com a Drogasil, formando a Raia Drogasil (RD), iniciada por Antônio Carlos Pipponzi.

A rede RD, apoia financeiramente o Instituto Ayrton Senna e seus respectivos projetos educacionais.

O grupo Raia Drogasil é dirigido hoje por Marcilio D'Amico Pousada, desde 2013, tendo como subsidiárias: Droga Raia, Drogaria Onofre, Drogaria Vision Ltda e 4Bio Medicamentos S.A.

Missão: "Construir relacionamentos de confiança todos os dias, por meio da excelência em execução e atendimento, gerando oportunidades de crescimento para os colaboradores e resultados sustentáveis para a empresa".

Visão: "Criar valor no futuro para nós e para toda a sociedade"

<https://www.drogoraia.com.br/nossa-historia>

<https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/antonio-carlos-pipponzi/>

<https://www.rd.com.br/show.aspx?idCanal=FgnmK0j5ltsRXWY8Gbwyg==>

BURGER KING

Fundado em 1954, o Burger King é a segunda maior rede de hambúrguers do mundo, possui mais de 15 mil lojas espalhadas em 100 países ao redor do mundo. O Burger King do Brasil é um mega franqueado do Burger King Corporation.

Em 2011, o grupo 3G Capital comprou o Burger King Corporation, espalhando restaurantes pelo Brasil por meio da Burger King do Brasil, com mais de 600 pontos na atualidade e, aproximadamente, 11 mil funcionários.

O Presidente Executivo da Empresa é Iuri Miranda, que ocupa o cargo desde 2010, tendo acompanhado o crescimento da rede de fast-food após a venda para o fundo de investimentos brasileiro 3G Capital, este criado por Jorge Paulo Lemann, Marcell Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira., que também gerenciam os seguintes grupos: A Anheuser-Busch InBev, empresa multinacional de produção de cervejas; a AmBev, grupo brasileiro que atua na produção de diversas marcas de bebidas, como Antarctica, Skol e Brahma; Kraft Heinz, do ramo alimentício e ainda empresa de varejo e comércio eletrônico.

O Burger King apoia as ONG's e projetos: CENPEC, Todos Pela Educação, Instituto Criar, Acompar, Instituto Constelação, Projeto Uerê, Instituto Ponte, Terra Livre, CPCD, AFESU e OCA Escola Cultural e ainda contribui com o Movimento Arredondar, que transfere o troco para doação em programas de diferentes causas no território brasileiro.

Conselho de Administração

Guilherme de Araújo Lins – Presidente do Conselho

Marcelo Dodsworth Penna

Joshua Arthur Kobza

Thiago Temer Santelmo

Renato Fairbanks Nascimbeni de Sá e Silva Ribeiro

Matheus Morgan Villares

Rodrigo Calvo Galindo

Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia

Marcos Grodetzky

Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Diretoria

Iuri de Araujo Miranda – Diretor Presidente

Rafael Rodrigues do Espírito Santo - Diretor de Operações

Marcia Cristine Ribeiro Baena – Diretor de Gente e Gestão

Fabio Chaves de Arruda Alves – Diretor Jurídico

Clayton de Souza Malheiros – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Gustavo do Valle Fehlberg - Diretor de Desenvolvimento

Missão: "Ser a mais prazerosa experiência de alimentação."

Visão: "Ser a marca de fast food preferida, mais rentável, com pessoas talentosas e forte presença nacional."

<http://www.burgerking.com.br/sobre-bk>

<https://www.3g-capital.com/about.html>

EDITORA MODERNA

A Editora Moderna é uma editora brasileira, fundada no ano de 1968 por Ricardo Feltre, autor de livros didáticos de Química e Físico-Química. O professor Feltre reuniu uma equipe de grandes autores da época para projetar livros à frente de seu tempo que incentivassem os alunos a aprender e a pensar conectados ao mundo.

Em 2001, com o nome consolidado no mercado, a Editora Moderna passou a integrar o Grupo Santillana, referência no segmento editorial e de educação em países ibero-americanos, que inovou e investiu na qualidade dos materiais, levando a Editora Moderna à liderança no mercado de livros didáticos.

Na área social, atua por meio da Fundação Santillana, instituição voltada ao fomento da educação e difusão da cultura no país, que realiza diversas ações em parceria com organismos nacionais e internacionais, como Unesco, OCDE, OEI, Movimento Todos Pela Educação e apoia os projetos : Burity, Burity Mirim, Araribá Plus, e Projeto Presente.

<https://www.moderna.com.br/institucional/editora-moderna/>

<https://www.gruposantillana.com.br/santillana>

<https://redes.moderna.com.br/tag/ricardo-feltre/>

FUNDAÇÃO EDUCAR DPASCHOAL

A Fundação Educar Dpaschoal tem como sua mantenedora a Companhia Dpaschoal, que tem como principais empresas a Dpaschoal e a Datterra Coffee.

A Dpaschoal é uma empresa brasileira que atua desde 1949 na prestação de serviços automotivos especializados, contando com cerca de 3.800 funcionários que atuam com excelência de atendimento e altos padrões de qualidade nas cerca de 180 lojas próprias e mais de 800 Credenciados e Top Services distribuídos pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. A DPaschoal conta também com 10 fábricas de recapagem e 17 Truck Centers, sendo a maior rede de auto e truck-centers do Brasil.

A Datterra Coffee é o investimento agrícola do grupo DPaschoal, com fazendas em Patrocínio - MG e Franca – SP. A Datterra tem como foco a produção e exportação de cafés especiais, com distribuidores em todo mundo.

Conselho Curador

Miguel Gilberto Pascoal (Presidente)

Paulo Sérgio Pascoal (Vice-Presidente)

Walter Paschoal (Primeiro Secretário)

Orlando Paschoal Junior (Segundo Secretário)

Conselho Fiscal

Orlando Pascoal Júnior

Armando Diniz Filho

Diretoria Executiva

Luis Norberto Pascoal (Diretor Presidente)

José Luzia Molina (Diretor Financeiro)

Isabela Pascoal Becker (Diretora Secretária)

<http://www.educardpaschoal.org.br/conselho.php>

<http://www.educardpaschoal.org.br>

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

Gastão Eduardo de Bueno Vidigal durante anos foi presidente do Banco Mercantil de São Paulo S/A, banco que fora fundado por seu pai Gastão Vidigal. Era considerado uma das principais lideranças empresariais no apoio ao regime militar, tendo ficado famosas as reuniões no São Paulo Clube que ele promovia para arrecadar fundos para a OBAN (Operação Bandeirantes). Ele e sua esposa criaram a fundação em 1965.

São mais de 50 anos de história. Um livro marcado por reflexões e renovações. As primeiras linhas dessa trajetória estavam ligadas a uma homenagem: a motivação do banqueiro Gastão Eduardo de Bueno Vidigal e de sua esposa, Maria Cecília Souto Vidigal, que criaram a Fundação em memória da filha, Maria Cecília, que morreu aos 13 anos, vítima de leucemia. Incentivar a pesquisa no campo da hematologia moveu a Fundação até 2001. Tudo começou com um laboratório em parceria com a Escola de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e, por quase 40 anos, atuamos no fomento de pesquisas, tradução e disseminação de conhecimentos nesta área.

Então veio um novo capítulo dessa história, priorizando a escuta das novas demandas da sociedade. As necessidades haviam mudado e ajustou-se o foco. Desde 2007, abraça-se a causa da primeira infância. E o propósito passou a ser esse período tão importante, esse início de vida que vai do nascimento aos 6 anos. Sempre baseadas no conhecimento científico, novas páginas foram escritas. Nasceram muitos projetos que se transformaram em ações de impacto concretas, como o Marco Legal da Primeira Infância - uma lei que impulsiona a criação de programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento integral das crianças pequenas.

Brotaram também parcerias que renderam simpósios internacionais, estudos com resultados comprovados, projetos com impactos reais e escaláveis, capacitação de lideranças e de membros da mídia, filmes que alcançaram novas audiências, programas que viraram política pública.

A Fundação seguiu em busca de novas maneiras para valorizar, cada vez mais, a narrativa dos nossos

protagonistas: as crianças pequenas. Pretende-se continuar espalhando a ideia de que semear o pleno desenvolvimento nessa fase é colher por toda a vida.

Conselho de Curadores

Dario Ferreira Guarita Neto (Presidente)
Eduardo Vidigal Andrade Gonçalves
Fabio Barbosa
Luis Vidigal Andrade Gonçalves
Maria Luiza Pacheco Fernandes De Bueno Vidigal Cepera
Ricardo Henriques
Sandra Grisi

Conselho Fiscal

Adriana Katalan (Presidente)
Paulo Sergio Miron
Roberto Munhoz Miranda

Comitê de Investimentos

André Reginato (Presidente)
Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves
Helio Nogueira da Cruz
Luis Vidigal Andrade Gonçalves
Maria Luiza Pacheco Fernandes De Bueno Vidigal Cepera

Missão: Nossa razão de existir é desenvolver a criança para desenvolver a sociedade. Para tanto, elegemos quatro prioridades: mobilizar as lideranças públicas, sociais e privadas; sensibilizar a sociedade; fortalecer as funções dos pais e dos adultos responsáveis pelas crianças e melhorar a qualidade da educação infantil no nosso país.

Visão: Nosso objetivo é que juntos – pais, cuidadores, lideranças públicas, sociais e privadas, imprensa, pesquisadores e empreendedores – sejamos capazes de fazer com que a causa da primeira infância seja priorizada como ela precisa ser. Não amanhã, mas agora.

<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/a-fundacao/>

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

A Fundação Roberto Marinho foi instituída em dezembro de 1977. Em fins daquele ano, nascia em Minas Gerais a Campanha de Preservação da Memória Nacional, com o slogan “Nosso passado está vivo, ajuda a conservá-lo”. Passados alguns anos, o projeto ganhou âmbito nacional e novo mote: “O homem é eterno quando seu trabalho permanece”.

A campanha foi desenvolvida a partir de mensagens televisivas que buscavam mobilizar a população sobre a importância de se preservar as obras de arte, monumentos e nossas manifestações culturais, consideradas patrimônio imaterial.

Com o apoio da Rede Globo, a Fundação Roberto Marinho veiculou mais de 500 comerciais de televisão ao longo de oito anos da campanha, o que acabou por gerar o engajamento da instituição em diversos projetos de restauração, seminários, publicações e reuniões técnicas, com o objetivo de valorizar o cidadão brasileiro e seu patrimônio. O projeto contou com a participação do Iphan, do Iepha, de Minas Gerais e de outros órgãos regionais de preservação.

A Fundação Roberto Marinho é parceira de empresas, fundações, institutos, governos e organizações não-governamentais, no desenvolvimento e implantação de suas ações. Conecta pessoas, instituições, redes e ideias, para viabilizar projetos de educação em todo o país. Dentre as organizações e projetos: AES Eletropaulo (Museu da Língua Portuguesa), AmBev (Museu da Imagem e do Som e Museu do Futebol), BNDES (Museu da Língua Portuguesa), CNI (Futura), Fiesp (Futura), Fundação Bradesco (Futura), Gerdau (Jovem Cientista), Grupo Votorantim (Futura e Museu da Imagem e do Som), Instituto Vivo, MEC, Santander (Museu do Amanhã) e Shell Brasil (Prêmio Jovem Cientista).

A Fundação Roberto Marinho desenvolve projetos voltados para a escolaridade básica e para a solução de problemas educacionais que impactam nas avaliações nacionais, como distorção idade-série, evasão escolar e defasagem na aprendizagem. Atua em soluções de educação, com foco em correção de fluxo e projeto complementar, e na inclusão de jovens no mundo do trabalho. Seus projetos atuam de forma integrada a diversas outras ações relacionadas às 10 competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando contribuir para uma sociedade mais ética, inclusiva, sustentável e solidária

Estrutura Organizacional

José Roberto Marinho (**Presidente**)
Wilson Risolia (**Secretário Geral**)

Conselho Curador

Antonio Matias
Beatriz Gerdau Johannpeter
Denise Aguiar Alvarez
Denis Mizne
Flávia Marinho
Heloisa Buarque de Hollanda
Lauro Cavalcanti
Merval Pereira
Mascos Castrioto de Azambuja
Nélida Piñon

Paula Mesquita Marinho
 Pedro Ramos de Carvalho
 Sérgio Besserman Sérgio Mindlin
 Sergio Renault
 Sergio Valente

Conselho Fiscal

Ana Paula Machado Pessoa
 Augusto Cesar Roxo de Urzedo Rocha Filho
 Eduardo Ramos
 Gabriela Salomão Vaz Moreira
 José Américo Buentes
 Ronaldo Tostes Mascarenhas

Missão: Mobilizar pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes e parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Visão: Acreditamos no Brasil, nos brasileiros e em sua cultura como tradução de um modo de ser, pensar e agir. Trabalhamos por um mundo onde pessoas e comunidades se relacionem, valorizem suas identidades e sejam capazes de transformar suas próprias vidas.

<https://frm.org.br/linha-do-tempo/>
<https://frm.org.br/a-fundacao/>

GOL

Operamos desde 2001 e, hoje, estamos entre as companhias aéreas que mais crescem no mundo. Também somos a empresa de aviação que mais transporta passageiros no Brasil, realizando cerca de 700 voos por dia, com voos inclusive para América do Sul, Estados Unidos e Caribe.

A GOL começou a operar no dia 15 de janeiro de 2001, às 6h56, quando um Boeing 737-700 decolou do Aeroporto de Brasília em direção ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

A GOL é signatária e patrocinadora do Pacto pelo Esporte., instituição sem fins lucrativos que tem como missão melhorar e ter práticas mais transparentes no esporte nacional. A empresa apoia o Trip Transformadores, um movimento para um mundo mais inteligente, humano e equilibrado. A GOL também criou em 2017 o Prêmio Novos Tempos, que homenageia projetos relacionados à inovação e o tempo.

Conselho de Administração

Constantino de Oliveira Junior (**Presidente**)
 Joaquim Constantino Neto (**Vice-Presidente**)
 Ricardo Constantino

Antonio Kandir
 Germán Pasquale Quiroga Vilardo
 André Béla Jánszky
 Anna Luiza Serwy Constantino
 Francis James Leahy Meaney

Diretoria Executiva

Paulo Sergio Kakinoff (Presidente)
 Richard Freeman Lark Jr.
 Eduardo José Bernardes Neto
 Celso Guimarães Ferrer Junior

Missão: Ser a primeira para todos.

Visão: Ser a melhor companhia aérea para viajar, trabalhar e investir.

<https://www.voegol.com.br/pt/a-gol/sobre-a-gol>

INSTITUTO CYRELA

Desde 2011, investimos em educação para transformar o futuro. Temos orgulho de compartilhar de um sentimento que nasceu de uma família e que se tornou a cultura de uma empresa e de seu instituto. De fazer parte de um grupo de pessoas que acredita em fazer o bem. Bem feito. E que assim transforma e constrói o futuro. Todos os dias.

Na Cyrela entendemos que tanto as empresas como as pessoas estão neste mundo com um único propósito: Fazer o Bem. Este conceito que está presente no dia a dia da empresa é certamente um reflexo dos valores de seu fundador, Sr. Elie Horn, conhecido por ser um filantropo muito atuante e por ser o único brasileiro membro do *The Giving Pledge*, iniciativa que incentiva a doação de fortunas para a caridade.

O Instituto Cyrela foi inicialmente criado com o objetivo de separar as ações sociais que eram da empresa das ações filantrópicas da família Horn. Porém, hoje ficou claro que apesar de diferentes, as ações possuem a mesma essência e estão totalmente interligadas em seu principal conceito: Fazer o Bem.

Apoiamos financeiramente projetos na área da educação nas cidades em que nossas marcas estão presentes – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Fazemos isso através de parcerias com instituições cuja especialidade nos ajude a concretizar nosso desejo de fazer o bem. Queremos melhorar a vida das pessoas e construir um futuro cheio de oportunidades para todos.

Foram investidos, desde a fundação do Instituto, R\$ 36.524.000,00 em educação, beneficiando cerca de 35.000 pessoas, e proporcionando 4.292 participações em trabalho voluntário.

O Grupo Cyrela, responsável pelo Instituto, possui 3 grandes marcas do ramo imobiliário, a saber: Cyrela, Living e Vivaz. Além de atuar na construção civil, vendas e serviços.

O Instituto Cyrela criou, em 2015, o Programa Renovação, um edital que tem como objetivo transformar espaços de instituições que realizam um relevante trabalho social, premiando instituições sociais que realizam trabalho com crianças de 6 a 14 anos de idade.

Missão: Melhorar a vida das pessoas através de ações de educação e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Visão: Gerir o investimento social do Grupo Cyrela, com foco de atuação na Educação Básica e profissionalizante.

Conselho de Administração

Elie Horn (Presidente)

Antonio Carlos Zorzi

Edraim Schmuel

Fernando Goldsztein

George Zausner

Diretoria

Juliano Barbosa da Silveira Bello (Diretor Jurídico)

Sandra Esthy Attie Petzenbaum (Diretora Financeira)

Aron Zylberman (Diretor Executivo)

Conselho Fiscal

João Marcos Bezerra

Miguel Maia Mickelberg

Thiago Muramatsu

<https://institutocyrela.org.br/>

<https://cyrela.globalri.com.br/pt/>

<http://www.programarenovacao.org/>

INSTITUTO MRV

Instituto MRV, fundado em **2014** pela maior construtora da América Latina (**MRV Engenharia**): promover a transformação social por meio de projetos que estimulam o desenvolvimento de crianças e adolescentes que vivem em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Há dois anos desenvolvemos projetos na área de Educação com foco em cultura, esporte e meio ambiente em todo o país. Desde nossa fundação, mais de 219 mil pessoas já foram beneficiadas direta e indiretamente. O Instituto é mais um grande "empreendimento" da MRV, que valoriza, acima de tudo, o progresso social e a qualidade de vida dos brasileiros. Transformar vidas por meio da educação. Isso é o que construímos.

Rubens Menin Teixeira de Souza, 32,4% das ações.

<https://ri.mrv.com.br/ShowCanal/Historico-e-perfil-corporativo?=1dDy8FcebU/IQYdYSyW0JQ==>

<https://ri.mrv.com.br/ShowCanal/Diretoria-e-Comites?=HYfo3vP33VIYP6cPw70gFQ==>

MISSÃO: Promover a transformação social do nosso país por meio da educação, principal alicerce para o desenvolvimento de uma nação, preparando cidadãos para a vida e formando os realizadores do futuro.

VISÃO: Concretizar transformações positivas e duradouras na sociedade, contribuindo com um futuro melhor para as comunidades onde atuamos.

VALORES: Compromisso: O Instituto MRV está comprometido com o bem-estar das comunidades onde atua, agindo com responsabilidade para garantir melhoria de vida a todos.

Sustentabilidade: Toda ação do Instituto é promovida pensando no desenvolvimento sustentável, analisando os impactos sociais e ambientais de sua atividade.

Parceria: Acreditamos na união de forças para o desenvolvimento de nossas ações, fortalecendo pessoas e instituições para realização de objetivos comuns.

Respeito: Trabalhamos com e para as pessoas, respeitando suas diferenças e desejos.

Voluntariado: Temos um time solidário e com muita vontade de cuidar dos realizadores do futuro.

Projetos e ações

CIDADE DOS MENINOS SÃO VICENTE DE PAULO

PROGRAMA MIGUILIM

QUERUBINS

QUERUBINS

ESCOLA NOTA 10

CRECHE COMUNITÁRIA LEONARDO FERNANDES FRANCO

FUNDAÇÃO INIMÁ DE PAULA

ADCE - ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESA

ENDEAVOR

AVANTE - JUNTOS PELA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

AMIGOS DA BALEIA

JORNADA SOLIDÁRIA ESTADO DE MINAS

CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS

MINAS PELA PAZ

EDUCA ESPORTE

<https://www.institutomrv.com.br/pt/projetos-e-acoas>

INSTITUTO VOTORANTIM

O Instituto Votorantim foi criado no final de 2002 para alinhar, fortalecer e qualificar as ações sociais da Votorantim. A fim de estimular a capacidade de desenvolvimento das comunidades, o Instituto passou a elaborar políticas e estratégias de orientação dos investimentos sociais, com destaque para os programas de educação e trabalho dedicados aos jovens, campo de atuação que posteriormente seria ampliado.

Formaram-se articulações e expansão das parcerias destinadas a promover o desenvolvimento econômico das comunidades. Merece destaque o acordo consolidado com o BNDES, que culminou com a criação do Programa ReDes.

Foi consolidada a atuação do Instituto Votorantim no apoio ao desenvolvimento local, iniciando-se parcerias diretas com prefeituras para analisar conjuntamente impactos e definir investimentos. Outro marco importante do ano foi a decisão de integrar o planejamento do investimento social ao planejamento estratégico da Votorantim, o que deu peso ao papel e à relevância do Instituto.

São projetos e programas desenvolvidos pelo Instituto Votorantim o Plano pela Valorização da Educação (PNE), Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA), Apoio à Gestão Pública (AGP) e Qualificação de Organizações. Os programas contam com as vertentes do Grupo Votorantim, como Legado das Águas, Legado Verdes do Cerrado.

Também são subsidiárias do Grupo Votorantim: Nexa, Votorantim Cimentos, Companhia Brasileira de Alumínio, Banco Votorantim, Citrosuco e AcreBrag.

Em 2018, o Instituto Votorantim ajudou a qualificar os investimentos sociais das empresas da Votorantim, visando a geração de valor compartilhado: foram implementadas cerca de 200 ações pelo Instituto Votorantim, R\$ 123 milhões movimentados, em 160 municípios do Brasil, da Colômbia, da Argentina e do Peru.

Conselho de Administração

Raul Calfat – Presidente

Luís Ermírio de Moraes – Vice-presidente

Cláudio Ermírio de Moraes – Conselheiro efetivo

José Roberto Ermírio de Moraes – Conselheiro efetivo

Marcelo Medeiros – Conselheiro independente

Oscar Bernardes – Conselheiro independente

Pedro Wongtschowski – Conselheiro independente

Diretoria – Executiva

João Miranda – Diretor-presidente

João Schmidt – Diretor de Desenvolvimento Corporativo

Luiz Caruso - Diretor do Centro de Excelência e Compliance

Luiz Marcelo Fins – Diretor Jurídico

Sergio Malacrida – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Missão: Qualificar a atuação social das empresas, contribuindo para a competitividade dos negócios e o desenvolvimento das comunidades.

Visão: Empresas e comunidades evoluindo em sinergia.

<http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/>

<http://www.institutovotorantim.org.br/instituto/quem-somos/>

MOVIMENTO ARREDONDAR

Começamos nossos trabalhos em 2011, apostando completamente na força do coletivo: milhares de pequenas doações individuais podem transformar mundos quando unidas. A estratégia desde então deu e ainda dá retornos incalculáveis. De lá para cá, já distribuímos mais de R\$ 2,7 milhões para 53 organizações que trabalham em diferentes causas, todas relevantes e urgentes.

Fomos premiados em 2016 pelo Desafio de Impacto Social do Google, pelo Prêmio Empreendedor Social de Futuro da Folha de SP e em 2017 pelo Prêmio TRIP Transformadores. E esses recursos distribuídos podem crescer muito mais com a sua participação. O momento para acreditar que a transformação é possível e que cada indivíduo pode fazer diferença mesmo com gestos simples é agora, e este é um convite nosso a você para fazer a diferença.

Mais de 530 mil pessoas impactadas diretamente e cerca de 20 mil doadores diários contribuindo com a causa.

Dentre os projetos e organizações apoiadas pelo movimento, constam: Todos pela Educação, Projeto UERÊ, Instituto Constelação, Escola de Gente, Terra Livre, Parceiros da Educação, APAE de São Paulo e outros projetos que visam o desenvolvimento da cidadania, educação, saúde, meio-ambiente, cultura e esporte.

Nina Valentini – Presidente

Beatriz Bouskela – Vice-presidente

Mariana Cristtal – Head de TI

Leo dos Anjos – Head de Comunicação

Chico Alvares – Instimento Social

Otávio di Nardo – Inteligência de Mercado

<https://www.arredondar.org.br/sobre/>

<https://www.arredondar.org.br/ongs/>

PATRI

A PATRI, líder no mercado brasileiro de prestação de serviços na área de public affairs, foi fundada no Brasil em 1986 durante o período de redemocratização do país após 21 anos de regime militar. A criação e o desenvolvimento da

empresa se estabelece no mesmo período que ocorre a construção da democracia e do Estado de Direito no Brasil. Apartidária, laica, ética e efetiva. Observando toda a legislação nacional e estrangeira relacionada à governança, transparência e combate à corrupção, além de acordos de confidencialidade e códigos de ética dos clientes. A empresa é reconhecida, também, pelo auxílio no compliance das empresas.

A equipe da empresa é composta por 70 profissionais de qualificação especializada e treinados integralmente para pensar e executar o trabalho de public affairs, segundo a cultura contruída pela empresa ao longo dos anos em metodologia, técnica, estratégia e governança corporativa.

PATRI Políticas Públicas possui o projeto Educare, espaço educacional para capacitação profissional de atividades voltadas ao universo de políticas públicas através do qual são organizados workshops, aulas presenciais e tours em Brasília. Além deste, criou o banco de dados online – PROPALA – com contatos das principais autoridades do poder público em todas esferas. Conta com a parceria do Datapedia para o Projeto Eleições, que visa monitorar e analisar os processos eleitorais municipais, estaduais e nacionais no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo, auxiliando seus clientes a compreenderem e anteciparem a formação das coalizões políticas e partidárias, assim como as tendências de políticas públicas que impactam no dia a dia das empresas. A PATRI também acompanha movimentos e tendências da sociedade civil organizada, como entidades de classe, sindicatos e organizações não governamentais.

Eduardo Carlos Ricardo, Sócio-diretor sênior da Patri trabalhou na assessoria econômica do Ministério da Fazenda com os ministros Mário Henrique Simonsen, Ernan Galvêas, Karlos Rischbieter e Dilson Funaro.

Rui Nogueira, Sócio-diretor sênior da empresa foi chefe de redação e chefe de Reportagens no jornal O Estado de S. Paulo

Carlos Eduardo Lins da Silva, também Sócio-diretor sênior, é livre docente na Universidade de São Paulo, foi repórter, editor, secretário de Redação, diretor-adjunto de Redação e correspondente em Washington da Folha de S. Paulo. Autor de "Muito Além do Jardim Botânico" e "O Adiantado da Hora", entre outros livros, foi também diretor-adjunto de Redação do jornal Valor Econômico. Atualmente, é o ombudsman (equivalente a ouvidor) da Folha.

Princípios e Compromissos:

Integridade, respeito entre as pessoas, transparência e clareza das posições, eficiência e profissionalismo.

Diretoria

Eduardo Ricardo – Sócio-diretor sênior

Carlos Eduardo Lins da Silva – Sócio-diretor sênior

Rui Nogueira – Sócio-diretor sênior

Marina de Paula – Sócia-diretora

João Carlos Lima – Sócio-diretor

Julia Esmanhoto – Sócia-diretora

Michel Neil – Sócio-diretor

Martha Alves – Sócia-diretora

<https://patri.com.br/>

<http://publifolha.folha.uol.com.br/catalogo/autores/661/>

SHOULDER

Desde 1980, a Shoulder destaca-se no mercado de moda nacional. Moderna e atual, a marca está sempre conectada com as últimas novidades, traduzindo e adaptando as principais tendências internacionais aos desejos da mulher brasileira, no ritmo e na velocidade que ela espera.

O grupo varejista de moda faz parte do Movimento Arredondar, contribuindo para o programa Todos Pela Educação por intermédio do movimento.

Monique Majtlis Zylberstajn - Sócio-Administrador

Rosanne Azulay Majtlis - Sócio-Administrador

Beny Majtlis - Sócio-Administrador

Helio Majtlis – Sócio-Administrador

Missão: Inspirar cada pessoa a se transformar na sua melhor versão.

Visão: Ser a melhor e mais eficiente empresa de moda brasileira, gerando desejo e oferecendo aos seus clientes a experiência de consumo mais surpreendente do mercado.

<https://www.shoulder.com.br/atendimento/quem-somos>

SUZANO

Suzano Papel e Celulose é uma empresa brasileira de papel e celulose. É uma das maiores produtoras globais de celulose de eucalipto e uma das 10 maiores de celulose de mercado, além de líder mundial no mercado de papel, com cerca de 60 marcas em quatro linhas: cutsize, revestidos, não revestidos e papel-cartão. Possui sede administrativa na cidade de São Paulo, além de operações globais em aproximadamente 60 países.

A operação está dividida em três unidades de negócio: Florestal, Celulose e Papel e possui cerca de 8.000 funcionários (de acordo com relatório de sustentabilidade de 2015) e possui no Brasil 6 unidades industriais quatro no Estado de São Paulo (Embu, Limeira e duas em Suzano), uma na Bahia (Mucuri) e uma no Maranhão (Imperatriz) e também é proprietária da SPP-KSR, a maior empresa distribuidora de produtos gráficos e papéis da América do Sul, no exterior a Suzano Papel e Celulose é dona da Sun Paper no Reino Unido e da Stenfar na Argentina. As florestas de propriedade da empresa estão espalhadas pelos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Pará (na Fazenda Conquistadora, no município de Ulianópolis e na Fazenda Arizona, em Dom Elizeu)

Piauí e Tocantins, a companhia possui 803.000 hectares de área florestal por todo o Brasil.

A Suzano foi fundada pelo imigrante ucraniano Leon Feffer em janeiro de 1924 na cidade de São Paulo, e sua história encontra-se interligada com a história da própria industrialização brasileira do século XX. Leon Feffer, fundador da empresa, chegou ao Brasil em 1921 e verificou que o mercado de papel poderia vir a ser promissor, estabelecendo no setor a empresa Leon Feffer & Cia.

Hoje é uma empresa de base renovável que atua principalmente no segmento de celulose e papel de eucalipto proveniente de plantios para essa finalidade, atendendo empresas no mundo inteiro. O portfólio é amplo e diversificado.

É a segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e a maior fabricante de papéis de imprimir e escrever da América Latina. Suas áreas florestais somam 1,3 milhão de hectares, dos quais 570 mil com florestas plantadas (áreas próprias, arrendadas e fomentadas), concentrados na Bahia, no Espírito Santo, em São Paulo, em Minas Gerais, no Maranhão, no Tocantins, no Pará e no Piauí. Cerca de 542 mil hectares são de áreas de preservação.

Outros números da empresa:

35 mil colaboradores e terceiros,
26 bilhões de reais exportados ao ano,
10,9 milhões de toneladas anual de celulose,
11 unidades industriais,
86 países atendidos, e
900 mil hectares já preservados.

O Grupo Suzano é responsável pelo Instituto Ecofuturo, O Instituto acredita que é a partir da integração do homem com a natureza, do entendimento de sua relação com o todo, que intenção se transforma em ação para mudar o presente e o futuro para melhor.

Fundado em 1999, é uma organização que tem a Suzano Papel e Celulose como idealizadora e principal mantenedora. Atua como articulador entre a sociedade civil, o poder público e o setor privado, buscando contribuir para a expansão da consciência socioambiental, por meio do compartilhamento de conhecimento e práticas de cuidado.

Desenvolve projetos que visam a promoção de leitura e escrita, como o Biblioteca Comunitária Ecofuturo, e a conservação do meio ambiente, como o Parque das Neblinas, reserva ecológica gerida pelo Ecofuturo e localizada nos municípios de Bertoga e Mogi das Cruzes (SP). Com 6.000 hectares, o Parque conserva a bacia do rio Itatinga e promove atividades de pesquisa científica, manejo florestal, educação socioambiental, proteção da biodiversidade, restauração da Mata Atlântica, participação comunitária e visitação.

Conselho da Administração

David Feffer – Presidente
Claudio Thomaz Lobo Sonder – Vice-Presidente
Daniel Feffer – Vice-Presidente
Antonio de Souza Corrêa Meyer
Jorge Feffer
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado
Nildemar Secches
Rodrigo Kede de Freitas Lima
Ana Paula Pessoa

Diretoria

Walter Schalka - Diretor Presidente
Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
Alexandre Chueri Neto - Diretor Executivo Florestal
Carlos Aníbal de Almeida Jr - Diretor Executivo de Comercial Celulose
Christian Orglmeister - Diretor Executivo de Gente e Gestão
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Grimaldi - Diretor Executivo de Papel
Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e RI

Conselho Fiscal

Eraldo Soares Peçanha
Luiz Augusto Marques Paes
Rubens Barletta
Kurt Janos Toth
Roberto Figueiredo Mello
Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Missão Oferecer produtos de base florestal renovável, celulose e papel, destacando-se globalmente pelo desenvolvimento de soluções inovadoras e contínua busca da excelência e sustentabilidade em nossas operações.

Visão: Estar entre as maiores e mais rentáveis empresas de base florestal do mundo e ser reconhecida pelas práticas de respeito às pessoas e ao meio ambiente.

<http://www.ecofuturo.org.br/>

<http://www.suzano.com.br/suzano/institucional/perfil/>

**APÊNDICE F – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS MANTENEDORES DO
TPE (2019)**

FAMÍLIA KISHIMOTO⁵⁸

NÃO FORAM ENCONTRADOS DADOS

FLUPP – Fundação Lucia e Pelerson Penido

A Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP) foi fundada por **Rosa Penido Dalla Vecchia**, em **2011**. A FLUPP é uma organização sem fins lucrativos, que apoia e opera projetos ligados à Educação, principalmente na área do Vale do Paraíba (SP) e no Vale do Araguaia (MT).

A FLUPP recebe investimentos do Grupo Roncador, considerado um dos principais grupos agropecuários do Brasil. Esse grupo, de acordo com as informações coletadas, iniciou as suas atividades em **1978**, ano em que seu fundador, **Pelerson Soares Penido**, adquiriu as primeiras terras no estado de Mato Grosso. Pelerson Soares Penido, como empresário, iniciou no ramo da Engenharia e Construção, Desenvolvimento Imobiliário, Mineração, Energia, com a empresa **Serveng**. <http://www.gruposerveng.com.br/historico>

De acordo com o site da Fundação, o empresário passou de encarregado, superintendente e depois diretor, até comprar a empresa, em **1958**.

Como proprietário da Serveng, foi um dos empresários responsáveis na construção de Brasília. "**Foi grande amigo de Juscelino Kubitschek e Secretário de Viação e Obras no governo de Ademar de Barros, em São Paulo e fez várias aquisições, diversificando os negócios e, como empreendedor nato**", onde lançou-se ao desafio de montar um projeto pecuário no Vale do Araguaia – a Fazenda Roncador. <http://www.rosapenido.com.br/pelerson-soares-penido/>

A Fazenda Roncador, sediada em Querência (MT), é uma das maiores propriedades privadas rurais produtivas do Brasil, ela é maior que toda a Região Metropolitana de São Paulo, tem mais de 800 quilômetros de estradas internas e cerca de mil moradores⁵⁹.

A propriedade privada de Pelerson Soares Penido, referência em pecuária de corte na região do Vale do Araguaia, pertence ao Grupo Roncador, que executa atividades de cria, recria e engorda de gado, do qual possui um plantel de aproximadamente 50 mil animais das raças nelore, angus, rubia gallega, caracu e araguaia.

Em 2008, a Fazenda Roncador iniciou o plantio de soja no sistema integração lavoura-pecuária. Na safra 2014/15, foram plantados 40 mil hectares de soja na fazenda.

Também é importante destacar que, o Grupo Roncador também possui minas e usinas de beneficiamento de calcário, insumo fundamental para a agricultura na região, onde se identificamos a Mineradora Roncador com a atividade de calcário, no Vale do Araguaia.

Além disso, este grupo possui investimento imobiliário em parceria com a incorporadora paulistana de alto padrão **Idea! Zervos** e também participa do bloco de controle da **CCR**.

O Grupo CCR é um dos maiores conglomerados empresariais de concessão de infraestrutura do mundo, com atuação nos segmentos de rodovias, aeroportos, mobilidade urbana, transporte de passageiros e serviços. <http://www.gruporoncador.com.br/participacoes>

Na educação a FLUPP tem como programas e projetos em atividade:

Programa VIM – Valorizando Uma Infância Melhor: por meio de formações continuadas, investimento em infraestrutura, apoio à projetos comunitários e incentivo a políticas públicas na Educação Infantil, o Programa VIM visa contribuir para o desenvolvimento da população da primeira infância do Vale do Paraíba.

Projeto Melhores Cabeças: incentiva bons alunos do Vale do Paraíba a se tornarem bons professores por meio da concessão de bolsas de estudo em cursos de Pedagogia e Licenciaturas. A contrapartida é que, após concluída a graduação, os jovens docentes atuem na região do Vale do Paraíba. Assim, inicia-se um ciclo de boas práticas educacionais na região.

Projeto Parceiros da Educação: potencializa os investimentos públicos em escolas do Vale do Paraíba (Ensino Fundamental e Ensino Médio), tornando-as mais capazes e produtivas para melhorar o aproveitamento escolar dos alunos.

Projeto Colheita: Direcionado às escolas que tiveram sua parceria finalizada no Projeto Parceiros da Educação. Visa estimular a contínua melhoria da aprendizagem por meio de investimentos conjuntos (FLUPP + escola)

Projeto Raiz: promove a formação de professores em escolas rurais do Vale do Araguaia e discute as particularidades das salas multisseriadas.

Programa “Educação: Compromisso de São Paulo”: Programa do Governo do Estado de São Paulo, criado em 2011, que estabelece a meta da rede estadual paulista de ensino figurar entre os 25 melhores sistemas educacionais do mundo. A FLUPP apoia o Programa por meio de formação continuada em “Gestão de Sala de Aula” para 200 Coordenadores da rede estadual paulista <https://www.idis.org.br/portfolio-item/projeto-individuos/>

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>

Missão da FLUPP

Contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos, promovendo oportunidades e restituindo a capacidade de sonhar.

⁵⁸ Não foi possível encontrar dados a respeito desse mantenedor do MTPE (2019).

⁵⁹ <https://www.comprerural.com/fazenda-roncador-e-uma-das-maiores-do-mundo/>

Visão da FLUPP

Ser reconhecida pela comunidade, autoridades governamentais, lideranças e instituições da sociedade civil como uma organização parceira no objetivo de alcançar melhor desenvolvimento nas regiões onde atua.

Equipe Atual da FLUPP**Conselho Curador**

Rosa Penido Dalla Vecchia (Presidente)

Beatriz Meyer Dalla Vecchia

Caio Penido Dalla Vecchia

Jane C. Pinheiro Fiorante

Silvia Helena de Castro Lacaze

Thadeu L. Marcondes Penido

Conselho Fiscal

Edgard Schmidt

Silvana M. Bologna de Moraes

Thiago Lopes Ribeiro Penido

Equipe

Christina de C. Pacheco e Silva

Eduarda Penido Dalla Vecchia

Maria Eugênia Amaral Pessiguelli

<http://www.rosapenido.com.br/flupp/>

<http://www.rosapenido.com.br/sobre/>

FUNDAÇÃO BRADESCO

Com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização a crianças, jovens e adultos, o Sr. **Amador Aguiar**, fundador da **Organização Bradesco**, cria em 22 de novembro de **1956 a Fundação São Paulo** de Piratininga que, em **1967**, alterou sua denominação para **Fundação Bradesco**.

O Banco Bradesco foi fundado em Marília em 10 de março de 1943, Nesta década, o Bradesco estabelece acordos com os bancos The Sanwa Bank Limited, do Japão; Deutsche Bank A.G., da Alemanha; Société Générale, da França; Amsterdam-Rotterdam Bank N.V., da Holanda; Creditanstalt-Bankverein, da Áustria, e incorpora 17 bancos no Brasil. Com o crescimento das operações, a Matriz é transferida para o centro da capital paulista e as ações do banco começam a ser negociadas na Bolsa de Valores.

Essa Fundação é uma instituição de direito privado e sem fins lucrativos, com sede em Osasco-SP.

A Fundação Bradesco é certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica.

Possui atualmente uma rede de 40 escolas próprias, presentes em todo território nacional e Distrito Federal, a saber: na região norte, Boa Vista-RR, Cacoal-RO, Canuanã-TO, Conceição do Araguaia-PA, Macapá-AP, Manaus-AM, Paragominas-PA, Rio Branco-AC; na região centro-oeste, Aparecida de Goiânia-GO, Bodoquena-MS, Ceilândia-DF, Cuiabá-MT; na região nordeste, Caucaia-CE, Feira de Santana-BA, Garanhuns-PE, Irecê-BA, Jaboatão-PE, João Pessoa-PB, Maceió-AL, Natal-RN, Pinheiro-MA, Propriá-SE, Salvador-BA, São Luís-MA e Teresina-PI; na região sul, Bagé-RS, Gravataí-RS, Laguna-SC, Paranavai-PR, Rosário do Sul-RS e; na região sudeste, Campinas-SP, Itajubá-MG, Jd. Conceição-SP, Marília-SP, Osasco I-SP, Osasco II-SP, Registro-SP, Rio de Janeiro-RJ. São João Del Rei- MG e Vila Velha-ES.

A Fundação Bradesco está ligada ao Grupo Bradesco, que atua nas principais áreas do segmento financeiro e possui como empresas: Banco Bradesco, S.A. Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Saúde, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Auto/RE, Bradesco Leasing, Bradesco Consórcio, Bradesco Financiamento S.A., Bradesco BBI S.A., BRAM Bradesco Asset Management S.A., Bradesco Corretora S.A., Bradesco Promotora, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e outras.

Dentre os **projetos complementares** desta Fundação estão:

Cisco Network Academy**Cuidando do Futuro****Informática para pessoas com deficiência visual****Programa Bradesco de capacitação à pessoas com deficiência****Bradesco Esportes e Educação****Escola Virtual****Nossa Missão e Princípios**

Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida.

<https://relatoweb.com.br/bradesco/2017/pt/governanca-corporativa.html>

<https://www.ev.org.br/>

<https://banco.bradesco/html/pessoajuridica/sobre/o-grupo-bradesco.shtm>

<https://fundacao.bradesco/>

<https://banco.bradesco/html/pessoajuridica/sobre/nossa-historia.shtm>

FUNDAÇÃO LEMANN

A Fundação Lemann, criada em 2002, é uma organização familiar, sem fins lucrativos, que atua em parceria com Governos e outras entidades da sociedade civil.

“Nós não vendemos nenhum produto educacional, não estamos associados a nenhuma organização privada e não apoiamos nenhum partido político, coligação ou campanha eleitoral.”

Parceiros co-realizadores, “Para fazermos mais e cada vez melhor, buscamos construir e trabalhar lado a lado com organizações que compartilham do nosso sonho”: Google, Omidyar Network, CONSED, Itaú BBA, Instituto Natura, Instituto Unibanco, UNDIME.

Parceiro apoiados: A Banca - Audácia Jovem com Ação, Associação Fernanda Bianchini, Brasil Cursinhos, FGV EBAPE / CEIPE, Centro Ruth Cardoso, CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira, CLP - Centro de Liderança Pública, Conviva Educação, Daquiprafora Consultoria, Ensina Brasil, Fundação Victor Civita, Gerando Falcões, GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, Graded - Associação Escola Graduada de São Paulo, Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), Instituto Articule, Instituto Canoa, Instituto Four, Instituto Lob do Tênis Feminino, Instituto PROA, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Sou da Paz, Instituto Tênis, Associação de Jornalistas da Educação (JEDUCA), ONG Khan Educacional, Letrus, Movimento Colabora Educação, Movimento Mapa Educação, Pacto Pela Democracia, Associação Parceiros da Educação, Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), Movimento Todos Pela Educação, Universidade St. Gallen.

Governos: “Acreditamos que trabalhar lado a lado com governos é essencial para realmente transformarmos o Brasil. Atuamos junto com órgãos públicos em todos os cantos do país e estamos sempre em busca de novas parcerias”.

A Fundação Lemann foi criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, proprietário e sócio de empresas do ramo alimentício como Ab InBev, Burger King, Tim Hortons, Kraft-Heinz e da 3G Capital, empresa de investimentos.

Em 2018, mais de 1,5 milhão de pessoas foram impactadas pelas nossas iniciativas e parcerias. Também continuamos contribuindo ativamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

<https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2018>

Missão

Colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que garantam a aprendizagem de todos os alunos e formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade.

Visão

Um Brasil justo e avançado, onde todos têm a oportunidade de ampliar o seu potencial para fazer escolhas e criar impacto positivo no mundo.

<https://fundacaolemann.org.br/>

<https://www.3g-capital.com/>

<https://www.ab-inbev.com/>

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA /VIVO

A Fundação Telefônica é uma iniciativa de responsabilidade social ligada ao **Grupo Telefônica**, um dos maiores conglomerados de comunicação, informação e entretenimento do mundo, com presença em 21 países e mais de 125 mil colaboradores. No Brasil, o Grupo inicia as atividades em 1998, no contexto do processo de privatização das telecomunicações. Pertencem ao grupo as marcas: Vivo, Wayra, O2, Movistar, TVA – VIVO TV e GVT.

A Telefônica é a marca institucional, adotada mundialmente. Esta é um dos maiores conglomerados de comunicação, informação e entretenimento do mundo, com presença em 21 países e mais de 125 mil colaboradores. No Brasil, iniciou as atividades em 1998, no contexto do processo de privatização das telecomunicações. Além disso, no país, os produtos e serviços da empresa são comercializados sob a marca Vivo, que materializa a oferta integrada de produtos e serviços, simplificando e padronizando a experiência do cliente. Globalmente, ainda há mais 2 marcas comerciais: Movistar, para Espanha e demais países da América Latina; e O2, para Reino Unido, Alemanha, República Tcheca e Eslováquia.

A Telefônica Brasil S.A. é a maior empresa de telecomunicações do país, com atuação em âmbito nacional e com um portfólio de produtos completo e convergente (voz fixa e móvel, banda larga fixa e móvel, ultra banda larga, dados e serviços digitais, TV por assinatura e TI), com quase mais de 95 milhões de clientes ao final de 2018, sendo 73 milhões de clientes na operação móvel e 22 milhões de clientes na operação fixa.

Com uma estratégia centrada em dados, a Companhia possui uma base de ativos única e irreplicável, que na operação móvel conta com frequências de espectro relevantes, como as de 700MHz, 1.800MHz e 2.500MHz, que contribuem para a cobertura de 88,0% da população com rede 4G e presença em 3.100 cidades, além do lançamento acelerado de cidades com a rede 4,5G, alcançando 1.000 cidades ao final de 2018, possível através da tecnologia de carrier aggregation, que tem ganhado força com o refarming das faixas que previamente eram utilizadas para a rede 2G, mantendo a diferenciação da nossa rede em relação aos principais competidores.

Na operação fixa, fechamos o ano de 2018 com quase 20 milhões de homes-passed (HPs) com tecnologia da fibra óptica distribuídos em 241 cidades, sendo que quase 9 milhões destes HPs (121 cidades) são de FTTH (fiber to the home). Além disso, todas as cidades que contam com a tecnologia FTTH também possuem TV sobre fibra (IPTV), almejando oferecer a melhor velocidade e experiência aos nossos consumidores.

Somos uma empresa de capital aberto, cujo acionista controlador é o Grupo Telefónica, grupo espanhol com mais de 90 anos de atuação que é um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo, com presença em 16 países, 336 milhões de acessos, aproximadamente 122 mil empregados e receitas de 48,7 bilhões de euros (2018). O Grupo Telefónica opera na Espanha e países de língua espanhola através da marca Movistar, na Alemanha e Inglaterra através da marca O2, e no Brasil através da marca Vivo.

No Brasil em 1998, quando a Telesp – companhia estatal de telecomunicações do Sistema Telebrás – foi privatizada e adquirida pela Telefónica, da Espanha, formando a Telefônica Brasil.

Em 2010, a Telefónica adquiriu as ações da Vivo, que pertenciam à Portugal Telecom, se tornando líder do mercado de telecomunicações do Brasil. Em 2012, passamos a utilizar Vivo como marca comercial em todo o País, oferecendo telefonia fixa e móvel, banda larga e TV por assinatura. Na Espanha e países de língua espanhola utilizamos a marca Movistar, na Alemanha e Reino Unido, O2. Em 2015, a Telefónica adquiriu a **GVT**, reforçando a nossa oferta de rede fixa fora do Estado de São Paulo. **VIVENDI**

Já em 2017, integramos o Terra Brasil à Telefônica Data, subsidiária integral da Telefônica Brasil. Este foi mais um passo no processo de transformação digital, com objetivo de aumentar eficiência das empresas e gerar mais benefícios para os nossos clientes.

Atualmente, conectamos cerca de 357,5 milhões de acessos à internet e telefonia móvel e fixa, além de TV por assinatura. Referência na telefonia móvel 4G e na banda larga fixa de ultra velocidade, oferecemos a TV por assinatura com mais canais HD do mercado e inúmeros aplicativos online.

REESTRUTURAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

Após a constituição da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás em 1972, a Telebrás, através de suas subsidiárias (coletivamente, o "Sistema Telebrás"), adquiriu quase todas as empresas telefônicas do Brasil, tornando-se monopólio na prestação de serviços públicos de telecomunicações em quase todas as áreas do país.

Em maio de 1998, antes de sua privatização, sob a Lei Geral de Telecomunicações, o Sistema Telebrás foi reestruturado para formar, além da Telebrás, 12 novas companhias holdings. Virtualmente, todos os ativos e passivos da Telebrás foram alocados às "novas companhias holding".

Em julho de 1998, o Governo Federal privatizou o Sistema Telebrás, vendendo substancialmente todas as suas ações nas novas companhias holdings, incluindo a TelespPar e suas ações na TSP e CTBC Borda, ao setor privado. Em decorrência de uma reestruturação subsequente da SP Telecomunicações em 10 de janeiro de 1999, uma de suas subsidiárias, SPT Participações S.A., ou SPT, tornou-se acionista controlador da TelespPar.

Diretoria Executiva

Christian Mauad Gebara Diretor Presidente
David Melcon Sanchez-Friera Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira Secretário Geral e Diretor Jurídico

Conselho de Administração

Eduardo Navarro de Carvalho Presidente do Conselho de Administração
Christian Mauad Gebara Membro
Claudia Maria Costin Membro
Narcis Serra Serra Membro
Francisco Javier de Paz Mancho Membro
Julio Esteban Linares López Membro
Ana Theresa Borsari Membro
Sonia Julia Sulzbeck Villalobos Membro
Luiz Fernando Furlan Membro
Antonio Carlos Valente da Silva Membro
José María Del Rey Osorio Membro
Luis Miguel Gilpérez López Membro

Conselho Fiscal

Charles Edwards Allen Membro Efetivo
Cremênio Medola Netto Membro Efetivo
Flavio Stamm Membro Efetivo
Gilberto Lerio Membro Suplente
Juarez Rosa da Silva Membro Suplente
Stael Prata Silva Filho Membro Suplente

PARCERIAS

Escola Digital

Trilhas

Observatório do PNE

Conviva Educação

PROFUTURO

Projetos

Aulas Digitais

Escolas Conectadas Inova Escola

VISÃO

Um Brasil justo, com cidadãos protagonistas e digitais.

MISSÃO

Criamos oportunidades de desenvolvimento para educadores, jovens e crianças enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo, por meio de projetos de educação, empreendedorismo e voluntariado.

EQUIPE






Diretor Presidente: Américo Mattar

Gerente de Comunicação e Voluntariado: Luanda de Lima Sabença

Gerente de Programas Sociais: Milada Tonarelli Gonçalves

Gerente de Estratégia e Gestão: Odair Barros

Confira os *dados* consolidados nos últimos anos_

Indicadores	2014	2015	2016	2017
 Educadores formados	6.581	15.431	29.882	44.883
 Crianças	216.798	379.230	736.243	1.028.589
 Jovens	132.513	30.283	125.886	182.014
 Outros públicos*	2.533	2.636	2.287	5.098
 Colaboradores	5.791	5.128	6.208	9.278
Total de Beneficiários	364.216	432.708	900.506	1.269.862

*Outros públicos refere-se a: Voluntários que participam em formação; Adultos que recebem formação (não professores); Participantes de eventos.

<http://ri.telefonica.com.br/pt/a-empresa/nossa-historia>

<http://ri.telefonica.com.br/pt/governanca-corporativa/administracao>

<http://fundacaotelefonica.org.br/>

<http://www.telefonica.com.br/>

GRUPO SCHEFFER

No ano de 1983, Elizeu Zulmar Maggi Scheffer começa a arrendar terras no interior do Estado de Mato Grosso (MT).

2014 - Área própria produtiva aumentada para 26mil ha de área total. A Scheffer administra 73mil ha de área produtiva, totalizando 108mil hectares entre 1ª e 2ª safra. Expansão das atividades empresariais para fora de Mato Grosso com aquisição de 9.800 hectares de área, na cidade de Buriticupu, Maranhão.

2017 - Primeiro produtor de Mato Grosso a emitir um CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) no valor de R\$93 milhões, colocando a Scheffer no radar dos investidores internacionais.

<https://scheffer.agr.br/historia/>

Temos como prioridade o cultivo de algodão, soja e milho, com 9 unidades de produção no estado de Mato Grosso e Maranhão, somando uma área plantada de 140.000 hectares entre a 1ª e 2ª safra.

Contamos com quatro unidades estrategicamente localizadas em Mato Grosso e Maranhão, sendo um escritório central em Sapezal, um em Sinop outro em Cuiabá e um em Buriticupu. Os escritórios de Sapezal e Sinop, por estarem próximos das unidades de produção garantem mais agilidade na administração. Já o da capital, viabiliza os processos que dependem de regulamentação. O que garante a emissão de documentos e licenças de forma ágil e descomplicada, impedindo que a burocracia atrase os processos.

<https://scheffer.agr.br/o-que-fazemos/>

A Scheffer conta com 9 unidades de produção distribuídas por todo sudoeste e meio norte de Mato Grosso e Maranhão, somando um total de 140M ha de terras cultivadas e alta performance produtiva. Sendo elas assim distribuídas:

- Município de Sapezal-MT
 - Fazenda Rafaela
 - Fazenda Sanga Funda
 - Fazenda Três Lagoas
 - Fazenda Carajás
 - Fazenda São Miguel
 - Fazenda Simonetti
 - Fazenda Iracema
 - Fazenda Fogliatelli
- Município de Campos de Júlio-MT
 - Fazenda Luar do Sertão
- Município de União do Sul-MT
 - Fazenda Sta. Tereza
- Município de Juara-MT
 - Fazenda Vó Luzia

• Município de Buriticupu-MA
 - Fazenda Sto. Antônio
<https://scheffer.agr.br/unidades-de-producao/>

Propósito: Trabalhamos juntos para permitir que a Natureza entregue seu melhor potencial para a humanidade, sempre inovando e gerando valor.

Valores: Somos apaixonados pelo que fazemos: Trabalhamos com alegria e energia positiva e temos orgulho da empresa;

Temos atitude de dono: Somos incansáveis na busca por eficiência e cuidamos de tudo com capricho, mantendo a simplicidade e a agilidade;

Inovamos, não nos acomodamos: Estamos sempre pensando e pondo em prática novas soluções que ataquem as causas dos problemas e que nos façam melhores do que somos;

Trabalhamos juntos: Acreditamos que todos têm condições de contribuir individualmente, sempre com humildade, e que trabalhando em equipe somos mais fortes;

Honramos os combinados: O combinado não sai caro. Cumprimos aquilo que prometemos e nos comprometemos com aquilo que combinamos;

Somos discretos: Tratamos nossas informações pessoais e as da empresa com o máximo cuidado, evitando exposição desnecessária.

<https://scheffer.agr.br/valores-e-principios/>

INSTITUTO NATURA

O Instituto Natura (IN), fundado em 2010, é uma iniciativa da multinacional brasileira de cosméticos Natura. Este Instituto tem presença em todos os estados brasileiros e em mais de 80% dos municípios do país. Suas iniciativas estão direcionadas aos profissionais e as organizações pertencentes à área da educação, bem como professores, a comunidade escolar, gestores públicos e as próprias consultoras da empresa Natura.

PROFESSOR

1. Contribuir para que professores da Educação Infantil e dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental aprimorem suas competências docentes de forma que seus alunos estejam alfabetizados na idade certa.

2. Apoiar os professores na incorporação de ferramentas digitais nas práticas pedagógicas de forma a enriquecê-las e dinamizá-las.

ESCOLAS

3. Escolas do Brasil que promovam desenvolvimento integral dos estudantes e incorporem conceitos de Comunidade de Aprendizagem em suas práticas, favoreçam a corresponsabilização de toda a comunidade escolar na definição e acompanhamento dos objetivos de aprendizagem, e em tempo integral para sua viabilização.

GESTOR PÚBLICO

4. Disseminar e incentivar o desenvolvimento e a adoção de melhores práticas de gestão em sistemas públicos de educação, considerando eficiência, eficácia, efetividade e ética, que contribuam para uma gestão qualificada.

5. Favorecer o Regime de Colaboração entre estados e municípios para melhorar os resultados de alfabetização na idade certa.

CONSULTORAS DE BELEZA NATURA

6. Contribuir, por meio da educação, com o desenvolvimento de nossa rede de consultoras de beleza, líderes e suas famílias.

DISSEMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

7. Criar condições para incorporação dos princípios de Comunidade de Aprendizagem nas práticas da rede ampliada de educação.

ESTIMULAR UM AMBIENTE INOVADOR

8. Colaborar para que o ambiente da educação pública seja fértil e propício para a incorporação de inovações, favorecendo a cada estudante que alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

De acordo, com informações coletada no endereço de outra Instituição parceira, a FLUPP, os projetos do IN são criados com o foco principal nos anos iniciais do Fundamental I.

Conselho de Administração Presidente Pedro Villares Conselheiros Antonio Luiz da Cunha Seabra Guilherme Peirão Leal Pedro Luiz Barreiros Passos João Paulo Ferreira Denis Mizne Ricardo Henriques Conselho Consultivo Ana Amélia Inoue Ana Lucia Lima Claudia Costin Cleuza Rodrigues Repulho Igor Lima Lucia Dellagnelo Paula Louzano Conselho Fiscal Presidente Lucilene Prado	Organizações parceiras Avante BCG BID Cedac Ceipe Cidade Escola Aprendiz CIEB CLP Conceição Moura CREA Fiesc FNP Fucape Fundação Itaú Social Fundação Lemann Fundação Maria Cecília Souto Vidigal Fundação Roberto Marinho Fundação S&M Fundação Telefônica Vivo	Instituto Lina Galvani Instituto Península Instituto Positivo Instituto Sonho Grande Instituto Unibanco Instituto Votorantim Itaú BBA Jeduca Movimento Colabora Educação Niase Parceiros da Educação Porticus Porvir Todos Pela Educação UFSCar Vetor Entidades Amurc (Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia)
---	---	--

Conselheiros Jorge Manoel Lavínia Junqueira	Fundação Vanzolini Fundação Victor Civita Instituto Arapyáú Instituto Ayrton Senna Instituto de Corresponsabilidade pela Educação Instituto Inspirare Instituto Humanize	CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)
--	--	---

ATUAÇÃO

TRILHAS

<https://www.portaltrilhas.org.br/inicio>

ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

ESCOLA DIGITAL

<https://escoladigital.org.br/>

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

<https://www.comunidadeaprendizagem.com/>

Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) - Regime de Colaboração.

Políticas de colaboração - Movimento Colabora Educação

CONVIVA EDUCAÇÃO

Diagnóstico da Gestão da Educação Municipal (DGEM)

Rede de apoio à educação (RAE)

VISÃO

Criar condições para os cidadãos formarem uma Comunidade de Aprendizagem

O grupo Natura & Co. é uma junção das empresas Natura, Aesop e The Body Shop, conjuntamente com a Avon Products.

25.09.2019 Registro de Companhia Aberta da Natura

https://natu.infoinvest.com.br/ptb/7312/19550_712512.pdf

Natura Cosméticos S.A. (“Natura Cosméticos”), informa a seus acionistas e ao mercado em geral que, em preparação para reestruturação societária e aquisição da Avon Products, Inc., objeto do Fato Relevante de 22 de maio de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) deferiu, em 25 de setembro de 2019, o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria “A”, para a Natura &Co Holding S.A. (“Natura &Co”). O início da negociação das ações da Natura &Co no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ocorrerá apenas após a consumação da incorporação das ações de emissão da Natura Cosméticos pela Natura &Co. São Paulo, 25 de setembro de 2019. JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA FILIPPO Diretor Financeiro e de Relação com Investidores.

22.05.2019 Natura

https://natu.infoinvest.com.br/ptb/7091/19550_691993.pdf

São Paulo e Londres, 22 de maio de 2019 – A Natura &Co (B3: NATU3) anuncia a aquisição da Avon Products, Inc. (NYSE: AVP), em uma operação de troca de ações, criando o quarto maior grupo exclusivo de beleza no mundo ao unir empresas de forte compromisso com a geração de impacto social positivo.

A combinação cria um grupo de excelência em cosméticos, multimarca e multicanal, e líder na relação direta com suas consumidoras, por meio das mais de 6,3 milhões de Representantes e Consultoras da Avon e da Natura, presença geográfica global, com 3,2 mil lojas, e uma crescente força digital. Com a Avon, a Natura &Co terá faturamento bruto anual superior a US\$ 10 bilhões, mais de 40 mil colaboradores e presença em cem países.

Natura &Co espera que a combinação desses negócios resulte em sinergias estimadas entre US\$ 150 milhões e US\$ 250 milhões anuais que serão parcialmente reinvestidos para aumentar ainda mais sua presença nos canais digitais e mídias sociais, em pesquisa e desenvolvimento, iniciativas de marca e expansão da presença geográfica do grupo.

Segundo Roberto Marques, presidente executivo do Conselho de Natura &Co, “após as aquisições da Aesop em 2013 e da The Body Shop em 2017, Natura &Co está dando um passo decisivo para construir um grupo global, multimarca e multicanal, orientado por propósito. A Avon é uma empresa incrível, uma marca icônica, com colaboradores dedicados e mais de cinco milhões de Representantes que também acreditam no poder das relações.

A Natura &Co foi assessorada por UBS Investment Bank e Morgan Stanley e Avon foi assessorada por Goldman Sachs. Os membros do Conselho de Administração da Avon também foram assessorados financeiramente por PJT Partners

Sobre Natura &Co

Resultado da combinação entre Natura, Aesop e The Body Shop, a marca corporativa Natura &Co consolida a criação de um grupo de cosméticos global, multicanal e multimarcas, movido por propósitos. Em 2018, a Natura &Co registrou receita líquida de R\$ 13,4 bilhões. As três empresas do grupo estão empenhadas em gerar impactos econômicos, sociais e ambientais positivos. Fundada em 1969 por Luiz Seabra, a Natura é uma multinacional brasileira de higiene e cosmética, líder no setor de venda direta no Brasil. Fundada em 1976 em Brighton, na Inglaterra, por Anita Roddick, a The Body Shop é uma marca de beleza global que procura fazer diferença no mundo. Criada em 1987, a marca australiana Aesop tem a missão de oferecer um portfólio de produtos superlativos para a pele, cabelo e corpo.

Sobre Avon Products, Inc.

Nos últimos 130 anos, a Avon tem representado as mulheres: ao prover produtos inovadores e de qualidade, vendidos principalmente para mulheres, por mulheres. Milhões de Representantes independentes ao redor do mundo vendem marcas icônicas da Avon, como Avon Color e ANEW por meio de suas redes sociais, construindo seu próprio negócio de beleza em um modelo de dedicação parcial ou total. A Avon apoia o empoderamento feminino, o

empreendedorismo e o bem-estar e doou mais de US\$ 1 bilhão para causas das mulheres por meio da Avon e da Fundação Avon.

Conselho de Administração

Antônio Luiz da Cunha Seabra

Co-presidente do Conselho de Administração

Carla Schmitzberger

Membro do Conselho de Administração (Membro Independente)

Guilherme Peirão Leal

Co-presidente do Conselho de Administração

Gilberto Mifano

Membro do Conselho de Administração (Membro Independente)

Pedro Luiz Barreiros Passos

Co-presidente do Conselho de Administração

Fábio Colletti Barbosa

Membro do Conselho de Administração (Membro Independente)

Roberto de Oliveira Marques

Presidente Executivo do Conselho de Administração

Silvia Freire Dente da Silva Dias Lagnado

Membro do Conselho de Administração (Membro Independente)

Jessica DiLullo Herrin

Membro do Conselho de Administração (Membro Independente)

Ian Martin Bickley

Membro do Conselho de Administração (Membro Independente)

<https://natu.infoinvest.com.br/governanca-corporativa/nossos-lideres>

<https://www.natura.com.br/investidores>

<https://www.institutonatura.org.br/inrelatorio2018/pt/#home>

<http://www.institutonatura.org.br/instituto-natura/>

<https://www.natura.com.br/>

INSTITUTO PENÍNSULA

O Instituto Península, **fundado em 2010**, é uma organização social que atua nas áreas de Educação, Esporte e formação de professores.

Este Instituto é o **Braço social da Península Participações**, uma empresa de investimento privado. Essa organização gere ativos de propriedade da **Família Abílio Diniz** por meio de veículos de investimento privados e líquidos. As atividades de investimentos primários incluem ativos estratégicos, private equity, real estate e asset management. Atualmente a Península Participações conta com participação acionária em empresas como **Carrefour Brasil, Carrefour Global e BRF**.

<http://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>

<http://www.peninsulapart.com.br/>

<https://gife.org.br/associados/instituto-peninsula/>

<http://abiliodiniz.com.br/biografia/>

Abílio Diniz, que é o fundador dessa empresa, é filho de **Valentim Diniz**, o fundador do Grupo Pão de Açúcar, 1948 (atual GPA). <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2014/03/14/peninsula-participacoes-de-abilio-diniz-faz-reestruturacao-societaria.ghtml>

SUJEITOS INSTITUTO

Presidente do Conselho

Ana Maria Diniz

Diretora Executiva

Heloisa Morel

Diretora de Gente, Planejamento Estratégico e Comunicação

Juliana Grossi

Gerente de Projetos

Daniela Kimi

Lia Glaz

Coordenadora de Projetos

Marina Ferraz

Coordenadora de Pesquisa

Natalia Puentes

Assistente de Diretoria

Magna Lisboa

Gerente de Comunicação

Fernanda Viola

Analista de Comunicação

Nathalia Brancato

Estagiária

Camila de Moura

Líderes das iniciativas proprietárias IP

Diretora de Desenvolvimento Integral

Mariana Breim
Gerente do Impulsiona e Relações Governamentais
 Vanderson Berbat
Diretor Técnico Núcleo de Alto Rendimento de São Paulo
 Irineu Loturco

Conselho

Membros do Conselho

Flavia Almeida
 Eduardo Rossi
 Marcella Diniz
 Gabriel Diniz
<http://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>

INICIATIVAS

Singularidades

<http://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/singularidades/>

Vivescer

<http://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/vivescer/>

Impulsiona

<http://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/impulsiona/>

Núcleo de Alto Rendimento de São Paulo (NAR)

<http://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/nar/>

Projetos Incentivados via Lei Federal de Incentivo ao Esporte no.11.438/06

Avaliação Física e treinamento em atletas de alto rendimento

Parceria com Scania, Pag Seguro Uol, Grupo GR e Escola Móbile.

Escola de atletismos de jovens talentos

Parceria com Allergan, BTG Pactual, Valora Energia, Livel, Razzo e Leroy Merlin.

Escola de taekwondo de alto rendimento

Parceria com Skotia Bank e Escola Móbile

Projetos Incentivado via Lei Paulista de Incentivo ao Esporte no. 13.918/09

Avaliação Física e treinamento em atletas de base

Parceria com Ricardo Almeida, Razzo, Iguatemi Shopping Centers SA, Laticínios Catupiry, Carla Amorin, Brasforma, Probiotica, By Kami.

<http://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/projetos-incentivados/>

INSTITUTO UNIBANCO

Criado em 1982, o Instituto Unibanco atua para a melhoria da educação pública no Brasil. **É uma das instituições responsáveis pelo investimento social privado do Itaú Unibanco.**

Com foco na melhoria dos resultados e na produção de conhecimento sobre o Ensino Médio, o Instituto Unibanco dedica-se a elaborar e implementar soluções de gestão – na rede de ensino, na escola e em sala de aula – comprometidas com a capacidade efetiva das escolas públicas de garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes. Busca ainda a institucionalização, nas redes de ensino, de uma visão orientada para a sustentabilidade dos resultados de aprendizagem e da equidade entre as escolas e no interior de cada uma delas.

As ações e projetos do Instituto Unibanco são voltados ao Ensino Médio e estruturados em três frentes:

- Concepção, desenvolvimento, implementação e avaliação de soluções aplicadas a projetos de gestão educacional
- Produção e difusão de conhecimento por meio de pesquisas, estudos e debates focados em soluções baseadas em evidências empíricas e na investigação científica
- Apoio e fomento a projetos e iniciativas alinhados aos desafios do Ensino Médio.

O Instituto Unibanco é mantido por um fundo patrimonial (endowment) que garante o alinhamento estratégico com a produção de bens públicos na educação.

<https://www.institutounibanco.org.br/sobre/>

PARCEIROS

Ação Educativa	Jeduca
BAOBÁ - Fundo Para Equidade Racial	Laboratório de Educação
Comunidade Educativa – CEDAC	Movimento Pela Base Nacional Comum
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades	ONU Mulheres
CENPEC	Observatório de Favelas
Colabora Educação	PUC-SP
CONSED	Quero na Escola
Educação na Veia	Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação
FGV	Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul
FGV EBAPE	Todos Pela Educação
Fundação Carlos Chagas	USP
Fundação Lemann	UFSCAR
Fundação Santillana	Governo do Estado do Ceará
Inspirare	Governo do Estado do Espírito Santo
Instituto Ayrton Senna	Secretaria de Estado de Educação de Goiás
	Governo do Estado do Piauí

Instituto Maria e João Aleixo Instituto Natura Instituto Rodrigo Mendes Itaú BBA Fundação Itaú Social	Governo do Estado do Rio Grande do Norte
<p>https://www.institutounibanco.org.br/parceiros/</p> <p>GOVERNANÇA Presidência Presidente Pedro Moreira Salles Vice-presidente Pedro Sampaio Malan Superintendência Executiva Superintendente Executivo Ricardo Henriques Conselho Antonio Matias Claudia Costin Cláudio de Moura Castro Cláudio Luiz da Silva Haddad Marcelo Luis Orticelli Marcos de Barros Lisboa Ricardo Paes de Barros Rodolfo Villela Marino Diretoria Diretora Executiva Andrea Matteuci Pinotti Cláudio José Coutinho Arromatte Jânio Gomes Leila Cristiane B. B. de Melo Marcelo Luis Orticelli Paulo Sergio Miron Ricardo Urquijo Lazcano https://www.institutounibanco.org.br/governanca-e-equipe/</p> <p>PROJETOS E INICIATIVAS Jovem de Futuro Estudar Vale a Pena GESTÃO ESCOLAR EM FOCO Modelo e método Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem Circuito de Gestão</p> <p>https://www.institutounibanco.org.br/</p>	
<p style="text-align: center;">ITAÚ BBA</p> <p>O Itaú BBA é o braço de Atacado, Tesouraria e Investimentos institucionais do conglomerado Itaú. É o maior corporate & investment bank da América Latina e faz parte do grupo Itaú Unibanco, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo. Temos um portfólio de investimentos em ativos, assessorias em fusões e aquisições, oferta de ações, securitização, derivativos, operações estruturadas, cash management, financiamentos e garantias, entre outros. São soluções desenhadas por uma equipe de especialistas com base no perfil e necessidades de cada empresa. https://www.itaubba-pt/sobre-o-itaubba/credenciais/principais-operacoes</p> <p>https://www.itaubba-pt/sobre/quem-somos/</p> <p style="text-align: center;">ITAÚ SOCIAL</p> <p>A Fundação Itaú Social, constituída em 2000, é o braço de responsabilidade social do Itaú Unibanco. Sua atuação hoje está relacionada, principalmente, a programas educacionais. Como organização, tem relação com o Itaú BBA e Instituto UNIBANCO. https://www.itausocial.org.br/</p>	
<p>Parcerias Institucionais</p> Associação Cultural Esportiva Social Amigos (Acesa) Avante - Educação e Mobilização Social Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds) Comunidade Educativa CEDAC Fundação Carlos Chagas Fundação Lemann Fundação Roberto Marinho Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)	<p>Parcerias com o Poder público</p> <p>https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2019/09/IS-Parcerias-com-o-poder-publico-2019.pdf</p>

<p>H+K Desenvolvimento Humano e Institucional Instituto Avisa Lá Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) Instituto Maria e João Aleixo Instituto Qualidade no Ensino (IQE) Instituto Rodrigo Mendes Instituto Sidarta Oficina Municipal Projeto Comunitário Sorriso Da Criança https://www.itausocial.org.br/parceiros/</p>	
<p>CONSELHO CURADOR Presidente Alfredo Egydio Setubal Conselheiros Alfredo Egydio Arruda Villela Filho Pedro Moreira Salles Ricardo Villela Marino Roberto Egydio Setubal</p> <p>CONSELHO FISCAL Presidente Alfredo Egydio Setubal Conselheiros Alfredo Egydio Arruda Villela Filho Pedro Moreira Salles Ricardo Villela Marino Roberto Egydio Setubal</p> <p>DIRETORIA Diretor Presidente Roberto Egydio Setubal Diretor Vice-Presidente de Programas Sociais Fábio Colletti Barbosa Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro Osvaldo Nascimento Diretores Andrea Matteucci Pinotti Cordeiro Claudia Politanski Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes Reginaldo Camilo https://www.itausocial.org.br/pessoas/</p> <p>PROGRAMAS FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO Ambiente de Formação Letras e Números Escrevendo o Futuro Leia para uma Criança Melhoria da Educação Monitoramento e Avaliação Pesquisas Redes de Territórios Educativos FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL IR Cidadão Missão em Foco Monitoramento e Avaliação Pesquisas Prêmio Itaú-Unicef Redes de Territórios Educativos Voluntariado https://www.itausocial.org.br/programas/</p> <p>Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú Unibanco é o maior banco privado do Brasil - e uma das maiores empresas do mundo , fundado na década de 1940, tem como principais representantes de sua fundação: Alfredo Egydio de Souza Aranha, Eudoro Libânio Villela, Olavo Egídio Setubal, Walther Moreira Salles e João Moreira Salles. Nos anos 1960, a Casa Moreira Salles viria a se tornar Unibanco, e o Banco Central de Crédito passou a se chamar Itaú. Em 2008, dois dos mais importantes e populares bancos do Brasil se uniram, numa operação que representou uma das maiores fusões da história brasileira. No dia de 4 de novembro, nasceu também um dos maiores bancos do mundo. Nesse sentido, as informações ainda destacam que, “as histórias do Itaú e do Unibanco têm como pontos comuns a preocupação com a ética e a transparência nos negócios, o respeito às leis e a valorização de seus colaboradores ”. Também são aspectos apresentados sobre as duas organizações ações relacionadas à cultura e à educação.</p>	

materializadas no Instituto Moreira Salles, no Instituto Itaú Cultural e, na área social, na Fundação Itaú Social e no Instituto Unibanco, ambos com ligação ao Movimento Todos Pela Educação.
<http://www.itaunibanco90anos.com.br/90/gallery.htm?per=a-3>

MILÚ VILLELA

Maria de Lourdes Egydio Villela, psicóloga, empresária e filantropa brasileira. Filha de Eudoro Libânio Villela e de Maria de Lourdes Egydio de Souza Aranha.

Itaú Cultura, fundado em 1987 por Olavo Setubal.

<https://www.itaucultural.org.br/quem-somos/fundador>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1305200129.htm>

ITAÚ CULTURAL

Presidente

Milú Villela

Diretor-superintendente

Eduardo Saron

Superintendente administrativo

Sergio Miyazaki

<https://www.itaucultural.org.br/sites/cidadegrafica/apresentacao.html>

O Itaú Cultural é um instituto voltado para a pesquisa e a produção de conteúdo e para o mapeamento, o incentivo e a difusão de manifestações artístico-intelectuais. Dessa maneira, contribui para a valorização da cultura de uma sociedade tão complexa e heterogênea como a brasileira.

Missão

Inspirar e ser inspirado pela sensibilidade e pela criatividade das pessoas para gerar experiências transformadoras no mundo da arte e da cultura brasileiras.

Propósito

Inspirar o poder criativo para a transformação das pessoas.

Princípios

1. Estimular a participação cultural e artística das pessoas.
2. Democratizar o acesso à arte e à cultura.
3. Reconhecer e apoiar a constituição de memória da arte e da cultura brasileiras.
4. Fomentar manifestações culturais e artísticas.
5. Incentivar a experimentação e novas possibilidades artísticas.
6. Apoiar artistas e pesquisadores das diversas linguagens.
7. Articular políticas de interesse público a partir dos direitos culturais.

Objetivos estratégicos

1. Conhecer e ampliar públicos.
2. Aprofundar as discussões e as ações relacionadas à diversidade e à acessibilidade.
3. Desenvolver e potencializar programas de formação.
4. Fomentar e produzir conhecimento sobre arte e cultura brasileiras.
5. Apoiar a constituição, a preservação e a divulgação de acervos sobre a cultura brasileira.
6. Intensificar a atuação nacional, articulando e fortalecendo as organizações locais.
7. Fortalecer um ambiente digital que possibilite a fruição artística e cultural e a experimentação de linguagens.
8. Contribuir para as políticas culturais do país, promovendo conteúdos e diálogos.
9. Ampliar sinergias e aprofundar parcerias com o Banco Itaú para antecipar tendências e fortalecer vínculos com a sociedade.
10. Ser sustentável, aprimorando a governança, a gestão de riscos e a transparência de processos.
11. Desenvolver pessoas e um ambiente interno que proporcione uma equipe diversa, empática e engajada.

<https://www.itaucultural.org.br/quem-somos>